

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira Neves

**DO SILENCIAMENTO À CITAÇÃO: o reconhecimento desigual da produção científica**

Belo Horizonte

2026

Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira Neves

**DO SILENCIAMENTO À CITAÇÃO: o reconhecimento desigual da produção científica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Mendes.

Belo Horizonte

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N518d Neves, Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira  
Do silenciamento à citação: o reconhecimento desigual da produção científica / Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira Neves. Belo Horizonte, 2026.  
227 f. : il.

Orientador: Cristiano Mendes

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Crenshaw, Kimberlé. 2. Gonzalez, Lélia, 1935-1994. 3. Publicações científicas. 4. Análise de citação. 5. Bibliometria. 6. Interseccionalidade (Sociologia). 7. Descolonização. 8. Relações Internacionais - Publicações. I. Mendes, Cristiano. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327

Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira Neves

**DO SILENCIAMENTO À CITAÇÃO: o reconhecimento desigual da produção científica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Relações Internacionais.

---

Prof. (a) Dr. Cristiano Mendes - PUC Minas (Orientador)

---

Prof. (a) Dr. (a) Matilde Souza – PUC Minas (Banca Examinadora)

---

Prof. (a) Dr. (a) Pâmela Guimarães – UFMG (Banca Examinadora)

---

Prof. (a) Dr. Victor Coutinho Lage – UFBA (Banca Examinadora)

---

Prof. (a) Dr. (a) Daniela Secches – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2026.

*Para minha mãe e meus avós, com muita gratidão e amor.*

## AGRADECIMENTOS

Ao terminar um trabalho tão extenso e difícil como foi esta tese, mesmo sendo uma empreitada solitária (principalmente, por ter passado pela pandemia de COVID-19), é necessário agradecer muitas pessoas e instituições. Elas colaboraram com o desenvolvimento intelectual deste trabalho e, também, acolheram-me durante esse processo.

Preciso agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) pela bolsa, sem a qual, simplesmente, não teria sido financeiramente possível desenvolver esta pesquisa. Ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC Minas, agradeço a todos os professores e funcionários que, desde o mestrado, apoiam e confiam em mim e no meu trabalho. Agradeço ao Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, principalmente ao professor Julio Buere e à professora Chyara Sales, pelo acolhimento que sempre recebi, primeiro, como aluna e depois, como professora, desde a primeira vez que pisei na universidade, há mais de vinte anos.

Agradeço muito ao meu orientador, Cristiano Mendes, meu professor desde o primeiro período da graduação, pela paciência e pela confiança em mim e no meu trabalho, mesmo em momentos incertos. À professora Matilde de Souza, agradeço profundamente pela disponibilidade e generosidade em suas contribuições para este trabalho, de maneira tão importante, além de ser, para mim, um exemplo de professora e pessoa. Agradeço à minha eterna orientadora Fátima Anastasia, pelo apoio e incentivo, sempre. Agradeço ao meu colega e interlocutor, Victor Nascimento, pela gentileza, amizade e pelo compartilhamento de muitos momentos ao longo do curso,

Por fim, agradeço à minha mãe, meu maior exemplo, apoio e amiga, que me acolhe e acredita sempre que eu consigo superar as dificuldades e os problemas. Por toda a compreensão, apoio e incentivo que precisei, antes mesmo deste trabalho começar, que me impulsionou a superar muitas dificuldades e inseguranças. Agradeço pelo ensinamento da importância do conhecimento, do estudo, da leitura e pela valorização do que tudo isso representa, algo que fundamentalmente, mudou e moldou a minha vida.

*Sangue Latino*

*João Ricardo e Paulinho Mendonça*

*Jurei mentiras e sigo sozinho  
Assumo os pecados  
Os ventos do Norte não movem moinhos  
E o que me resta é só um gemido  
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos  
Meu sangue latino  
Minh'alma cativa  
Rompi tratados, traí os ritos  
Quebrei a lança, lancei no espaço  
Um grito, um desabafo  
E o que me importa é não estar vencido  
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos  
Meu sangue latino  
Minh'alma cativa*

## RESUMO

Esta tese investiga os motivos pelos quais determinados autores e teorias alcançam prestígio e reconhecimento acadêmico global em detrimento de outros, analisando os mecanismos que estruturam as desigualdades na disseminação do conhecimento científico e na atribuição de prestígio acadêmico. O estudo parte do paradoxo entre a consagração internacional da autora estadunidense Kimberlé Crenshaw, reconhecida por sua formulação do conceito de interseccionalidade, e o silenciamento histórico da intelectual brasileira Lélia Gonzalez, que desenvolveu, anteriormente, reflexões semelhantes sobre as múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres negras. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva teórica e epistemológica Decolonial, mobilizando os conceitos de colonialidade do saber, do poder e do ser, bem como a noção de geopolítica do conhecimento. Metodologicamente, utiliza análise bibliométrica crítica e comparativa nas bases Web of Science e SciELO, a fim de evidenciar a desigualdade de citações entre as autoras, além de pesquisa quantitativa para traçar o perfil dos pesquisadores do campo de Relações Internacionais (RI), com base em dados da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e da *International Studies Association (ISA)* e na análise de periódicos nacionais e internacionais de alto impacto do campo. Os resultados corroboram que o Sistema Acadêmico Mundial (SAM) opera a partir de um tripé hierarquizante baseado no idioma, na vinculação institucional e na disciplina ou tema, com predominância do inglês, de universidades do Norte Global e de disciplinas/temas específicos (Beigel, 2016). Há ainda indícios de que gênero e raça influenciam a circulação e o reconhecimento da produção acadêmica. Como consequência, o conhecimento circula de forma segmentada, em circuitos desiguais de consagração, reproduzindo e aprofundando assimetrias em desfavor de autores e autoras do Sul Global. No campo das Relações Internacionais, a análise empírica demonstra que a lógica do SAM é reproduzida no plano nacional, com concentração regional, institucional, temática e linguística, além da predominância de homens brancos nos espaços de maior prestígio acadêmico. Conclui-se que o reconhecimento acadêmico não decorre exclusivamente da qualidade ou originalidade das produções, mas de uma estrutura de poder de caráter colonial que legitima determinados sujeitos e saberes. Por fim, a tese ressalta a necessidade de descolonizar e pluralizar o campo das Relações Internacionais, como forma de enfrentar a injustiça cognitiva que marca a produção do conhecimento em escala global.

Palavras-chave: decolonialidade; interseccionalidade; reconhecimento acadêmico; geopolítica do conhecimento; Sistema Acadêmico Mundial.

## ABSTRACT

This doctoral dissertation investigates the reasons why certain authors and theories achieve global academic prestige to the detriment of others, by analyzing the mechanisms that structure inequalities in the dissemination of scientific knowledge and in the attribution of academic prestige. The study is grounded in the paradox between the international consecration of American scholar Kimberlé Crenshaw, widely recognized for formulating the concept of intersectionality, and the historical silencing of the Brazilian intellectual Lélia Gonzalez, who had previously developed similar reflections on the multiple forms of oppression experienced by Black women. The research is theoretically and epistemologically anchored in the Decolonial perspective, mobilizing the concepts of the coloniality of knowledge, power, and being, as well as the notion of the geopolitics of knowledge. Methodologically, the study employs a critical and comparative bibliometric analysis of the Web of Science and SciELO databases in order to demonstrate the inequality of citations between the two authors. It also conducts quantitative research to map the profile of scholars in the field of International Relations (IR), based on data from the Brazilian Association of International Relations (ABRI) and the International Studies Association (ISA), as well as an analysis of high-impact national and international IR journals. The findings corroborate that the Global Academic System (GAS) operates through a hierarchizing triad based on language, institutional affiliation, and discipline or thematic focus, with the predominance of English, universities from the Global North, and specific disciplines and research agendas (Beigel, 2016). There is also evidence that gender and race shape the circulation and recognition of academic production. As a result, knowledge circulates in a segmented manner, through unequal circuits of consecration, reproducing and deepening asymmetries that disadvantage authors from the Global South. Within the field of International Relations, the empirical analysis demonstrates that the logic of the GAS is reproduced at the national level, characterized by regional, institutional, thematic, and linguistic concentration, as well as by the predominance of white men in the most prestigious academic spaces. The thesis concludes that academic recognition does not stem exclusively from the quality or originality of scholarly production, but rather from a colonial power structure that legitimizes specific individuals and forms of knowledge. Finally, the doctoral dissertation highlights the need to decolonize and pluralize the field of International Relations as means of confronting the cognitive injustice that continues to shape knowledge production on global scale.

Keywords: decoloniality; intersectionality; academic recognition; geopolitics of knowledge; Global Academic System.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ilustração da intersecção das opressões sofridas pela mulher negra na sociedade	55
Figura 2	Complexificação de interseções de discriminações que um indivíduo sofre	56
Figura 3	Imagem do gráfico do Google Trends - tendência de buscas do termo “intersectionality” entre 1º de janeiro de 2004 até 26 de junho de 2025	66
Figura 4	Esquema que ilustra o processo para utilização da análise bibliométrica	87
Figura 5	Funcionamento do Sistema Acadêmico Mundial em circuitos	91
Figura 6	Quantidade de publicações e citações da palavra-chave “intersectionality” ao longo de todo o período disponível na Web of Science até 2024	94
Figura 7	Quantidade de publicações e citações por autor (Kimberlé Crenshaw) ao longo de todo o período disponível na <i>Web of Science</i> até 2024	95
Figura 8	Busca por “Lélia Gonzalez” no banco de dados <i>Scielo</i>	97
Figura 9	Busca por Lélia Gonzalez no banco de dados Scielo e o idioma dos resultados encontrados	98
Figura 10	Busca por Lélia Gonzalez no banco de dados Scielo e o país de origem dos resultados encontrados	98
Figura 11	Eixos de discriminação que interseccionam sobre a vida e obra de Lélia Gonzalez	101
Figura 12	Visão geral da distribuição de membros da <i>ISA</i> no mundo	146
Figura 13	Distribuição de membros da <i>ISA</i> na América do Norte	146
Figura 14	Distribuição de membros da <i>ISA</i> na Europa	147
Figura 15	Distribuição de membros da <i>ISA</i> na Oceania	147
Figura 16	Distribuição de membros da <i>ISA</i> na América do Sul	148
Figura 17	Distribuição de membros da <i>ISA</i> na Ásia	149
Figura 18	Distribuição de membros da <i>ISA</i> no Oriente Médio	149
Figura 19	Distribuição de membros da <i>ISA</i> na África	150

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Trabalhos apresentados por região do Brasil no 5º Encontro Nacional da ABRI	111
Gráfico 2	Trabalhos apresentados por área temática no 5º Encontro Nacional da ABRI	112
Gráfico 3	Participantes por região do Brasil no 6º Encontro Nacional da ABRI	115
Gráfico 4	Trabalhos apresentados por área temática no 6º Encontro Nacional da ABRI	116
Gráfico 5	Uso de teorias não tradicionais no 6º Encontro Nacional da ABRI	118
Gráfico 6	Categorias raça e gênero e Interseccionalidade por Área Temática no 6º Encontro Nacional da ABRI	118
Gráfico 7	Trabalhos apresentados por região do Brasil no 7º Encontro Nacional da ABRI	121
Gráfico 8	Trabalhos por área temática no 7º Encontro Nacional da ABRI	122
Gráfico 9	Perspectivas teóricas e categorias conceituais usadas em trabalhos no 7º Encontro Nacional da ABRI	123
Gráfico 10	Trabalhos apresentados por idioma no 8º Encontro Nacional da ABRI	126
Gráfico 11	Trabalhos apresentados por região do Brasil no 8º Encontro Nacional da ABRI	126
Gráfico 12	Trabalhos por área temática no 8º Encontro Nacional da ABRI	127
Gráfico 13	Identidade de gênero dos participantes inscritos no 9º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	130
Gráfico 14	Idioma dos trabalhos no 9º Encontro Nacional da ABRI	130
Gráfico 15	Distribuição geográfica dos autores no 9º Encontro Nacional da ABRI	131
Gráfico 16	Trabalhos por área temática no 9º Encontro Nacional da ABRI	132
Gráfico 17	Grupo étnico dos participantes inscritos no 9º Encontro Nacional da ABRI	133
Gráfico 18	Autoria de trabalhos por gênero nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023	136
Gráfico 19	Participação de autores vinculados a universidades estrangeiras nos encontros nacionais da ABRI (2015-2023)	137
Gráfico 20	Uso dos idiomas nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023	138

Gráfico 21	Distribuição regional nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023	139
Gráfico 22	Distribuição por área temática nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023	139
Gráfico 23	Uso de teorias não tradicionais nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023	140
Gráfico 24	Uso de raça, gênero, raça e gênero e interseccionalidade nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023	141
Gráfico 25	Crescimento do número de membros da ISA ao longo do tempo	145
Gráfico 26	Gênero dos membros da ISA	151
Gráfico 27	Raça/etnia dos membros da ISA	152
Gráfico 28	Campo do conhecimento de título mais alto dos membros da ISA	153
Gráfico 29	Distribuição regional dos membros x Especialização regional – ISA	158
Gráfico 30	Número de artigos publicados por ano na Contexto Internacional (2017-2020)	167
Gráfico 31	Número de autores por gênero por ano na Contexto Internacional (2017-2020)	167
Gráfico 32	Distribuição regional dos autores por ano na Contexto Internacional (2017-2020)	168
Gráfico 33	Número de artigos por Área temática por ano na Contexto Internacional (2017-2020)	169
Gráfico 34	Uso de Teorias não tradicionais por ano na Contexto Internacional (2017-2020)	170
Gráfico 35	Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na Contexto Internacional (2017-2020)	170
Gráfico 36	Uso da noção de Interseccionalidade por ano na Contexto Internacional (2017-2020)	171
Gráfico 37	Número de artigos por ano na Opinião Pública (2017-2020)	172
Gráfico 38	Número de autores por gênero por ano na Opinião Pública (2017-2020)	173
Gráfico 39	Número de artigos por idioma na Opinião Pública (2017-2020)	173
Gráfico 40	Distribuição regional dos autores por ano na Opinião Pública (2017-2020)	175
Gráfico 41	Número de artigos por Área Temática por ano na Opinião Pública (2017-2020)	176

Gráfico 42	Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na Opinião Pública (2017-2020)	176
Gráfico 43	Número de artigos por ano na RBCP (2017-2020)	178
Gráfico 44	Número de autores por gênero por ano na RBCP (2017-2020)	178
Gráfico 45	Número de artigos por idioma por ano na RBCP (2017-2020)	179
Gráfico 46	Distribuição Regional dos autores por ano na RBCP (2017-2020)	179
Gráfico 47	Número de artigos por Área Temática por ano na RBCP (2017-2020)	180
Gráfico 48	Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na RBCP (2017-2020)	181
Gráfico 49	Número de artigos por ano na RBPI (2017-2020)	183
Gráfico 50	Número de autores por gênero por ano na RBPI (2017-2020)	184
Gráfico 51	Distribuição regional dos autores por ano na RBPI (2017-2020)	185
Gráfico 52	Número de artigos por Área temática por ano na RBPI (2017-2020)	186
Gráfico 53	Número de artigos por ano na <i>International Organization</i> (2017-2020)	192
Gráfico 54	Número de artigos por gênero por ano na <i>International Organization</i> (2017-2020)	192
Gráfico 55	Distribuição regional dos autores por ano na <i>International Organization</i> (2017-2020)	193
Gráfico 56	Áreas temáticas dos artigos por ano na <i>International Organization</i> (2017-2020)	194
Gráfico 57	Número de artigos por ano na <i>Contemporary Security Policy</i> (2017-2020)	196
Gráfico 58	Número de autores por gênero por ano na <i>Contemporary Security Policy</i> (2017-2020)	197
Gráfico 59	Distribuição regional dos autores por ano na <i>Contemporary Security Policy</i> (2017-2020)	197
Gráfico 60	Áreas temáticas dos artigos por ano na <i>Contemporary Security Policy</i> (2017-2020)	198
Gráfico 61	Número de artigos por ano na <i>World Politics</i> (2017-2020)	200
Gráfico 62	Áreas temáticas dos artigos por ano na <i>Contemporary Security Policy</i> (2017-2020)	200

Gráfico 63	Distribuição regional dos autores por ano na <i>World Politics</i> (2017-2020)	201
Gráfico 64	Áreas temáticas dos artigos por ano na <i>World Politics</i> (2017-2020)	202
Gráfico 65	Número de artigos por ano na <i>International Security</i> (2017-2020)	204
Gráfico 66	Número de autores por gênero por ano na <i>International Security</i> (2017-2020)	204
Gráfico 67	Distribuição regional dos autores por ano na <i>International Security</i> (2017-2020)	205
Gráfico 68	Áreas temáticas dos artigos por ano na <i>International Security</i> (2017-2020)	206

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Consolidação das características da perspectiva pós-colonial	41
Tabela 2	Desenvolvimento conceitual da interseccionalidade na obra de Kimberlé Creenshaw	64
Tabela 3	Cinco países que mais publicaram trabalhos com o termo “intersectionality” na <i>Web of Science</i>	93
Tabela 4	Cinco idiomas mais usados nos trabalhos que usam o termo “intersectionality” na <i>Web of Science</i>	93
Tabela 5	Conceitos nucleares desenvolvidos na argumentação na primeira parte desta tese	102
Tabela 6	Participantes credenciados no 5º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	109
Tabela 7	Quantitativo de trabalhos apresentados no 5º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	110
Tabela 8	Números de trabalhos apresentados por idiomas	110
Tabela 9	Perspectivas e categorias conceituais em trabalhos apresentados no 5º Encontro Nacional da ABRI	113
Tabela 10	Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 5º Encontro Nacional da ABRI	113
Tabela 11	Participantes credenciados no 6º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	114
Tabela 12	Trabalhos apresentados no 6º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	114
Tabela 13	Números de trabalhos apresentados por idiomas no 6º Encontro Nacional da ABRI	115
Tabela 14	Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 6º Encontro Nacional da ABRI	119
Tabela 15	Participantes credenciados no 7º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	119
Tabela 16	Trabalhos apresentados no 7º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	120
Tabela 17	Números de trabalhos apresentados por idiomas no 7º Encontro Nacional da ABRI	120
Tabela 18	Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 7º Encontro Nacional da ABRI	123

Tabela 19	Participantes credenciados no 8º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	125
Tabela 20	Trabalhos apresentados no 8º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero	125
Tabela 21	Trabalhos que usaram teorias não tradicionais e categorias raça, gênero e interseccionalidade no 8º Encontro Nacional da ABRI	128
Tabela 22	Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 8º Encontro Nacional da ABRI	128
Tabela 23	Trabalhos que utilizaram teorias não tradicionais e categorias gênero, raça e interseccionalidade	134
Tabela 24	Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 9º Encontro Nacional da ABRI	134
Tabela 25	Número de Credenciados nos Encontros Nacionais da ABRI (2015–2023)	135
Tabela 26	Destaques da análise dos participantes dos Encontros da ABRI (2015-2023)	142
Tabela 27	Áreas temáticas e subáreas temáticas dos membros da ISA	153
Tabela 28	Áreas temáticas agregadas dos membros da ISA	155
Tabela 29	Principais conclusões sobre o perfil dos membros da ISA	159
Tabela 30	Comparação entre conclusões sobre a análise de dados ABRI e ISA	163
Tabela 31	Resumo das conclusões acerca da análise da Contexto Internacional	171
Tabela 32	Resumo das conclusões acerca da análise da Contexto Internacional	174
Tabela 33	Resumo das conclusões acerca da análise da Opinião Pública	177
Tabela 34	Uso de teorias não tradicionais por ano na RBCP (2017-2020)	181
Tabela 35	Uso de Interseccionalidade por ano na RBCP (2017-2020)	182
Tabela 36	Resumo das conclusões acerca da análise da RBCP	182
Tabela 37	Uso de Teorias não tradicionais por ano na RBPI (2017-2020)	186
Tabela 38	Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na RBPI (2017-2020)	187

Tabela 39	Resumo das conclusões acerca da análise da RBPI	187
Tabela 40	Uso de teorias não tradicionais na <i>International Organization</i> (2017-2020)	195
Tabela 41	Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na <i>International Organization</i> (2017-2020)	195
Tabela 42	Resumo das conclusões acerca da análise da <i>International Organization</i> (2017-2020)	195
Tabela 43	Resumo das conclusões acerca da análise da <i>Contemporary Security Policy</i> (2017-2020)	199
Tabela 44	Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na <i>World Politics</i> (2017-2020)	202
Tabela 45	Resumo das conclusões acerca da análise da <i>World Politics</i> (2017-2020)	203
Tabela 46	Resumo das conclusões acerca da análise da <i>International Politics</i> (2017-2020)	206
Tabela 47	Comparação entre conclusões sobre periódicos nacionais e estrangeiros	212

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRI: Associação Brasileira de Relações Internacionais
- CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
- Cesop: Centro de Estudos de Opinião Pública
- CFR: *Council on Foreign Relations*
- EUA: Estados Unidos da América
- IBRI: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
- ISA: *International Studies Association*
- WoS: *Web of Science*
- MIT: *Massachusetts Institute of Technology*
- OOIR: *Observatory of International Research*
- PE: Política Externa
- PUC: Pontifícia Universidade Católica
- SAM: Sistema Acadêmico Mundial
- Scielo: *Scientific Eletronic Library Online*
- RI: Relações Internacionais
- RBCP: Revista Brasileira de Ciência Política
- RBPI: Revista Brasileira de Política Internacional

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	20
2	O PÓS-COLONIALISMO COMO CHAVE TEÓRICA E EPISTEMOLÓGICA DA DISCUSSÃO SOBRE DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E RECONHECIMENTO ACADÊMICO .....	26
2.1	Primeira Fase do pensamento pós-colonial .....	27
2.2	Segunda Fase do pensamento pós-colonial .....	30
2.3	Terceira fase do pensamento pós-colonial .....	35
2.4	O giro decolonial: dissidências internas dentro da terceira fase .....	37
2.5	O Pós-colonialismo e o Decolonialismo no campo das Relações Internacionais .....	41
3	A INTERSECCIONALIDADE .....	53
3.1	O conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw .....	53
4	A INTERSECCIONALIDADE PARA ALÉM DO CONCEITO DE KIMBERLÉ CRENSHAW .....	65
4.1	A disseminação da interseccionalidade .....	66
4.2	A discussão sobre interseccionalidade no século XXI: houve pioneirismo brasileiro? .....	69
4.3	O pensamento feminista negro brasileiro .....	70
4.4	Lélia Gonzalez: vida, militância e obra .....	74
4.4.1	<i>As ideias de Lélia Gonzalez desenvolvidas no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” e as repercussões em seu pensamento</i> .....	76
4.5	Descolonizando o pensamento interseccional: a relação entre o feminismo negro brasileiro e o conceito de interseccionalidade estadunidense.....	82
5	EVIDENCIANDO A DESIGUALDADE: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA INTERSECCIONALIDADE DE KIMBERLÉ CRENSHAW EM COMPARAÇÃO COM LÉLIA GONZALEZ E SEU TRABALHO SOBRE O CRUZAMENTO DE GÊNERO E RAÇA .....	86
5.1	A bibliometria das bases de dados indexadas online mede a qualidade dos trabalhos acadêmicos? .....	86
5.2	Analisando bibliometricamente Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez e suas ideias .....	92
5.3	Utilizando a interseccionalidade para analisar a diferença de reconhecimento acadêmico e de disseminação da obra de Lélia Gonzalez .....	100

5.4	<b>Encerramento da primeira parte e conclusões parciais</b>	102
6	<b>CONSTRUINDO PRESTÍGIO ACADÊMICO E DISSEMINANDO CONHECIMENTO: QUEM PUBLICA E QUEM PARTICIPA DE CONGRESSOS NA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS? .....</b>	105
6.1	<b>Análise dos dados da ABRI (2015-2023) .....</b>	107
6.1.1	<i>5º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 29 a 31 de julho de 2015 ..</i>	109
6.1.2	<i>6º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 25 a 28 de julho de 2017 ..</i>	114
6.1.3	<i>7º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 23 a 26 de julho de 2019 ..</i>	119
6.1.4	<i>8º Encontro Nacional da ABRI, online, 26 a 30 de julho de 2021 .....</i>	124
6.1.5	<i>9º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 25 a 27 de julho de 2023 ..</i>	129
6.1.6	<i>Considerações Gerais sobre a análise dos Encontros Nacionais da ABRI entre 2014 e 2024 .....</i>	135
6.2	<b>Análise dos dados da ISA .....</b>	143
6.2.1	<i>Análise dos dados sobre o perfil dos membros da ISA .....</i>	145
6.2.2	<i>Considerações gerais sobre a análise dos dados sobre o perfil dos membros da ISA .....</i>	156
6.3	<b>Comparação entre as conclusões sobre os perfis dos participantes dos Encontros Nacionais da ABRI e sobre os membros da ISA .....</b>	159
6.4	<b>Análise dos periódicos nacionais e estrangeiros (2017-2020) .....</b>	164
6.4.1	<i>Periódicos nacionais (2017-2020) .....</i>	164
6.4.2	<i>Revista Contexto Internacional .....</i>	166
6.4.3	<i>Revista Opinião Pública .....</i>	171
6.4.4	<i>Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP) .....</i>	177
6.4.5	<i>Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) .....</i>	182
6.4.6	<i>Considerações gerais sobre as tendências de publicação nos principais periódicos brasileiros do campo das Relações Internacionais .....</i>	187
6.5	<b>Análise dos periódicos estrangeiros (2017-2020) .....</b>	190
6.5.1	<i>International Organization .....</i>	191
6.5.2	<i>Contemporary Security Policy .....</i>	196
6.5.3	<i>World Politics .....</i>	199
6.5.4	<i>International Security .....</i>	203
6.5.5	<i>Considerações gerais sobre as tendências de publicação nos principais periódicos estrangeiros do campo das Relações Internacionais .....</i>	207

<b>6.6</b>	<b>Comparação entre as conclusões sobre o perfil dos autores que publicam nos principais periódicos nacionais e estrangeiros do campo das Relações Internacionais .....</b>	<b>208</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>213</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>219</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese parte de uma inquietação pessoal: “Por que determinados autores são consagrados academicamente e seus trabalhos passam a ser referência e outros, mesmo com qualidade e inovação, não?” Particularmente, o caso da autora feminista negra brasileira, Lélia Gonzalez, com sua obra de impacto e originalidade sobre as múltiplas opressões que sofre a mulher negra, sempre chamou a atenção por não receber o reconhecimento acadêmico devido. Recentemente, em uma rediscussão da ideia de interseccionalidade, cunhada pela autora estadunidense Kimberlé Creenshaw, que ganhou prestígio e virou referência global para a discussão da desigualdade, González foi “redescoberta”. Isso aconteceu, justamente, pelo trabalho de Lélia Gonzalez, anterior ao de Creenshaw, trabalhar com um raciocínio semelhante ao interseccional, entretanto, sem receber esse nome. Como uma autora se tornou ícone e seu trabalho redesenhou os estudos de gênero, enquanto a outra precisou de décadas para ser celebrada?

Tendo como pano de fundo esse paradoxo, esta tese situa-se dentro do tema da produção do conhecimento e da ciência e sua disseminação. Ela se encontra dentro de um questionamento amplo que os acadêmicos, cientistas e especialistas das universidades, laboratórios, centros de pesquisa devem se fazer, de vez em quando, a respeito de como funciona a disseminação de seus estudos, como a comunidade científica tem acesso a alguns trabalhos e a outros não, e como a sociedade passa a conhecer e a reconhecer determinados pesquisadores em detrimento dos demais.

Como pesquisadora do Sul Global, de um campo de estudos amplamente dominado por obras em língua inglesa e pesquisadores da Europa e dos Estados Unidos, as Relações Internacionais, essa questão é provavelmente mais inquietante do que seria para um pesquisador, nascido, criado e formado nos Estados Unidos da América ou na Inglaterra.

Nesse sentido, e dentro desta temática ampla, traduzindo a curiosidade pessoal para a linguagem metodológica, a presente tese problematiza a seguinte questão: “Por que determinados autores e teorias ganham reconhecimento acadêmico/científico e difusão ampla de seus trabalhos em detrimento de outros?”

A hipótese aqui defendida é a de que pesquisadores e cientistas do Sul Global têm menos acesso aos principais circuitos de movimentação da produção científica e dos espaços de maior prestígio em reconhecimento acadêmico em função de critérios baseados no idioma, na vinculação institucional, na disciplina/temática trabalhada e,

muitas vezes, no gênero e raça. Dentro de uma lógica colonial, que coloca determinados idiomas, origens geográficas e assuntos em um patamar superior e outros em inferior, os pesquisadores e autores do Norte Global têm acesso privilegiado aos espaços de circulação global de suas produções, enquanto os do Sul, não.

Partindo da questão aqui exposta, estruturou-se a investigação a partir da chave teórica-epistemológica Decolonial<sup>1</sup>, justamente, pelo seu potencial aguçado de desvelar processos de poder, dominação e hierarquização do saber sob a ótica da colonialidade, que continua entranhada nas dinâmicas sociais dos países que passaram pelo processo de colonização. O primeiro capítulo aborda os efeitos deletérios da colonização e do colonialismo na América Latina, mesmo muito tempo depois da emancipação formal de seus países, em seus mais variados aspectos. Nesta construção, são abordados os trabalhos e as influências de autores como Aimé Cesáire (2022), Frantz Fanon (1968), Edward Said (2021), Gayatri Spivak (2021), Homi Bhabha (2014), por exemplo.

As reflexões decoloniais de qual é o lugar que a América Latina ocupa na produção acadêmico-científica e na difusão do conhecimento, considerando a geopolítica do conhecimento e a colonialidade do saber, estruturam as lentes críticas que observam o problema aqui colocado. Nesse aspecto, o pensamento de autores como Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano (2005), Nelson Maldonado-Torres (2007), María Lugones (2019), Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007) são importantes referências.

Essa perspectiva teórica e epistemológica Decolonial alicerça o questionamento acerca das possibilidades de produção, disseminação científica e reconhecimento acadêmico de autores, pesquisadores e professores do Sul Global, principalmente, em disciplinas criadas, desenvolvidas e estruturadas, no Norte Global, por especialistas e instituições dessa parte do mundo, a partir de suas perspectivas, interesses e problemas.

Nesse sentido, esse arcabouço teórico é utilizado para evidenciar a desigualdade no prestígio acadêmico e na disseminação do conhecimento de pesquisadores do Sul Global em relação aos do Norte, em função de mecanismos que hierarquizam e dividem o trabalho científico dessas regiões do mundo com base em critérios que reforçam a desigualdade. O trabalho de Boaventura Santos (2009) é fundamental para esta discussão aqui estabelecida.

Instituindo esse ponto de vista teórico, organiza-se a tese em duas partes que se encontram e se articulam no sentido de reforçar a hipótese defendida e construir, de

---

<sup>1</sup> Marginalmente, pode-se dizer que a tese também toca a perspectiva Feminista.

maneira adequada, o argumento. Primeiramente, é apresentada uma comparação entre o trabalho de uma pesquisadora do Norte Global, conhecido e prestigiado amplamente no mundo, e o trabalho anterior a esse, com um raciocínio analítico muito semelhante do Sul Global, mas que não chega perto desse reconhecimento e disseminação atingidos: Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez. Isso é realizado no segundo e no terceiro capítulos.

Kimberlé Crenshaw (1959-), advogada estadunidense da universidade de Stanford, desenvolveu um raciocínio acerca das opressões diferenciadas que recaem sobre as mulheres negras e que as políticas sociais e as medidas jurisprudenciais norte-americanas não pareciam capazes de alcançar e remediar. Para explicitar essa lacuna das políticas antidiscriminação dos EUA, ela desenvolveu o conceito de interseccionalidade (1989), que explicita como as mulheres negras não eram atendidas pelas medidas antirracistas, nem pelas medidas antimachistas aplicadas por governos e tribunais, necessitando de um olhar especial e ações direcionadas para suas necessidades. A trajetória da construção conceitual e metodológica do pensamento interseccional é apresentada no segundo capítulo desta tese.

Lélia Gonzalez (1935-1984), por sua vez, foi uma brasileira, pesquisadora e professora da área de Comunicação Social, mas com um interesse particular pela análise das desigualdades sociais do país e *insights* aguçados sobre a formação nacional e o pensamento social brasileiro. Além disso, refletia e trabalhava acerca das consequências socioeconômicas e estruturais dessas desigualdades, principalmente, para a população negra. Pesquisando a desigualdade no Brasil, Gonzalez enfocou a mulher negra dentro da sociedade brasileira, desde o período da colonização. Ela evidenciou como a sobreposição de opressões, gênero, raça e classe social, pesavam, substancialmente, para seu lugar de menor renda, menos escolaridade e piores condições de vida e discriminação.

Apesar da diferença de contexto de vida das duas pesquisadoras, sobressai a semelhança de raciocínio para explicar a dinâmica em que a mulher negra é colocada na sociedade, procurando demonstrar que, sobre ela, o resultado das opressões sobrepostas é maior e mais complexo do que uma simples soma aritmética. No terceiro capítulo, é explorada a trajetória e a obra de Lélia Gonzalez, além de outras perspectivas do pensamento feminista interseccional.

No quarto capítulo, a análise bibliométrica é utilizada para comparar os resultados obtidos pesquisando os nomes dessas autoras e os trabalhos por elas desenvolvidos em um dos principais bancos de dados acadêmicos existentes, o *Web of Science*.

Com a evidência empírica da desigualdade de disseminação e de citação dos nomes das autoras e de seus trabalhos, investigaram-se quais os critérios utilizados por esse tipo de bancos de dados e qual o modo como eles impactam as possibilidades de publicação e de divulgação. A ferramenta estatística é utilizada para comprovar, empiricamente, como as autoras de trabalhos semelhantes, mas de trajetórias e origens diferentes, são desiguais em termos de resultados em citações e ocorrências quando se busca por elas. Esse é o terceiro movimento argumentativo desenvolvido nesta tese.

A discussão sobre como funciona o Sistema Acadêmico Mundial (SAM), ancorada no trabalho de Fernanda Beigel (2016), é amalgamada a essa evidência quantitativa, que ganha sentido crítico com a perspectiva decolonial. A evidência da desigualdade dos indexadores de bancos de dados e do SAM é mais uma expressão da colonialidade do saber, que integra a geopolítica do conhecimento.

As colonialidades do poder, do ser e do saber, que se articulam e se inter-relacionam, os efeitos nefastos da colonização que não cessam com a independência política e jurídica formal, continuam moldando os padrões que organizam o Sistema Acadêmico Mundial. Nesse sentido, o SAM é organizado em bases que a produção científica do Norte é considerada uma fonte de conhecimento de valor universal e que circula no mundo inteiro como referência, enquanto o conhecimento gerado no Sul circula em nichos regionais, locais e de interesse temático ou linguístico limitado. Dessa forma, vão sendo amarradas a primeira, a segunda e a terceira pontas argumentativas desta tese.

É interessante perceber que, inclusive, os critérios e indexadores que norteiam o ranqueamento dos trabalhos nos grandes e principais bancos de dados do mundo, que deveriam funcionar de maneira neutra, objetiva, imparcial e meramente estatística, na verdade, trabalham com critérios coloniais que hierarquizam pesquisadores, seus trabalhos e instituições a partir de suas origens nacionais, institucionais, temáticas e de seus idiomas.

O que se tem, efetivamente, com a utilização desse tripé hierarquizante, é a construção de dois níveis de pesquisadores e trabalhos: superiores e inferiores. A lógica de definição é colonial: a superioridade intelectual, que deve circular no mundo todo e ser a referência científica é atribuída ao “centro” setentrional, enquanto a inferioridade é da periferia do mundo, que, de acordo com a divisão mundial do trabalho científico, deve seguir as teorias e diretrizes gerais do Norte, aplicando-as às suas realidades locais, de interesse limitado.

Dessa forma, ao tornar empiricamente evidente, por meio da análise bibliométrica, a assimetria na disseminação da produção intelectual e na atribuição de prestígio acadêmico entre as autoras, encerra-se a primeira parte da tese. A segunda parte, por sua vez, opera um deslocamento analítico do nível dos casos individuais (micro) para o plano da coletividade (macro). Trata-se, nesse sentido, de apreender o perfil do pesquisador do campo das Relações Internacionais, tanto no contexto brasileiro, quanto no cenário internacional. O propósito desse movimento consiste em identificar os agentes que detêm maior acesso aos mecanismos de consagração acadêmica e de ampla circulação de suas produções. Para tanto, procede-se à construção de um perfil baseado naqueles que publicam nos principais periódicos da área, em âmbito nacional e internacional, bem como naqueles que participam dos principais congressos do campo, no Brasil e no exterior. A partir dessa inflexão analítica, busca-se conferir maior robustez à hipótese, anteriormente apresentada, em um esforço de articular o individual e o coletivo, o teórico e o empírico.

O sexto capítulo, portanto, dedica-se à sistematização desse perfil, com vistas a elucidar quem são os pesquisadores do campo de Relações Internacionais que acessam e se inserem nos espaços de produção de prestígio acadêmico e de circulação de suas pesquisas. Aprofundando a discussão sobre a disseminação do conhecimento, foi realizada uma pesquisa quantitativa, buscando delinear o perfil dos autores que participam dos principais congressos e que são membros das associações de pesquisadores do campo das Relações Internacionais (RI) no Brasil e no exterior, bem como o perfil dos autores que têm seus artigos publicados nos principais periódicos brasileiros e estrangeiros desta área. Esse foco foi estabelecido em função de a publicação em periódicos e a participação em congressos serem as principais maneiras de se disseminarem os trabalhos produzidos, além de espaços privilegiados de construção de prestígio profissional e *networking*.

Esta pesquisa quantitativa que analisou os dados acerca do perfil de quem publica e de quem participa de congressos, na área de RI, no Brasil e no mundo, contribuiu para acentuar a evidência da desigualdade no acesso ao reconhecimento acadêmico e na disseminação do conhecimento científico, demonstrado pela comparação entre os resultados obtidos por busca em base de dados acadêmica de Lélia Gonzalez e Kimberlé Creenshaw, realizada na primeira parte.

Ao longo da investigação, objetivou-se a possibilidade de se contribuir com a crítica Decolonial e interseccional, apresentando um olhar descolonizador sobre a

produção, disseminação e reconhecimento acadêmico-científico e evidenciar que outros fatores e critérios influenciam o reconhecimento acadêmico mais que a qualidade ou a inovação dos artigos.

Valorizar as produções e pesquisadores do Sul Global, apresentar um perfil do pesquisador que publica e participa de congressos na área de RI, no Brasil e no exterior, e a utilização da análise bibliométrica e da pesquisa quantitativa como ferramentas críticas decoloniais também foram objetivos importantes desta investigação. Nesse sentido, também foi intuito desta tese contribuir com a descolonização do pensamento interseccional e colaborar para reestabelecer Lélia Gonzalez e o pensamento feminista negro brasileiro como referência fundamental.

Nesse raciocínio, explicar como funciona a disseminação e o reconhecimento acadêmico e explicitar como ele acontece, de modo diferente, dependendo da origem do pesquisador, sua instituição, sua área de pesquisa e idioma, e, como seus critérios fundamentais não partem da qualidade, faz parte de uma crítica decolonial que pretende desnaturalizar a forma como determinados autores, teorias e universidades são vistos como superiores, em detrimento de outros. Essa questão é particularmente importante para o campo das Relações Internacionais no Brasil, dominado por teorias, autores e temáticas estrangeiras.

Questionar os critérios que atribuem reconhecimento acadêmico e científico e conferem mérito superior a determinados trabalhos, autores e teorias, demonstrando que sua base é a lógica hierarquizante de determinados locais do mundo e do inglês, é a tentativa de proporcionar reflexão sobre as engrenagens da produção e da disseminação do conhecimento da comunidade científica, com o intuito de descolonizar as possibilidades e potencialidades da ciência produzida no Sul Global.

## **2. O PÓS-COLONIALISMO COMO CHAVE TEÓRICA E EPISTEMOLÓGICA DA DISCUSSÃO SOBRE DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E RECONHECIMENTO ACADÊMICO**

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar o Pós-colonialismo<sup>2</sup> como a lente teórico-epistemológica a partir da qual esta tese se desenvolve. Aqui são apresentados os focos de reflexão do pensamento pós-colonial, suas principais temáticas e autores. O objetivo é que o ponto de vista teórico da tese fique estabelecido para que o desenrolar dos próximos capítulos sejam compreendidos a partir dele, situando-a dentro da perspectiva teórica ampla na qual este estudo pretende se estabelecer.

O pós-colonialismo surge como abordagem teórica institucionalizada no campo da Linguística e da Teoria Literária e, dentro das Ciências Políticas, é uma perspectiva multidisciplinar que, como comenta Luciana Ballestrin (2014), fica situada na periferia da Teoria Política.

A abordagem pós-colonial dialoga com a Filosofia e com a História e tem características normativas, uma vez que pretende contribuir para a redução das desigualdades e para a melhoria da situação dos indivíduos que sofreram as opressões múltiplas advindas do processo colonizador, cujos efeitos são sentidos até os dias de hoje. Além disso, essa abordagem estabelece discussões sobre cultura, justiça, diversidade, identidade, diferença, entre outros temas (Ballestrin, 2014).

Luciana Ballestrin (2014) ressalta que a perspectiva pós-colonial existe antes de sua formalização como uma perspectiva teórica dentro do debate acadêmico, tendo relação com a vivência histórica dos processos de emancipação das colônias na África e na Ásia. A compreensão do pós-colonialismo envolve uma perspectiva histórica, temporal, local e cultural.

Assim como alguns autores preferem, Krishna (2009), por exemplo, a opção aqui não é estabelecer uma definição do que é pós-colonialismo, mas desenvolver uma espécie de genealogia da abordagem, no sentido de Michel Foucault.

Aureo Toledo (2021) destaca o fato de que o pós-colonialismo pode ter diferentes sentidos, dependendo do enfoque. Como esse autor desenvolve, pós-colonialismo pode

---

<sup>2</sup> Especificamente, esta tese se enquadra na vertente Decolonial. Aqui se entende o Pós-colonialismo como o grande guarda-chuva teórico que no qual o Decolonialismo também se insere. Oportunamente, nas seções 1.3 e 1.4 deste capítulo, a relação entre Pós-colonialismo e Decolonialismo e as suas diferenças são explicadas.

significar: i) período temporal, posterior ao colonialismo; ii) uma condição, um estado de coisas após o momento colonial; iii) uma tradição teórica que enfoca questões de raça, identidade, gênero, desigualdades, relações entre poder e conhecimento; iv) crítica literária que discute as visões estereotipadas e as interpretações que os colonizadores fizeram dos colonizados; e, por fim, v) o movimento anticolonial que abarca uma crítica a todas as formas de poder colonial.

É importante notar que a crítica ao colonialismo não surge com o pós-colonialismo. Autores marxistas, por exemplo, já faziam esse trabalho, assim como pensadores mais ou menos contemporâneos das lutas emancipatórias das colônias do século XX, principalmente na África e na Ásia, que dão vazão ao sentimento anticolonial do momento, precipitando o pensamento pós-colonial (Ballestrin, 2014).

Este capítulo está organizado em três seções iniciais que organizam as características do pensamento pós-colonial em três fases, definidas por Luciana Ballestrin (2014), além de uma subseção que aprofunda a ideia do “giro decolonial”; em seguida, tem-se uma sessão que apresenta o pós-colonialismo aplicado às Relações Internacionais. Por fim, a seção final do capítulo aborda as principais críticas que essa abordagem teórica recebe, elencadas pelo autor Sankaran Krishna (2009).

## **2.1 Primeira Fase do pensamento pós-colonial**

Na primeira fase do pensamento pós-colonial, mais do que pós-colonialismo, o que existe é um forte anticolonialismo. Essa fase, ao longo das décadas de 1950 e 1960, é marcada pelos movimentos revolucionários de libertação e descolonização da África e da Ásia e tem como referências intelectuais o Marxismo revolucionário, a Psicanálise, o Movimento Pan-africano e o pensamento Afro-diaspórico. Os grandes temas debatidos naquele momento eram o racismo, a negritude, a relação entre colonizado e colonizador, principalmente, a formação dessas identidades a partir dessa relação. Os autores expoentes eram, por exemplo, Aimé Cesáire e Frantz Fanon (Ballestrin, 2014)

Uma grande referência do pensamento pós-colonial e expoente da primeira fase é Franz Fanon. Ele é um autor muito estudado e que influenciou o trabalho de diferentes pensadores do século XX e XXI. Faustino (2019) comenta justamente que intelectuais de diferentes áreas acadêmicas foram influenciados por ele, como o brasileiro Paulo Freire, o filósofo esloveno Slavoj Žižek, o geógrafo inglês David Harvey e outros autores pós-coloniais como Edward Said e Homi Bhabha (Faustino, 2020).

A obra de Fanon é conhecida por seu tom biográfico (Miglievich-Ribeiro, 2020). O autor conta as vivências de um homem negro martinicano que foi para a França estudar medicina, serviu no exército pela França na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e lutou contra os nazistas no norte da África, posteriormente, tornando-se membro da Frente de Libertação Nacional, movimento revolucionário pela emancipação da Argélia. Além disso, a sua atuação como médico-chefe de psiquiatria em Blida-Joinville foi também referência para suas reflexões profundas que instigaram seus trabalhos. Seus temas principais são o racismo, a existência corporificada do homem negro, a necessidade de uma luta revolucionária contra o colonialismo com o intuito de promover e construir um novo mundo e uma nova sociedade (Fanon, 1968; 2008).

Seus trabalhos são referências básicas para o pensamento pós-colonial, “Pele negra, máscaras brancas”, de 1952, por exemplo, é uma obra na qual ele traz uma discussão que se tornou clássica dentro dessa perspectiva: o racismo e a hierarquia dos seres humanos fundamentada na raça, que desumaniza os negros, os colonizados, e faz com que eles tentem, ao máximo, se aproximar dos modos do colonizador, os brancos. Em sua visão, os negros buscam, embranquecer-se, porém, quase sempre, o fazem de maneira que não é bem-sucedida dentro de uma sociedade colonial que faz questão de manter as hierarquias e controles sociais bem demarcados (Fanon, 2008). A dualidade, a tensão e a relação entre colonizado e colonizador são abordadas de uma forma original e incitam outros autores pós-coloniais a também se debruçarem sobre essa temática.

O livro “Os condenados da Terra”, de 1961, por sua vez, é fruto de seu trabalho como médico psiquiatra na Argélia e demonstra sua dedicação em conhecer e curar as “psicopatias” do homem negro colonizado e seu mundo. Esse trabalho era também uma tentativa de curar a si mesmo: ao mesmo tempo, sujeito e objeto de suas reflexões. Esse autor, inclusive, critica como a “ciência neutra e objetiva” não existe nas colônias, uma vez que os argelinos eram tratados pelos médicos sempre com preconceitos que os retratam como mentirosos e com doenças imaginárias (Fanon, 1968).

Diante da invisibilidade do homem negro na sociedade, desumanizado e animalizado em função de sua cor, Fanon (2008) desenvolve nova proposta que tem relação com a ideia de negritude que aparece no trabalho de outro pensador dessa fase, Aimé Césaire, que será tratado adiante. Para Fanon, a afirmação da negritude deveria ser utilizada como uma forma de resistência, como uma posição política, para que, no lugar de inferiorizada, pudesse se tornar motivo de orgulho. Desse modo, seria desenvolvido, nas palavras do próprio autor, “um novo humanismo”, diferente daquele europeu que

coloca o homem branco no centro, “desracializado”, e visto como universal: “E então? Então, calmamente, respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prová-lo. Em direção a um novo humanismo...” (Fanon, 2008, p. 25).

Aimé Césaire é outro autor destacado nessa fase e tem muito em comum com Fanon. Além de poeta e dramaturgo, foi político de carreira, tendo sido prefeito de Fort-de-France, deputado da assembleia nacional francesa pelo Partido Comunista Francês e, posteriormente, fundador do Partido Progressista Martiniquês, do qual também se elegeu deputado. Com trajetória parecida a de Fanon, Césaire também nasceu na Martinica, estudou e se formou em Paris. Sua atividade política foi contínua e se mistura com seu trabalho acadêmico-literário (Césaire, 2022).

Entre os temas principais desse autor, além da crítica ao próprio colonialismo, está a negritude, como mencionado. Césaire explora o tema buscando uma maneira de definir uma negritude para além das noções da hierarquização racial imposta pela dominação colonial, influenciando, de maneira definitiva, as discussões a respeito do tema raça.

Seu manifesto político-ideológico “Discurso sobre o colonialismo”, lançado no pós-Segunda Guerra Mundial, é um dos textos fundacionais de um pensamento radical contra o colonialismo. Nesse texto, ainda sob o impacto da guerra devastadora, a crítica é contra a Europa e seus “métodos e princípios hipócritas”. Aimé Césaire (2022) denuncia que “A Europa é indefensável” (Césaire, 2022, p. 161), no sentido em que trai todos os seus princípios morais e filosóficos de razão e humanismo no modo como empreende o colonialismo. Ele argumenta que a violência e a barbárie da guerra, empreendida na Europa, foi apenas uma amostra do que os europeus sempre fizeram nas colônias, com a diferença que, ali, eram empregadas contra outros europeus.

Dessa forma, a crítica de Césaire denuncia que o colonialismo desumaniza a todos os envolvidos, colonizado e colonizador. O colonizado é tratado como um ser de segunda classe, não humano, de modo animalesco, violento e, muitas vezes, cruel. O colonizador, por outro lado, ao empreender esses métodos, também se desumaniza. De acordo com Aimé Césaire (2022), o colonizador precisa se embrutecer, se encher de ódio racial e violência, esquecer seus padrões e princípios morais, para empreender a colonização. Outro ponto interessante desse manifesto é a crítica que o autor faz à nação como uma “invenção burguesa”, precursora da catástrofe:

Os índios massacrados, o mundo muçulmano exaurido de si mesmo, o mundo chinês contaminado e desvirtuado por todo um século; o mundo negro desqualificado; vozes prodigiosas para sempre extintas; lares dispersos ao vento; todo esse estrago, toda essa dilapidação, a humanidade reduzida ao

monólogo, e creem que isso tudo não tem seu preço? A verdade é que nessa política está inscrita a ruína da própria Europa, e a Europa, se não tomar cuidado, padecerá do vácuo que gerou ao seu redor (Césaire, 2022, p. 206).

É interessante notar como os trabalhos desses autores trouxeram temas e visões de mundo extremamente ligadas a suas vivências e experiências, suas reflexões pessoais, principalmente sobre o racismo e o colonialismo e os seus efeitos nos indivíduos e nas sociedades em que viviam. Além disso, tem destaque o engajamento político, seja com movimentos de libertação, seja com a política formal, evidenciando a estreita relação com a prática engajada.

Esses autores e suas obras tiveram influência e impacto imensuráveis em outros autores preocupados com a questão colonial e seus efeitos perniciosos nas sociedades e nos indivíduos, mas também pavimentaram um caminho pós-colonial (sem que ainda tivesse essa nomenclatura) para pesquisadores e grupos que vieram posteriormente.

## **2.2 Segunda Fase do pensamento pós-colonial**

Ainda na classificação de Ballestrin (2014), a segunda fase do pós-colonialismo é aquela que se passa no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nessa fase, o contexto era bem diferente da primeira, caracterizado pela expansão da globalização e a chamada Pós-modernidade.

Os principais destaques foram autores como Edward Said, Gayatri Spivak, Homi Bhabha, entre outros. Os Estudos Subalternos Indianos, Estudos Culturais, Pós-estruturalismo, Desconstrutivismo e a Pós-modernidade eram algumas das influências intelectuais que definiram o momento. Nessa fase, os autores trabalham, principalmente, com as consequências e efeitos do Imperialismo britânico e francês, enfocando as relações complexas e imbricadas entre o colonizado e o colonizador e a construção da ideia e da identidade que são atreladas aos conceitos de Oriente e Ocidente, por meio de análises vinculadas à Linguística e Literatura (Ballestrin, 2014).

Em termos de desenvolvimentos teóricos e das principais discussões desenvolvidas dentro da perspectiva pós-colonial em geral, e especificamente na chamada segunda fase, é importante destacar a obra de Edward Said. Esse autor merece destaque aqui, porque faz uma interessante ponte entre a Teoria Literária e a Ciência Política e as Relações Internacionais. Seu trabalho enfoca as relações entre Ocidente e Oriente, o

Orientalismo, o oriental como “o outro”, entre outros temas seminais para discussões e reflexões no campo, com influências e desdobramentos profundos.

O livro de Said, “Orientalismo”, de 1978, é uma obra basilar da perspectiva pós-colonial e exemplo de suas discussões multidisciplinares, críticas e abrangentes, que apontam para debates que não se encerram em si mesmos. Nessa obra, o autor procurava analisar os discursos que o Ocidente elaborou a respeito do Oriente, de modo que foi construído um “estereótipo estratégico”, que colaborou para a manutenção da hegemonia e dominação ocidentais. Nas palavras do autor:

[...] um estudo sobre a maneira como o poder, a erudição e a imaginação de uma tradição de duzentos anos na Europa e na América viam o Oriente Médio, os árabes e o Islã (Said, 2021, p. 438).

No posfácio de 1995, o próprio Edward Said analisa a imensa repercussão do livro, discute e responde a críticas recebidas e a debates desencadeados por suas ideias. Por meio da análise de uma série de textos clássicos do Orientalismo, principalmente inglês e francês, Said procura demonstrar como essa tradição erudita serviu para construir historicamente a identidade<sup>3</sup> e a imagem do Oriente, por um lado, e, em uma relação dialética, a do Ocidente. De forma diametralmente oposta e, por consequência, a construção do Oriente como o “outro” do Ocidente, fez com que a própria identidade ocidental fosse construída e consolidada.

Nesse sentido, o que o Oriente e o oriental têm de inferioridade, selvageria, barbárie, incapacidade para atividades complexas como o autogoverno, simplicidade de

---

<sup>3</sup> A construção da identidade é um tema caro às Ciências Humanas e discutido por muitos autores, a partir de diferentes perspectivas sociológicas e políticas. Vale notar o trabalho de Stuart Hall (2006) que define que a identidade está sempre em construção e transformação, não sendo algo unificado e pronto. O sujeito é fragmentado, composto por várias identidades, que podem até mesmo ser contraditórias entre si. Esse autor ressalta a importância dos sistemas culturais e sociais nos quais o sujeito vive para que ele se posicione em termos identitários de maneira móvel. Hall (2006) destaca a importância da diferença para a demarcação identitária, assim como da globalização desde o final do século XX, evidenciando que as identidades se tornam politizadas a partir dos contextos culturais e sociais do tempo e do espaço em que vivem os sujeitos. Considerando esses aspectos sociológicos mais abrangentes acerca da formação da identidade, é importante destacar que Edward Said (2021) trata das generalizações históricas dentro do que ele chama de “cânone orientalista” e que serviu para a construção da ideia de Oriente no imaginário ocidental. Estudando um corpus produzido por especialistas europeus acerca dos mais variados assuntos sobre os territórios dominados no Oriente, Said (2021) descreve a produção desse sistema de conhecimento erudito, o “Orientalismo”. Seu propósito não era descrever o processo sociológico de construção das identidades ou estudá-lo profundamente, mas demonstrar como um sistema de ideias marcado pela dominação, hierarquia, poder e hegemonia de um povo sobre outro atuou na produção de sentidos e demarcação de identidades contidas nas ideias de Oriente e Ocidente e que foram naturalizadas ao longo do tempo e da convivência entre colonizado e colonizador.

pensamento, luxúria e exotismo, o Ocidente e o ocidental teriam exatamente as características contrárias. Said, assim, mostra que a construção dessas imagens e dessas identidades é artificial, ainda que o senso comum ocidental a trate como um dado natural. Em suas palavras: “[Oriente e Ocidente] (...) não correspondem a nenhuma realidade estável que exista como fato natural” (Said, 2021, p. 440).

A partir dessa análise e crítica literária, Edward Said (2021) argumenta que o Orientalismo, como um robusto e convincente sistema de pensamento, teve influência cabal na política e nos governantes europeus, no empreendimento imperialista, no tratamento dos europeus em relação aos povos colonizados e na produção de conhecimento de áreas como Geografia, Literatura, Linguística, História, Sociologia, Biologia, entre outras.

Não apenas durante o período imperialista, mas centenas de anos depois, nos séculos XX e XXI, de acordo com o argumento de Said, o Orientalismo continua influenciando não apenas a produção de conhecimento sobre a região do Oriente Médio, seu povo, sua língua, suas tradições, mas também a implementação de políticas e a tomada de decisão de governos acerca desses territórios e pessoas (Said, 2021).

Essa análise audaciosa e perspicaz acerca da criação de identidades, do colonizado e do colonizador, e seu impacto sobre a realidade política e social do Oriente Médio gerou debates, polêmicas e influenciou profundamente os estudos culturais e o campo do conhecimento com interesse na abordagem pós-colonial, de maneira que o próprio autor provavelmente não imaginou.

A partir da década de 1970, o Grupo de Estudos Subalternos, na Índia, desenvolveu, paralelamente, um importante trabalho de crítica à colonização e que tinha o intuito de desenvolver uma historiografia indiana que não fosse eurocêntrica ou colonial. A ideia era fugir dos conceitos da “história geral” e procurar a história popular da Índia, dos “subalternos”. Esse era um reflexo de um movimento mais amplo de uma profunda crítica à modernidade<sup>4</sup>, que buscava a desconstrução de suas narrativas e de suas categorias no que tange seus efeitos na Índia colonial e após (Krishna, 2009).

---

<sup>4</sup> A Escola de Frankfurt é uma referência importante em termos de crítica à modernidade. Autores como Theodor Adorno e Max Horkheimer, expoentes dessa escola de pensamento, desenvolveram um trabalho no sentido de criticar duramente a sociedade de consumo em que todas as searas da vida humana haviam sido tomadas pelo capitalismo e pelo mercado (Adorno & Horkheimer, 2014). Esses autores criticam a arte e o fazer científico que haviam sido mercantilizados pela lógica capitalista e tomados pela racionalidade instrumental (Abercrombie, Hill & Turner, 2006). Nesse raciocínio, a modernidade marcada pelo capitalismo, pela ciência e pela democracia e que, supostamente, levariam a humanidade ao progresso, é subvertida pela mercantilização de todas as esferas da vida humana e pelo predomínio da racionalidade

Esse grupo merece destaque porque, como será apresentado adiante, é uma importante inspiração para o decolonialismo que surge na América Latina, como uma absorção e apropriação da ideia pós-colonial para a história e características peculiares do continente. Como será discutido mais adiante, o grupo Colonialidade/Modernidade, na América Latina, continuou com a preocupação em discutir as profundas ligações entre a modernidade europeia e o colonialismo pioneiro na América, desenvolvendo ideias originais baseadas nessa experiência (Ballestrin, 2014).

Na década de 1980, Gayatri Spivak, outro expoente do campo e ligada ao Grupo de Estudos Subalternos indiano, publica, em 1985, “Pode o subalterno falar?”. Nesse ensaio canônico, a autora questiona a posição do intelectual pós-colonial e alerta para a armadilha de se reproduzirem as estruturas de opressão que ele quer denunciar, se optar por falar pelo subalterno. O argumento de Spivak (2021) é o de que, ao tentar intermediar a denúncia pelo subalterno, o intelectual acaba por silenciá-lo, assim como as estruturas de poder o fazem. A proposta da autora é não falar pelo subalterno, mas atuar contra a subalternidade para a construção de espaços em que ele possa se articular e ser ouvido.

Esse é mais um trabalho que, dentro do escopo pós-colonial, questiona estruturas de produção e reprodução do conhecimento e abre novas e influentes discussões na área. Ele antecipa a preocupação entre os pesquisadores e autores pós-coloniais em não invisibilizar ainda mais os marginalizados, além do intuito de revelar as opressões. A proposta de Spivak (2021) é de constante alerta para que o intelectual pós-colonial não atue como mais uma expressão das opressões que recaem sobre os grupos oprimidos.

Em outro enfoque, Homi Bhabha é também um importante precursor e expoente dessa fase pós-colonial dos anos 1980, quando despontavam os estudos culturais e literários. Professor da Universidade de Chicago, seu denso e profundo trabalho explora as relações tensas e imbricadas entre colonizado e colonizador, principalmente, no contexto indiano.

Em “O Local da Cultura”, de 1994, Bhabha investiga a complexa relação entre colonizador e colonizado. Ele explora essa tensão de modo bastante original, elaborando seus desdobramentos não apenas pelo lado do colonizado, mas do colonizador também.

---

instrumental, o que, no limite, levaria a humanidade à barbárie. Autores decoloniais como Enrique Dussel (2000) seguem essa tradição crítica, porém com o objetivo de demonstrar que mesmo a crítica à modernidade feita pela Escola de Frankfurt é eurocêntrica. Dussel (2000) chama atenção para as grandes navegações, a colonização da América e a importância que esses eventos tiveram para a construção da modernidade europeia, ao passo que representou a barbárie para os povos originários americanos.

Ele trata da ambivalência do colonizador que tem certeza de sua superioridade diante do colonizado, mas precisa que essa superioridade seja reconhecida e reafirmada pelo próprio colonizado, buscando a admiração dele, esse ser inferior. Pelo lado do colonizado, Bhabha (2014) explora o sentimento de contradição: a vontade de ser como o colonizador e ocupar o seu lugar de superioridade, ao mesmo tempo em que tem a necessidade de se vingar como colonizado e, para isso, precisa estar nessa posição subalterna.

Para o autor, esse seria o cerne do ser pós-colonial: a fratura, a contradição. Em um de seus mais importantes e influentes conceitos, Homi Bhabha<sup>5</sup> (2014) trata do hibridismo: o colonizado precisa assimilar e aprender com o colonizador, porém essa assimilação nunca é exata, é sempre algo diferente do original. Não chega a ser algo considerado “errado”, mas também não é o “certo”, é uma terceira representação que mistura um pouco dos dois. Nesse mesmo sentido, o autor fala sobre a mímica<sup>6</sup> desempenhada pelo colonizado diante do colonizador imitando, aprendendo, assimilando, de forma tão obediente e subordinada que aquela atitude acaba por resvalar em uma paródia ou deboche:

O que vale dizer é que o discurso da mímica é construído em torno de uma ambivalência; para ser eficaz, a mímica deve produzir continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença. A autoridade daquele modo de discurso colonial que denominei mímica é, portanto, marcada por uma indeterminação: a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa. A mímica é, assim, o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que se “apropria” do Outro ao visualizar o poder. A mímica é também o signo do inapropriado, porém uma diferença ou recalitrância que ordena a função estratégica dominante do poder colonial, intensifica a vigilância e coloca uma

---

<sup>5</sup> Sankaran Krishna (2009) aponta que o estilo desenvolvido por alguns autores pós-coloniais, conhecido por ser uma prosa densa, profunda, com análise linguística e psicológica, considerado, muitas vezes, de difícil compreensão, acaba por mistificar e obscurecer o sentido do colonialismo, suas desigualdades e o racismo. Nessa crítica, em especial, Homi Bhabha é citado como “mestre da mistificação política e do obscurecimento teórico” (Krishna, 2009, p. 111). A crítica situa-se no fato de que, ao contrário de analisar as estruturas da dominação e da exploração do colonialismo e de robustecer o chamado para a luta e para a resistência dos oprimidos nas ex-colônias, esse estilo pós-colonial do qual Bhabha é ícone, acaba por se perder em meio a ênfase exagerada em aspectos culturais, linguísticos, psicológicos individuais de colonizados ou colonizadores, de maneira fragmentada. Em outro argumento crítico, Krishna (2009) liga alguns aspectos teóricos do trabalho de Bhabha à invisibilização das lutas dos povos indígenas e originários de países que foram colonizados, especificamente, a ideia de hibridismo. O que Krishna (2009) apresenta é que a ênfase no hibridismo reforça “oposições binárias”, o que seria uma “forma reacionária e conservadora de essencialismo” (Krishna, 2009, p. 124). Pode-se dizer ainda que essa noção pode levar a uma perigosa romantização da miscigenação que, como se sabe, ocorreu, muitas vezes, de forma violenta e preconceituosa, como por exemplo, em tentativas de branqueamento das populações, como foi o caso brasileiro (Kyrillos, 2020).

<sup>6</sup> No inglês original, “mimicry”.

ameaça imanente tanto para os saberes “normalizados” quanto para os saberes disciplinares (Bhabha, 2014, p. 146).

Os trabalhos e temas desses atores envolveram novas perspectivas dentro da abordagem pós-colonial e aprofundaram reflexões linguísticas, identitárias, psicológicas e estéticas dentro da crítica ao colonialismo, especialmente, britânico e francês. A influência desses autores e dessa fase afeta uma nova leva de autores, que procura trabalhar com a perspectiva pós-colonial em diferentes regiões geográficas, a América Latina, especificamente, em variadas disciplinas teóricas e áreas do conhecimento.

### **2.3 Terceira fase do pensamento pós-colonial**

Na terceira fase, nos anos 2000, em uma América Latina tomada pelo neoliberalismo, como identifica Ballestrin (2014), ocorre o chamado “giro decolonial”. Nessa etapa, as influências são a Teoria da Dependência, a Filosofia da Libertação, a Teoria dos Sistemas-Mundo, o trabalho do Grupo de Estudos Subalternos Indianos e Latino-americano, o Feminismo latino-americano, o Marxismo periférico, principalmente. O debate desse momento acontecia acerca da relação entre modernidade e colonialidade, o eurocentrismo e a geopolítica do conhecimento. Importantes nomes da produção intelectual dessa fase foram Walter D. Mignolo, Catherine Walsh, María Lugones, Nelson Maldonado-Torres, entre outros.

Inspirados principalmente pelo Grupo de Estudos Subalternos indiano, o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos se debruça sobre a experiência de colonização da América Latina, a pioneira, com suas características peculiares e que precisavam ser analisadas mais profundamente dentro dessa perspectiva.

Aníbal Quijano, um dos nomes centrais desse momento, desenvolve discussões originais sobre a colonialidade, suas características e seus efeitos, considerando essa ideia em uma “tripla dimensão” que abarca o ser, o saber e o poder, que não cessam com o fim do efetivo poder colonial sobre os territórios e povos colonizados, mas que se prolongam além deste (Ballestrin, 2014).

Nesse sentido, tem-se a ideia de poder em destaque, que, na perspectiva colonial, é caracterizada por uma “estrutura complexa de níveis entrelaçados”. Como apresenta Luciana Ballestrin (2013), dentro da ideia de colonialidade do poder, estão relacionados e interligados vários níveis de controle: o controle da economia, o controle da autoridade,

o controle da natureza e dos recursos naturais, o controle do gênero e da sexualidade, o controle da subjetividade e do conhecimento (Ballestrin, 2013, p. 100).

Sobre a colonialidade, Maldonado-Torres (2007) demarca que ela sobrevive ao colonialismo, enquanto este a precede. Isso significa que a colonialidade é o padrão de poder oriundo do colonialismo, mas que ultrapassa as relações formais de poder, manifestando-se nas relações intersubjetivas do mercado capitalista e na ideia de raça, materializando-se no trabalho, na autoridade e no conhecimento.

Quijano (2005) também explora a profunda relação existente entre a colonialidade e a modernidade, outro tema que passa a marcar os debates do pós-colonialismo latino-americano. No desenvolvimento da ideia de colonialidade, em todas as suas dimensões, Quijano (2005) mobiliza importantes conceitos. Em primeiro lugar, há o destaque para a “invenção” da raça, isto é, a raça utilizada para hierarquizar e categorizar os seres humanos, legitimando as relações de dominação existentes na colonização. Outra ideia importante, mobilizada por esse autor na discussão da colonialidade, é o capitalismo. Em sua visão, o capitalismo atua como controle e exploração do trabalho, dos recursos e dos produtos daqueles seres humanos racializados e, portanto, inferiores, que são utilizados como base fundamental desse padrão econômico global.

Posteriormente, autoras como María Lugones (2019) adicionam a essas categorias a questão do gênero e do patriarcado, como sendo também fundamentais na articulação dessas relações de dominação que se hierarquizam para a estrutura econômica global desenvolvida em torno de um padrão eurocentrista de acumulação das riquezas e dos benefícios da produção. A contribuição do pensamento feminista latino-americano para a expansão e desdobramentos do debate decolonial é importante ao adicionar mais essa dimensão da opressão.

Continuando a tratar da colonialidade, especificamente sobre a colonialidade do poder, Quijano (2005) entende que ela é uma complexa categoria que envolve e sobrepõe relações de dominação e exploração em âmbito global, a partir da associação entre o colonialismo, o racismo, e o capitalismo. Desse modo, a colonialidade é a face da modernidade europeia que cabe à América Latina. Ela é ancorada no processo de expansão marítima e conquistas de territórios além-mar (Quijano, 2005).

## 2.4 O giro decolonial: dissidências internas dentro da terceira fase<sup>7</sup>

O “giro decolonial” acontece entre pensadores pós-coloniais da América Latina que resolvem aprofundar suas dissidências e críticas em relação ao pensamento europeu e em termos das peculiaridades latino-americanas da vivência colonial. Mais do que inserir a América Latina no debate pós-colonial por inspiração do Grupo de Estudos Subalternos indiano, esses pensadores queriam romper, de maneira mais drástica, com teorias, epistemologias e influências europeias em suas análises. É nesse contexto que surge o Grupo Modernidade/Colonialidade, que, mais do que um grupo de estudos, era um verdadeiro programa de investigação, e que os autores identificados com ele vão, aos poucos, passando a utilizar o termo decolonial para tratar de seus debates (Ballestrin, 2014).

Walter D. Mignolo (2008) é um dos autores que faz parte dessa dissidência e aprofunda os motivos que levaram a ela, debatendo sua visão epistemológica decolonial. Como o autor entende: “[...] a opção de-colonial se abre à variedade e diversidade de possibilidades epistêmicas e políticas, forçadas pela supremacia triunfalista do Ocidente como a única partida (no sentido de partida de futebol e não partido político) no mundo<sup>8</sup>” (Mignolo, 2008, p. 280). Desse modo, fica evidenciada a opção por uma epistemologia alternativa, eclética, aberta, diversa, que não se prende aos padrões tradicionais e positivistas, além de eurocentralizados, da ciência e do conhecimento.

Ainda de acordo com Mignolo (2010), o projeto decolonial difere do projeto pós-colonial, porque traz consigo o “desprendimento” epistêmico de toda a esfera social, enquanto o projeto pós-colonial e mesmo o da Teoria Crítica continuam operando dentro da academia europeia e estadunidense. Assim, para o autor, esse seria um “giro epistêmico decolonial”, que liberta a possibilidade de outras epistemologias, outras formas de entender, outras economias, outras políticas. Dessa forma, a decolonialidade representa a superação da noção de que há um ideal de sociedade que se impõe (o europeu) sobre aqueles que são diferentes.

---

<sup>7</sup> Um aspecto fundamental que acontece dentro das discussões e debates proporcionados na terceira fase do pensamento pós-colonial é o chamado “giro decolonial”. Por sua importância e consequências no desenvolvimento dessa perspectiva, considerou-se necessário aqui um subtópico próprio, ainda dentro da terceira fase do pensamento pós-colonial.

<sup>8</sup> La opción de-colonial se abre a la variedad y diversidad de posibilidades, epistémicas y políticas, apabulladas por la supremacia triunfalista de Occidente como el único partido (en el sentido de partido de fútbol, y no de partido político) en el pueblo.

Em uma tentativa de resumir a ideia da decolonidade, Luciana Ballestrin (2014) explica:

Basicamente, a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. Ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente. O mesmo se aplica às outras influências recebidas que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento da construção teórica do grupo. Contudo, aquilo que é original dos estudos decoloniais parece estar mais relacionado com as novas lentes colocadas sobre velhos problemas latino-americanos do que com o elenco desses problemas em si (Ballestrin, 2014, p. 108).

Dessa forma, mais do que complementar ou se contrapor ao pós-colonialismo de vertente mais tradicional, baseado, principalmente, nas experiências da colonização afro-asiática, o giro decolonial, que o pensamento latino-americano faz, a partir da influência do Grupo de Estudos Subalternos Indiano, é na direção de radicalizar suas premissas críticas à dominação e exploração eurocêntrica.

A perspectiva latino-americana decolonial tem, como um de seus objetivos, a ruptura com as vertentes europeias de pensamento do pós-estruturalismo e do pós-modernismo que influenciava fortemente o pós-colonialismo até então. O giro decolonial, que é feito pelos pensadores latino-americanos, busca uma matriz de conhecimento crítica à epistemologia tradicional eurocêntrica. Seu intuito é criar uma base epistemológica e científica mais diversa e plural, enraizada em suas experiências singulares.

Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007) defendem o uso do conceito de “decolonialidade”:

O conceito de ‘decolonialidade’, que apresentamos neste livro, resulta útil para transcender a suposição de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo os quais, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na periferia, vivemos agora em um mundo descolonializado e pós-colonial. Nós partimos, em oposição, do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante séculos de expansão colonial europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia. Assistimos, isso sim, a uma *transição do colonialismo moderno para a colonialidade global*, processo que certamente transformou as formas de dominação implementadas pela modernidade, porém não a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial. (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 13, tradução nossa)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> El concepto ‘decolonialidad’, que presentamos en este libro, resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonializado y poscolonial. Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de Expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una *transición del colonialismo moderno a la*

Explicando melhor, os autores trazem a ideia de que a decolonialidade é importante para reforçar que, com a emancipação jurídica e a criação dos Estados-nação soberanos nas ex-colônias, o mundo não passou a ser pós-colonial. No entendimento desses autores, a divisão internacional do trabalho entre centro e periferia e a hierarquização étnico-racial das populações continuou mesmo com o fim da administração colonial. O uso do termo decolonial, portanto, tem o intuito de reforçar a continuação da colonialidade, após o término do colonialismo e que, por isso, as ex-colônias não vivem em situação pós-colonial.

Como resumem Quijano e Wallerstein (1992), “[A] independência não desfez a colonialidade, ela meramente transformou sua forma exterior (Quijano; Wallerstein, 1992, p. 550, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Nesse raciocínio, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) defendem que a decolonialidade é necessária para continuar o processo de descolonização em termos subjetivos, simbólicos, étnico-raciais, espirituais e de gênero que continuam em vigor nas populações periféricas. Além disso, esses autores afirmam que a perspectiva decolonial vem complementar, com uma abordagem discursiva e simbólica, aquilo que teorias críticas e marxistas já haviam feito, porém em termos da análise econômica da relação hierárquica e subordinada, que se manteve entre o centro e a periferia do sistema internacional, após o fim do colonialismo. É nesse sentido que Walter Mignolo (2010), lembrando outros autores, reforça a necessidade de se descolonizar “a mente, o imaginário, o dizer, os conhecimentos e o ser” (Mignolo, 2010, p. 9).

Nesse processo de ressignificação de longo prazo, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) demarcam que as relações capitalistas globais não são baseadas apenas em um sistema econômico, nem em um sistema apenas cultural, por isso a necessidade de aumentar o escopo da análise. Dessa forma, a colonialidade, necessariamente, vincula a colonização da América ao processo de constituição e expansão do capitalismo como economia mundo.

O uso do termo decolonialidade, dessa forma, tem o intuito, justamente, de reforçar as continuidades históricas entre o colonialismo e a colonialidade e que as relações de dominação colonial não se reduzem aos aspectos jurídico, político e

---

*colonialidad global*, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial.

<sup>10</sup> Independence did not undo coloniality; it merely transformed its outer form.

econômico no nível formal, mas sobrevive pela dominação cultural e epistêmica das sociedades (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

O problema de pesquisa proposto nesta tese insere-se, justamente, na investigação acerca da dimensão do controle do conhecimento, em uma perspectiva Decolonial, não porque pretende uma ruptura total com as matrizes de conhecimento europeias (se é que isso seria possível dentro do campo das Relações Internacionais), mas porque pretende desvelar os efeitos e consequências da colonialidade que continuam influenciando e moldando a produção do conhecimento e da ciência.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1 que resume e consolida as principais características e discussões que foram feitas acerca das três fases do Pós-colonialismo<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> A perspectiva pós-colonial e seus autores não foram e não são imunes às críticas. O autor Sankaran Krishna (2009) apresenta uma compilação das principais. Muitas dessas críticas são oriundas de pesquisadores de linhagem marxista e que consideram que o pós-colonialismo pouco acrescenta para a resistência dos povos marginalizados, para as lutas dos povos originários das ex-colônias, sendo praticamente conivente com o capitalismo neoliberal e com a globalização. Uma crítica incisiva que o autor apresenta é que, algumas vezes, principalmente, em análises literárias, os autores pós-coloniais colocaram ex-colônias de povoamento no mesmo bojo das ex-colônias de exploração, sem fazer a distinção imprescindível de seus processos históricos e do resultado que os diferentes tipos de colonização tiveram para os, mais tarde, países independentes (Krishna, 2009). Segundo os críticos, a perspectiva Pós-colonial reconfigura a dominação e a hegemonia existentes em outros termos, porém não acaba com elas. Os críticos também pontuam que o uso do termo “pós” é bastante negativo, porque dá a impressão de que a opressão sofrida pelas ex-colônias e pelos seus povos e sociedades é algo encerrado, o que mascara a situação corrente de contínua dominação, mesmo após as independências (Krishna, 2009). Também são feitas críticas contundentes em relação às trajetórias dos intelectuais pós-coloniais, em sua maioria, oriundos de classes abastadas em seus países natais subdesenvolvidos, que migram para países e universidades centrais, onde desenvolvem seus trabalhos. Nessa visão crítica, esses autores não saem de seus países periféricos por motivos políticos ou de pobreza, mas por oportunidades econômicas e por prestígio acadêmico (Krishna, 2009). Sobre este ponto, especificamente, será visto no quinto capítulo desta tese, que faz toda a diferença em termos da obtenção do reconhecimento acadêmico, uma vez que os critérios utilizados pelos principais bancos de dados acadêmicos do mundo utilizam critérios que hierarquizam as instituições e as origens dos pesquisadores. Krishna (2009) demarca que esses autores migrantes são considerados pela crítica como “simpatizantes” das metrópoles e por estarem profundamente vinculados à vida dos países centrais, são incapazes de julgamentos mais radicais ou análises mais profundas em relação à dominação e opressão causadas pelo imperialismo e o capitalismo neoliberal. Os autores pós-coloniais também são acusados de estarem mais em sintonia com os interesses metropolitanos em suas análises do que efetivamente em produzir um conhecimento que tenha significado para as sociedades ex-coloniais. Os críticos afirmam que esses autores parecem mais preocupados com as audiências das grandes universidades de elite da Europa e com inovações argumentativas e metodológicas do que em debater e atingir os problemas reais pelos quais os países periféricos, suas terras natais, passam (Krishna, 2009). Por falar contra essencialismos, contra o pensamento teleológico e por estar ligado a filosofias anti-humanistas, de autores como Foucault e Derrida, uma crítica incisiva que é feita ao pensamento Pós-colonial é que ele dificulta a luta contra fundamentalismos religiosos e governos autoritários. Os críticos entendem que essas questões, por serem vinculadas a tradições europeias e iluministas, são relativizadas pelo debate Pós-colonial, o que tem sido problemático para a política progressista (Krishna, 2009). Relacionado a isso, também é argumentado que o Pós-colonialismo não é original, uma vez que é fortemente influenciado pelo Pós-modernismo e pelo Pós-estruturalismo. Sankaran Krishna (2009) mostra ainda que os críticos afirmam que, por se prenderem ao efêmero e ao fragmentado em razão de suas influências intelectuais, os autores Pós-coloniais não conseguem fazer uma crítica histórica contextualizada do eurocentrismo, não percebem sua profunda vinculação com o capitalismo, que é a própria base de sua hegemonia. Outra questão importante que Krishna (2009) ressalta é que sua relevância foi perdida porque, após aparecer com *insights* originais, seus

definidas por Luciana Ballestrin (2014), antes de se prosseguir com a segunda seção em que será tratada a aplicação do pensamento pós-colonial propriamente na área de Relações Internacionais:

Tabela 1- Consolidação das características da perspectiva pós-colonial

Fase	Período	Alguns expoentes	Algumas obras de referência <sup>12</sup>	Temática
1ª Fase	Décadas de 1950 a 1960	Aimé Césaire e Frantz Fanon	“Pele negra, máscaras brancas” (Fanon, 1952), “Discurso sobre o colonialismo” (Césaire, 1950)	Engajamento político com movimentos de libertação colonial, discussão sobre negritude, racismo, sobre a vivência do homem negro em um mundo colonializado e hierarquizado.
2ª Fase	Décadas de 1970 e 1980.	Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Grupo de Estudos Subalternos	“Orientalismo” (Said, 1978), “O local da Cultura” (ensaios da Homi Bhabha, publicados entre 1985 e 1992), “Pode o Subalterno falar?”, (Spivak, 1985).	Discussão sobre a complexa e imbricada relação entre colonizado e colonizador, criação da ideia e da identidade do Oriente e Ocidente, dominação e hegemonia versus subalternidade e dominados.
3ª Fase	Década de 1990 em diante	Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, María Lugones, Nelson Maldonado-Torres, Grupo Modernidade/Colonialidade.	"Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina" (Quijano, 2000), " Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. (maldonado-torres, 2007), "Colonialidade e Gênero", (Lugones, 2019)	Giro decolonial. Os efeitos do colonialismo na América Latina. Colonialidade do ser, do poder e do saber. Geopolítica do conhecimento.

Fonte: elaborado pela autora, 2025

## 2.5 O Pós-colonialismo e o Decolonialismo no campo das Relações Internacionais

A perspectiva pós-colonial nas Relações Internacionais é relativamente recente. Ela aparece em contato e sintonia, principalmente, com as vertentes críticas do campo como a própria Teoria Crítica, o Feminismo, as perspectivas “pós” (Pós-estrutural e Pós-

---

questionamentos mais interessantes passaram a ser apenas repetidos em contextos diferentes. Vale notar que o Decolonialismo, isto é, a versão latino-americana do pós-colonialismo, que surge de divergências teóricas, políticas e metodológicas, a partir do “giro colonial”, mencionado na seção 2.4, compartilha muitas dessas ressalvas que são feitas à perspectiva pós-colonial que foram elencadas aqui. Muitas dessas críticas e supostas incoerências da abordagem são, justamente, o que embasa a dissidência decolonial, que elabora uma perspectiva própria, baseada nas especificidades da experiência colonial da América Latina (Ballestrin, 2014).

<sup>12</sup> Aqui, as datas são da primeira publicação.

moderna) e as correntes teóricas influenciadas pelo Marxismo. O pós-colonialismo nas Relações Internacionais traz consigo não apenas o questionamento acerca de padrões e estruturas de dominação, mas também teorias e conceitos naturalizados, assim como faz um amplo questionamento epistemológico.

Como menciona João Pontes Nogueira (2021):

[...] o pós-colonialismo nas Relações Internacionais é frequentemente tratado como um discurso ou um conjunto relativamente fluido de saberes influenciados pelo marxismo, pelo pós-estruturalismo e pelo feminismo, e voltado para as relações de dominação e resistência, para questões epistemológicas associadas às condições de produção de conhecimento e as formas alternativas de engajamento e ação política (Nogueira, 2021, p. 9).

Os temas abordados pelo pós-colonialismo em Relações Internacionais costumam estar relacionados com a formação, estruturação e possibilidades de ordens internacionais alternativas, modos de resistência, discussões sobre identidades, diferença, cultura, sendo relacionados e debatidos em contato com a questão da colonização e do eurocentrismo, típico e fundante do campo internacional. Também são debatidos os modos de dominação que abarcam questões econômicas, geográficas, políticas, questões de raça, gênero e da produção da ciência e do conhecimento (Nogueira, 2021).

Randolph Persaud e Alina Sajed (2018) elencam quais seriam as premissas fundamentais da crítica pós-colonial dentro do campo das Relações Internacionais: i) o “Terceiro Mundo” não apenas foi criado pelo sistema internacional, mas também participou da criação dele; ii) o Pós-colonialismo faz parte de uma tradição crítica ampla dentro das Relações Internacionais e não pode ser separado dela; iii) o sistema internacional moderno e a economia global não são resultado da evolução oriunda de uma fonte única; iv) Colonialismo e neocolonialismo, imperialismo e neo-imperialismo foram e continuam sendo forças centrais da construção da ordem internacional; v) o racismo, como prática e ideologia, é central na produção da ordem do mundo moderno e tem vinculação necessária com o gênero; vi) dominação e exploração baseadas no gênero foram centrais para a colonização europeia e para as intervenções imperialistas; vii) ideias e ações racializadas e generificadas foram centrais para vários projetos de construção de Estados, para a economia global e para as práticas de formulação de política externa, estratégia e segurança (guerras e intervenções humanitárias, por exemplo); viii) atores poderosos da ordem mundial eurocentrada estão reagindo para defender o *status quo* nos níveis internacional e nacional, em que políticas, cultura e ideologias

eurocêntricas dominam: tais reações conservadoras tomam múltiplas formas, entre elas, o nacionalismo e o populismo (Persaud; Sayed, 2018, p. 2).

Essa lista de premissas apresenta não apenas ideias fundamentais do Pós-colonialismo em Relações Internacionais, mas também apresenta temas e importantes debates que a referida perspectiva traz para o campo através de vários trabalhos, textos e discussões

Nesse sentido, o aspecto eurocêntrico da disciplina de Relações Internacionais é um dos principais focos de reflexão e questionamentos acerca da própria história que a disciplina conta sobre a formação do sistema internacional e sobre o seu estabelecimento como campo do conhecimento independente.

Sobre o tema, Benjamin de Carvalho, Halvard Leira e John Hobson (2011) são irônicos ao chamá-lo de “*big bangs*” das Relações Internacionais a narrativa vestfaliana de formação do Estado Nacional e, conseqüentemente, a formação do moderno sistema internacional de Estados a partir da Europa e o surgimento do campo das Relações Internacionais como uma ciência institucionalizada e específica, em 1919, no País de Gales. Mesmo que não sejam autores pós-coloniais, eles chamam atenção para narrativas artificiais e eurocentradas, que são ensinadas e repetidas à exaustão, sem debate crítico, como marcos fundadores do campo.

Ballestrin (2021) reforça que as Relações Internacionais demoraram a perceber como o eurocentrismo e o ocidentalismo moldam suas construções teóricas e sua visão histórica do sistema internacional, e quando isso aconteceu, “[...] todo um mundo não ocidental abriu-se aos pés da disciplina” (Ballestrin, 2021, p. 198).

Barry Buzan e Richard Little (2010) discutem, por sua vez, como essa visão ocidentalizada criou um viés profundo na História das Relações Internacionais que, em função disso, fica limitada ao se vincular exageradamente à ideia de Estado-nação e à periodização histórica conectada com a noção de tempo e espaço ocidentais. Além disso, esses estudos historiográficos trabalham quase sempre com uma perspectiva comparativa cuja referência é o Ocidente e, por isso, distorcem e menosprezam acontecimentos não-ocidentais.

Os autores apontam, como reflexo desses problemas da historiografia das Relações Internacionais, a tendência de menosprezar sistemas internacionais hierárquicos, assim como atores que não se configuram como Estados nacionais. Tais questões influenciam, por exemplo, a concepção da Teoria Realista de que a formação de balanças de poder entre os atores do sistema internacional é uma lei universal das relações

internacionais. Esses exemplos de discussão Pós-colonial nas Relações Internacionais demonstra o objetivo de se questionarem determinadas premissas e naturalizações que as perspectivas *mainstream* eurocêntricas fazem do campo e do funcionamento da política internacional.

Dentro dessa ótica, Buzan e Little (2010) chamam atenção para os diferentes desenhos que sistemas anárquicos adquirem, assim como o aparecimento de sistemas mais hierarquizados. Essa é uma consequência direta da teorização em Relações Internacionais baseada em uma perspectiva histórica ocidental que não trabalha com acontecimentos, atores, sistemas e organizações que estão fora desse foco.

Discutindo a construção do atual sistema internacional e seu funcionamento, é interessante notar que o trabalho Decolonial de Quijano e Wallerstein (2005) dialoga e contribui para a problematização desse tipo de questão no campo das Relações Internacionais e chamam a atenção sobre aspectos normalmente ignorados pelas teorias *mainstream*, no que tange à formação do sistema internacional, ao argumentar que a colonialidade foi um aspecto constitutivo do sistema, uma vez que, a partir dela, foram elaboradas as regras de interação entre Estados e sua hierarquia, o que não desapareceu com a emancipação das colônias.

Os autores também demarcam a importância da questão étnico-racial para a estruturação desse sistema, o que também é mencionado por Persaud e Sajed (2018) em sua quinta premissa da crítica pós-colonial do campo das Relações Internacionais, bem como apontam como a questão racial atua no sentido de construção das hierarquias e identidades dos Estados e da própria divisão internacional do trabalho entre eles, assim como faz com os indivíduos.

Esses aspectos ilustram como elementos do debate teórico crítico Pós-colonial e Decolonial trazem argumentos e questionamentos relevantes e originais para o debate do campo das Relações Internacionais sob perspectivas pouco comuns à área.

Epistemologicamente, como Persaud e Sajed (2018) antecipam, em seu segundo item de premissas fundamentais da crítica Pós-colonial dentro das Relações Internacionais, o Pós-colonialismo faz parte de uma tradição crítica mais ampla.

Sankaran Krishna (1993) contribui, de modo sucinto e importante, nessa questão, demarcando que, na perspectiva pós-colonial em Relações Internacionais, o posicionamento é que “[...] a realidade não é cúmplice de nossos esforços para teorizar sobre ela”, isto é, independentemente da existência de uma realidade material ou não, o que se tem, de fato, são representações de jogos de poder que procuram, de maneira

arbitrária, impor-se para decifrar essa realidade, que é impossível de ser acessada (Krishna, 1993, p. 386).

Krishna (2009) também elabora outra ideia que resume bem o modo como o Pós-colonialismo e o Decolonialismo pretendem trabalhar dentro do campo das Relações Internacionais: a necessidade de atuar para reconstituir as subjetividades e não apenas historicizá-las, como algumas teorias críticas de Relações Internacionais fazem, com o intuito de explicitar as questões do poder subjacente. O autor defende o esforço Pós-colonial de “[...] reconstituir as subjetividades para promover políticas que permitam mais<sup>13</sup>” (Krishna, 2009, p. 405).

Essa ideia traz a carga ativista e normativa que o Pós-colonialismo e o Decolonialismo têm. Ativista porque, como perspectivas teóricas, desde os movimentos de libertação anticoloniais, trazem em si o chamado para a ação, para o posicionamento político engajado, ao contrário de teorias que se pretendem neutras, comuns do *mainstream* nas Relações Internacionais.

No que se refere ao normativismo, este é relacionado ao fato de que tanto o Pós-colonialismo e o Decolonialismo têm em si a ideia de possibilitar mudanças efetivas na ordem mundial, no sistema econômico, nas estruturas de raça e gênero, na produção do conhecimento, ao desnaturalizar as categorias e padrões eurocentralizados, buscando equidade e justiça.

Outra temática que ganha relevo e é discutida dentro das perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais nas Relações Internacionais é a questão da diferença<sup>14</sup>, pouco

---

<sup>13</sup> Reconstituting subjectivity for a more enabling politics.

<sup>14</sup> A distinção entre diferença e desigualdade é um debate necessário para autores que trabalham, principalmente, com temas relacionados à igualdade, equidade, injustiças, preconceitos e discriminações. Stuart Hall (2006), por exemplo, demarca que as “sociedades da modernidade tardia” são, justamente, caracterizadas pela diferença. Esse autor explica que essas sociedades são “atravessadas por diferentes divisões e antagonismos”, produzindo diferentes identidades ou “posições de sujeito”. José D’Assunção Barros (2018) apresenta uma discussão aprofundada sobre igualdade, desigualdade de diferença. Esse autor entende que diferença e desigualdade são noções interdependentes, que mantêm interrelações dentro de sistemas sociais e políticos. Ele define que as diferenças são inevitáveis (e até desejáveis) e é por isso que os movimentos sociais procuram reduzir as desigualdades e não acabar com as diferenças. Eliminar as diferenças tem um caráter problemático, que carrega consigo um sentido homogeneizador, autoritário, remetendo a ideias de eugenia, genocídio e limpeza étnica. Por seu turno, combater a desigualdade é percebido com legitimidade. Para Barros (2018), as desigualdades são percebidas de maneira relacional, além de serem circunstanciais e históricas. As diferenças também têm uma característica de construção histórica, mas isso acontece de maneira diferente. Algumas diferenças podem ser percebidas como “naturais”, mas nem toda diferença “natural” é percebida como uma diferença socialmente relevante. A percepção de que certas diferenças são critérios que passam a afetar a vida social de determinados indivíduos e comunidades é algo que acontece no âmbito da cultura. Por exemplo, a cor da pele é um marcador de diferença que tem efeitos sociais na vida dos sujeitos e gera desigualdades, enquanto nascer ou não com os dentes do siso, não é. Ou seja, a cor da pele, assim como o gênero são diferenças que repercutem socialmente, produzindo desigualdades para a vida dos sujeitos, em função de construções

trabalhada no *mainstream* do campo. Naeem Inayanatullah e David Blaney (2004) procuram trabalhar com tal questão e a grande dificuldade que esse campo tem de lidar com ela. Ironicamente, em um campo chamado Relações Internacionais, a questão da diferença não recebe muita atenção teórica, quando comparado com outros assuntos. Em contraposição, esse é um dos temas caros à perspectiva Pós-colonial dentro do campo: as diferenças e as desigualdades. Os referidos autores fazem uma crítica interessante ao liberalismo, à narrativa vestfaliana, assim como à Teoria da Modernização, importante dentro da Economia Política Internacional, e que naturaliza<sup>15</sup> determinadas noções de diferença, desenvolvimento e progresso na geopolítica. De acordo com eles, um dos legados do mito fundador do sistema internacional na Paz de Vestfália é que:

Ao invés de apoiar a abertura ao outro e proporcionar uma visão da diferença como um recurso, o legado intelectual da era é uma penetrante suspeita acerca da diferença. Desordem e degeneração são pensadas como resultado da

---

históricas e culturais, enquanto outros marcadores de diferença, não. Outra noção importante trazida por Barros (2018) para a discussão é indiferença. A indiferença pode ser entendida como a desconstrução de diferenças ou desigualdades, no sentido de reduzir injustiças e produzir igualdade ou pode ser um processo de “indiferenciação”, isto é, de dominação, de subjugamento, de eliminação de identidades menosprezadas. É nesse sentido que entra a ideia de que não é possível tratar igualmente os desiguais e que são necessários mecanismos como os de “ação afirmativa”, que tem o intuito de estabelecer melhores oportunidades para indivíduos submetidos a desigualdades e discriminações, como o racismo. Essas políticas buscam regular situações em que um tratamento igualitário ou de indiferenciação, ao contrário de fazer justiça, reforça e amplia desigualdades. Discutindo temas semelhantes, Boaventura de Sousa Santos (1999) vê que na sociedade moderna o desenvolvimento capitalista cria processos de exclusão e de desigualdade. Ele demarca que a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, enquanto a exclusão é cultural e social. Importantes exemplos de hierarquização com elementos de desigualdade e exclusão são, justamente, o gênero e a raça. A sociedade moderna capitalista vê, então, a necessidade de regular esses fenômenos e mantê-los dentro de limites aceitáveis. Dessa forma, ela cria mecanismos de gestão da desigualdade e da exclusão. O Estado capitalista moderno é o responsável por atuar de maneira que mantenha os níveis de desigualdade e exclusão dentro de parâmetros que não torne inviável a integração dos indivíduos subordinados. Em tempos de crise do Estado e dos modos que o Estado deve atuar, também entra em crise a gestão da desigualdade e da exclusão e, conseqüentemente, a sociedade. Nancy Fraser (1998), importante intelectual feminista, discute temas próximos e trata de como deve atuar o movimento feminista para atingir justiça social e redução das desigualdades às quais as mulheres são submetidas na sociedade contemporânea. Ela entende que é necessária uma “concepção bivalente” de justiça que abarque uma dimensão de redistribuição, envolvendo questões econômicas e sociais, e uma dimensão de reconhecimento, que envolve valores e cultura. É justamente porque a discussão sobre diferença e desigualdade envolve tantas variáveis, noções e dimensões que ela é importante quando se trata de temas relacionados ao combate às discriminações, a garantia dos direitos humanos e a busca por igualdade e justiça social. Ao confundir diferença e desigualdade, fatalmente, essa empreitada é prejudicada e a discussão malsucedida.

<sup>15</sup> É importante notar que outras ideologias ou tipos de pensamento, além do colonialismo, também atuam no sentido de homogeneizar. Gilles Deleuze (2005) demarca que eles são caracterizados por sua adesão a estruturas que suprimem ou subordinam a diferença e a multiplicidade em favor da identidade e da generalidade. Nesse sentido, outras ideologias políticas se enquadram nessas características, como por exemplo, o marxismo, uma vez que esse sistema busca uma unidade totalizante, seja o Estado, o partido, a classe trabalhadora ou a própria sociedade como um todo.

diferença; uniformidade ou homogeneidade naturalmente produzem ordem social e estabilidade (Inayatullah; Blaney, 2004, p. 29, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Adiante, os autores continuam com o raciocínio: “O tratamento da diferença fora [da Europa] seria semelhante ao tratamento dentro – ambos deduzidos da equação da diferença como um problema para o qual criar um “império da uniformidade é a solução<sup>17</sup>” (Inayatullah; Blaney, 2004, p. 29, tradução nossa).

Outro tema fundamental para o Pós-colonialismo e o Decolonialismo e que traz uma crítica profunda dentro das Relações Internacionais e a forma como ela é estruturada como disciplina é a divisão do trabalho entre Norte e <sup>18</sup>Sul em termos de produção teórica e do conhecimento. Luciana Ballestrin (2021) aponta como o Norte é o lugar em que supostamente acontece o desenvolvimento de teorias gerais, pretendidas universais, enquanto o Sul serve de material empírico, no âmbito das experiências. Nesse sentido, a perspectiva Pós-colonial e Decolonial busca investigar essa “geopolítica do conhecimento”, procurando a “construção coletiva e global das Ciências Sociais” e rejeitando essa organização colonial que demanda a chancela do Norte para toda produção teórica.

Nesse mesmo sentido, refletindo sobre o funcionamento do campo das Relações Internacionais, a perspectiva Pós-colonial abriu caminhos para que autores como Barry Buzan e Amitav Acharya (2010), por exemplo, debatessem o porquê de não existirem teorias internacionais não-ocidentais. Esses autores trabalham com a ideia de que a explicação que prevalece é a de que, para o Ocidente, existe uma “*good life*” entre os Estados, isto é, a paz democrática, integração e interdependência, uma ordem institucionalizada, em que as relações “normais” entre os Estados prevalecem, para o resto do mundo, resta apenas a luta pela sobrevivência.

---

<sup>16</sup> Rather than supporting openness toward the other or fostering a view of difference as a resource, the intellectual legacy of the era is a pervasive suspicion of difference. Disorder and degeneration are thought to result from difference; uniformity or homogeneity naturally produces social order and stability.

<sup>17</sup> The treatment of difference outside would follow from the treatment of difference inside—both deducible from the equation of difference as the problem to which creating an “empire of uniformity” is the solution.

<sup>18</sup> Sul Global é um termo que faz referência a sobreposição entre o Sul geográfico do mundo e o Sul metafórico, que abrange regiões, países, povos, classes e grupos sociais que sofrem as consequências do colonialismo (mesmo que ele tenha formalmente acabado, seus efeitos continuam), do capitalismo, da desigualdade econômica e social, além da supressão de saberes em nome da epistemologia dominante. Nesse sentido, como o Sul Global vai além do Sul geográfico, ele pode estar enclausurado em determinados locais, mesmo no Norte. Esse termo é também uma metáfora que diz respeito ao “sofrimento humano sistêmico” (Santos, 2009), representando, dessa maneira, os oprimidos.

Buzan e Acharya (2010) buscam trabalhar com outra perspectiva para explicar a inexistência de teorias internacionais não-ocidentais:

Nossas explicações para a ausência de uma teoria internacional não-ocidental focam, não na completa falta de “boa vida” no não-ocidente, mas nas forças ideacionais e de percepção, que dão combustível, de formas variadas, para ambas, hegemonias gramscinianas e etnocentrismo e políticas de exclusão. Algumas dessas explicações são localizadas dentro do ocidente, algumas dentro do não-ocidente e outras, na interação entre os dois<sup>19</sup> (Acharya; Buzan, 2010, p. 2).

Os autores propõem uma discussão sobre disparidades de poder e riqueza que reforçam as variáveis materiais e criam uma “sociologia da disciplina”, nos termos de Weaver (1998). Desse modo, os autores pretendem tratar de forças ideacionais, encorpadas em hegemonias, no sentido gramsciano, que configuram uma série de situações marcadas por etnocentrismo e políticas de exclusão.

A partir dessa perspectiva, Buzan e Acharya (2010) procuram explicações para essa pergunta que os move e debatem como as teorias de Relações Internacionais são identificadas e definidas no campo e como elas emulam um ponto de vista eminentemente ocidental, ou ainda anglo-saxão, e fazem uma comparação com uma visão de mundo oriental<sup>20</sup>, que é substancialmente diferente das teorias políticas clássicas, que baseiam o campo. Esse é um exemplo interessante de trabalho fundamentado em uma perspectiva Pós-colonial que procura desafiar os consensos dentro das Relações Internacionais, ampliando a visão explicativa da área.

Buzan e Acharya (2010) chamam atenção para o fato de que a perspectiva Pós-colonial não é um intuito contrário ao Ocidente, justamente porque trabalha com muitos discursos e pensamentos que são originariamente ocidentais. A ideia Pós-colonial, de acordo com esses autores, é reestruturar “corpos de conhecimento” existentes, de maneira que lugares fora do Ocidente e, mais especificamente, da zona anglo-saxã, possam ser reconhecidos como produtores válidos de cultura, conhecimento e ciência. Nesse aspecto, eles entendem que as teorias não-ocidentais de relações internacionais estão escondidas e sofrem com problemas dos mais óbvios, como a questão da língua, aos mais complexos, como a predominância de hegemonias no sentido gramsciano.

---

<sup>19</sup> Our explanations for the absence of a non-Western international theory focuses not on the total lack of good life in the non-West, but on ideational and perceptual forces, which fuel, in varying mixtures, both Gramscian hegemonies, and ethnocentrism and the politics of exclusion. Some of these explanations are located within the West, some within the non-West and some in the interaction between the two.

<sup>20</sup> Oriental, aqui, no sentido utilizado por Edward Said (2014).

Assim, o Pós-colonialismo e o Decolonialismo pretendem desnaturalizar discursos que estabelecem noções de superioridade e inferioridade, dominação e opressão, não apenas em relação ao conhecimento e à história dos povos e do mundo, mas também em relação às pessoas, classificadas em termos de raça, a partir da perspectiva colonial de segregação e hierarquização.

Nesse raciocínio, dentro da vertente Decolonial, os autores também trabalham com a noção de que a colonialidade é parte integrante da ideia de modernidade vigente até hoje. A colonialidade, assim sendo, constitui o modo como foi construída a ideia moderna do mundo, a partir de um referencial eurocêntrico e ocidental de indivíduo, de Estado-nação, de economia capitalista, da ciência e do conhecimento e do sistema internacional. Tal crítica tem profundos impactos para o campo das Relações Internacionais, suas principais teorias e sua construção histórica.

Destarte, a chamada “geopolítica do conhecimento<sup>21</sup>”, um dos eixos de interesse investigativo do Decolonialismo, é um tema bastante profícuo no campo das Relações Internacionais que faz um amálgama da crítica epistemológica, teórica, empírica e da própria estrutura organizacional e acadêmica, que rege o campo.

Dentro dos eixos da colonialidade identificados a partir do giro decolonial, a colonialidade do saber é o ponto fundamental de investigação da geopolítica do conhecimento. Nessa discussão, é retomada a questão das violências epistêmicas e do racismo epistêmico<sup>22</sup> sofridos pelas sociedades colonizadas e é feita a vinculação direta entre essas violências epistêmicas e a construção da modernidade europeia, baseada na

---

<sup>21</sup> Esse é o termo utilizado por Walter D. Mignolo, em seu manifesto, de 2008, acerca da opção decolonial, para se referir aos fluxos de poder, geograficamente marcados, principalmente em termos de colonialidade do poder e do saber, que influenciam a produção do conhecimento e da ciência.

<sup>22</sup> As expressões “violência epistêmica” e “racismo epistêmico” fazem referência ao que Boaventura de Sousa Santos (1999) chama de “epistemicídio”, isto é, o extermínio ou apagamento de culturas que acontecem no mercado cultural global, já que nem todas as culturas são valorizadas da mesma forma. De maneira hierárquica, algumas culturas são dominantes, enquanto outras são esquecidas ou ainda, “subsistem pela caricatura que faz delas a cultura hegemônica” (SANTOS, 1999, p. 32). Dentro desse processo de epistemicídio, de acordo com esse autor, não apenas culturas são destruídas, mas todo um sistema de conhecimentos que moldam identidades, resultando, portanto, também em “identidadecídios”. Isso significa que, em termos de diferenças e desigualdades, não apenas algumas culturas têm mais valor que outras, mas também algumas identidades são valorizadas, enquanto outras são relegadas ao espaço da exclusão. Da mesma forma, que essas identidades são descaracterizadas, os tipos de conhecimento que não são reconhecidos pela epistemologia da ciência moderna também desaparecem. Assim, o extermínio de culturas leva ao desaparecimento de sistemas de significados e valores que consequentemente resultam no desaparecimento ou na desvalorização de certas identidades. Paralelamente, se a episteme predominante da racionalidade instrumental e da ciência moderna não reconhece os conhecimentos relativos que constituem essas identidades desvalorizadas ou relegadas ao desaparecimento, ambos, identidades e sistemas de conhecimento e de significados, estão fadados ao desaparecimento (Santos, 1999).

valorização científica iluminista/positivista fundada no universalismo do ponto de vista europeu branco (Ballestrin, 2013).

Dentro dessa perspectiva, surgem as propostas de valorização das epistemologias do Sul, como elaborado e discutido por Boaventura de Souza Santos (2009) em uma crítica à produção do conhecimento e à ciência moderna que estabelece uma linha radical entre aquilo que é válido como saber e verdade e aquilo que não é, estabelecendo parâmetros ocidentais, que passam a ser aplicados universalmente. Tudo aquilo que não se encaixa nesse parâmetro eurocêntrico branco, cientificista e positivista, é descartado.

No mesmo sentido das violências epistêmicas mencionadas, o autor faz a crítica do silenciamento e aniquilação de diversos tipos de conhecimentos e saberes que ocorrem nesse processo e defende que “[...] a injustiça social global está intimamente ligada à injustiça cognitiva global” (Santos, 2009, p. 32). Com esse raciocínio, Boaventura de Souza Santos (2009) liga a atuação pela justiça social com a crítica por uma nova forma de pensar, conhecer e fazer ciência, que não exclua nem silencie “O Outro”, fora do padrão tradicional ocidental de conhecimento, estabelecido ao longo dos últimos séculos pela ciência moderna.

Santos (2009) propõe uma epistemologia de resistência e a utilização contra hegemônica do conhecimento científico, com o intuito de superação da lógica colonial que foi implantada, principalmente, nos territórios colonizados do Sul Global, e que valorize a pluralidade de conhecimentos, a diversidade epistemológica do mundo, que respeite conhecimentos não-científicos e não-ocidentais relacionados, principalmente, às populações das sociedades periféricas do Sistema Global (Santos, 2009).

A “Epistemologia do Sul”, portanto, é preocupada com as implicações políticas do conhecimento e da ciência que é produzida, colocando em primeiro lugar a “responsabilidade dos produtores do conhecimento sobre os efeitos que tem ele tem no mundo” (Nunes, 2009). A defesa dessas ideias é feita no sentido, não de uma substituição absoluta de paradigmas (no sentido desenvolvido pela Filosofia da Ciência de Thomas Kuhn), mas pelo surgimento e convivência de outros paradigmas. Dessa forma, a discussão é feita em termos de uma abertura ao diálogo e a pluralidade e não pela substituição de um novo “abstrato universal”, isto é, procura-se o abandono do universalismo para dar lugar ao pluriversalismo (Ballestrin, 2013).

Desse modo, existe a deferência às diferentes epistemologias que foram dizimadas, juntamente a seus povos, pela colonização, mas também o debate acerca do rompimento da “divisão global do trabalho nas Ciências Sociais”, que, como mencionado,

é discutido dentro das Relações Internacionais, é mantido pela máxima de que “o Norte Global fornece teorias e o Sul, experiências”. Ocorre, portanto, a defesa do rompimento dessa dependência acadêmica por parte do Sul Global, e a reafirmação da capacidade explicativa e normativa, não apenas das epistemologias do Sul, mas também de seus autores, acadêmicos e Universidades.

Tais ideias e essa discussão são bem ilustradas pela expressão utilizada por Karen Tucker (2018), aplicando ao campo das Relações Internacionais, quando menciona a existência de uma “cartografia do conhecimento”: uma divisão internacional daqueles que sabem e daqueles que não sabem, baseada em sua localização geográfica, ao Norte ou ao Sul do mundo.

A preocupação principal que orienta a presente tese se situa exatamente dentro dessa matriz que pretende reorganizar essa “divisão do trabalho nas Ciências Sociais” e recolocar a produção de conhecimento do Sul Global no debate global em uma perspectiva de valorização e de desnaturalização da hierarquia da produção de conhecimento.

A partir dessas reflexões teóricas e epistemológicas, é feita a proposta de descolonização das Relações Internacionais, como campo do conhecimento, de maneira que seja reconhecida a cumplicidade na reprodução colonial de hierarquias de dominação, além de apagamentos e invisibilidades. Esse reconhecimento é fundamental para que, por meio do reavivamento de temas, problemas, racionalidades e epistemes plurais e marginalizados, as Relações Internacionais deixem de ser utilizadas na reprodução da dominação hierárquica colonial, baseada no paradigma de produção de conhecimento universal moderno eurocêntrico, o mesmo paradigma no qual se baseou e se baseia a dominação colonial (Quijano, 1992).

O intuito deste capítulo foi debater o significado da perspectiva pós-colonial, suas origens, suas fases, seus expoentes e suas temáticas. Além disso, procurou-se apresentar as contribuições e possibilidades de ampliação do debate e do escopo investigativo e teórico dentro das Relações Internacionais, que mais recentemente têm expandido a visão do campo para além de um prisma ocidental e anglo-saxão, questionando determinadas premissas de teorias *mainstream* e desmitificando narrativas históricas e desvelando novas possibilidades explicativas.

Dentro do escopo da presente tese, este capítulo situou o trabalho dentro desta tradição teórico-epistemológica crítica Decolonial, além de localizar suas pretensões

dentro do debate da área das Relações Internacionais e expôs os preceitos teóricos e conceituais fundamentais a partir dos quais os próximos capítulos devem ser lidos.

O segundo capítulo explica o que é interseccionalidade, conceito desenvolvido pela autora estadunidense Kimberlé Creenshaw, um dos pontos de comparação que será utilizado para demonstrar como o reconhecimento acadêmico e a disseminação de conhecimento acontecem de maneira diferente para pensadores do Norte Global e para pensadores do Sul Global.

### 3. A INTERSECCIONALIDADE

Após apresentar a matriz teórico-epistemológica em que a tese se situa e explicar as lentes decoloniais a partir das quais os próximos capítulos devem ser lidos, o presente capítulo pretende explicar o conceito de interseccionalidade. Isso é importante porque esse conceito e sua autora são um dos polos de uma comparação inicial a partir da qual esta tese usa como evidência empírica do reconhecimento acadêmico e da disseminação desigual do conhecimento entre autores e autores do Sul e do Norte Global.

O foco, a partir da próxima seção passa a ser a explicação de o que é a interseccionalidade e quem é a sua autora. Inicialmente, demarca-se que interseccionalidade é um conceito cunhado pela professora de Direito, Kimberlé Crenshaw, em seu artigo “Demarging the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics<sup>23</sup>”, de 1989.

Para Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016), a interseccionalidade é um quadro analítico que busca compreender como diferentes formas de opressão, dominação e privilégio se interconectam e se influenciam mutuamente, produzindo experiências sociais dinâmicas e complexas. Para essas autoras, a interseccionalidade não representa apenas a soma das desigualdades. Mais do que isso, ela revela como esses sistemas de poder e opressão são mutuamente constitutivos e atuam na produção de hierarquias sociais e de desigualdades estruturais. Nesse sentido, as autoras enxergam a interseccionalidade como uma teoria social crítica, mas também uma ferramenta metodológica e política.

Em outro prisma, Carla Akontirrene (2019) entende que a interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica e busca compreender e a combater as formas de opressão múltiplas que atingem as mulheres negras. Essa autora reforça a necessidade de entender a interseccionalidade a partir da ótica de sua origem política e epistêmica, isto é, o pensamento feminista negro. Dessa forma, Akontirene (2019) argumenta que a interseccionalidade é a análise das interdependências estruturais e institucionais que sustentam as opressões de raça, gênero e classe. Nesse raciocínio, a autora demarca que nenhuma delas pode ser analisada de maneira isolada.

---

<sup>23</sup> Tirando da margem a interseção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista (tradução nossa).

Como o próprio título do artigo de 1989 de Kimberlé Crenshaw antecipa, “Demarging the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, a autora elabora uma crítica às políticas baseadas na doutrina estadunidense contra a discriminação de raça e gênero, ao demonstrar como as mulheres negras ficavam desamparadas diante desse arcabouço político e jurídico que deveria defendê-las da discriminação.

A inspiração da autora para essa reflexão foram alguns casos levados às Cortes estadunidenses<sup>24</sup> em que mulheres negras processaram empresas, como a famosa General Motors, por tratamento discriminatório. Crenshaw (1989) observou que as decisões judiciais não conseguiram atuar de modo a reparar os danos causados pelo racismo e misoginia sofridos pelas mulheres negras, mesmo existindo orientações nesse sentido dentro da doutrina estadunidense.

A partir da análise desses casos e das decisões judiciais dadas a eles, Crenshaw (1989) observou que as políticas antirracistas e a doutrina antidiscriminação de gênero dos EUA baseavam-se em casos de homens negros, naquilo que dizia respeito à raça, e em casos de mulheres brancas, no que era concernente ao gênero, deixando uma grave e injusta lacuna, na qual as mulheres negras restavam desassistidas. Além disso, dentro do próprio Movimento Negro por direitos políticos e sociais, as mulheres negras eram colocadas de lado, uma vez que não compartilhavam as mesmas experiências do homem negro, o que também acontecia dentro do movimento feminista, no qual o sujeito fundamental era a mulher branca (Crenshaw, 1989).

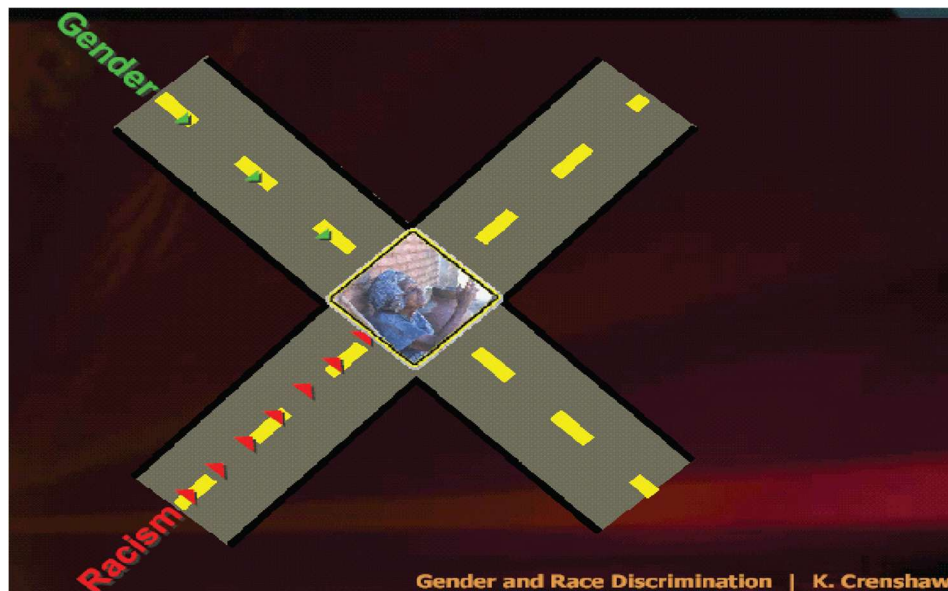
Nesse contexto, Crenshaw (1989) desenvolve uma argumentação que procura demonstrar como as mulheres negras encontram-se em uma situação de intersecção entre raça e gênero, na qual recai uma discriminação particular e mais grave do que aquela sofrida pelos homens negros, em função da raça, e das mulheres brancas, em função do gênero. Essa autora ilustra esse argumento, em vários momentos do desenvolvimento da ideia de interseccionalidade, com a metáfora das vias que se cruzam no trânsito. Quanto mais vias se cruzam, mais chances as pessoas que se encontram nas intersecções têm de serem atingidas pelo tráfego.

---

<sup>24</sup> Os três casos eram *DeGraffenreid versus General Motors*, *Moore versus Hughes Helicopter* e *Payne versus Travenol*.

A Figura 1<sup>25</sup> representa graficamente essa interseção entre raça e gênero que recai sobre a mulher negra e aumenta sua vulnerabilidade social e discriminação:

Figura 1- Ilustração da intersecção das opressões sofridas pela mulher negra na sociedade



Fonte: Crenshaw, 2012, p. 11.

Aprofundando a metáfora do cruzamento, a autora argumenta que existem pontos de interseção das vias nas quais elas se cruzam nos quatro sentidos.

Discriminação, como o trânsito em uma rodovia, pode fluir em uma direção e pode fluir em outra direção. Se acontece um acidente na interseção, ele pode ser causado por carros viajando em variadas direções e, às vezes, em todas elas. Similarmente, se uma mulher negra é atingida por estar na interseção, seu dano pode ser resultado da discriminação por gênero ou pela discriminação por raça (Crenshaw, 1989, p. 149, tradução nossa<sup>26</sup>).

A autora expande a analogia dizendo que as políticas públicas e as decisões judiciais de mitigação à discriminação da mulher negra, ao exigirem a demonstração de que ela é diferente e mais acentuada daquela sofrida pelo homem negro e pela mulher branca, seria algo similar à situação em que uma vítima de acidente, em uma interseção

---

<sup>26</sup> Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars traveling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similarly, if a Black woman is harmed because she is in the intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination.

viária, recebesse cuidados médicos apenas quando o motorista do carro que a atingiu fosse identificado (Crenshaw, 1989):

Às vezes, as marcas de pneu e os danos simplesmente indicam que eles aconteceram simultaneamente, frustrando os esforços de determinar qual o motorista que os causou. Nesses casos, a tendência é que nenhum motorista seja considerado responsável, nenhum tratamento é administrado e as partes envolvidas apenas voltam para os carros e vão embora (Crenshaw, 1989, p. 149, tradução nossa<sup>27</sup>).

Figura 2 - Complexificação de interseções de discriminações que um indivíduo sofre



Fonte: Crenshaw, 2012, p. 11.

A Figura 2<sup>28</sup> mostra a complexificação da situação do indivíduo que se encontra na intersecção quando mais eixos se cruzam no trânsito. No caso, os eixos do racismo, do patriarcado, do gênero e do pós-colonialismo<sup>29</sup> cruzam-se aumentando a vulnerabilidade das mulheres negras que vivem em países em desenvolvimento.

Aprofundando sua crítica acerca das políticas antirracismo e da doutrina antidiscriminação de gênero nos EUA, Crenshaw afirma que:

É irônico que aqueles preocupados em aliviar os males do racismo e do sexismo adotem essa política “de cima para baixo” em relação à discriminação.

<sup>27</sup> Sometimes the skid marks and the injuries simply indicate that they occurred simultaneously, frustrating efforts to determine which driver caused the harm. In these cases the tendency is to be that no driver is held responsible no treatment is administered, and the involved parties simply get back on their cars and zoom away.

<sup>28</sup> Na Figura 2, lê-se em inglês: “patriarcado”, “pós-colonialismo” e “racismo”.

<sup>29</sup> Pós-colonialismo, nesta figura elaborada pela autora, diz respeito à condição de indivíduos que nascem e vivem em países que foram colonizados e não faz referência à perspectiva teórica.

Se os seus esforços, ao contrário, começassem atingindo as necessidades e problemas daqueles mais desprivilegiados, e com a reestruturação e reconstrução do mundo, onde necessário, então, aqueles que são singularmente desprivilegiados também se beneficiariam. Ademais, parece que colocar no centro aqueles que são marginalizados é a maneira mais efetiva de resistir aos esforços de compartimentar experiências e minar esforços coletivos (Crenshaw, p. 167, 1989, tradução nossa<sup>30</sup>).

A autora entende que o melhor para esse tipo de política seria adotar o critério baseado naqueles mais discriminados, em piores condições relativas, dentro dos grupos minoritários, que seriam justamente as mulheres negras, tanto em relação à raça quanto em relação ao gênero. Dessa forma, as políticas antirracismo e antidiscriminação de gênero seriam mais bem-sucedidas em seus objetivos, e mais justas, ao contrário do que ocorre com o padrão, que tem o homem negro como ponto focal da política antirracista e a mulher branca, no que tange as políticas de gênero (Crenshaw, 1989).

No artigo “Mapping the margins: Interseccionalidade, Identity Politics, and Violence Against Women of color<sup>31</sup>”, de 1991, Kimberlé Crenshaw continua a desenvolver suas ideias acerca da interseccionalidade e aprofunda seus argumentos a partir da análise de casos concretos de violência física e sexual contra mulheres de cor nos EUA. Essa análise tem um viés social e político, entretanto, tem um foco na parte jurídica, o que faz sentido, uma vez que Crenshaw é advogada e professora de Direito. Sua argumentação é desenvolvida com base em julgamentos, em teses jurídicas acerca da violência contra a mulher e na repercussão pública desses casos.

Em sua argumentação, Crenshaw (1991) utiliza os casos concretos para desenvolver sua ideia de que, nas políticas contra a discriminação de gênero e contra a discriminação por cor, as mulheres negras são esquecidas e não são beneficiadas. A autora organiza seu texto em três partes em que, primeiro, ela elabora a interseccionalidade estrutural, depois a interseccionalidade política e, por fim, a interseccionalidade representacional.

Tratando da interseccionalidade estrutural, Crenshaw (1991) observa as políticas de proteção às mulheres contra a violência e verifica que elas são centradas nas

---

<sup>30</sup> It is somewhat ironic that those concerned with alleviating the ills of racism and sexism should adopt such a top-down approach to discrimination. If their efforts instead began with addressing the needs and problems of those who are most disadvantaged and with restructuring and remaking the world where necessary, then others who are singularly disadvantaged would also benefit. In addition, it seems that placing those who currently are marginalized in the center is the most effective way to resist efforts to compartmentalize experiences and undermine potential collective action.

<sup>31</sup> Mapeando as margens: Interseccionalidade, Identidade Política e violência contra mulheres de cor (tradução nossa).

necessidades e experiências das mulheres brancas. Os protocolos, políticas e instituições criados para proteger, acolher e cuidar das mulheres vítimas de abusos sexuais funcionam de modo que as mulheres de cor, que sofrem múltiplas camadas de opressão, tenham dificuldade de utilizar essas instâncias, o que acentua sua condição de vítima. De acordo com a autora:

Quando o sistema de raça, gênero e dominação de classe convergem, como eles convergem nas experiências de mulheres de cor agredidas, as estratégias de intervenção baseadas apenas nas experiências de mulheres que não compartilham a mesma classe e raça, serão limitadas na ajuda a essas mulheres porque raça e classe apresentam diferentes obstáculos (Crenshaw, 1991, p. 1246, tradução nossa<sup>32</sup>).

Nesse sentido, Crenshaw (1991) verifica que, em relação à violência doméstica, os padrões de subordinação que as mulheres de cor sofrem se intersectam de maneira não intencional, isto é, acontece de maneira causada pela própria estrutura da sociedade. Essa interação das vulnerabilidades existentes na vida dessas mulheres cria outra dimensão de marginalização. A autora descreve essa situação como um status de “desempoderamento” que é exacerbado pelas subordinações que já existem e que são produzidas por outras estruturas de dominação em interação (Crenshaw, 1991).

Passando para a interseccionalidade política, Kimberlé Crenshaw (1991) quer chamar atenção para o fato de que as experiências dos homens negros tendem a determinar as estratégias antirracistas, assim como as experiências das mulheres brancas pautam o movimento feminista. Desse modo, os dois movimentos não apenas falham em abarcar a dimensão de raça ou do patriarcado, mas também têm discursos que são inadequados para articular tanto o racismo quanto o sexismo em suas dimensões completas. Crenshaw (1991) entende que ambos os movimentos são limitados dentro de suas próprias pautas, uma vez que deixam as mulheres negras à margem (Crenshaw, 1991, p. 1252).

O resultado mais problemático dessa situação, na visão da autora, é que isso representa um dilema para as mulheres negras e significa a negação de uma dimensão muito importante da subordinação. De fato, esse contexto impede que as mulheres de cor possam desenvolver plenamente seu discurso político, seja dentro da comunidade negra,

---

<sup>32</sup> Where systems of race, gender, and class domination converge, as they do in the experiences of battered women of color, intervention strategies based solely on the experiences of women who do not share the same class or race backgrounds will be of limited help to women who because of race and class face different obstacles.

seja dentro do movimento feminista, e isso dificulta o seu empoderamento (Crenshaw, 1991).

A respeito da interseccionalidade representacional, Crenshaw (1991) afirma que inclui as imagens que são produzidas a partir da confluência de raça e gênero e do reconhecimento de que essas representações são racistas e sexistas e que marginalizam as mulheres de cor.

Para desenvolver essa ideia, a autora usa o caso do grupo de rap Live 2 Crew que foi processado por obscenidade nos anos 1990 nos EUA. Esse grupo de rap da Flórida, composto por homens negros, era famoso por suas letras de música repletas de palavras de baixo calão, em que eram descritos explicitamente atos sexuais violentos e degradantes contra mulheres negras. Na opinião pública e no processo judicial, há um debate sobre liberdade de expressão, representação cultural da população afro-americana, seletividade processual, o que constitui uma manifestação artística e política e, também, sobre a violência contra a mulher.

Crenshaw (1991) utiliza esse caso de grande repercussão para aplicar a interseccionalidade em sua vertente representacional, demonstrando que as mulheres negras e sua representação cultural são utilizadas apenas como alegoria para a defesa dos argumentos. Isto é, a polêmica colocava em questão, de um lado a obscenidade e a violência contra a mulher nas letras e, de outro, a defesa de manifestações culturais negras e a liberdade de expressão. A autora evidencia que entre os debatedores, no processo e no espaço público, pouco se pensava nas mulheres negras, as principais interessadas, uma vez que tinham sua imagem degradada e construída sob uma perspectiva pejorativa e preconceituosa nas letras das músicas. Elas eram usadas como meros artifícios dos argumentos de um lado e de outro, uma vez que, mesmo aqueles que eram contrários à violência e obscenidade das letras, colocavam em foco o risco da incitação à violência contra as mulheres brancas, além de não se importarem com letras violentas ou sexualmente explícitas de outros tipos de música, não típicas da cultura negra.

Kimberlé Crenshaw (1991) denuncia a seletividade do processo por obscenidade contra o grupo Live 2 Crew, que eram negros e cantores de rap, música tipicamente afro-americana e, ao mesmo tempo, argumenta como as representações culturais da mulher negra na sociedade são preconceituosas e pejorativas, acentuando seu lugar de marginalização. Ela procurava ressaltar que, na polêmica, existem os defensores da liberdade de expressão, os defensores da cultura afro-americana, os preocupados com a incitação da violência física e sexual contra a mulher branca, mas não aparecem grupos

interessados em defender a mulher negra que é a vítima de uma representação cultural negativa e violenta, que se propaga na sociedade e reproduz esse tipo de comportamento.

Em suma, Crenshaw expressa qual era seu intuito no artigo em análise:

Esse artigo apresentou a interseccionalidade como uma forma de enquadrar as várias interações de raça e gênero no contexto da violência contra mulheres de cor. Ainda que a interseccionalidade possa ser amplamente útil como forma de mediar as tensões entre as afirmações das múltiplas identidades e as necessidades em andamentos dos grupos políticos. É conveniente, nesse assunto, distinguir a interseccionalidade daquela perspectiva do antiessencialismo na qual as mulheres negras têm sido críticas ao feminismo branco pela ausência da mulher de cor, por um lado, e por falar da mulher de cor por outro (Crenshaw, 1991, p. 1296, tradução nossa<sup>33</sup>).

O artigo de 1997, intitulado “Beyond Racism and Misogyny: Black Feminism and 2 Live Crew<sup>34</sup>”, publicado no livro “Feminist Social Thought: a reader<sup>35</sup>”, organizado pela autora Diane Tietjens Meyers, publicado pela editora Routledge, no mesmo ano, apesar de Crenshaw revisitar temas e exemplos para a aplicação da interseccionalidade, ela apresenta algumas novidades em sua elaboração.

Kimberlé Crenshaw (1997) volta a tratar da violência física e sexual contra as mulheres de cor. Da mesma maneira, ela utiliza o processo por obscenidade, de 1990, ocorrido na Flórida, contra o grupo de rap 2 Live Crew para demonstrar como as mulheres negras são deixadas à margem no embate entre a defesa contra a misoginia e contra o racismo, mesmo quando elas são as principais interessadas no tema.

Com esse pano de fundo, as novidades da elaboração conceitual de Crenshaw (1997) sobre a interseccionalidade são valiosas. Em primeiro lugar, a autora explicita sua posição de adepta da tradição política e intelectual do feminismo negro. Ao se assumir como feminista negra, Kimberlé Crenshaw (1997) introduz o elemento dos movimentos sociais explicitamente, algo que antes não havia aparecido em seu trabalho. Além disso, ela contraria o viés da suposta neutralidade da ciência, que pressupõe um observador neutro. Essa decisão tem consequências epistemológicas para sua obra, assim como para

---

<sup>33</sup> This article has presented intersectionality as a way of framing the various interactions of race and gender in the context of violence against women of color. Yet intersectionality might be more broadly useful as a way of mediating the tension between assertions of multiple identity and the ongoing necessity of group politics. It is helpful in this regard to distinguish in-tersectionality from the closely related perspective of antiessentialism, from which women of color have critically engaged white feminism for the absence of women of color on the one hand, and for speaking for women of color on the other.

<sup>34</sup> Além do Racismo e da Misoginia: feminismo negro e 2 Live Crew (tradução nossa).

<sup>35</sup> Pensamento social feminista: um guia (tradução nossa).

o recebimento pelo mundo acadêmico, em geral, avesso aos posicionamentos políticos de pesquisadores engajados.

Eu vejo meu trabalho como parte de um esforço mais amplo entre feministas de cor para ampliar o feminismo para incluir, entre outros fatores, uma análise de raça (Crenshaw, 1997, p. 248, tradução nossa<sup>36</sup>).

Ela trata da interseccionalidade como um “conceito provisório e ilustrativo” e afirma suas possibilidades de expansão para além da análise de raça e gênero, mas também classe, orientação sexual, idade e cor. A autora também expressa as ligações políticas desse conceito, assim como sua filiação ao pós-modernismo. Além disso, manifesta sua intenção de utilizar a interseccionalidade como metodologia para análises que possam fazer a interconexão entre gênero e raça:

Eu espero sugerir uma metodologia que vai, em última instância, romper com as tendências de ver raça e gênero como categorias exclusivas ou separadas. Interseccionalidade é, portanto, na minha visão, um conceito transicional que liga conceitos atuais com suas consequências políticas e o mundo da política real, com entendimentos pós-modernos (Crenshaw, 1997, p. 248, tradução nossa<sup>37</sup>).

A partir dessas reflexões mais amplas, Kimberlé Crenshaw (1997) revisita suas elaborações sobre interseccionalidade estrutural, política e, por fim, a representacional, que, segundo ela, são metáforas que ajudam a compreender importantes aspectos da subordinação e demonstram como as mulheres de cor ficam situadas entre as categorias de raça e gênero, que, em geral, são consideradas mutuamente excludentes.

Crenshaw (1997) salienta que a interseccionalidade representacional está implicada tanto com a interseccionalidade política, quanto com aspectos da interseccionalidade estrutural. Isto é, a divisão é didática e metodológica, uma vez que, na análise dos casos concretos, as características dessas dimensões misturam-se e se entrecruzam.

A autora reforça como as imagens culturais de raça e gênero acerca das mulheres de cor normalmente dizem respeito a sua sexualidade. Nesse artigo de 1997, ela vai aprofundando e consolidando a sua reflexão teórico-conceitual sobre o arcabouço da

---

<sup>36</sup> I see my own work as part of a broader effort among feminist women of color to broaden feminism to include, among other factors, an analysis of race.

<sup>37</sup> I hope to suggest a methodology that will ultimately disrupt the tendencies to see race and gender as exclusive or separable categories. Intersectionality is thus in my view a transitional concept that links current concepts with their political consequences, and real world politics with postmodern insights.

interseccionalidade, apresentando conceitos mais amadurecidos e de maneira mais objetiva.

Gabriela Kyrillos (2020) entende que o processo da consolidação do conceito de interseccionalidade é marcado por etapas. Primeiramente, no texto de 1989 de Crenshaw, a interseccionalidade aparece como uma metáfora. Depois, no artigo de 1991, ela a desenvolve como uma categoria analítica para as situações práticas que envolvem a discriminação da mulher negra. E, por fim, em seu trabalho de 1997, finalmente, a interseccionalidade aparece como um conceito provisório, ainda em desenvolvimento.

Desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando o conceito de interseccionalidade foi cunhado e passou a ser discutido e desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, ele representou um verdadeiro marco nos estudos de gênero, significando uma nova fase nessa área, com o surgimento de uma abundante produção de trabalhos, conferências e obras que tinham como objetivo discutir essa noção e se inserir no debate interseccional (Salem, 2016).

Uma vez apresentado o processo de desenvolvimento e aprofundamento do conceito de interseccionalidade<sup>38</sup>, na obra de Kimberlé Crenshaw, vale registrar que em

---

<sup>38</sup> Apesar de todo esse desenvolvimento teórico e da aclamação internacional do conceito, a interseccionalidade não ficou imune a críticas, seja do ponto de vista teórico-acadêmico, seja do ponto de vista político de seu uso. Autoras como Sara Salem (2016) apontam que a interseccionalidade, como usada depois de ampla divulgação e assimilação, apaga suas origens mais radicais oriundas do movimento negro e é higienizada pelo feminismo neoliberal. Algumas dessas críticas, principalmente as que são feitas em relação ao apagamento de suas origens no movimento negro e no trabalho de feministas negras do Sul Global, serão aprofundadas no próximo capítulo. Salem (2016) aborda como a interseccionalidade de Crenshaw deixa de fora a análise das estruturas do poder global e foca naquilo que é individual. Jasbir Puar (2013), por sua vez, entende que a interseccionalidade acaba por agir como uma forma de acomodação de todos os tipos de diferença dentro da lógica do pluralismo neoliberal e se torna um “álibi” para a recolocação das feministas liberais brancas no centro dos estudos de gênero. A autora Adriana Piscitelli (2008) localiza sua crítica à interseccionalidade de Crenshaw, especificamente, em sua versão aplicada como política global contra desrespeito aos direitos humanos. Para Piscitelli (2008), uma fragilidade grave do conceito aplicado às violações de direitos humanos é a confusão entre diferença e desigualdade. Ela questiona o fato de que, nessa perspectiva interseccional, o poder é tratado como algo que alguns têm e outros não, o que retira a possibilidade de agência dos indivíduos que sofrem as chamadas opressões interseccionais. Outra crítica interessante que se faz à interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw é aquela que é feita pelas materialistas francesas. Essas autoras defendem que, para a perspectiva materialista histórica não há novidade nenhuma no cruzamento entre gênero, raça e classe. Principalmente, Danièle Kergoat (2010) demarca que essa escola de pensamento não precisa se valer da interseccionalidade estadunidense para frisar o entrelaçamento entre as referidas categorias, mas, ao contrário daquela, não dá primazia a nenhuma delas. Kergoat (2010) defende que um melhor conceito para analisar a imbricação de dominações nas relações sociais é a consubstancialidade. Associado à defesa do conceito de consubstancialidade, Danièle Kergoat (2010) identifica que existe uma mistura entre o nível das relações intersubjetivas e o nível das relações sociais nas análises que são feitas sobre a realidade, e isso acontece na análise interseccional. Entretanto, Kergoat (2010) enfatiza que, na teorização estadunidense da interseccionalidade, a classe social é minimizada e citada de passagem. Dentro do argumento de origem marxista, a autora estabelece que, nas análises estadunidenses, tensões entre classes sociais ficam escondidas por trás das tensões raciais e defende que o tabu de classe é maior que o de raça. Esse fato ressoa a crítica interseccional ao feminismo branco, que pretende falar por todas as mulheres, mas invisibiliza a situação da mulher de cor. Ressoa também a crítica

2001, a lógica interseccional foi adotada pela Declaração de Durban, resultado da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerância correlata, realizada naquela cidade da África do Sul, naquele ano, sob os auspícios da ONU<sup>39</sup>. Esse fato é consequência da ampla disseminação do conceito, do recebimento bem-sucedido, tanto na academia, quanto fora dela, assim como do prestígio incorporado pela autora.

A Tabela 2 resume o processo de desenvolvimento e consolidação do conceito de interseccionalidade, dentro da obra de Kimberlé Crenshaw, entre o final da década de 1980 e o início dos anos 2000:

---

pós-colonial, que argumenta que a produção de conhecimento eurocêntrica, representada pelo materialismo francês, nesse caso, tenta reivindicar o pioneirismo da articulação entre raça, gênero e classe, em detrimento do feminismo negro. Carla Akontirene (2019) é outra autora que critica o esvaziamento do significado da interseccionalidade, a partir do momento que ela é apropriada pelo discurso feminista *mainstream*, seja na academia, seja no debate público em geral. Essa autora aponta o apagamento da história da interseccionalidade como uma vivência desenvolvida nos movimentos negros e no feminismo negro, principalmente, e a participação ativa de autoras e pesquisadoras que atuavam nesses movimentos e, também na academia, produzindo trabalhos que são os antecedentes da interseccionalidade como cunhada por Kimberlé Crenshaw. Akontirene (2019) propõe sempre a descolonização da interseccionalidade pela valorização dos laços que esse conceito tem com o Sul global. Ela entende que há uma ignorância do Norte global acerca da “potência metodológica das epistemes latino-afro-caribenhas do projeto feminista negro” (Akontirene, 2019, p. 87). Vinculada a essa crítica sobre a perspectiva neoliberal da interseccionalidade, tal como cunhada por Crenshaw, argumenta-se que, ao focar nos indivíduos e suas experiências particulares, retira-se a responsabilidade e a atenção do Estado acerca dessas circunstâncias. A contradição apontada é que Crenshaw desenvolve o conceito e a metodologia analítica da interseccionalidade dentro do campo do Direito estadunidense, tradicionalmente patriarcal, masculino, elitista, branco e excludente, dentro de um arcabouço liberal, sugerindo justiça social, igualdade e pacificação social (Akontirene, 2019).

<sup>39</sup> Em seu artigo 2, a Declaração de Durban evidencia, de maneira clara, sua compreensão interseccional da discriminação: “[...] as vítimas podem sofrer múltiplas ou agravadas formas de discriminação calcadas em outros aspectos correlatos, como sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outro tipo, origem social, propriedade, nascimento e outros” (Durban, 2001, p. 9). Esse momento ampliou o uso do termo interseccionalidade para uma abrangência de discriminações e sobreposições que ultrapassa aquelas inicialmente pensadas por Crenshaw, especificamente, gênero e raça. Em 2002, Kimberlé Crenshaw elaborou um documento endereçado aos especialistas em discriminação racial, dentro do guarda-chuva da ONU, abordando como a interseccionalidade podia ser útil para tratar da discriminação, em termos operacionais, para agências internacionais de direitos humanos, ONGs em sua atuação no campo e para governantes na preparação de políticas públicas. Fica evidente como Crenshaw (2002) demonstra preocupação em conscientizar os membros dos órgãos revisores dos tratados internacionais, assim como os formuladores de políticas públicas em nível global, os ativistas de direitos humanos e vários outros atores, gestores e operadores dos direitos humanos, no sentido de estarem sensibilizados e familiarizados com a lógica interseccional. Esse processo demonstra como a ferramenta teórico-metodológica da interseccionalidade havia efetivamente passado a fazer parte do arcabouço de tratamento de direitos humanos da ONU e como isso colaborou para o refinamento da definição conceitual e operacional do termo, assim como para a sua disseminação teórica e prática, como uma ferramenta “oficial” daquela organização.

Tabela 2 - Desenvolvimento conceitual da interseccionalidade na obra de Kimberlé Crenshaw

<b>Artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Desenvolvimento conceitual apresentado</b>
“Demarging the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”	1989	Elaboração da crítica às políticas antirracistas e antissexistas utilizadas pelo judiciário estadunidense e identificação da lacuna em que a mulher negra se situa, não sendo respaldada por elas, em função de sua posição singular de dupla opressão.
“Mapping the margins: Interseccionalidade, Identity Politics, and Violence Against Women of color”	1991	Aprofundamento dos argumentos a partir da análise de casos concretos de violência física e sexual contra mulheres de cor nos EUA. Desenvolvimento das ideias de interseccionalidade estrutural, interseccionalidade política e interseccionalidade representacional.
“Beyond Racism and Misogyny: Black Feminism and 2 Live Crew”	1997	Utiliza o processo por obscenidade contra o grupo de rap 2 Live Crew para demonstrar como as mulheres negras são deixadas à margem no embate entre a defesa contra a misoginia e contra o racismo. Se apresenta como feminista negra e se coloca como vinculada ao pós-modernismo. Considera a interseccionalidade um conceito provisório e ilustrativo. Defende o uso da interseccionalidade como metodologia para análises de interconexão entre gênero e raça.

Fonte: elaborado pela autora

Após a exposição da evolução do conceito de interseccionalidade e sua disseminação ampla, inclusive, sendo incorporado ao arcabouço do combate à discriminação do Sistema ONU, a partir da obra da autora Kimberlé Crenshaw, o próximo capítulo traça os caminhos que o conceito de interseccionalidade teve para além desse prisma.

O terceiro capítulo trata da incorporação do conceito de interseccionalidade ao trabalho de outras autoras e seus desdobramentos como uma área de estudos. Além disso, o próximo capítulo destaca o outro polo da comparação que é o ponto inicial da evidência empírica de que o reconhecimento acadêmico e a disseminação do conhecimento acontecem de maneira diferente entre os autores, dependendo de certas características que eles apresentam: a obra e trajetória da brasileira Lélia Gonzalez.

#### **4. A INTERSECCIONALIDADE PARA ALÉM DO CONCEITO DE KIMBERLÉ CRENSHAW**

Depois de abrir esta tese com a discussão sobre a perspectiva pós-colonial, prisma teórico-epistemológico a partir do qual ela deve ser lida, no terceiro capítulo, foi apresentado um dos polos de comparação para evidenciar o modo desigual que pesquisadores do Sul Global, em relação aos do Norte Global, recebem reconhecimento acadêmico e divulgação de sua produção científica. Nesse sentido, no capítulo anterior, tratou-se do surgimento e evolução do conceito de interseccionalidade dentro da obra de Kimberlé Crenshaw.

Esse conceito foi disseminado por meio de debates, seminários, conferências e incorporado por outras autoras e autores, ganhando projeção para além da obra de Crenshaw. De acordo com o entendimento de alguns estudiosos, como Patricia Hill Collins (2021), a interseccionalidade ganha contornos de um campo de estudos próprio, de modo que vai se tornando independente da obra da Crenshaw.

No presente capítulo, em um primeiro momento, o intuito é demonstrar como a interseccionalidade foi absorvida e trabalhada, por outras acadêmicas, estudiosas e pesquisadoras, tendo a sua lógica disseminada e aumentando seu arcabouço como campo de estudos e, propriamente, como área de pesquisa do pensamento feminista.

O foco passa a ser a expansão da interseccionalidade para além da obra de Crenshaw. Aborda-se, também, a visão crítica a respeito dessa disseminação e popularização do conceito e da lógica interseccional. A ampliação e a apropriação da lógica interseccional por outros estudiosos e autores, assim como por instituições, fez com que a ideia fosse sendo alterada por novos usos e usuários.

Depois disso, nas duas seções seguintes, o tema é o pensamento feminista negro brasileiro, trazido à baila para apresentar como pensadoras e militantes do Sul Global já desenvolviam trabalhos dentro de uma lógica interseccional, ainda que esse nome não existisse. Discute-se se houve pioneirismo do pensamento feminista negro do Brasil em articular as opressões sofridas pela mulher negra, antes que Kimberlé Crenshaw desenvolvesse seu conceito de interseccionalidade.

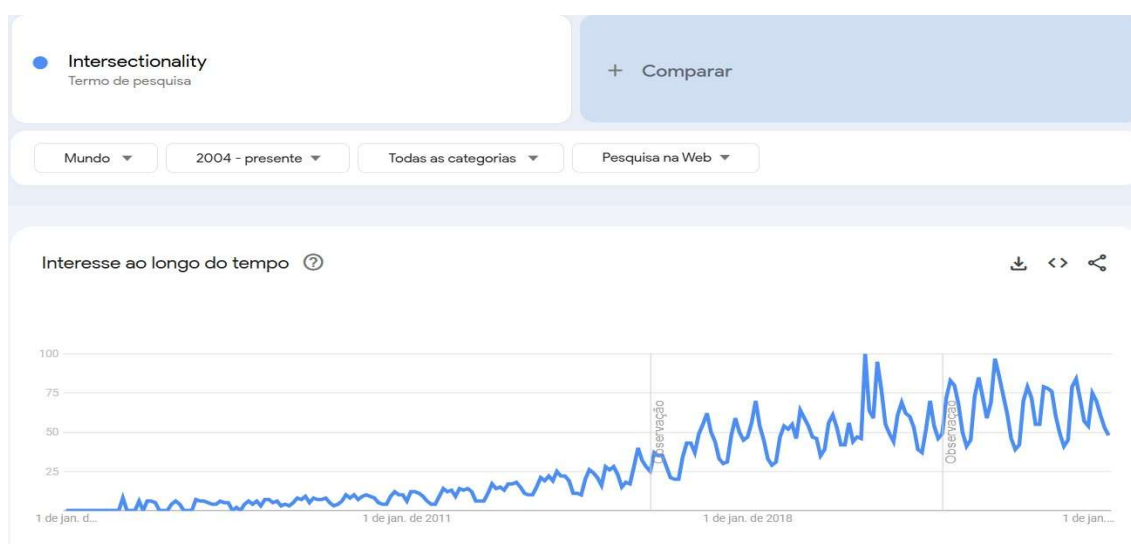
Na seção 4.4, o enfoque é a vida e obra de Lélia Gonzalez, tomada como exemplo, por ser um grande expoente dentre essas autoras e militantes do pensamento feminista negro brasileiro que, além de atuação no movimento social, também investigava academicamente a situação distinta da mulher negra na sociedade, especificamente, a

sobreposição de opressões que ela sofre. Esse é, precisamente, o outro polo da comparação de reconhecimento acadêmico e de disseminação da produção científica que será contraposta, no quinto capítulo, à Kimberlé Crenshaw e sua interseccionalidade.

#### 4.1 A disseminação da interseccionalidade

Na Figura 3, vê-se a imagem de um gráfico produzido pelo *Google Trends*, ferramenta de análise de tendências de busca no *Google*. Nessa ferramenta, é possível inserir o termo buscado, demarcar o período temporal da análise e a abrangência geográfica e receber os dados de busca realizados pelo maior e mais relevante site de pesquisas e buscas na internet, o *Google*.

Figura 3 – Imagem do gráfico do Google Trends - tendência de buscas do termo “intersectionality” entre 1º de janeiro de 2004 até 26 de junho de 2025.



Fonte: GOOGLE TRENDS, 2025.

Tem-se, na Figura 3, um gráfico que apresenta a incidência de buscas do termo “intersectionality”, desde 1º de janeiro de 2004 (data mais antiga que a ferramenta permite) até o dia 26 de junho de 2025 (considerado pela ferramenta como “presente”), definindo a abrangência geográfica das buscas pelo termo no mundo todo.

Verifica-se que, desde o início dos anos 2000, há busca frequente e constante pelo termo “intersectionality” na internet. A partir da segunda década dos anos 2000, a busca por ele passa a apresentar uma tendência de crescimento até 2025, com alguns pontos de queda, rapidamente recuperados. Esses dados demonstram a popularidade do conceito e

da ideia de interseccionalidade no mundo e o interesse que o termo gerou desde o início dos anos 2000.

Nesse contexto de expansão do interesse no público em geral e da disseminação internacional, dentro do espaço político e acadêmico, a interseccionalidade vai se firmando como um verdadeiro campo de investigação e como uma maneira de realizar pesquisa sobre gênero e desigualdade. Como menciona a autora Sara Salem (2016), a profusão de textos, trabalhos, congressos, publicações sobre o tema, desde o final dos anos 1980, faz com que praticamente se instaure uma nova fase dos estudos de gênero. Pesquisadoras e pesquisas, assim como feministas, passam a se autointitular como interseccionais.

Nesse sentido, Guimarães-Silva e Pilar comentam que a interseccionalidade é mais que um termo ou uma ferramenta jurídica de análise de casos de discriminação. De acordo com as autoras, a interseccionalidade é uma proposta muito mais ampla, com potencialidades que abarcam discursos, instituições, enunciados morais, filosóficos e que pode se efetivar em uma rede (Guimarães-Silva; Pilar, 2020, p. 65).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016) são autoras feministas interseccionais e também comentam sobre o sentido da interseccionalidade dentro da perspectiva feminista que elas adotam e seu ponto de vista, em termos de pesquisa acadêmica. Para elas, a “interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Bilge; Collins, 2016, p. 65).

Dentro do entendimento das autoras acerca da interseccionalidade, ela é uma ferramenta analítica, uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo e as experiências humanas. É uma definição prática em que, dado um contexto social e temporal, as relações de poder envolvem categorias como classe, raça e gênero, que se manifestam de maneira interligada e que se moldam mutuamente. Isto é, elas se sobrepõem e agem de maneira integrada. Para as autoras, o foco sobre a interseccionalidade deve ser “o que ela faz, e não o que ela é” (Bilge; Collins, 2016, p. 206).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) desenvolvem suas próprias ideias sobre a interseccionalidade, apontando algumas noções centrais dentro dessa perspectiva: i) desigualdade social; ii) relações de poder interseccionais; iii) o contexto social; iv) a relacionalidade; v) a justiça social; e, por fim, vi) a complexidade. Esses aspectos, de

acordo com as autoras, são fundamentais para entender a lógica conceitual e prática da interseccionalidade (Bilge; Collins, 2021, l. 687).

A interseccionalidade parte, fundamentalmente, da ideia de que existem desigualdades sociais, baseadas em relações de poder interseccionais que se inter cruzam e se sobrepõem, impactando os indivíduos, em determinados contextos sociais. Nesse sentido, o aspecto relacional da interseccionalidade ganha relevo, uma vez que ela acontece a partir de relações sociais nas quais as ideias de diálogo, conversa, engajamento e coalizões são importantes para atingir a justiça social, que é o objetivo, dentro de sociedades e contextos complexos da realidade em que se vive (Bilge; Collins, 2021).

Collins e Bilge (2021) compreendem que a academia é importante disseminadora dessas ideias para a sociedade em função de suas publicações, congressos, conferências bolsas de estudos etc. Dentro de uma visão inerentemente crítica, a interseccionalidade desafia os padrões tradicionais da academia, suas epistemologias, conhecimentos e teorias relacionados à desigualdade social. Ela é uma ferramenta analítica útil para, de modo amplo, compreender a vida e o comportamento humano enraizado nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos e, especificamente, é uma metodologia que liga a teoria à prática e pode auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos. Nesse sentido, as autoras frisam que a interseccionalidade não é apenas um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas (Bilge; Collins, 2021).

Dentro dessa perspectiva de apropriação, Carla Akontirene (2019) entende que a:

[...] interseccionalidade é uma sensibilidade analítica pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas pelo feminismo branco e pelo movimento antirracista, focado nos homens negros (Akontirene, 2019, p. 18).

Essa autora, dentro da sua perspectiva própria, trabalha com a ideia de que racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade. Ela entende que essa perspectiva ultrapassa a mera soma de identidades e proporciona uma análise acerca de “quais as condições estruturais atravessam os corpos” de modo que as experiências pelas quais eles passam são modeladas pela interação dessas próprias estruturas (Akontirene, 2019, p. 43).

Da mesma forma, Carla Akontirene (2019) frisa a característica não linear, não objetiva e não neutra da interseccionalidade e como a sua lógica trabalha no sentido de

não hierarquizar ou somar identidades, mas analisar as condições estruturais que marcam cada indivíduo, principalmente as mulheres negras.

Akontirene (2019) ressalta que o pensamento interseccional tem o intuito de impedir reducionismos identitários e essencialismos, mas demarca como é possível sofrer opressões e ainda assim reproduzir violências e preconceitos. Nesse sentido, a autora frisa como o pensamento interseccional instrumentaliza analiticamente as políticas antirracistas e feministas para que não se reforcem opressões, mas fornece uma abordagem, que foca nas interações estruturais opressoras que produzem as diferenças, e possibilita tratar das demandas das mulheres negras em termos políticos, sociais e legais.

Após as observações sobre o crescimento e aprofundamento da interseccionalidade, e o modo como ela ampliou seu espectro pela incorporação no trabalho de outros autores e pesquisadores, para além do trabalho de Crenshaw, nota-se que ela tornou, praticamente, um campo autônomo dentro dos estudos feministas. A partir disso, é importante tratar do pensamento feminista negro brasileiro e sua produção acadêmica, que utilizava uma lógica interseccional, antes da criação desse conceito como tal.

#### **4.2 A discussão sobre interseccionalidade no século XXI: houve pioneirismo brasileiro?**

A partir desta seção, aspectos importantes da evolução e do desenvolvimento da lógica interseccional, que não costumam fazer parte da história de como o conceito interseccionalidade surgiu, passam a ser discutidos.

Sobre a interseccionalidade, tratou-se do trabalho da autora estadunidense Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo e desenvolveu o conceito dentro de um arcabouço político-jurídico no final dos anos 1980. Depois, abordou-se como esse conceito passou a ser visto como uma perspectiva teórica e prática, uma metodologia operacionalizada, para tratamento de desigualdades sociais e discriminação. Destacou-se, ainda, como a interseccionalidade foi configurada como uma verdadeira política pública global com chancela da ONU. Ressaltou-se, também, que a interseccionalidade ganhou o debate público e acadêmico, com a proliferação de trabalhos, publicações, conferências, disciplinas e o surgimento de um verdadeiro campo acadêmico interseccional, considerado um marco nos estudos de gênero.

As críticas e questionamentos acerca da disseminação da ideia de interseccionalidade, que foram surgindo paralelamente ao seu desenvolvimento, também foram debatidas. Assim como foram abordadas as repercussões dessa disseminação, que resultou na ampliação da reflexão acerca desse conceito e seus impactos no mundo acadêmico, na produção de conhecimento e na realidade das pessoas que ele tem o intuito de atingir.

No bojo dos questionamentos levantados acerca da interseccionalidade, o trabalho de autoras feministas negras brasileiras ganha visibilidade. Isso acontece porque essas autoras, antes de Crenshaw, trabalhavam com a ideia de entrelaçamento e sobreposição de opressões vividas pelas mulheres negras. Exemplos importantes são autoras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, entre outras, que têm suas vidas marcadas pela militância e pelo trabalho acadêmico sobre as condições resultantes do entrelaçamento entre raça, gênero e classe.

É dentro desse escopo que será abordada a trajetória acadêmica e a obra de Lélia Gonzalez, na seção 4.2.1, como representante do pensamento feminista negro brasileiro, que já apresentava uma lógica interseccional, semelhante àquela que Crenshaw chama de interseccionalidade.

### **4.3 O pensamento feminista negro brasileiro**

O conceito de interseccionalidade ficou amplamente conhecido dentro e fora da academia, passando a ser adotado no vocabulário não apenas de militantes, movimentos sociais, influenciadores digitais, acadêmicos, mas da própria ONU e de políticas públicas nacionais e internacionais, chegando quase a fazer parte do senso comum quando se pretende falar sobre opressões cumulativas.

O problema que veio acompanhado pela abrangência do conhecimento e uso do termo foi o risco de sua banalização e uso inadequado. Além disso, ocorreu também um apagamento de seus antecedentes. Como comentam Pâmela Guimarães-Silva e Olívia Pilar (2020), “nem sempre essas abordagens das opressões foram nomeadas como interseccionais” (Guimarães-Silva e Pilar, 2020, p. 54). Como essas autoras também propõem, um recuo histórico permite compreender que movimentos sociais de mulheres negras e autoras feminista negras usavam essa abordagem antes que ela tivesse esse nome de interseccionalidade.

No livro “Interseccionalidade”, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) dão especial evidência ao movimento das mulheres negras no Brasil<sup>40</sup>. Dentro desse escopo, elas também destacam a atuação de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro como militantes e acadêmicas, desenvolvendo um pensamento intelectual e acadêmico em sintonia com a experiência e vivência das mulheres negras do movimento feminista negro brasileiro.

Collins e Birge (2021) enfatizam o processo de criação identitária das mulheres afro-brasileiras dentro do movimento feminista negro. Elas demarcam como esse movimento foi capaz de cultivar uma identidade com caráter político, justamente, no cruzamento do racismo, sexismo e exploração de classe sob as quais as mulheres negras brasileiras estão subordinadas. Elas apontam, ainda, o papel que o movimento de mulheres teve no período da redemocratização do país, levantando as questões de gênero e sexualidade, porém silenciando a respeito da questão racial. Nesse sentido, o movimento feminista negro brasileiro ganha ainda mais relevância.

As autoras enfocam o como as mulheres negras brasileiras não encontravam espaço para suas demandas nem dentro do movimento feminista, composto em boa parte por mulheres brancas da elite, nem no movimento antirracista, dominado pelos homens. No contexto partidário, isto é, dentro da esquerda, em geral, as mulheres negras sofriam pressão para que a solidariedade da classe trabalhadora prevalecesse sobre suas demandas específicas e eram, muitas vezes, acusadas de utilizarem gênero e raça para dividir e enfraquecer o proletariado. Em resumo, a realidade era que nenhum movimento social e político brasileiro encorpava as demandas das mulheres negras, desse modo, elas passaram a se organizar e criar seu próprio movimento (Collins; Bilge, 2021).

É interessante notar como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) entendem que os movimentos feministas negros brasileiros “avançaram as ideias da interseccionalidade antes do surgimento do próprio termo” (Collins; Bilge, 2021, 1166). As autoras questionam como a história da interseccionalidade é contada e como as histórias normalmente são visões parciais do mundo. Elas entendem que a história do

---

<sup>40</sup> Nesta tese, o enfoque é dado ao movimento feminista negro brasileiro, mas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), além de outras referências do assunto, destacam a importância das vivências das militantes do movimento social de mulheres negras, em outros países e regiões do mundo, como fontes importantes da intuição acerca da sobreposição de opressões que recaí, de maneira particular, sobre a mulher negra e que inspira a lógica interseccional, antes do advento do conceito de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw. Exemplos desses movimentos em outros países são o movimento de mulheres negras nos EUA, no Reino Unido, Colômbia, Honduras e África do Sul.

pensamento interseccional não pode ser organizada em períodos temporais ou por localização geográfica. Nesse sentido, elas perguntam:

[...] como algumas histórias sobre a origem da interseccionalidade ganham autoridade às custas de outras? Que tipos de trabalhos intelectuais e políticos esses relatos legítimos alcançam nos ambientes acadêmicos e militante? O que nos diz o fato de não contar a história da interseccionalidade direito sobre como as relações de poder influenciam a interseccionalidade como uma forma de pesquisa crítica e prática<sup>41</sup>? (Collins; Bilge, 2016, p. 63-64, tradução nossa)

Mesmo com a visão crítica a respeito de como a história da interseccionalidade é contada, Collins e Bilge (2016) enfatizam que Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo a partir do qual a lógica interseccional, ganhou disseminação e visibilidade acadêmica e política, pois era familiarizada com os movimentos negros estadunidenses e se identifica como uma feminista negra.

De toda a forma, as autoras não deixam de alertar como a incorporação da interseccionalidade nos círculos acadêmicos mais renomados nos anos 1990 parece ter escondido a parte na qual a interseccionalidade demanda uma prática crítica (Collins; Bilge, 2016), por sua forte vinculação com a vivência de movimentos sociais considerados radicais.

Sobre a história e origem da interseccionalidade, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016) continuam questionando - O que explica a rápida incorporação da interseccionalidade depois que ela ganha um nome? As autoras afirmam que parece que Kimberlé Crenshaw é a mãe da interseccionalidade, que antes ela não existia.

A aparência é que a interseccionalidade surge e é legitimada pela academia. Collins e Bilge (2016) afirmam que o processo de disseminação da interseccionalidade na academia, principalmente nos EUA, acontece durante um período neoliberal em que as próprias universidades estavam voltadas para o mercado, o que parece, inclusive, contraditório. As autoras argumentam que o que acontece é a incorporação, ou mesmo cooptação, de projetos críticos com potencial disruptivo.

O feminismo no Brasil tem uma pujante trajetória, tanto em termos de militância, quanto na academia, mesmo com as dificuldades advindas da repressão social diante de uma atuação política feminina e a despeito da marginalização e desinteresse das

---

<sup>41</sup> [...] how do certain histories about intersectionality's origins become authoritative at the expense of others? What kinds of intellectual and political work do these legitimate accounts achieve in the academic and activist setting? What does not getting the history of intersectionality straight tell us about how power relations influence intersectionality as a form of critical inquiry and praxis?

universidades e dos órgãos financiadores das pesquisas, sobre aquilo que ainda hoje é considerado por alguns como desimportante (Duarte, 2019).

O feminismo negro, principalmente, com suas articulações entre o movimento social e a academia, foi capaz de trazer a vivência da prática e elaborar academicamente as considerações sobre o local diferenciado que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira, em função da discriminação de gênero e raça, concomitantemente, além de, muitas vezes, também a de classe.

Antes do surgimento do nome que se deu à abordagem interseccional, existia a perspectiva prática e teórica dessas feministas negras que trabalhavam com a ideia de que se deveria observar essa sobreposição dinâmica e cumulativa de discriminações experienciadas pela mulher negra. Dentro dos movimentos sociais, as mulheres sentiam o apagamento que sofriam tanto do feminismo, cuja protagonista era a mulher branca, de classe média, quanto dentro dos movimentos de direitos civis para a população negra, em que o protagonismo era vivido pelo homem negro e suas experiências. Dessa vivência, veio a intuição do cruzamento dinâmico das discriminações e a necessidade de se criar espaço para as demandas singulares da mulher negra. A militância e os movimentos feministas negros já atuavam e pensavam com a lógica interseccional, antes que ela tivesse esse nome, baseada em sua prática cotidiana (Kyrillos, 2020).

Dessa forma, é importante destacar como o movimento negro, especificamente, as feministas negras, tem um destaque nos antecedentes da noção de interseccionalidade. O movimento feminista negro denuncia a ideia universal de mulher, que era a da mulher branca, de classe média e evidencia que a mulher é um ser múltiplo, que abarca experiências e vivências variadas, propondo diferentes tipos de feminilidade, demonstrando que mulher não é uma categoria uniforme (Kyrillos, 2020). Além disso, as feministas negras alertam para o fato de que não é possível considerar o gênero independente de raça e classe, evidenciando a lógica interseccional *avant la lettre*.

As autoras que tinham sua vinculação ao movimento feminista negro levam essas intuições para a academia. Lélia Gonzalez é um grande expoente, desde o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1980, em que chama a atenção para a especificidade dessa encruzilhada na qual se encontra a mulher negra. Guimarães-Silva e Pilar (2020) mencionam que Gonzalez era representante do cruzamento entre a militância política e a academia, e que, no Brasil, naquele momento, aquilo não era bem-visto e seu trabalho não teve a repercussão que merecia, provavelmente, entre outros fatores que serão,

justamente, discutidos nesta tese, em função da exigência de uma suposta neutralidade dos pesquisadores nas Ciências Sociais.

Além de Lélia Gonzalez, Pâmela Guimarães-Silva e Olivia Pilar (2020) são citadas Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Edna Roland, Luiza Barros, entre outras intelectuais e militantes negras que produziram trabalhos que traziam esses *insights* importantes, articulando a prática social e o conhecimento teórico acadêmico do movimento feminista negro.

Na mesma linha, Cristiano Rodrigues (2013) comenta que dezenas de artigos são publicados entre os anos 1980 e 1990, por essas autoras, tratando das especificidades da mulher negra. Esse período é coincidente com a chamada “Década da Mulher<sup>42</sup>”. Esse autor considera que o já referido artigo apresentado no encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) de 1980, por Lélia Gonzalez, intitulado “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, inaugura esse momento. Esse artigo é fundamental na obra dessa autora porque, de certa forma, resume e apresenta suas ideias sobre as opressões sobrepostas que a mulher negra brasileira sofre sob a junção do gênero, raça e classe social e é sobre ele que a próxima seção trata.

#### **4.4 Lélia Gonzalez: vida, militância e obra**

Como foi mencionado, outras autoras brasileiras do feminismo negro usavam a lógica da sobreposição de opressões para descreverem a situação da mulher negra na sociedade. Lélia Gonzalez, que provavelmente é o maior expoente dessa linhagem, foi a escolhida para representar as autoras brasileiras do feminismo negro que trabalharam com a noção da intersecção da raça, gênero e classe antes da criação do termo interseccionalidade.

Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em uma família operária de muitos filhos. Mudou com a família para o Rio de Janeiro, em função da oportunidade que seu irmão teve de jogar futebol profissionalmente. Por ser uma das últimas filhas de dezoito, pôde prosseguir nos estudos, ao contrário dos irmãos que começavam a trabalhar cedo. Ela se formou em História e Filosofia e, ao longo de sua carreira, acadêmica

---

<sup>42</sup> Em 1975, acontece a I Conferência Mundial da Mulher realizada sob a égide da Organização das Nações Unidas. Nessa conferência, foi aprovado um plano de ação a ser realizado pela comunidade internacional entre os anos de 1976-1985, período que ficou conhecido como “Década da Mulher” (ONU Mulheres, 2023).

desenvolveu um trabalho bastante interdisciplinar que envolveu as áreas da Comunicação, Antropologia, Sociologia e Psicanálise (Ratts; Rios, 2020).

A autora debruçou-se sobre o tema da mulher negra na sociedade brasileira de uma maneira diferente: criticou a Sociologia tradicional que sempre enfocava o tema apenas pelo viés econômico. Ela abordou, também, a formação nacional brasileira e o pensamento social brasileiro de maneira original, criticando as análises e versões que tratavam a convivência entre as raças no Brasil de forma harmoniosa (Gonzalez, 2020).

Lélia Gonzalez fez análises baseadas em dados estatísticos, demonstrando a situação da mulher negra no Brasil: sua condição de menor escolaridade, menores rendimentos, mais trabalho manual, mais subemprego, comparativamente com o homem negro e a mulher branca. Para além da análise econômica e de classe, ela inovou ao usar conceitos da psicanálise para explicar a formação social brasileira, o racismo no Brasil e a situação da mulher negra no país (Gonzalez, 2020).

Ela desenvolveu uma abordagem eminentemente decolonial com o conceito de “amefricanidade” e subverteu a noção de América Latina ao transformá-la em “América Ladina”, isto é, de “latina”, como os povos europeus, essa América não tem nada. A autora enfatizava as características indígenas e africanas do povo e das sociedades da região (Gonzalez, 2020).

O trabalho de Lélia Gonzalez apresentou temas que aparecem repetidamente em seus argumentos: a denegação do racismo na sociedade brasileira; o abandono da população negra após a abolição; a política oficial de branqueamento que exibia o intuito de miscigenar para embranquecer; a mulher negra como fundadora da cultura brasileira como cultura africana; o “pretoguês”; os papéis da mulher negra na sociedade brasileira: mucama, mãe preta e mulata; a mulher negra sofrendo a tríplice opressão: raça, gênero e classe; a análise do mercado de trabalho brasileiro e o lugar da população negra, principalmente o da mulher negra, entre outros temas (Gonzalez, 2020).

Lélia Gonzalez fez muitas viagens internacionais com participação em congressos e eventos acadêmicos ao redor do mundo, principalmente, Estados Unidos, vários países da África e da América Latina. Adicionalmente, teve trabalhos publicados em diferentes idiomas, como inglês, espanhol e francês (Ratts; Rios, 2020).

A militância nos movimentos sociais e atuação política de Lélia Gonzalez, durante o período de redemocratização do Brasil, também, merecem destaque. Lélia foi fundadora e dirigente do Movimento Negro Unificado, articulando o movimento feminista negro dentro dele. Ela também atuava e tinha interlocução com o “movimento de mulheres”,

como era chamado o movimento feminista na época. Além disso, Lélia foi filiada à partidos políticos, como o PT (Partido dos Trabalhadores) e PDT (Partido Democrático Trabalhista) e disputou eleições<sup>43</sup> logo que elas foram retomadas livremente no Brasil. Ela participou de reuniões e conferências com diversas comissões temáticas da Constituinte, principalmente no que dizia respeito à situação da população negra e das mulheres. Lélia Gonzalez morreu, precocemente, de infarto, em 1994, aos 59 anos (Ratts; Rios, 2020).

Essa menção resumida à trajetória de vida, trabalho político e acadêmico de Lélia Gonzalez serve para demonstrar como foi significativo seu pensamento e atuação acadêmica, com contribuições importantes e originais para as Ciências Sociais, principalmente, dentro do contexto brasileiro. Além disso, apresenta, como sua, a interlocução com a comunidade científica de seu tempo, foi relevante e, mesmo assim, não recebeu o reconhecimento e divulgação que a interseccionalidade teve dentro da obra de Crenshaw. Em vida, Lélia Gonzalez recebeu o reconhecimento de uma comunidade menor, que compartilhava com ela o interesse pelos temas aos quais ela se dedicou. Adicionalmente, sua atuação nos movimentos sociais e na política partidária, em um momento chave para a sociedade brasileira, isto é, a redemocratização, revela, mais uma vez, seu caráter singular e sua contribuição, principalmente, para os direitos humanos e as garantias da dignidade das minorias.

Considerando tudo isso, era de se esperar um conhecimento mais abrangente desse personagem, não apenas na academia, mas na sociedade brasileira como um todo, o que, de fato, não acontece. No início do século XXI, há uma retomada de apreciação pela obra e vida de Lélia Gonzalez, recuperando e homenageando sua memória e seu legado, recuperando seus artigos, textos e pensamento.

Dessa forma, fica explícita a semelhança entre os pensamentos das duas autoras que configuram o foco da comparação inicial que se tem em termos de disseminação da obra de Kimberle Crenshaw e Lélia Gonzalez. Comparação essa que indica como o prestígio acadêmico e a disseminação da produção científica acontecem de maneira desigual e em desfavor dos pesquisadores do Sul Global. Essa comparação inicial permite a evidência da desigualdade e a discussão mais aprofundada de como funcionam os

---

<sup>43</sup> Ela disputou a eleição de 1982 para o cargo de deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro pelo PDT. Ela não foi eleita, mas ficou como suplente em sua legenda.

mecanismos de circulação da produção científica e ranqueamento de autores e suas obras nos bancos de dados acadêmicos sob a lente crítica da perspectiva decolonial.

O artigo “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” foi escrito por Lélia Gonzalez, em 1980, para o IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais. Ele foi publicado, posteriormente, em 1984, na Revista *Ciência Sociais Hoje*. Esse trabalho já apresenta, em seu título, o destaque para algumas das opressões combinadas que a mulher negra sofre: raça e sexo. Ele passa pelas principais ideias e temas do pensamento da autora e é, provavelmente, o trabalho em que ela elabora melhor sua ideia sobre a sobreposição de opressões que recai sobre a mulher negra na sociedade brasileira. Nesse artigo, Gonzalez (2020) coloca em evidência a importância da articulação das sobreposições de discriminações que recaem sobre a mulher negra para que se analise, de maneira aprofundada sua posição na sociedade, indo além de uma mera análise econômica.

Lélia Gonzalez (2020) aborda o que ela chama de “mito de democracia racial brasileira”, a ocultação do racismo na formação da sociedade nacional e evidencia as influências que a autora recebeu da psicanálise e do autor martinicano, Franz Fanon, em suas formulações. A autora pretende discutir as figuras da mulata, doméstica e mãe preta na sociedade brasileira para demonstrar como a articulação entre racismo e sexismo produz efeitos violentos na situação mulher negra, particularmente.

Para Gonzalez (2020), existe uma resistência nas análises sociológicas tradicionais em incorporar a raça e sexo, insistindo em focar, exclusivamente, na luta de classes. Para ela, o racismo é “a neurose brasileira”. Em seu argumento, a autora afirma que, no Brasil, acontece um tipo de denegação do racismo, isto é, no jargão freudiano, o processo de negação que coloca em evidência um desejo inconsciente ou características desse sujeito que nega. Nas palavras da autora:

Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual do trabalho fica até simples. Por que será que ela [a mulher negra] só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, atividades onde não pode ser *vista*? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc. e tal? (Gonzalez, 2020, p. 85).

A autora continua sua análise focando na participação da mulher negra na formação da sociedade brasileira. Essa participação que é tradicionalmente escondida,

esquecida e menosprezada, mas que em seu argumento torna-se de fundamental importância. Gonzalez (2020) defende que mulata e doméstica são dois lados da mesma mulher, a negra anônima, que no dia a dia faz um trabalho braçal de cuidado, desvalorizado e invisibilizado e, durante o carnaval, vira personagem principal, patrimônio cultural brasileiro.

Aprofundando essa análise, ela defende que a mãe preta dá “rasteira na raça dominante”. Para Gonzalez (2020), a mãe preta não é nem a traidora da raça, como muitos atribuem, nem o exemplo maior de amor e cuidado, que outros acreditam. A autora entende que a mãe preta que cuida dos filhos dos senhores brancos é a mãe real da sociedade brasileira, uma vez que foi ela quem amamentou, ninou, contou histórias, ensinou a falar, andar, enquanto a mãe branca apenas “serve para parir”. Dessa forma, a mãe preta é quem passa os valores para as crianças brasileiras brancas:

A função materna diz respeito a internalização de valores, ao ensino da língua materna e uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. E passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por aí a gente já entende por que, hoje, ninguém mais quer saber de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada (Gonzalez, 2020, p. 88).

Nesse sentido, Lélia Gonzalez defende que o Brasil é africanizado, é uma América Africana, a “América Ladina” (Gonzalez, 2020, p. 88) que, por meio da ideologia do branqueamento, que usa a lógica da dominação, faz com que a sociedade internalize e reproduza valores brancos ocidentais.

Nesse texto, portanto, podemos ver o argumento de Lélia Gonzalez (2020) que elabora uma análise original da formação social brasileira, em que escancara não apenas a importância fundamental da mulher negra, mas também evidencia seu lugar diferenciado de discriminação e marginalização nessa mesma sociedade. Buscando desmistificar a democracia racial brasileira, Gonzalez (2020) explicita o racismo estrutural que forma historicamente o Brasil e faz a articulação com o gênero, raça e com a classe social, analisando o papel da mulher negra nessa sociedade.

A autora pretende, dessa forma, escancarar as raízes e influências africanas da sociedade brasileira, apesar da sua negação e apagamento realizados por meio do discurso de dominação da ideologia do branqueamento. Gonzalez (2020) conclui o texto de maneira irônica e evidenciando sua visão original sobre a formação social e cultural brasileira:

Se a batalha discursiva, em termos de cultura brasileira, foi ganha pelo negro, o que terá acontecido com aquele que segundo os cálculos deles ocuparia o lugar de senhor? Estamos falando do europeu, do branco, do dominador. Desbancado do lugar de pai, ele só pode ser, como diz Magno, o tio ou o corno; do mesmo modo que a europeia acabou sendo a outra (Gonzalez, 2020, p. 93).

Esse artigo desenvolve, de maneira bem-acabada, a ideia de como raça, gênero e classe entrelaçam-se de maneira dinâmica e complexa, e constituem as opressões sociais e econômicas vividas pela mulher negra na sociedade brasileira.

Um exemplo de outra publicação em que Lélia discute essa sobreposição de opressões e discriminações é o artigo “A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica”, apresentado pela primeira vez no Simpósio de Primavera - A Economia Política do Mundo Negro<sup>44</sup>, em 1979, na Universidade da Califórnia. Ele foi publicado originalmente em 1980, no livro “O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual”, organizados por Teresa Madel, lançado pela editora Terra e Paz. Lélia Gonzalez, nesse trabalho, já apresentava o raciocínio desenvolvido no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, em relação às opressões concomitantes que a mulher negra sofre no Brasil (Gonzalez, 2020).

A autora aborda diretamente as heranças da escravidão para a divisão social do trabalho na sociedade brasileira. Ela destaca como a divisão do trabalho é racializada, colocando a mulher negra como apta a trabalhos subalternos e de subserviência, principalmente, o serviço doméstico e de cuidado (Gonzalez, 2020). Nesse sentido, Gonzalez (2020) argumenta que há uma “divisão racial e sexual do trabalho” que resulta no “processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra” e, no seu lugar, na força de trabalho.

Lélia Gonzalez (2020) critica duramente o mito de harmonia entre as raças no Brasil e destaca como esse discurso funciona de modo a mascarar as desigualdades e discriminações. A ideologia da “democracia racial”, de acordo com a autora, ajudou a reforçar estereótipos como a mulata, a mulher negra sensual e sexualizada e a mãe preta, a mulher negra gentil e doce, que cuida da casa e dos filhos dos brancos. Nesse sentido, esses estereótipos contribuem para a naturalização do local da mulher negra na sociedade em trabalhos subalternos, precários e mal remunerados.

Gonzalez (2020) chama atenção para o fato de que o trabalho de cuidado da mulher negra é fundamental para a manutenção da sociedade e para a própria formação

---

<sup>44</sup> *Spring Symposium The Political Economy of The Black World*, no original.

da sociedade brasileira. A mulher negra é apontada como “sustentáculo econômico, afetivo e moral” das famílias brasileiras por meio do trabalho doméstico e do cuidado desempenhado por elas há centenas de anos. Lélia Gonzalez (2020) alerta, nesse trabalho, para a necessidade de se articularem classe, gênero e raça para que se possa fazer uma análise aprofundada do mercado de trabalho e da situação socioeconômica do Brasil, para além de uma mera análise econômica e estatística.

Outro exemplo interessante é o artigo de 1988, “A categoria político-cultural de amefricanidade”, publicado na revista *Tempo Brasileiro*, volume 92/93, em que Lélia Gonzalez aborda como raça, gênero e classe se articulam de maneira específica na vida de mulheres da América Latina e constituem de forma singular a sua condição social (Gonzalez, 2020).

Lélia Gonzalez (2020) entende que as comunidades latino-americanas, marcadas pela diáspora africana, pela resistência indígena e pela reelaboração dessas heranças, constroem características particulares que devem ser valorizadas e que tradicionalmente são apagadas pelo racismo. Nesse sentido, Gonzalez (2020) faz uma crítica ao colonialismo e ao mito da superioridade branca e europeia que marcam a construção dos países da região e propõe uma verdadeira guinada decolonial com a valorização das heranças africanas e indígenas.

A autora ressalta o papel cultural da mulher negra dentro da perspectiva da amefricanidade, porque ela atua, muitas vezes, como guardiã das práticas religiosas, linguísticas e afetivas desprezadas pelo etnocentrismo europeu. Dessa forma, a mulher negra se torna uma figura fundamental de resistência (Gonzalez, 2020).

Lélia Gonzalez (2020) propõe a categoria da amefricanidade como potencializadora de unidade de comunidades, antes, fragmentadas. Além disso, ela entende que a amefricanidade pode funcionar também como instrumento de ação coletiva e de organização política.

A autora apresenta também, com esse raciocínio, “Por um feminismo afro-latino-americano”, no seminário “O ser mulher”, que ocorreu entre 1985 e 1986, no Rio de Janeiro. O artigo é, posteriormente, publicado também, em 1988, no livro “O Ser Mulher: Seminário Rio de Janeiro 85/86”, organizado por Arnaldo Rodrigues e outros, lançado pela editora Rosa dos Tempos. Nesse trabalho, Lélia Gonzalez também articula as opressões de raça, gênero e classe vividas pelas mulheres latino-americanas, trabalhando com a ideia de um feminismo que considere as características próprias de uma vivência

afro-latino-americana. A noção de amefricanidade também é tratada aqui (Gonzalez, 2020).

Nesse artigo, Lélia Gonzalez (2020) faz uma crítica ao feminismo hegemônico que é centrado na mulher branca e defende um feminismo que contemple as mulheres que vivem uma experiência na interseção da classe, gênero, raça e colonialidade. Dessa forma, ela novamente reforça a ideia de que essas mulheres vivem opressões sobrepostas de maneira complexa e dinâmica que resultam em uma experiência singular. Assim, a autora também refuta a ideia do feminismo hegemônico de que existe uma experiência homogênea de como ser mulher.

Na esteira desses argumentos, Lélia Gonzalez (2020) enfoca as experiências das mulheres da América Latina que vivem a herança da diáspora africana e da resistência dos povos originários do continente. A autora propõe a construção de um feminismo “amefricano” que seja resultado das vivências comuns das mulheres da América Latina e que tenha um caráter político, antirracista e decolonial.

Como exemplo final do uso da lógica em que diferentes opressões são articuladas para caracterizar a situação social e econômica dos indivíduos na sociedade no trabalho de Lélia Gonzalez, também vale citar o artigo “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”, publicado também em 1988, na Revista do Instituto das Culturas Negras, volume 1, número 5.

Nesse trabalho, Lélia Gonzalez (2020) critica especificamente o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em 1988. Segundo a autora, o evento foi marcado por um feminismo sectário e sexista, que se perdeu em discussões político-partidárias. Nesse sentido, Gonzalez (2020) aproveita a crítica ao evento para defender um feminismo negro que não seja conivente com o mito da democracia racial e que não se identifique com o feminismo ocidental-branco. A autora, dessa forma, argumenta que o movimento político das mulheres negras precisa ter identidade própria, comprometimento com a transformação social e ser consciente de que a mulher negra está na base da exploração socioeconômica e da apropriação cultural das classes dominantes brancas.

Nesse artigo, Lélia Gonzalez (2020) relembra que as mulheres negras estão na encruzilhada das subordinações de raça e gênero, além da exploração econômica. Por esse motivo, a autora conclui que a luta pela emancipação das mulheres negras traz consigo a possibilidade de libertação para todos e todas.

Além desses, em várias outras publicações e conferências, Lélia Gonzalez expôs seu pensamento que articula as opressões e discriminações de raça, gênero e classe que

recaem sobre a mulher negra e caracterizam uma condição social específica. O artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1984, pelo modo como os argumentos são apresentados de maneira aprofundada e original, é, aqui, colocado em destaque.

A próxima seção debate como as semelhanças entre os pensamentos de Crenshaw e Gonzalez instigam justamente uma discussão pós-colonial sobre esse prestígio acadêmico diferenciado. Esse movimento é percebido no trabalho de autoras brasileiras que pretendem “descolonizar o pensamento interseccional” e valorizar o pensamento feminista negro brasileiro, no qual esta tese também se insere.

#### **4.5 Descolonizando o pensamento interseccional: a relação entre o feminismo negro brasileiro e o conceito de interseccionalidade estadunidense.**

É interessante perceber, portanto, que Kimberlé Crenshaw (1989) nomeou e sistematizou uma abordagem analítica e metodológica que já estava presente na prática dos movimentos sociais e no trabalho acadêmico de diversas autoras do feminismo negro (Guimarães-Silva e Pilar, 2020). É fundamental notar esses antecedentes históricos que trazem consigo a sinergia entre prática e teoria na noção de interseccionalidade (Kyrillos, 2020).

Sobre essa vinculação histórica entre esses movimentos e essas autoras brasileiras e o trabalho de Crenshaw (1989), que culmina na nomeação dessa ferramenta teórico-metodológica como interseccionalidade, há também críticas. Sueli Carneiro (2017), autora brasileira vinculada ao feminismo negro, defende a geração das autoras feministas negras brasileiras e, em sua visão, outro marco analítico-epistemológico.

Não há uma ressalva em relação ao conceito e sua lógica, mas sim uma valorização do conhecimento que sai da rota europeia e norte-americana (Akontirene, 2020). Essa autora, inclusive, cita diretamente a autora Kimberlé Crenshaw e a interseccionalidade em entrevista concedida à revista *Cult*, em 2017:

Eu nunca usei esse conceito porque eu sou muito anterior à emergência dele, embora os sentidos que ele carrega estejam presentes nos meus textos e de outras mulheres negras da minha geração. Quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro (Carneiro, 2017, p. 18).

Para Carla Akontirene (2019), mesmo que Sueli Carneiro descarte a interseccionalidade “em termos semânticos”, ela não o faz em termos de conteúdo, porque

as feministas negras brasileiras trabalhavam com a imbricação entre raça, gênero e classe, mesmo sem adotarem ou se filiarem à perspectiva interseccional de Crenshaw.

Também em uma perspectiva mais crítica, Akontirene (2019) desenvolve uma periodização do que se passou com a noção de interseccionalidade no Brasil. Para a autora, primeiro aconteceu uma “guetificação”, isto é, a interseccionalidade era uma questão apenas de mulheres negras, depois, ocorreu o esvaziamento da noção, do seu significado e da sua utilidade analítica e metodológica. Em um terceiro momento, passou a existir uma disputa em que a autora entende acontecer um “saqueamento” da riqueza conceitual e uma apropriação discursiva para o feminismo interseccional que retira o conceito do seu paradigma afrocêntrico.

Akontirene (2019) propõe que se faça uma decolonização do conceito, valorizando os antecedentes das autoras do feminismo negro brasileiro. Para essa autora, Lélia Gonzalez, com seu conceito de amefricanidade, intersecciona metodologicamente as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe e reforça as críticas latino-americanas “contra o colonialismo, imperialismo e o monopólio epistêmico ocidental” (Akontirene, 2019, p. 33).

Reforçando esse sentido de desvirtuamento político e geopolítico do termo, a autora Sara Salem (2016) frisa o apagamento das suas raízes ligadas aos movimentos feministas negros e às feministas “do Terceiro Mundo”. A autora reforça a perspectiva de que é um conceito que passou a ser apresentado como proveniente apenas dos estudos de gênero do Norte Global, além disso, denuncia como o conceito foi “embranquecendo” e, nesse processo, teve suas origens mais radicais apagadas.

Carla Akontirene (2019) também defende que as raízes do conceito de interseccionalidade derivam de movimentos feministas negros e do trabalho de autoras como Lélia Gonzalez. Ela entende que o trabalho desenvolvido por Gonzalez faz metodologicamente o processo de interseccionar raça, gênero e sexualidade, entrando no viés contrário ao monopólio epistêmico ocidental.

A autora entende, justamente, que o pensamento de Lélia Gonzalez é uma verdadeira “antecipação conceitual da interseccionalidade” (Akontirene, 2019, p. 33). Ela procura consolidar o entendimento de que a interseccionalidade não deve ser vista como um desenvolvimento teórico preso “à geografia do saber estadunidense” (Akontirene, 2019, p. 100).

Nessa perspectiva, Kimberlé Crenshaw é definida como alguém que soube utilizar o “léxico do mercado e da mídia” e que o que essa noção abarca é muito maior do que

qualquer atribuição individual de autoria. Algumas críticas são ainda mais contundentes, afirmando explicitamente que Crenshaw bebeu da fonte dos movimentos feministas negro, sem citar as mulheres e organizações que trabalhavam nessa perspectiva, anteriores a seu trabalho (Akontirene, 2019).

Sara Salem (2016) e sua crítica à interseccionalidade, baseada no feminismo marxista, aponta, sob outro viés, o que ela chama de “cooptação” do conceito pelo neoliberalismo que “higieniza” suas origens e o transforma em algo palatável para o mundo do Direito estadunidense, marcadamente branco, masculino e elitista.

Descolonizar a interseccionalidade, reconhecer seus antecedentes nos movimentos feministas negros, seja nos Estados Unidos ou em outras partes do mundo, incluindo o Brasil, assim como reconhecer e valorizar as pensadoras do feminismo negro brasileiro, especificamente, Lélia Gonzalez, é, como diz Silma Birge (2018), “corrigir a subjugação passada<sup>45</sup>”.

Amarrando as pontas de tudo que foi discutido até aqui, a partir desses conceitos decoloniais, isto é, a colonialidade do saber e do poder, atua-se no sentido de buscar pelas motivações e processos da divisão internacional do trabalho acadêmico e da produção do conhecimento entre Norte e Sul global. Tudo isso está inserido na lógica colonial da geopolítica do conhecimento, que faz com que autoras e trabalhos, independentemente de sua qualidade, não recebam o mesmo reconhecimento ou tenham a mesma disseminação que autoras situadas na academia do Norte global.

Desse modo, a intenção é mostrar o porquê de o conceito de interseccionalidade de Crenshaw ter tido reconhecimento internacional e ampla divulgação e não a obra anterior de autoras feministas negras brasileiras que trabalhavam com a mesma lógica de sobreposição de opressões. Dentro de um raciocínio decolonial, a própria escolha de uma língua do Norte global como padrão internacional da academia e da ciência faz parte da colonização do saber. Nesse sentido, acredita-se que os fluxos de poder e de dominação coloniais atuam na produção científica e acadêmica para que os trabalhos e autores, especificamente, autoras, do Sul global sejam colocados em níveis inferiores de reconhecimento e disseminação.

---

<sup>45</sup> É importante enfatizar que corrigir a subjugação passada geralmente requer pouco mais do que o reconhecimento simbólico, enquanto corrigir a subjugação presente implica a redistribuição do poder (Birge, 2018, p. 80).

Acerca das origens do raciocínio interseccional e do apagamento de suas raízes no movimento feminista negro e no Sul Global, existe, na literatura brasileira, sobre o tema, a intuição de que é necessário descolonizar a interseccionalidade e desvelar a sua geopolítica vinculada às epistemologias do Sul em termos de ímpeto e intuito.

Esta tese tem uma de suas pontas argumentativas nesse debate, que atravessa o Oceano Atlântico sobre origens, raízes, autoria, cooptação e descolonização de trabalhos e ideias e que busca desvelar os processos que fazem com que fluxos de poder geopolítico influenciem profundamente a disseminação e a produção do conhecimento e da ciência, principalmente, quando os seus autores e autoras se encontram fora das universidades aclamadas do Norte global.

Dessa forma, o próximo capítulo irá, efetivamente, realizar a comparação entre a incidência de citações da obra e dos nomes de Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez, evidenciando, de maneira empírica, a desigualdade de reconhecimento acadêmico e da divulgação da produção do conhecimento em desfavor dos autores do Sul Global. A partir disso, o movimento analítico de investigar como funcionam os circuitos de disseminação da produção do conhecimento é realizado, é mais uma das pontas argumentativas desta tese.

## **5. EVIDENCIANDO A DESIGUALDADE: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA INTERSECCIONALIDADE DE KIMBERLÉ CRENSHAW EM COMPARAÇÃO COM LÉLIA GONZALEZ E SEU TRABALHO SOBRE O CRUZAMENTO DE GÊNERO E RAÇA**

Depois de apresentar as lentes teóricas, a partir das quais, estes capítulos devem ser lidos, a primeira ponta do argumento desenvolvido nesta tese foi apresentada nos capítulos 3 e 4: os pensamentos da jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw e da brasileira Lélia Gonzalez. Demonstrou-se a semelhança entre a interseccionalidade desenvolvida por Crenshaw e a lógica de sobreposição diferenciada de opressões sofrida pela mulher negra, no trabalho de Gonzalez.

Este capítulo encerra a primeira parte desta tese, nele, será utilizado um instrumento metodológico específico para demonstrar empiricamente esse reconhecimento acadêmico e a disseminação da produção científica desiguais para autores e autoras do Norte e do Sul Global, exemplificado na comparação entre Crenshaw e Gonzalez: a análise bibliométrica, mais uma das pontas argumentativas desta tese.

### **5.1 A bibliometria das bases de dados indexadas online mede a qualidade dos trabalhos acadêmicos?**

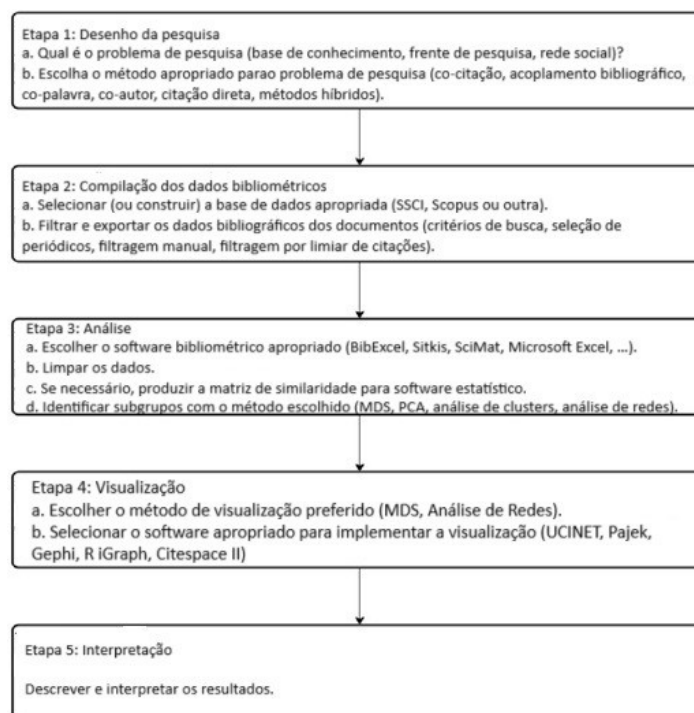
Métodos bibliométricos não são novidade na academia, entretanto, com o uso expandido da informática e da internet, as possibilidades da análise bibliométrica foram ampliadas e se tornaram mais acessíveis. A bibliometria é uma ferramenta estatística que permite analisar e mapear quantitativamente sistemas científicos de comunicação, informação e tecnologia, assim como a literatura de determinado campo. Ela permite o uso de indicadores para o tratamento de grandes quantidades de textos e conhecimento para a gestão e análise dessas informações (Guedes; Borschiver, 2005).

De forma pormenorizada, a bibliometria permite analisar, de modo científico, quantitativamente, as publicações, por meio da utilização de métodos estatísticos e matemáticos, sobre determinado conjunto de material bibliográfico. Desse modo, a análise bibliométrica pode mapear determinado campo ou disciplina, averiguando o seu desenvolvimento, produtividade, áreas em expansão e em decadência, assim como os autores, instituições e países que mais ou menos contribuem (Rocha; Gomes; Kneipp; Camargo, 2013).

A bibliometria, supostamente, também serviria para aferir a “qualidade” das publicações, uma vez que consegue medir o impacto bibliométrico dos temas, das áreas temáticas, a quantidade de citações que se faz de determinados autores e obras (Cobo; ópez-Herrera; Herrera-Viedma; Herrera, 2011). Entretanto, é fundamental fazer a ressalva de que essa ferramenta faz apenas uma análise matemática e estatística das obras e presume a qualidade pela quantidade de citações e pelo impacto estatístico verificado no corpus analisado. Não é feita nenhuma análise de mérito dos trabalhos. Sobre esse tema, é importante desenvolver algumas considerações que serão feitas oportunamente em outra sessão a seguir.

Em termos práticos, a análise bibliométrica (Fig. 4) se utiliza das grandes bases de dados acadêmicas disponíveis online, como por exemplo, *Web of Science (WoS)*, Scopus, Scielo, entre outras, ou ainda, bases de dados que podem ser construídas pelos próprios pesquisadores para empreender as análises de corpus bibliográficos. Vários pesquisadores desenvolvem modelos de como executar a análise em etapas, em geral, pode-se tomar esse exemplo, dos autores Ivan Zupic e Tomaž Čarter (2015), que pretendiam, justamente, criar um guia para esse tipo de análise em sua área de estudos:

Figura 4: Esquema que ilustra o processo para utilização da análise bibliométrica



Fonte: Zupic; Čarter, 2015, p. 10. (Tradução nossa)

Estabelecendo cinco passos, Zupic e Čater (2015) propõem que, inicialmente, é necessário que o pesquisador tenha um desenho de pesquisa bem definido, com um problema e um método apropriado para responder. Dentro desse primeiro passo, a escolha de filtragem do material, dentro do banco de dados, é fundamental. Nesse sentido, pode-se trabalhar o material por co-citação, por palavras-chave, por autor, por ano, por instituição de publicação, por frequência de palavras, entre outras técnicas, que podem variar de acordo com as possibilidades disponíveis no banco de dados escolhido. A escolha desse filtro deve se adequar ao objetivo que se tem em termos de problema que se pretende analisar.

Em seguida, é preciso que se tenha o *corpus* de referências bibliográficas que serão analisados, em geral, identificado dentro dos bancos de dados acadêmicos online, a partir dos quais se pode filtrar e exportar as informações. O terceiro passo é analisar as informações por meio de *softwares* adequados para lidar com esse tipo de dados bibliométricos, como o *Microsoft Excel*, por exemplo. A quarta etapa é visualizar as informações geradas também por meio de *softwares* adequados. Por fim, é necessário interpretar e descrever o que foi encontrado, apresentando conclusões sobre o material analisado.

Sobre as referidas limitações do *Web of Science* e outras bases de dados globais disponíveis online que usam indexadores, é fundamental citar o que a pesquisadora argentina Fernanda Beigel (2016) demonstra em seu trabalho: esses bancos de dados online, baseados nos principais indexadores bibliográficos do mundo, hierarquizam os autores e seus trabalhos por língua, país e instituição. Fundamentalmente, isso significa que colocam como superiores o idioma inglês, os países do Norte Global e as instituições mais afamadas dessa parte do mundo.

Um bom exemplo disso é o estudo bibliométrico que Isabella Batistello Espíndola (2021) faz em sua tese de doutoramento sobre hidropolítica e governança hídrica transfronteiriça. Espíndola faz uma análise bibliométrica, utilizando o *Web of Science*, sobre o tema da hidropolítica e demonstra que os países da América do Sul não aparecem como grandes produtores de trabalhos sobre o tema, muito menos são o foco dos estudos publicados, ainda que sejam ricos em recursos hídricos e tenham importantes bacias hidrográficas transfronteiriças:

Dos dez registros mais citados encontrados na análise bibliométrica sobre hidropolítica, os textos dos autores De Stefano *et al.* (2010) e De Stefano *et al.* (2012) são os únicos que mencionam a América do Sul. Com relação à Bacia do Prata nenhum dos dez registros mais citados a aborda. De Stefano *et al.* (2010) e De Stefano *et al.* (2012) indicam que existe uma dificuldade considerável em encontrar dados sobre os recursos hídricos sul-americanos. Para os autores, as informações são, muitas vezes, publicadas no idioma local (em sua maioria português ou espanhol), o que dificultaria a difusão dessas pesquisas e trabalhos. Assim, a cobertura sobre os recursos hídricos e da hidropolítica da América do Sul é particularmente limitada (Espíndola, 2021, p. 54).

Espíndola (2021) ainda registra que nenhum centro de pesquisa sul-americano se destaca como produtor de trabalhos sobre o tema e conclui que a América do Sul “se ausenta” do debate. Em seguida, faz afirmações importantes sobre essa ausência e que, provavelmente, a ajudam a entendê-la:

Apesar da existência de pesquisas e do desenvolvimento de trabalhos relacionados às bacias hidrográficas transfronteiriças sul-americanas, constatou-se que eles são pouco difundidos nos principais grupos de discussão sobre hidropolítica. Além disso, muitos deles enquadram-se como literatura cinzenta e não fazem parte da base de dados da *Web of Science* (Espíndola, 2021, p. 54).

Ou seja, a explicação para a suposta “ausência” da América do Sul, identificada pela autora em sua análise bibliométrica sobre a hidropolítica na plataforma *Web of Science*, é consoante com a argumentação desenvolvida por Fernanda Beigel (2016) acerca do reconhecimento acadêmico: as obras, autores e instituições da América do Sul, que trabalham com o tema da governança hídrica, não cumprem os critérios de língua, país e afiliação institucional para aparecerem com destaque nos principais bancos de dados acadêmicos do mundo. Por esses motivos, eles, provavelmente, transitam em outros círculos de divulgação acadêmica, os regionais.

Beigel (2016) argumenta que conhecimento acadêmico e científico organiza-se em campos e circuitos que convivem em paralelo, reproduzindo as relações assimétricas de autonomia e dependência, isto é:

[...] a produção intelectual transita por circuitos transnacionais que atravessam os campos acadêmicos nacionais segmentando os processos de consagração. Alguns ficam restritos ao âmbito local e outros ficam livres da imposição de padrões estrangeiros de publicação. Outros estão completamente internacionalizados e seguem alheios à agenda nacional. O que segue definido como periférico se relaciona com a eficácia de seu reconhecimento, que fica limitado ao âmbito local, nacional ou regional, enquanto os conhecimentos e ideias geradas nos tradicionais “centros de excelência” são elogiados como contribuições “universais. A dependência acadêmica existe, mas é necessário observá-la e analisá-la como “situação concreta” levando a fundo o enfoque

relacional da tradição histórico-estrutural latino-americana” (Beigel, 2016, p. 3, tradução nossa<sup>46</sup>).

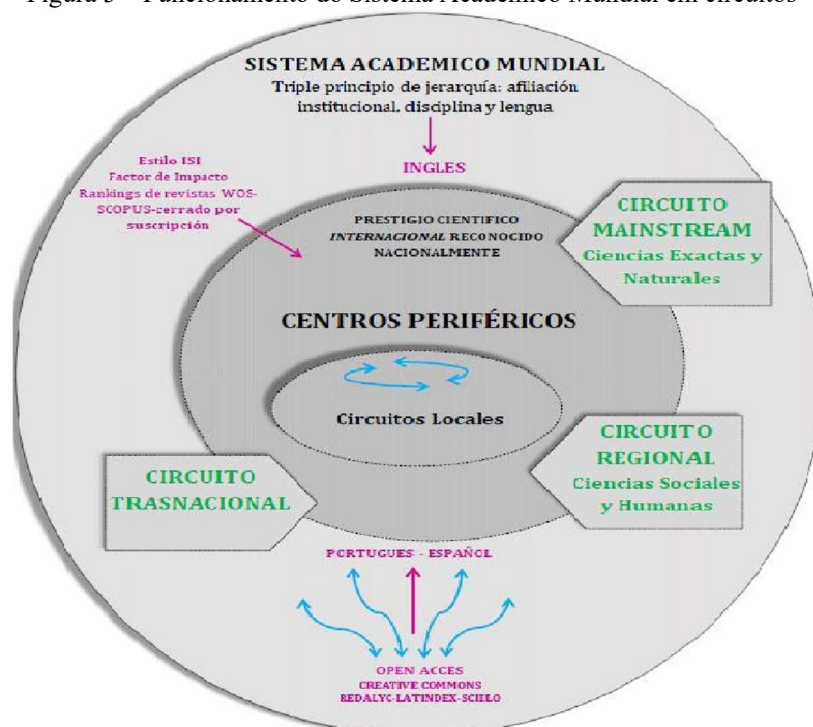
A autora demarca que o SAM foi configurado sobre a base da “universalização” da bibliometria como ferramenta de avaliação da ciência, da mercantilização<sup>47</sup> do conhecimento científico e da concentração do capital acadêmico em determinados polos. Beigel (2016) salienta que os indicadores e os indexadores utilizados nessas bases de dados globais beneficiam a “acumulação originária”, do prestígio científico que favorece certas zonas geográficas, grupos idiomáticos e disciplinas em detrimento de outras.

A autora organizou os campos periféricos e os circuitos segmentados de consagração acadêmica, conforme mostra a Figura 5:

---

<sup>46</sup> [...] que la producción intelectual transita por circuitos transnacionales que atraviesan los campos académicos nacionales segmentando los procesos de consagración. Algunos quedan restringidos al ámbito local y se piensan libres de la imposición de patrones extranjeros de publicación. Otros están completamente internacionalizados y se sienten ajenos a la agenda nacional. Lo que sigue definiéndolos como periféricos se relaciona con la eficacia de su reconocimiento, que queda limitado al ámbito local, nacional o regional, mientras los conocimientos e ideas generadas en los tradicionales “centros de excelencia” son encumbrados como contribuciones “universales”. La dependencia académica existe, pero es necesario observarla y analizarla como “situación concreta” llevando a fondo el enfoque relacional de la tradición histórico-estructural latino-americana.

<sup>47</sup> Os sistemas de indexação e rankings são mantidos pelas principais empresas privadas (Thomson Reuters, Scopus, Google Scholar) vinculadas com oligopólios editoriais (Reed-Elsevier, Wiley-Blackwell, Springer, and Taylor & Francis)

Figura 5 – Funcionamento do Sistema Acadêmico Mundial em circuitos<sup>48</sup>

Fonte: BEIGEL, 2016, p. 11

O tripé sobre o qual se assenta a hierarquização do SAM (língua, afiliação e disciplina) é o que permite diferenciar os espaços acadêmicos desiguais, isso porque ele também informa sobre a geografia de regiões acadêmicas de nível global. Dessa forma, os circuitos de circulação e disseminação do conhecimento funcionam de maneira paralela, mas, ao mesmo tempo, interligados. É nesse sentido que bases de dados regionais e abertas são criadas para que a produção acadêmica que não passa pelos critérios de hierarquização do *mainstream* possa circular. É o que acontece, por exemplo, com a produção acadêmica em Ciências Humanas e Sociais na América Latina (Beigel, 2016).

<sup>48</sup> Em espanhol, lê-se: de cima para baixo: “Sistema Acadêmico Mundial”, “Triplo princípio de hierarquia: afiliação institucional, disciplina e língua”. A seta aponta para a palavra “Inglês”. À esquerda: “Estilo ISI, fator de impacto, ranking de revistas, WOS-SCOPUS fechado por assinatura”. A seta aponta para: “Prestígio Científico, Internacionalmente reconhecido, Nacionalmente”. Do lado direito: “Circuito *Mainstream*, Ciências Exatas e Naturais”. Ao centro: “Centros Periféricos”, logo abaixo: “circuitos locais”. Abaixo, à esquerda: “Circuito Transnacional”. À direita: “Circuito Regional Ciências Sociais e Humanas”. Por fim, embaixo: “Português – Espanhol”, “Acesso aberto, *Creative commons*, Redalyc- Latindex- Scielo”.

## 5.2 Analisando bibliometricamente Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez e suas ideias

Nesta pesquisa, a análise bibliométrica surge como uma ferramenta para demonstrar as desigualdades em termo de disseminação do conhecimento, da ciência e do reconhecimento acadêmico.

A ideia é demonstrar como as citações e vinculações à autora Kimberlé Crenshaw e sua obra, principalmente, em relação ao conceito de interseccionalidade são muito superiores ao nome da autora brasileira Lélia Gonzalez e sua obra, apesar das similaridades de raciocínio e de sua antecedência.

O banco de dados a ser utilizado para esta análise será o *Web of Science*<sup>49</sup>, que é uma das maiores e mais reconhecidas plataformas acadêmicas, de caráter multidisciplinar e global, mesmo com as devidas ressalvas apresentadas:

O Índice de Citação de Ciências Sociais (ICCS) acessível online pela Thomson Reuters *Web of Science* (WoS), é, de longe, a mais comum fonte de dados bibliográficos. Ela provê dados sobre documentos publicados em Ciências Sociais e as referências citadas neles. Dados bibliográficos por documentos indexados, incluindo título do artigo, tipo do artigo, autores, filiação institucional dos autores, palavras-chave, resumo, número de citações, nome do periódico, nome e endereço da editora, ano da publicação, volume, número da edição, e uma lista de referências citadas disponível para análise. Todos os periódicos indexados no SSCI são sinalizados em uma ou mais categorias (por exemplo, Economia, Psicologia) que podem ser filtrados em publicações relevantes. O SSCI foi criado pelo Instituto pela Informação Científica, que é parte da Thomson Reuters. Entretanto, ela também tem suas limitações: o escopo dos periódicos cobertos pelo SSCI é limitado àqueles que tem um fator de impacto oficial. Leva tempo para que novos periódicos sejam incluídos no SSCI, então ele não contém dados “publicados agora” (Zupic; Čater, 2015, p. 14, tradução nossa<sup>50</sup>).

---

<sup>49</sup> Posteriormente, para fazer uma contraposição com os resultados de um banco de dados da América Latina, a mesma análise será feita no Scielo.

<sup>50</sup> The Social Science Citation Index (SSCI), accessible online through Thomson Reuters Web of Science (WOS), is by far the most common source of bibliographic data. It provides data on documents published in the social sciences and the cited references they contain. Bibliographical data for indexed documents including article title, article type, authors, author institutional affiliations, keywords, abstract, number of citations, journal name, publisher name and address, publication year, volume, issue number, and a list of cited references is available for analysis. All journals indexed in SSCI are assigned one or more subject categories (e.g. Economics, Psychology) that can be used for filtering relevant publications. The SSCI was established by the Institute for Scientific Information (ISI) which is now part of Thomson Reuters. However, it is not without its limitations: the scope of journals covered by the SSCI is limited to those with an official impact factor. It takes time for newer journals to be included in the SSCI so it does not contain data from “just launched” publications.

Inicialmente, fez-se a busca pela palavra-chave “intersectionality\*”, com o marcador booleano asterisco para que variações da palavra fossem abarcadas. Temporalmente, em todo o acervo disponível, desde 1945 até 2024, com um retorno de 2.460 resultados. No total, foram encontradas 30.994 citações de “intersectionality”. A média de citações por item é de 12,6 e o índice-h<sup>51</sup> é 73.

A Tabela 3 apresenta os cinco países que mais publicaram trabalhos com o termo “intersectionality”:

Tabela 3 – Cinco países que mais publicaram trabalhos com o termo “intersectionality” na *Web of Science*

<b>País</b>	<b>Resultados</b>
Estados Unidos da América (EUA)	1.216
Inglaterra	323
Canadá	315
Austrália	159
Espanha	81

Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados da *Web of Science*, 2025.

De acordo com a Tabela 4, o idioma predominante é o inglês, como era de se esperar pelos próprios critérios dos indexadores da plataforma, assim apresenta os idiomas mais usados nas publicações que usam o termo “intersectionality”:

Tabela 4 – Cinco idiomas mais usados nos trabalhos que usam o termo “intersectionality” na *Web of Science*

<b>Idioma</b>	<b>Resultados</b>
Inglês	2.418
Espanhol	24
Alemão	6
Francês	5
Português	4

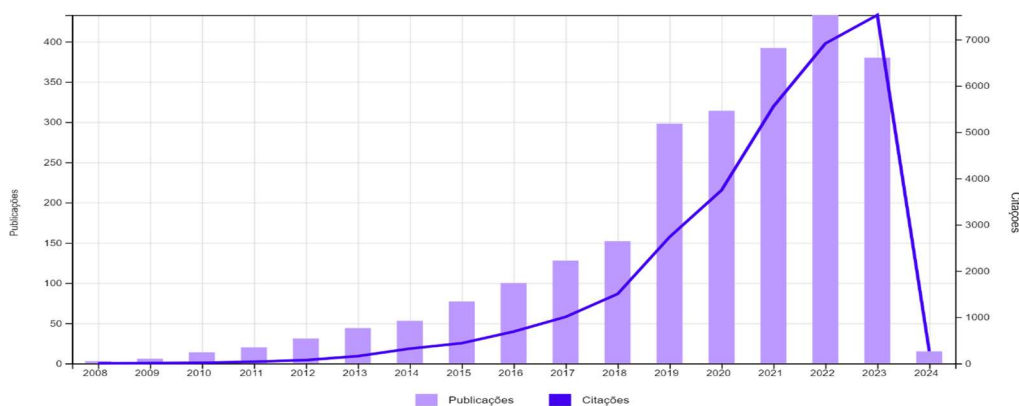
Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados da *Web of Science*, 2025.

<sup>51</sup> O índice-h foi proposto por Jorge Hirsch, em artigo de 2005, com o objetivo de estabelecer uma forma de quantificar o impacto e a relevância da produção científica individual (Rocha; Gomes; Kneipp; Camargo, 2013). Ele relaciona o número de publicações com o número de citações de determinado autor para que se estabeleça um parâmetro de avaliação. O índice-h é definido considerando o total de artigos publicados de determinado periódico, autor ou termo em um determinado período, equiparando ao total de citações feitas a estes artigos (Elsevier, 2024.)

As instituições que mais aparecem como afiliação dos autores dos trabalhos relacionados ao termo são: Universidade da Califórnia, com 102, Universidade de Londres, com 72, Universidade de Toronto, com 66, Universidade da Flórida, com 63, e em quinto lugar, a Universidade da Carolina do Norte, com 61.

A Figura 6 apresenta um gráfico, produzido pelo próprio *Web of Science*, que mostra a evolução das publicações e das citações ao longo do tempo. O auge das publicações e das citações, em relação ao termo “intersectionality”, acontece em 2022. Entretanto, é perceptível o aumento de publicações e citações desde 2019. O número de publicações e citações deste termo torna-se relevante apenas em 2008, mesmo que os artigos de desenvolvimento do conceito tenham sido publicados no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990.

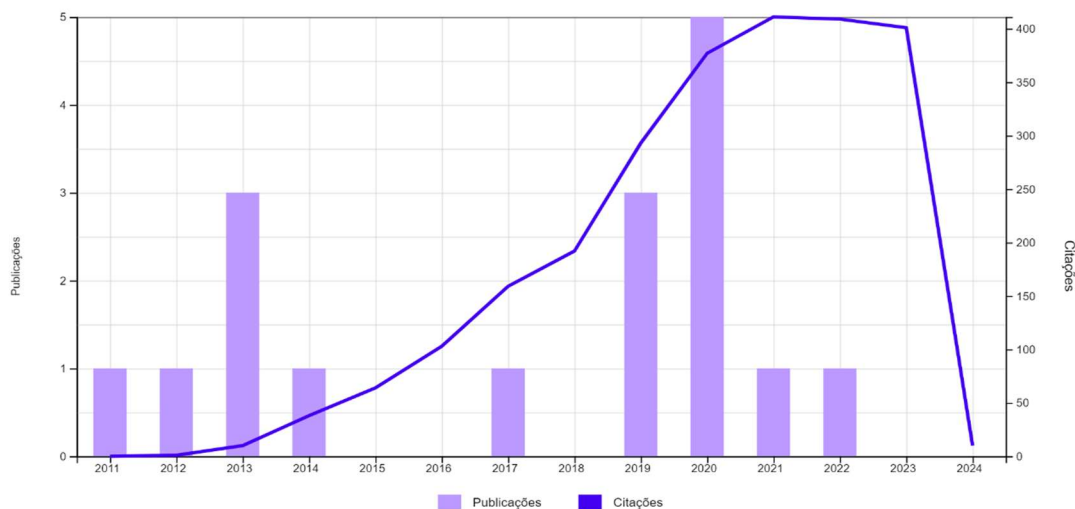
Figura 6 - Quantidade de publicações e citações da palavra-chave “intersectionality” ao longo de todo o período disponível na Web of Science até 2024



Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados da *Web of Science*, 2025.

Outra busca realizada na plataforma foi pela autora, Kimberlé Crenshaw. Foram apresentadas 17 publicações, com 2.468 citações, média de citação por item de 145,6 e índice-h 6, conforme mostra a Figura 7:

Figura 7: Quantidade de publicações e citações por autor (Kimberlé Crenshaw) ao longo de todo o período disponível na *Web of Science* até 2024



Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados da *Web of Science*, 2025.

Todos os trabalhos que citaram a autora foram publicados nos EUA (9) e escritos no idioma inglês (17).

A busca feita pela autora Lélia Gonzalez na base de dados não apresentou nenhuma referência desta, isto é, ela não foi citada em nenhuma publicação. Ao se buscarem os termos relacionados a seu trabalho como “race and gender” AND “Brazilian black feminists”, da mesma forma, o resultado foi negativo, e reiterado com os termos “Amefricanity” “racism and sexism in Brazilian culture”.

Houve resultado positivo, mas irrisório, apenas dois, para a busca “Lélia Gonzalez” quando utilizado o critério “palavra-chave de autor”. O primeiro, *intitulado* “*Lelia talking about Lelia: a tribute to Lelia Gonzalez*” é uma entrevista de Lélia Gonzalez traduzida para o inglês e publicada em 2022, no periódico *Tapuyan Latin-American Science Technology and Society*, pelos autores Ana Gretel Echazu, Carine de Jesus, Giovana Acacia Tempesta, Rosamaria Giatti, que foi citado seis vezes. O segundo faz referência a uma homônima, portanto, irrelevante aqui.

Tem-se, a partir dos dados encontrados, o amplo domínio da língua inglesa, assim como dos países do Norte Global como principal origem das publicações e das principais e mais afamadas universidades dessa região do mundo nos resultados acerca da autora Kimberlé Crenshaw, e as palavras-chave derivadas do seu conceito interseccionalidade “intersectionality”, em inglês. Para a autora brasileira, Lélia Gonzalez, e termos de busca relativos a seu trabalho, praticamente nada é encontrado. Esse resultado reforça o argumento de Fernanda Beigel (2016) sobre o tripé de hierarquização sobre o qual o SAM

foi estruturado e que dá um viés a essas bases de dados, além de segmentar e proporcionar reconhecimento acadêmico desigual.

Sobre o fato de não se encontrar citações sobre Lélia Gonzalez sob o filtro “autor”, é necessário levar em consideração que ela faleceu em 1994 e, provavelmente, não teve seus textos publicados em nenhum periódico indexado na *WoS*. Porém, sobre a falta de citações e referências a seu trabalho, pode-se afirmar, novamente, o argumento de Fernanda Beigel (2016) sobre os circuitos em diferentes níveis, paralelos e interligados de circulação e disseminação do conhecimento. Principalmente, nas Ciências Sociais e Humanidades da América Latina, os circuitos são locais e regionais com um dinamismo próprio, pautas comuns e redes científicas, consolidadas desde os anos 1960. Como argumenta Beigel (2016):

Nos últimos quinze anos, este circuito se revitalizou, através de pautas comuns para a comprovação universitária, acordos intrarregionais de mobilidade acadêmica e redes científicas sólidas. Construída sobre a base de trilhas de profissionalização similares, América Latina é a região de maior impulso ao movimento de acesso aberto. Na maioria dos países predomina a crença de que as instituições públicas são os principais agentes do conhecimento científico, os quais têm promovido um crescimento acelerado dos repositórios regionais. Isso tem beneficiado a circulação das produções em espanhol e português, impulsionando, sobretudo, as revistas de Ciências Sociais (Vessuri, Guédon y Cetto, 2014; Alperín y Fischmann, 2015; Babini y Machin-Mastromatteo, 2015). (...) Contudo, apesar do dinamismo recente do circuito acadêmico regional e das publicações latino-americanas, para as elites acadêmicas das ciências “duras”, a publicação em revistas editadas em espanhol e português não têm as mesmas recompensas locais que a publicação em revistas indexadas nos circuitos *mainstream* em inglês. (...) Porém, a participação dos cientistas da região nas publicações indexadas em sistemas como *Web of Science* ou *Scopus* segue sendo mínima, comparada com outras regiões (Beigel, 2016, p. 12, tradução nossa<sup>52</sup>).

Para demonstrar esse argumento e comparar os achados com um banco de dados da região, decidiu-se por fazer semelhante pesquisa no banco de dados *Scientific Electronic*

---

<sup>52</sup> En los últimos quince años, este circuito se revitalizó, a través de pautas comunes para la acreditación universitaria, acuerdos intra-regionales de movilidad académica y redes científicas sólidas. Construida sobre la base de senderos de profesionalización similares, América Latina es la región de mayor impulso al movimiento de acceso abierto. En la mayoría de los países predomina la creencia de que las instituciones públicas son los principales agentes del conocimiento científico, lo cual ha promovido un crecimiento acelerado de los repositorios regionales. Esto ha beneficiado la circulación de las producciones en español y portugués, impulsando sobre todo las revistas de ciencias Sociales Vessuri, Guédon y Cetto, 2014; Alperín y Fischmann, 2015; Babini y Machin-Mastromatteo, 2015). (...) Ahora bien, a pesar del dinamismo reciente del circuito académico regional y de las publicaciones latinoamericanas, para las elites académicas de las ciencias “duras”, la publicación en revistas editadas en español y portugués no tiene las mismas recompensas locales que la publicación en revistas indexadas en los circuitos *mainstream* en inglés. (...) Sin embargo, la participación de los científicos de la región en las publicaciones indexadas en sistemas como Web of Science o SCOPUS sigue siendo mínima, comparada con la de otras regiones.

*Library Online*, mais conhecido como *Scielo*, um banco de dados aberto, criado em 1997 e utilizado por 16 países, principalmente, da América Latina, além de Portugal e África do Sul. Com o objetivo de apoiar a comunicação científica e originado a partir do Brasil, o banco de dados foi se expandindo com a valorização da qualidade e do acesso aberto (SCIELO, 2024). O *Scielo* não permite o mesmo tipo de análise bibliométrica com produção de relatórios, gráficos que a *WoS* permite, porém é possível fazer uma comparação mínima entre os achados.

Ao buscar por “Lélia Gonzalez” em todos os índices, foram encontradas 17 referências, conforme apresenta a Figura 8:

Figura 8 – Busca por “Lélia Gonzalez” no banco de dados *Scielo*

The image shows a screenshot of the Scielo search interface. At the top, there is a search bar containing 'Lélia Gonzalez' and a dropdown menu set to 'Todos os Índices'. A blue 'Buscar' button is to the right. Below the search bar, there are options to 'Adicionar outro campo' and 'Histórico de busca'. The main content area shows search results. On the left, a sidebar displays 'Resultados: 17' (circled in yellow) and a list of filters: Coleções: Todos, Periódico: Todos, Idioma: Todos, Ano de publicação: Todos, SciELO Áreas Temáticas: Todos, WoS Áreas Temáticas: Todos, and Tipo de literatura: Todos. The main results list shows two entries: 1. 'Horizontes de decolonização em marketing: uma proposta com base na crítica à colonialidade da teoria da globalização de mercados' by FERREIRA, MIRIAM DE SOUZA and HEMAIS, MARCUS WILCOX, published in 'Cadernos EBAPE.BR' (Volume 21, Nº 2, e2022-0134). 2. 'Reescrita como escrevivência: re(or)ientações para a perspectiva feminista do direito no Brasil' by Sá, Gabriela Barretto de and Pires, Thula Rafaela de Oliveira, published in 'Revista Direito e Práxis' (Volume 14, Nº 4, Páginas 2743 - 2769). Each entry includes a 'Resumo' section with language options and a DOI link.

Fonte: imagem de busca no banco de dados *Scielo*, 2025

Verifica-se, na Figura 9, que todos os títulos encontrados estão em português, sendo que alguns também estão disponibilizados em versão espanhol ou inglês, ou ainda nos três idiomas.

Figura 9 – Busca por Lélia Gonzalez no banco de dados Scielo e o idioma dos resultados encontrados

6. **América Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez**

Portela Júnior, Aristeu ; Lira, Bruno Ferreira Freire Andrade

*Horizontes Antropológicos* Ago 2022, Volume 28 Nº 63 Páginas 105 - 131

Resumo: > PT > EN | Texto: PT EN | PDF: PT | PDF: EN

<https://doi.org/10.1590/s0104-71832022000200004>

7. **Dois monumentos literários: O livro de Vargas Llosa sobre Borges**

Lucena, Karina de Castilhos

*Revista Brasileira de Literatura Comparada* Abr 2022, Volume 24 Nº 45 Páginas 55 - 64

Resumo: > PT > EN > ES | Texto: PT EN ES | PDF: PT | PDF: EN | PDF: ES

<https://doi.org/10.1590/2596-304x2022445kd>

8. **A colonização é aqui e agora: elementos de presentificação do racismo**

Veliq, Fabiano ; Magalhães, Paula

*Trans/Form/Ação* 2022, Volume 45 Nº spe Páginas 111 - 128

Resumo: > PT > EN | Texto: PT EN | PDF: PT | PDF: EN

<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.07.p111>

9. **Descolonizar a filosofia brasileira: desafios éticos e políticos para as filosofias do sul global**

Gelamo, Rodrigo Peloso ; Garcia, Amanda Veloso ; Rodrigues, Augusto

*Trans/Form/Ação* 2022, Volume 45 Nº spe Páginas 415 - 438

Resumo: > PT > EN | Texto: PT EN | PDF: PT | PDF: EN

Fonte: imagem da busca no banco de dados *Scielo*, 2025

A Figura 10 mostra que todos os textos encontrados na busca foram publicados no Brasil.

Figura 10 – Busca por Lélia Gonzalez no banco de dados Scielo e o país de origem dos resultados encontrados

3. **Quilombola women and the struggle for territory from the perspective of decolonial feminism**

Held, Thaisa Maira Rodrigues ; Campos, Isadora Golim

*Revista Katálysis* Dez 2022, Volume 25 Nº 3 Páginas 560 - 569

Resumo: > PT > EN > ES | Texto: PT EN ES | PDF: PT | PDF: EN | PDF: ES

<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86195>

4. **Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social**

Rios, Flavia ; Klein, Stefan

*Sociedade e Estado* Set 2022, Volume 37 Nº 3 Páginas 809 - 833

Resumo: > PT > EN | Texto: PT EN | PDF: PT | PDF: EN

<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237030003>

5. **Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez**

Santos, Thamires Costa Meirelles dos

*Revista Katálysis* Ago 2022, Volume 25 Nº 2 Páginas 232 - 241

Resumo: > PT > EN | Texto: PT EN | PDF: PT | PDF: EN

<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84637>

6. **América Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez**

Portela Júnior, Aristeu ; Lira, Bruno Ferreira Freire Andrade

*Horizontes Antropológicos* Ago 2022, Volume 28 Nº 63 Páginas 105 - 131

Resumo: > PT > EN | Texto: PT EN | PDF: PT | PDF: EN

Fonte: imagem da busca no banco de dados *Scielo*, 2025

Dessa forma, apesar de não ser possível conseguir dados mais detalhados sobre citações e referências indiretas à autora Lélia Gonzalez e sua obra, utilizando as ferramentas disponíveis no banco de dados *Scielo*, tem-se, pelo menos, o idioma, o país de origem das publicações, além de um resultado de achados mais significativo. É

possível inferir que o trabalho de Lélia Gonzalez está inserido dentro do circuito acadêmico regional da América Latina e de suas pautas.

As publicações que fazem referência à autora e sua obra estão majoritariamente disponíveis em português e espanhol e são originários do Brasil. Esses resultados obtidos no banco de dados *Scielo* são contrastantes com a ausência de resultados encontrados na *Web of Science* e reafirma o viés dos seus indexadores e o tripé hierárquico mencionado por Beigel (2016).

Ao contrário, a autora Kimberlé Crenshaw e seu conceito interseccionalidade (“intersectionality”, em inglês) são encontrados nas buscas na *WoS*, múltiplas citações e referências feitas por muitos autores, oriundos de diversos países, em sua maioria, do Norte Global e de suas principais universidades, a maioria deles em inglês. O contraste entre os achados nas duas plataformas é marcante e demonstra a desigualdade da disseminação do conhecimento e reconhecimento acadêmico, especialmente no que tange à origem e idioma das publicações (considerando ainda que Lélia Gonzalez escreveu em inglês e francês<sup>53</sup>), dentro das plataformas do “circuito *mainstream*”.

Ressalta-se também a dificuldade de acesso a essas plataformas como *Web of Science*, por não serem de livre acesso, tanto para autores quanto para leitores, apesar de que a ideia que se tem delas é que disponibilizam um acervo amplo, variado, e com os melhores e mais importantes trabalhos acadêmicos do mundo.

Vale registrar que a divulgação dos trabalhos dos pesquisadores do Sul Global sofre entraves estruturais de caráter social e econômico, em função de um mercado editorial mais limitado e menos desenvolvido. Além disso, os pesquisadores precisam lidar com sobrecarga de trabalho com muitas horas/aula e acúmulo de funções dentro das universidades, junto à pressão para produção acadêmica e publicações. Considerando esse contexto menos favorável, adiciona-se o viés dos indexadores das plataformas e bancos de dados acadêmicos, resultando na menor e mais restrita divulgação e circulação dos trabalhos dos pesquisadores do Sul Global.

---

<sup>53</sup> A bibliografia “Lélia Gonzalez” de Alex Ratts e Flávia Rios, de 2010, apresenta uma lista de publicações em idiomas estrangeiros e participação em eventos internacionais.

### **5.3 Utilizando a interseccionalidade para analisar a diferença de reconhecimento acadêmico e de disseminação da obra de Lélia Gonzalez**

Nesta seção, a intenção é extrapolar a análise bibliométrica e a explicação acerca dos circuitos diferenciados de disseminação da produção acadêmica e científica e colocar, em prática, a metodologia interseccional. Desse modo, a interseccionalidade será usada como ferramenta para analisar as opressões sobrepostas que podem ajudar a explicar os motivos pelos quais o trabalho de Lélia Gonzalez não recebeu o mesmo prestígio e divulgação que a interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw recebeu. Além disso, essa utilização pretende também inserir esta tese no esforço de descolonização do uso da interseccionalidade e de aproximá-la de seus antecedentes sul-americanos. Isso ocorre, justamente, porque esta tese trabalha com arcabouço teórico e epistemológico crítico e decolonial e pretende valorizar as raízes que a interseccionalidade, como conceito e raciocínio, têm em movimentos sociais do Sul Global e no trabalho de pesquisadoras e militantes brasileiras. Assim, a ótica interseccional será utilizada para fazer a análise do caso de Lélia Gonzalez, da maneira proposta por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016).

Collins e Bilge (2016) entendem que, como ferramenta analítica, a interseccionalidade é uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizado nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos e, também, um instrumento importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos. Desse modo, as autoras frisam que, de acordo com seu entendimento, a interseccionalidade não é apenas um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas.

As autoras demarcam que a interseccionalidade é “como abreviação da sinergia entre investigação crítica e práxis” (Bilge; Collins, 2016, 858). Nesse sentido, a investigação, por meio da interseccionalidade, precisa ser também uma prática crítica. Desse modo, a ideia aqui é colocar, também, em prática a interseccionalidade como ferramenta metodológica e analítica, de acordo com a perspectiva dessas autoras, no caso que esta tese investiga.

Diante disso, utilizando a metodologia interseccional para enquadrar o caso das autoras do feminismo negro brasileiro, especificamente, Lélia Gonzalez e sua obra, que antes da invenção do termo interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw, já utilizava a lógica de sobreposição de opressões para analisar a situação da mulher negra, tem-se que:

Lélia Gonzalez era uma mulher negra, brasileira, de família de classe baixa, militante política (o que na academia, muitas vezes, não é bem visto, uma vez que a ciência exige “neutralidade”). Além disso, atuava nas Ciências Sociais (que, de acordo com os critérios hierarquizantes do SAM, ocupam patamar inferior em relação às Ciências Naturais), investigando um objeto que também agregava pouco reconhecimento social.

Tem-se, portanto, a mulher negra, dentro de universidades brasileiras, ou seja, na periferia do mundo, na periferia da academia. A Figura 11 ilustra como as camadas de opressão sofridas por Lélia Gonzalez se interseccionam:

Figura 11 – Eixos de discriminação que interseccionam sobre a vida e obra de Lélia Gonzalez



Fonte: elaborada pela autora, 2025

Por meio dessa análise interseccional, adicionalmente ao que foi demonstrado por meio da análise bibliométrica e da explicação de como funcionam os circuitos de disseminação da produção acadêmica e científica de Fernanda Beigel (2016), é possível entender, pelo menos parcialmente, porque seu trabalho não recebeu o reconhecimento acadêmico e social, nem o *status* que a interseccionalidade de Crenshaw atraiu.

Após a análise bibliométrica das autoras Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez, em diferentes bases de dados, bem como o uso da interseccionalidade para compreender as opressões sobrepostas que marcam a trajetória de Lélia Gonzalez e ajudam a explicar

a diferença de reconhecimento, prestígio acadêmico e difusão de sua obra, o próximo capítulo desta tese desloca o foco. Nele, será traçado um perfil dos pesquisadores de Relações Internacionais, permitindo avançar nas conclusões sobre prestígio acadêmico e circulação da produção científica no campo.

#### 5.4 Encerramento da primeira parte e conclusões parciais

Esta seção encerra a primeira parte desta tese, sistematizando ideias importantes para o Capítulo 6. Com esse intuito, vale recapitular os principais conceitos utilizados na argumentação que embasam a hipótese aqui defendida.

Considerando as lentes teórico-epistemológicas da perspectiva Decolonial, dentro do guarda-chuva do Pós-colonialismo, o conceito de colonialidade (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007; Lugones, 2021), em sua tríplice dimensão, do ser, do poder e do saber, tem grande destaque. A seguir, ressaltam-se as ideias de geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2008) e a injustiça cognitiva global (Sousa Santos, 2009), temas fundamentais do debate decolonial quando se trata da colonialidade do saber, do eurocentrismo da ciência e da produção do conhecimento. Depois, destaca-se o Sistema Acadêmico Mundial e o tripé hierarquizante que estrutura a forma como os principais bancos de dados do mundo organizam a produção de conhecimento (Beigel, 2016). Na Tabela 5, esses conceitos, que já foram abordados nos capítulos 2, 3 e 4, são lembrados, assim como seus autores fundamentais e as páginas em que a discussão sobre eles foi apresentada.

Tabela 5 – Conceitos nucleares desenvolvidos na argumentação na primeira parte desta tese

			(Continua)
Conceito Nuclear	Definição	Autor	Páginas
Colonialidade (do Saber, do Poder e do Ser)	Padrão de poder oriundo do colonialismo que sobrevive ao fim das administrações coloniais, continuando a estruturar assimetrias e relações de dominação em nível global. Envolve o controle de múltiplas dimensões, como a economia, a autoridade, a hierarquização racial, as subjetividades, o gênero e o conhecimento.	Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, María Lugones.	34 e 35

Geopolítica do Conhecimento e Injustiça Cognitiva Global	Dinâmica que evidencia a divisão internacional do trabalho nas Ciências Sociais, operando como uma "cartografia do conhecimento" em que o Norte Global é visto como o produtor de "teorias universais" e o Sul Global apenas como fornecedor de dados empíricos e "experiências". Esse processo hierárquico deslegitima saberes periféricos, gerando o epistemicídio e a injustiça cognitiva global.	Boaventura de Sousa Santos, Walter Mignolo, Karen Tucker.	48, 49 e 50.
Sistema Acadêmico Mundial e o Tripé Hierarquizante	Estrutura que organiza a bibliometria como ferramenta de avaliação da ciência, da mercantilização do conhecimento científico e da concentração do capital acadêmico. Ele opera por meio de um tripé hierarquizante que valoriza e concentra capital acadêmico com base no idioma (privilegiando o inglês), na afiliação institucional (centros de excelência do Norte Global) e na disciplina/área temática.	Fernanda Beigel	89 e 90
Circuitos Segmentados de Consagração	É o resultado do funcionamento do Sistema Acadêmico Mundial, em que a produção intelectual transita em espaços paralelos e desiguais. Existe o circuito global (altamente indexado, em inglês) e os circuitos regionais ou locais (como o <i>Scielo</i> e outros repositórios em português/espanhol), em que os conhecimentos da periferia circulam de forma livre, mas sem as mesmas recompensas ou o "valor universal" do centro.	Fernanda Beigel	89

Fonte: elaborada pela autora, 2025

Com essas ideias organizadas, é possível estabelecer considerações sobre o que foi dissertado até agora. A análise bibliométrica que compara as obras e citações da autora estadunidense Kimberlé Creenshaw e da autora brasileira, Lélia Gonzalez, é evidência do viés acadêmico estruturado pelos critérios hierarquizantes com base nos quais o SAM funciona. Isto é, demonstra a comprovação de que, principalmente, filiação institucional, idioma e região do mundo<sup>54</sup> limitam o acesso dos pesquisadores do Sul Global aos

<sup>54</sup> A disciplina/tema não é inserida aqui, uma vez que ambas as autoras trabalham raciocínios semelhantes sobre a mesma temática, ainda que em campos do conhecimento diferentes, dentro das Ciências Sociais.

principais circuitos de circulação do trabalho acadêmico, o que, conseqüentemente, restringe suas possibilidades de reconhecimento e prestígio.

Desse primeiro ponto, deriva o segundo: ficou demonstrado, também a partir da análise bibliométrica, que os circuitos de circulação do conhecimento funcionam de maneira segmentada, em paralelo. Enquanto Kimberlé Creenshaw é citada e referenciada no circuito global *mainstream* (*Web of Science*) e Lélia Gonzalez é ausente nele, essa autora brasileira é citada e referenciada na base de dados regional (*Scielo*) em publicações brasileiras, em português, originadas no Brasil. No circuito regional da América-latina, a autora brasileira tem ampla circulação, mas não recebe o mesmo prestígio ou selo de validação de autores e trabalhos que circulam no circuito *mainstream*.

Esses achados confirmam que os trabalhos e os autores não circulam mais ou são mais prestigiados em função de sua qualidade ou originalidade. A análise bibliométrica, de base estatística, ultrapassa essa característica ao ser lida com viés crítico e Decolonial. Esses achados comprovam que o SAM é baseado em critérios hierarquizantes estruturados pela colonialidade. Nesse sentido, a geopolítica do conhecimento que aborda a cartografia do conhecimento, a injustiça cognitiva e a divisão internacional do trabalho científico são mantidas e reproduzidas, a partir de um sistema que é supostamente neutro, objetivo e matemático.

A segunda parte da tese, que começa no capítulo 6, pretende demonstrar que o caso de Lélia Gonzalez em comparação com Kimberlé Creenshaw em termos de circulação de produção acadêmica e de atribuição de prestígio não é mero estudo de caso, mas resultado do eficaz funcionamento da estrutura excludente do Sistema Acadêmico Mundial. Neste capítulo, a tarefa é comprovar como isso também acontece no nível da coletividade do campo das Relações Internacionais por meio de uma investigação quantitativa que proporcionará um perfil dos pesquisadores dessa área que conseguem acessar os espaços de maior circulação e prestígio acadêmico.

## **6. CONSTRUINDO PRESTÍGIO ACADÊMICO E DISSEMINANDO CONHECIMENTO: QUEM PUBLICA E QUEM PARTICIPA DE CONGRESSOS NA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?**

Este capítulo representa mais uma ponta argumentativa desta tese: a segunda parte, em que a análise sai do escopo individual e passa para o coletivo. Desse modo, o objeto é a área de Relações Internacionais, que será investigada por meio da elaboração de um perfil dos participantes dos principais congressos, nacionais e internacionais, e dos autores que publicam nos principais periódicos, brasileiros e estrangeiros, da referida área.

O objetivo desse esforço é, a partir do perfil elaborado, robustecer o argumento evidenciado nos capítulos anteriores acerca do reconhecimento acadêmico e da disseminação da produção científica em desfavor dos pesquisadores do Sul Global em relação ao Norte, buscando provar empiricamente que, coletivamente, o campo das Relações Internacionais também é impactado pela colonialidade do ser, do poder e do saber e pela geopolítica do conhecimento que estruturam o SAM.

É fundamental começar explicando o porquê de se escolher analisar o perfil desses participantes e autores, além dos critérios de opção pelos congressos e periódicos analisados, assim como do período definido, para, posteriormente, proceder com a análise dos dados.

Tendo em mente uma amostragem significativa, a partir da qual fosse possível tirar conclusões válidas, decidiu-se por dois focos: primeiro, a coleta e análise de dados acerca do perfil dos participantes de encontros e membros de associações da área de Relações Internacionais, tanto no nível internacional quanto nacional; o segundo trata da coleta e análise de dados acerca do perfil dos pesquisadores que publicam nos principais periódicos da área de Relações Internacionais no Brasil e em outros países.

A explicação sobre o critério de escolha dos dados acerca das associações de pesquisadores em Relações Internacionais e dos periódicos a serem analisados será apresentada em cada item, assim como o período demarcado para a coleta dos dados que foram analisados.

O intuito de analisar o perfil dos participantes dos encontros e dos membros das associações e de pesquisadores de Relações Internacionais, tanto no nível nacional quanto internacional é demarcar quem tem acesso a esse tipo de evento que funciona como

veículo tanto de divulgação dos trabalhos e pesquisas quanto de local de *networking* e ascensão profissional.

A ideia da análise do perfil dos participantes, nos encontros nacionais, é um paralelo ao perfil dos membros da associação internacional. Nesse sentido, espera-se que as conclusões corroborem a hipótese de quem acessa os principais eventos de prestígio e de disseminação do conhecimento é quem publica em inglês, oriundo do Norte global e vinculados a instituições da mesma região do mundo, especificamente, as mais tradicionais. Paralelamente, no nível nacional, espera-se que o perfil predominante nos encontros nacionais seja de participantes das regiões mais ricas do país, Sul e Sudeste, vinculados às principais universidades da mesma região.

O argumento defendido aqui é o de que mesmo em outro nível de atribuição de prestígio e circulação do conhecimento, local e regional, também o reconhecimento acadêmico e a disseminação dos trabalhos não são acessíveis de maneira igualitária e os critérios de acesso, não necessariamente, são vinculados à qualidade do trabalho. O resultado, fundamentalmente, é que determinados pesquisadores e pesquisadoras, mesmo com obras originais e de alta qualidade, não têm o reconhecimento acadêmico que seria esperado e suas obras não têm ampla circulação.

Analisar o perfil de quem publica nos principais periódicos da área das Relações Internacionais, brasileiros e estrangeiros, vai no mesmo sentido de identificar quem são os autores que têm acesso a esse tipo de oportunidade: ter o seu trabalho circulando em veículos de prestígio e de amplo alcance na comunidade científica. Esse tipo de publicação é, por excelência, a maneira como os pesquisadores não apenas fazem com que seu trabalho seja conhecido, mas também constroem reputação em sua área.

Nas próximas seções, apresentam-se os motivos de escolha e critérios de análise dos dados da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e a análise deles. Na sequência, são apresentados os motivos de escolha e critérios de análise dos dados da *International Studies Association (ISA)* seguidos de sua análise. Depois disso, apresentada uma comparação entre as conclusões encontradas.

Prosseguindo, são apresentados os critérios de escolha dos periódicos nacionais e de coleta de dados acerca deles e feita sua análise. Na sequência, são explicitados também os critérios de escolha dos periódicos estrangeiros e quais os dados coletados, fechando com sua análise. Por fim, semelhante à análise das associações, é apresentada uma comparação entre as conclusões encontradas a partir da verificação dos dados dos periódicos nacionais e estrangeiros.

## 6.1 Análise dos dados da ABRI (2015-2023)

A Associação Brasileira de Relações Internacionais foi fundada em 2005 e tem o intuito de promover e divulgar as Relações Internacionais como campo de estudos e a produção científica da área. Ela tem como objetivos estimular e difundir as produções acadêmicas e científicas da área, incentivar o debate sobre o ensino e a pesquisa no campo, representar a comunidade científica e organizar congressos, encontros e simpósios (ABRI, 2024). Nesse escopo, é realizado o Encontro Nacional da ABRI<sup>55</sup> que acontece a cada dois anos, desde 2007 (ABRI, 2024).

A ABRI não possui um perfil consolidado de seus membros ou dos participantes de seus encontros, por esse motivo, para tirar conclusões a respeito do perfil dos pesquisadores que deles participam, serão analisados os dados dos encontros realizados entre 2014 e 2024. Considerando a periodicidade dos eventos, as edições de 2015, 2017, 2019, 2021, 2023 do Encontro Nacional da ABRI serão objeto de análise desta pesquisa. Esse marco temporal foi escolhido, porque é um intervalo de tempo longo o suficiente para que se possam identificar padrões e tirar conclusões, ainda que parciais ou preliminares, mas, ao mesmo tempo, não torna demasiadamente oneroso o seu tratamento.

Os materiais disponíveis no site das edições passadas do Encontro, além de documentos<sup>56</sup>, gentilmente fornecidos pela Diretoria da associação com mandato vigente em 2024, serão utilizados para coleta de dados acerca das seguintes informações:

- Número de trabalhos apresentados por edição;
- Número de trabalhos apresentados por gênero por edição;
- Número de trabalhos apresentados por região do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste) ou exterior por edição<sup>57</sup>;
- Número de trabalhos em cada área temática previamente definida pela própria ABRI;
- Número de trabalhos que usam “teorias não tradicionais<sup>58</sup>”;

---

<sup>55</sup> A ABRI também realiza eventos intermediários, como seminários e conferências temáticas, porém a escolha metodológica feita nesta tese foi dar foco aos Encontros Nacionais, por considerá-los os principais eventos da associação.

<sup>56</sup> Alguns dados dos Relatórios Finais dos eventos são diferentes daqueles que foram coletados a partir dos anais por motivos difíceis de identificar.

<sup>57</sup> A análise será baseada na região da instituição acadêmica que o participante é vinculado.

<sup>58</sup> Teorias não tradicionais das Relações Internacionais, aqui, serão entendidas como Teoria Críticas, Marxismo, Teorias Feministas, Teoria da Dependência e Perspectivas Pós-coloniais/Decoloniais. Essa triagem, para identificar o uso das teorias e categorias analíticas como raça, gênero e interseccionalidade, foi feita a partir dos títulos e resumos dos trabalhos. Essa é uma limitação da coleta de dados em função do grande volume de material para análise.

- Número de trabalhos que usam a categoria gênero;
- Número de trabalhos que usam a categoria raça;
- Número de trabalhos que usam ambas;
- Número de trabalhos que tratam da Interseccionalidade.

Os documentos fornecidos pela Diretoria da ABRI demonstram que há alguns dados sobre os membros da associação, por exemplo, se são estudantes de graduação, pós-graduação ou se já são formados. Entretanto, não existem dados completos sobre o tipo de informações necessárias para a temática desta tese. Esses documentos apresentaram também dados consolidados acerca da participação por gênero, por Estado da federação, entre outras. Entretanto, como não estão disponíveis todas essas informações sobre o perfil dos participantes dos eventos e dos trabalhos inscritos, em todas as edições definidas como de interesse nesta pesquisa, fez-se necessária a coleta dos dados a partir da documentação disponível nos sites das edições passadas.

Infelizmente, ao se fazer inscrição nos congressos, não é pedido aos participantes que informem dados socioeconômicos, de identidade de gênero ou de raça, pelo menos até o encontro de 2024. Esse tipo de dado racial, de gênero e socioeconômico seria bastante útil para robustecer a análise. Nesse sentido, a definição de gênero foi feita, nesta tese, de acordo com os nomes dos autores, isto é, se são nomes masculinos ou femininos.

Primeiramente, os dados disponíveis nos anais dos eventos, disponibilizados nos sites e pela diretoria da ABRI, foram coletados e organizados em tabelas de acordo com os critérios aqui apresentados. Essa coleta de dados foi realizada com auxílio de inteligência artificial, especialmente, o *ChatGPT*<sup>59</sup>. Como essa tecnologia, apesar de muito útil e produtiva para esse tipo de trabalho, ainda é falha, todos os dados foram conferidos. Justamente, em função de eventuais falhas e impossibilidades de realizar determinadas tarefas, muitas vezes os dados foram coletados e organizados manualmente.

---

<sup>59</sup> A inteligência artificial foi utilizada como ferramenta assistente no tratamento dos dados, como organização, contagem e visualização deles. Foram utilizados comandos ou *prompts* voltados para tarefas como o preenchimento de tabelas com títulos de artigos por área temática e quantificação de variáveis específicas (número de autores e autoras, número de artigos em determinada área temática, entre outras), além da produção de gráficos. Vale registrar que, mesmo em sua modalidade paga, muitas vezes, a inteligência artificial não conseguia cumprir determinadas instruções ou apresentava resultados inconsistentes. Por isso, foi necessária constante e minuciosa conferência do que ela produzia. Em muitos casos, foi necessário proceder o tratamento de maneira manual.

Depois desse momento, passou-se à análise dos dados e à elaboração de gráficos, pela inteligência artificial, para melhor observação das tendências.

### **6.1.1 5º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 29 a 31 de julho de 2015**

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, acerca dos participantes dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais, têm-se dados de dois tipos: número de participantes credenciados e número de trabalhos apresentados.

Em termos de participantes credenciados, do total de 683, 354 eram homens e 329 eram mulheres no 5º Encontro Nacional da ABRI, realizado em 2015, na PUC Minas, em Belo Horizonte. Isto é, os homens credenciados ultrapassaram o número de mulheres credenciadas em 25 participantes.

Em termos de trabalhos apresentados, foram 304. É importante observar que alguns trabalhos têm autoria múltipla. Alguns autores apresentaram mais de um trabalho e isso foi considerado para evitar a dupla (e, às vezes, tripla) contagem. Esse cuidado foi garantido nas análises de todas as edições dos encontros aqui enfocadas. Foram 171 autores e 154 autoras. Verifica-se, (Tab. 6) portanto, que nos dois quesitos (apenas credenciados e autores de trabalhos), os homens foram maioria nesta edição.

Tabela 6 - Participantes credenciados<sup>60</sup> no 5º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de participantes credenciados	683
Homens credenciados	354
Mulheres credenciadas	329

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2025.

A identificação do gênero da autoria dos trabalhos foi realizada por inferência, com base nas informações disponíveis nos documentos publicados no site do evento e nos materiais disponibilizados pela ABRI, sem acesso à autodeclaração dos indivíduos. O gênero foi atribuído a partir da associação dos nomes próprios a categorias tradicionalmente reconhecidas como masculinas ou femininas. Esse procedimento foi aplicado de maneira uniforme em todas as edições analisadas, ciente de suas limitações

---

<sup>60</sup> Nem todo participante credenciado apresentou trabalho no evento, podendo ter sido apenas ouvinte. Os documentos da ABRI apresentam dados acerca de participantes credenciados e participantes que apresentaram trabalhos. A análise feita, nesta tese, considerou os dados acerca dos participantes que apresentaram trabalhos, principalmente.

metodológicas. Esse procedimento é a base para a análise de todas as edições aqui estudadas (Tab.7).

Tabela 7 – Quantitativo de trabalhos apresentados<sup>61</sup> no 5º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de trabalhos apresentados	304
Autores	171
Autoras	154

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

A maioria dos trabalhos apresentados no 5º Encontro Nacional da ABRI foi em língua portuguesa. Apenas 14 trabalhos foram apresentados em línguas estrangeiras: nove em inglês e cinco em espanhol (Tab. 8). Todos os autores que escreveram em inglês eram de universidades da região Sudeste do Brasil, enquanto dos cinco trabalhos escritos em espanhol, quatro de seus autores vinham de universidades do exterior e um de uma universidade da região Sudeste.

Tabela 8 – Números de trabalhos apresentados por idiomas

<b>Idioma</b>	<b>Número de trabalhos</b>
Inglês	9
Espanhol	5
Português	290

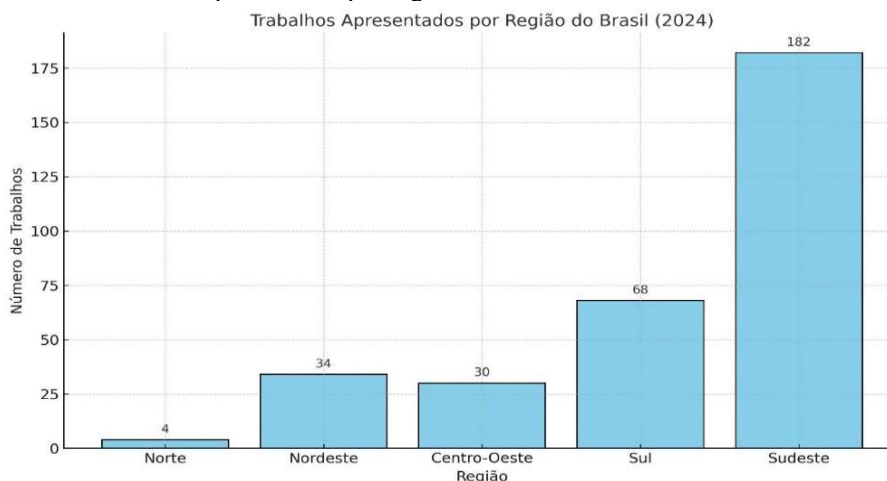
Fonte: autoria própria a partir dos Anais do evento, 2025

Como origem dos apresentadores de trabalho no Encontro da ABRI de 2015. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste foram as que tiveram, nesta ordem, o menor número de trabalhos apresentados. A região Sul aparece como a segunda região com mais apresentadores de trabalho, e região Sudeste, local do evento, na liderança por larga margem. Isso pode ser explicado pela maior facilidade de locomoção até o evento, representado por menores custos e menor distância. Também pelo fato de que a região Sudeste é a região mais rica do Brasil (SUDENE, 2015), além de ser a região onde se localizava a maioria dos cursos de Relações Internacionais do país, naquela época, de acordo com o Cadastro e-MEC, disponível para consulta online, organizado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2024). Foram seis autores vinculados a instituições estrangeiras em 2015.

<sup>61</sup> Foram contabilizados apenas os trabalhos que aparecem nos anais do evento, as outras modalidades não foram analisadas.

O Gráfico 1 apresenta o quantitativo de trabalhos apresentados por autores de cada região do Brasil no 5º Encontro Nacional da ABRI:

Gráfico 1 – Trabalhos apresentados por região do Brasil<sup>62</sup> no 5º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

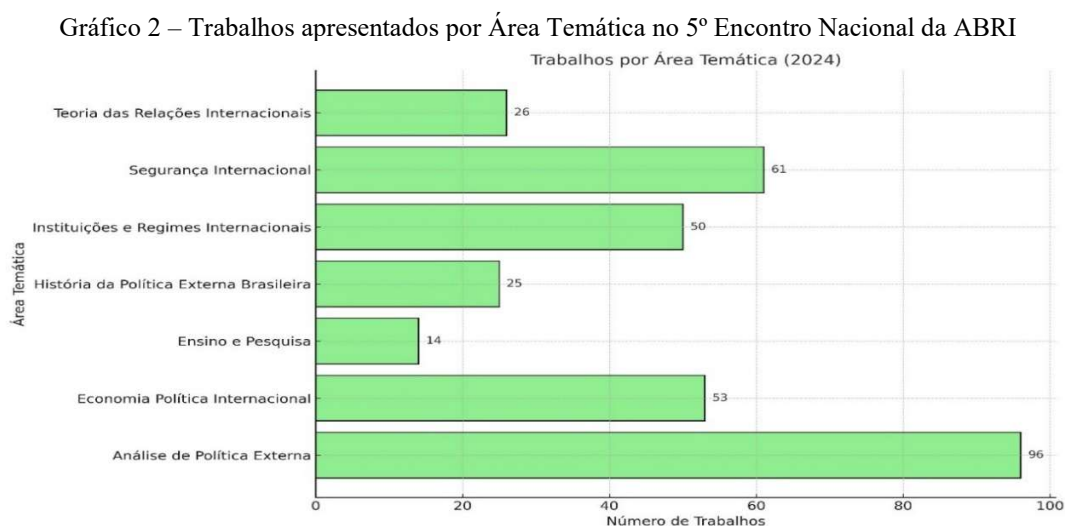
No site do 5º Encontro Nacional da ABRI e no Relatório do Evento (2015), é possível verificar quais foram os temas tratados nas mesas redondas. No total foram 12 mesas, com 57 participantes. Desses participantes, 10 eram mulheres e 47, homens. 30 desses participantes eram do Sudeste, seis, do Centro-Oeste, cinco, do Sul, dois, do Nordeste. Não houve nenhum participante oriundo da região Norte, e 14 participantes eram vinculados a instituições estrangeiras. De modo abrangente, as mesas redondas podem ser classificadas em áreas temáticas da seguinte maneira: quatro na área de Análise de Política Externa, quatro em Instituições e Regimes Internacionais, duas na área de Segurança Internacional, duas na área de Teoria das RI e uma na área de Ensino e Pesquisa em RI. Foram duas mesas redondas em inglês e três em espanhol, as demais foram em português.

Apenas uma mesa redonda teve uma mulher como coordenadora, apenas duas mesas tiveram mulheres como debatedoras, sendo que nessas era a mesma pessoa. Três mesas tinham apenas homens entre os participantes. Não há dados disponíveis sobre a participação dos ouvintes das mesas redondas.

Também aconteceu, no evento, o lançamento de livros do campo das Relações Internacionais, mas não há dados acerca dos títulos e autores (ABRI, 2015).

<sup>62</sup> Seis trabalhos apresentados eram de autoria de pesquisadores vinculados a instituições do exterior.

As áreas temáticas dos painéis são definidas pela ABRI, em todos os encontros, e é possível verificar que a maior parte dos trabalhos inscritos no evento, em 2015, foram da área de Análise de Política Externa, com 96. Os seguintes com 61, 50 e 53 inscritos, das áreas de Segurança Internacional, Economia Política Internacional e Instituições e Regimes Internacionais já estavam distantes. A área com menos trabalhos inscritos foi a área de Ensino e Pesquisa com apenas 14 (Gráfico 2):



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025

Vale notar que, em termos de perspectivas teóricas adotadas nos trabalhos apresentados no 5º Encontro Nacional da ABRI de 2015, a maioria trabalhou com as teorias *mainstream* do campo das Relações Internacionais.

A verificação do uso das correntes teóricas foi feita a partir de inferências com base nos títulos e nos resumos dos trabalhos. É possível identificar, portanto, que apenas um trabalho, em 2015, utilizou a perspectiva pós-colonial (de autoria feminina) e quatro outros utilizaram perspectivas enquadradas como Marxistas, Teoria da Dependência ou Teoria Crítica. Nenhum trabalho tratou raça ou gênero como categoria analítica e nem utilizou a noção de interseccionalidade (Tab. 9):

Tabela 9 – Perspectivas e categorias conceituais em trabalhos apresentados no 5º Encontro Nacional da ABRI

Perspectivas e categorias	Quantidade
Pós-coloniais	1
Marxismo, Teoria da Dependência ou Teoria Crítica <sup>63</sup>	4
Gênero <sup>64</sup>	0
Raça <sup>65</sup>	0
Interseccionalidade	0

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

Resumindo os achados após a análise dos dados, tem-se a Tabela 10:

Tabela 10 – Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 5º Encontro Nacional da ABRI

Aspecto	Conclusão
Participantes credenciados	Maioria - Homens
Autoria de trabalhos	Maioria - Homens
Regiões com mais participantes	Sudeste; Sul (em segundo lugar)
Idiomas dos trabalhos	Português predominante, poucos em inglês e espanhol.
Trabalhos em inglês	Autores de instituições do Sudeste.
Trabalhos em espanhol	Maioria - autores do exterior; único brasileiro -- Sudeste.
Mesas redondas	12 mesas, maioria de coordenadores e debatedores - Homens.
Áreas temáticas predominantes	Análise de Política Externa, Instituições e Regimes Internacionais.
Utilização teórica	Domínio de abordagens <i>mainstream</i> , pouca mobilização de teorias não tradicionais.
Uso de gênero e raça	Nenhum trabalho usou como categoria analítica.
Interseccionalidade	Nenhum trabalho propôs articulação.

Fonte: elaborado pela autora, 2025

<sup>63</sup> 1 (um) artigo trabalhou com Teoria da Dependência (de autoria feminina), 1 (um) usou Marxismo (de autor homem) e dois abordaram a Teoria Crítica (feitos por homens).

<sup>64</sup> 1 (um) trabalho tratou da participação brasileira nas Conferências internacionais sobre as mulheres, realizadas entre 1975 e 1985, pela ONU, entretanto, não trabalhou com gênero como categoria analítica e sua autora era uma mulher.

<sup>65</sup> 1 (um) trabalho de autoria feminina abordou a resolução do Conselho de Segurança da ONU acerca do sionismo e racismo, de 1975, 1 (um) trabalho abordou direitos humanos e a luta antirracista (autor homem) e 1 (um) trabalho tratou do genocídio (autor homem), mas nenhum deles usou raça como categoria analítica.

### 6.1.2 6º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 25 a 28 de julho de 2017

Em 2017, houve o 6º Encontro Nacional da ABRI, neste encontro, é possível identificar o aumento no número tanto de participantes credenciados, quanto de trabalhos apresentados (Tab. 11). Novamente, a análise do gênero foi a partir do nome do(a) autor(a), masculino ou feminino, e não pela autodeclaração, que não estava disponível.

Tabela 11 - Participantes credenciados no 6º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de participantes credenciados	671
Homens credenciados	312
Mulheres credenciadas	359

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024.

Os dados da Tabela 11 comprovam o aumento do número de mulheres credenciadas e a diminuição do número de homens em relação ao 5º Encontro Nacional da ABRI. De 329 mulheres em 2015, para 359 em 2017, um aumento de cerca de 9%; e de 354 homens credenciados em 2015, há uma queda aproximada de 12%, 312 em 2017. Ou seja, em 2017, a maioria de pessoas credenciadas no evento é de mulheres. Em relação à apresentação de trabalhos, também houve um aumento substancial de mulheres no evento em 2017, em comparação com 2015. De 154 apresentações em 2015 para 316 em 2017. Um aumento de mais de 100%. Quanto aos homens, o número foi de 171 em 2015 para 287 em 2017, um aumento de aproximadamente 70%. Assim, de modo geral, as mulheres passam a ser maioria nas duas modalidades.

Tabela 12 – Trabalhos apresentados<sup>66</sup> no 6º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de trabalhos apresentados	576
Autores	287
Autoras	316

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

Em termos de idiomas, houve um aumento nas produções em língua estrangeira, de 2015 para 2017, foram 33. A maioria, entretanto, foi produzida em português, 544 (Tab.13). Três autores do Sudeste e 1 (um) do Sul escreveram em espanhol. A maioria

<sup>66</sup> Novamente, os trabalhos considerados são apenas aqueles que são publicados nos Anais do evento.

dos autores que escreveram em inglês eram do Sudeste (23), apenas 2 (dois) eram estrangeiros.

Tabela 13 – Números de trabalhos apresentados por idiomas no 6º Encontro Nacional da ABRI

Idioma	Número de trabalhos
Inglês	30
Espanhol	3
Português	544

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025

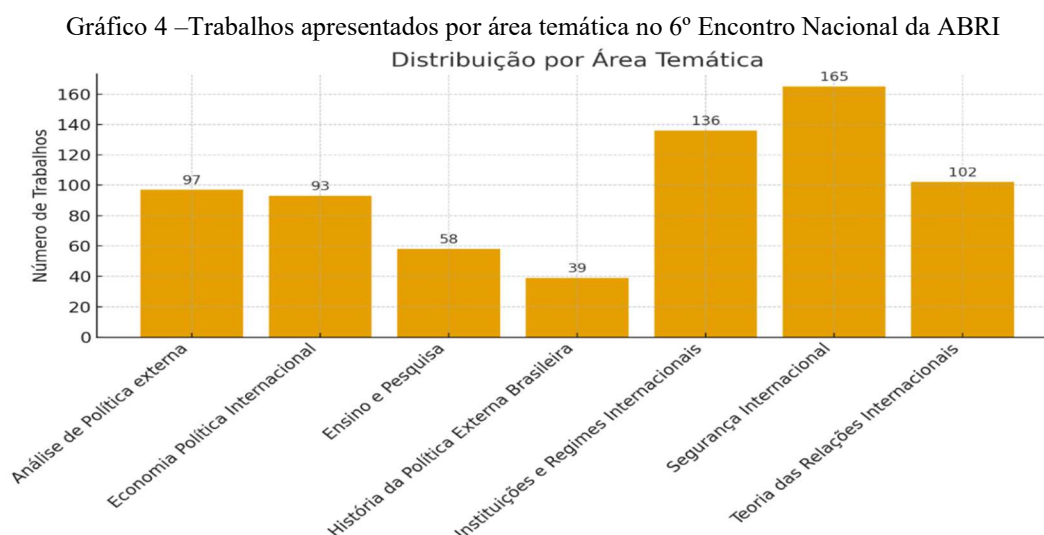
Todas as regiões do Brasil apresentaram aumento no número de participantes. Constatação relevante é a de que o número de participantes advindos de instituições do exterior caiu de seis para apenas dois. O Sudeste continua sendo a região predominante no evento, bem como se manteve como a promotora na PUC Minas. O Norte apresentou 19, mantendo-se como a região de menor representatividade. A região Sul, em segundo com 130, seguida pela Centro-Oeste, que ultrapassou a região Nordeste, que, nesta edição, teve 46 participantes contra 62 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Participantes por região do Brasil no 6º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025

Considerando as áreas temáticas, em 2017, a líder, em termos de número de trabalhos apresentados, passou a ser a área de Segurança Internacional com 165 trabalhos, seguida por Instituições e Regimes Internacionais com 136. Em terceiro, aparece a área de Teoria das RI, com 102 trabalhos apresentados. A área que era líder em 2015 aparece apenas em quarto lugar, com 97 trabalhos: Análise de Política Externa. Em 2017, a última colocação em número de trabalhos apresentados ficou com a área de História da Política Externa Brasileira, com 39. A última colocada do evento de 2015, Ensino e Pesquisa, ficou no penúltimo lugar em 2017, com 58 trabalhos inscritos (Gráfico 4):



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024

De acordo com o Relatório Final do 6º Encontro Nacional da ABRI e com o site do evento, nele, foram lançados nove livros. Pelos títulos, é possível perceber que envolvem as áreas temáticas de Segurança Internacional e resolução de conflitos, Instituições e Regimes Internacionais, Análise de Política Externa e História da Política Externa Brasileira, além de análises de temas culturais ligados às Relações Internacionais. Percebe-se também que a maioria dos autores eram homens (12), e apenas 1 (uma) autora. Dos 16 autores<sup>67</sup>, 13 são do Sudeste, e 3 do Sul. Todas as obras foram escritas em português (ABRI, 2017).

Das nove mesas redondas que aconteceram no 6º Encontro Nacional da ABRI, em 2017, pode-se considerar, de maneira abrangente, que cinco delas eram da área temática de Teoria das RI (MR01, MR02, MR03, MR05, MR09), duas da área de Análise de Política Externa (MR04 e MR08), 1 (uma) da área de Segurança Internacional e Política de Defesa (MR07) e, pela primeira vez, houve a temática do Feminismo em um evento oficial da ABRI (MR06) (ABRI, 2017).

No total, 38 pesquisadores participaram das mesas redondas como coordenadores, expositores e debatedores. Dos ouvintes de cada mesa, não existem dados. Dos 38 participantes, 14 eram mulheres e 24, homens. Em apenas duas mesas, mulheres apareceram como coordenadoras (MR03 e MR06). Em outras três, todos os participantes eram homens (MR04, MR05 e MR08). Em 1 (uma) mesa, todos os participantes eram mulheres, justamente, sobre o tema Feminismo e Relações Internacionais (MR06).

<sup>67</sup> A única autora mulher era vinculada à instituição do Sudeste do Brasil.

Interessantemente, nessa mesa redonda, metade das participantes eram do exterior (ABRI, 2017). Esse dado pode indicar que as pesquisadoras e pesquisadores brasileiros da área de Relações Internacionais ainda não haviam se debruçado sobre o tema em maior quantidade e profundidade.

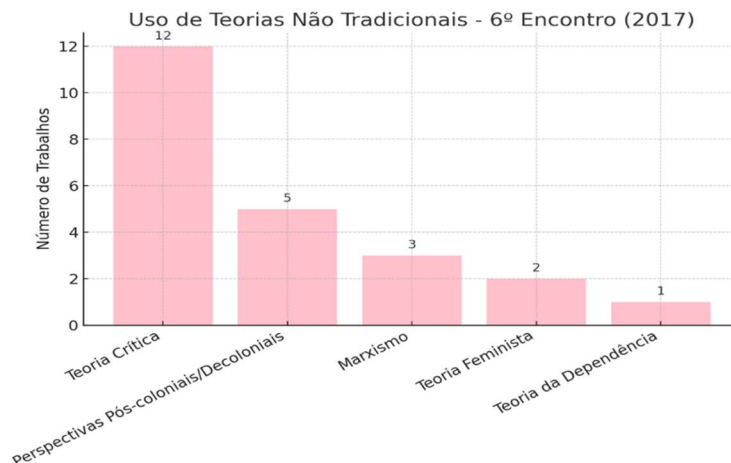
Não havia nenhum participante da região Norte como debatedor, coordenador ou expositor nas mesas redondas. Da região Sul e Nordeste, cada mesa tinha três participantes, da região Centro-Oeste, sete, do exterior, oito, e o Sudeste, novamente, tinha a maioria dos participantes, com 16, bem como a maioria das mulheres, seis. Havia mais mulheres do exterior (quatro), do que das demais regiões do Brasil: duas do Centro-Oeste, 1 (uma) do Nordeste e 1 (uma) do Sul. Os homens participantes das mesas redondas foram 10 do Sudeste, como maioria, cinco do Centro-Oeste, três do Sul, e o Nordeste com dois. Quatro homens que participaram das mesas redondas eram do exterior (ABRI, 2017).

Sobre as áreas temáticas, é interessante notar que foram as mesmas designadas no evento em 2015, exceto pela área de “Produção do conhecimento, ensino e avaliação das Relações Internacionais”, que, anteriormente, era chamada de “Ensino e Pesquisa em Relações Internacionais”. Para facilitar a identificação, este trabalho continuará chamando esta área de Ensino e Pesquisa em Relações Internacionais.

Analisando o uso de correntes teóricas, verifica-se o aumento das não tradicionais. Neste evento, o uso de trabalhos vinculados à perspectiva feminista apareceu pela primeira vez, dois<sup>68</sup>; da mesma forma, houve aumento do número de trabalhos que usaram a perspectiva pós-colonial/decolonial, de dois para cinco; do Marxismo aumentou para três; apenas 1 (um), usou a Teoria da Dependência e a Teoria Crítica, 12 trabalhos (Gráfico 5).

---

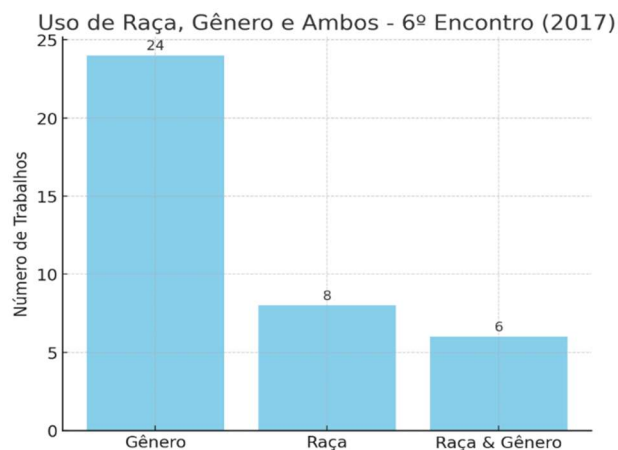
<sup>68</sup> Em alguns trabalhos, a perspectiva usada é o Feminismo decolonial, inclusive.

Gráfico 5 – Uso de teorias não tradicionais<sup>69</sup> no 6º Encontro Nacional da ABRI

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2025.

Os trabalhos que utilizaram a categoria gênero foram 24 e sobre raça, foram oito. Em 2017, em contraste com 2015, ambas as categorias não foram usadas. Além disso, apareceram seis trabalhos que utilizaram gênero e raça, ao mesmo tempo. Quatro que utilizaram a concepção de interseccionalidade em 2017, contra nenhum, em 2015 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Categorias raça e gênero e Interseccionalidade por Área Temática no 6º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2025

Sumarizando os achados, A Tabela 14 apresenta:

<sup>69</sup> É interessante notar que um trabalho intitulado “Raça, classe e gênero como conjunturas políticas: repensando relações de poder através de uma pedagogia decolonial”, de Andréa B. Gill, utiliza-se raça, gênero e classe ao mesmo tempo, como fazia Lélia Gonzalez.

Tabela 14 – Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 6º Encontro Nacional da ABRI

<b>Aspecto</b>	<b>Conclusão</b>
Número de participantes	Aumentou, em geral, mulheres em maioria.
Autoria de trabalhos	Aumentou, em geral, mulheres em maioria.
Autores de instituições estrangeiras	Queda de seis para dois
Região com mais autores de trabalhos	Sudeste
Lançamento de livros	Maioria do Sudeste, autores homens, todos em português.
Mesas redondas	Menos mesas que em 2015, participação equilibrada entre homens e mulheres. Mesa redonda com temática feminista.
Idioma dos artigos	Predomínio do português, trabalhos em idioma estrangeiro eram escritos por brasileiros do Sudeste, maioria em inglês.
Áreas temáticas	Predominância da temática Segurança Internacional.
Teorias não convencionais	Aumento do uso, porém ainda baixo. Destaque para Teoria Crítica. Aparece o uso de Teorias Feministas.
Uso de gênero, raça, interseccionalidade	Surge o uso das categorias e da interseccionalidade, mas é relativamente pouco.

Fonte: elaborado pela autora, 2025

### **6.1.3 7º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 23 a 26 de julho de 2019**

No 7º Encontro da ABRI, realizado também em Belo Horizonte, em 2019, é possível verificar, novamente, que houve aumento no número de participantes, sendo as mulheres a maioria, tanto entre credenciados, quanto entre participantes que apresentaram trabalhos.

Tabela 15 - Participantes credenciados no 7º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de participantes credenciados	657
Homens credenciados	297
Mulheres credenciadas	360

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024

É notória, inclusive, que a diferença entre gêneros começa a aumentar em favor das mulheres. Ou seja, tanto em termos de participantes credenciados, quanto em termos de autoria de trabalhos, não apenas as mulheres são maioria, como em 2017, mas, em

2019, a distância entre o número de participantes mulheres e homens, nos dois critérios, aumenta de maneira considerável.

Tabela 16 – Trabalhos apresentados no 7º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de trabalhos apresentados <sup>70</sup>	597
Autores	331
Autoras	368

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024

Considerando os idiomas, a maioria dos trabalhos continua sendo em português, mas houve aumento dos trabalhos em idioma estrangeiro. Foram 77 trabalhos em inglês, 9 em espanhol e 694 em português.

Tabela 17 – Números de trabalhos apresentados por idiomas no 7º Encontro Nacional da ABRI

<b>Idioma</b>	<b>Número de trabalhos</b>
Inglês	77
Espanhol	9
Português	694

Fonte: autoria própria a partir dos Anais do evento, 2025

Acerca dos participantes que apresentaram trabalhos e as regiões do Brasil das quais eles são provenientes, chama atenção a nova queda de participantes apresentadores de trabalhos oriundos da região Norte: em 2019, apenas oito.

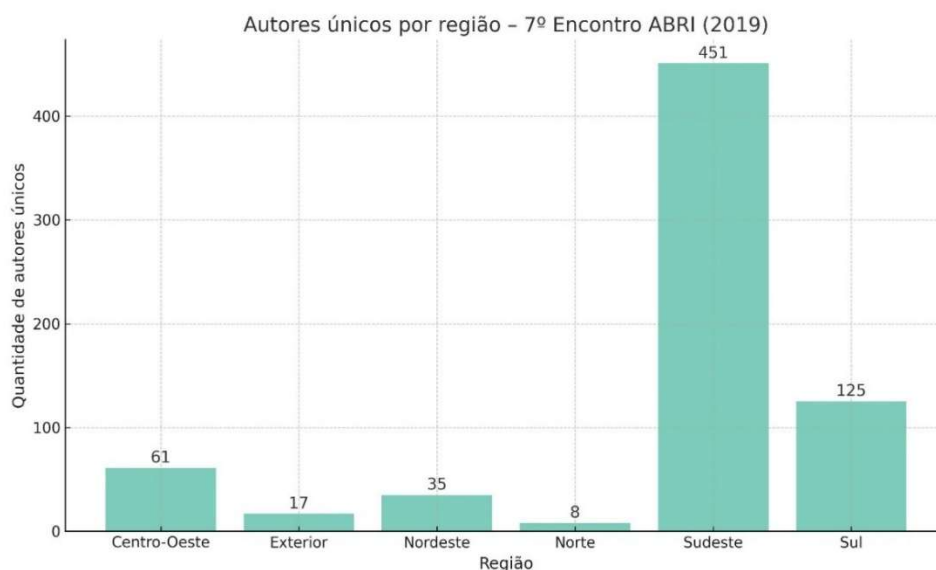
O Nordeste teve, em 2015, 34 participantes que iriam apresentar trabalhos, passando para 46, em 2017, e chegando a 35, em 2019. A região Centro-Oeste saiu de 30 trabalhos em 2015, para 62 em 2017, e, em 2019, foram 61. A região Sul do Brasil apresentou 68 trabalhos em 2015; 130, em 2017 e, em 2019, foram 125.

A região Sudeste, por outro lado, continuou seu movimento de ascensão, com 451 trabalhos apresentados por participantes da região. Esse número é maior que a soma dos trabalhos apresentados pelas outras regiões. Em relação aos participantes do exterior, houve um aumento de dois (2017), para 17, (2019).

---

<sup>70</sup> Alguns trabalhos têm mais de um autor e alguns autores apresentam mais de um trabalho.

Gráfico 7 – Trabalhos apresentados por região do Brasil no 7º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

Sobre as áreas temáticas dos trabalhos apresentados no 7º Encontro da ABRI, em 2019, verifica-se a área de Análise de Política Externa, que era predominante em 2015, 96, e, em 2017, 97; em 2019, 100.

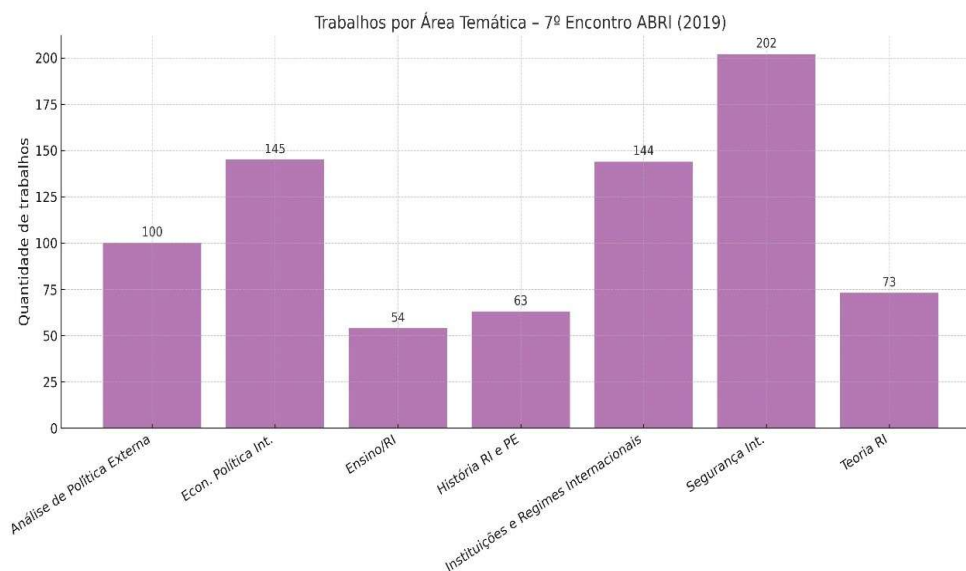
A área de Economia Política Internacional tem novo aumento: sai de 53, em 2015, para 93, em 2017, e, em 2019, 145 trabalhos. Ensino e Pesquisa teve crescimento de 14 em 2015 para 58 em 2017, no entanto, sofreu uma queda para 54 em 2019. Em História da Política Externa Brasileira, observa-se o aumento gradual, de 25, em 2015, para 39 em 2017, e para 63 em 2019. O uso do tema Instituições e Regimes Internacionais, em 2017, foi apresentado em 136 trabalhos, representando um aumento considerável, mas, em 2015, diminuiu para 50 trabalhos. Em 2019, aumentou para 144.

Em 2019, a área com mais trabalhos apresentados foi, novamente, a área de Segurança Internacional, com 202 trabalhos. Em 2015, foram 61 trabalhos e em 2017, 165. A área de Teoria das Relações Internacionais teve queda, de 102, em 2017, para 73, em 2019. Número ainda considerável em comparação com 2015, quando foram apenas 26.

Também em 2019, foi disponibilizada a lista de livros lançados no evento no site e no Relatório Final do evento. Nesta edição, foram lançados 11 livros, com 20 autores, sendo 15 homens e 5 mulheres. De maneira ampla, é possível classificar as áreas temáticas dos livros como sendo três em Segurança Internacional; dois em Economia Política Internacional; dois em Teoria das RI; três em Instituições e Regimes Internacionais e um

(1) em História das RI e da PE. Dessa vez, um dos livros lançados foi no idioma espanhol. Dos 20 autores, 11 eram da região Sudeste do Brasil, sendo oito homens e três mulheres. Da região Sul, eram seis, todos homens. Da região Centro-Oeste, um (1) homem. Das outras regiões, Norte e Nordeste, nenhum autor. Do exterior, dois autores, um (1) homem e uma (1) mulher. Observa-se a prevalência da região Sudeste e do gênero masculino (ABRI, 2019).

Gráfico 8 - Uso de teorias não tradicionais no 6º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

O 7º Encontro Nacional da ABRI apresentou quatro mesas redondas. Em relação às áreas temáticas, considera-se, de maneira abrangente que, duas foram sobre Segurança Internacional e duas, sobre Instituições e Regimes Internacionais. Como coordenadores, debatedores e expositores, houve 16 participantes. Sobre os ouvintes, não se têm informações. Desses participantes, foram 10 homens e seis mulheres. Deles, nove eram do Sudeste, sendo seis homens e três mulheres. Da região Sul participaram duas mulheres. Da região Centro-Oeste, houve três participantes, dois homens e uma (1) mulher. E da região Norte, 1 (um) homem. Da região Nordeste, não houve participantes nas mesas redondas deste evento, bem como não houve participantes do exterior (ABRI, 2019).

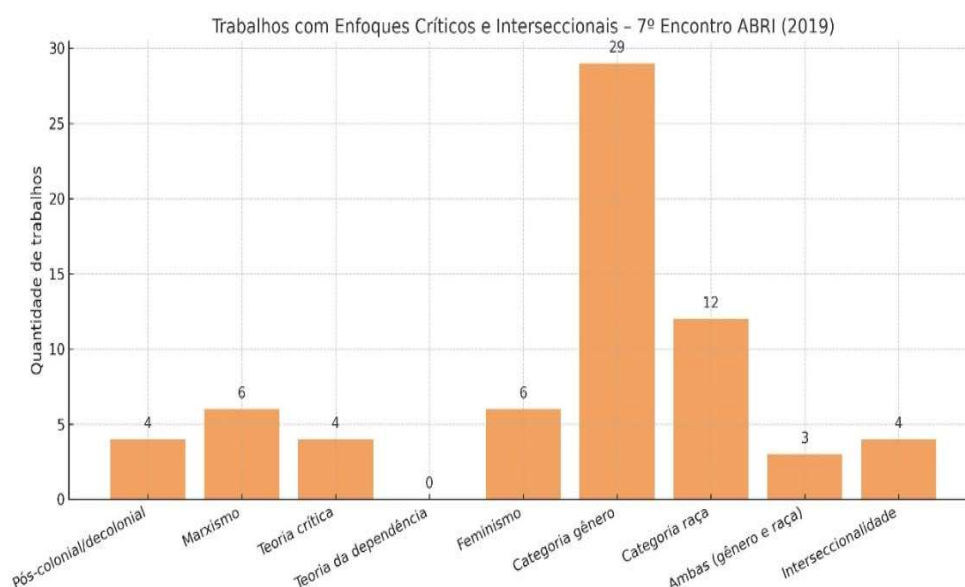
Observa-se, desse modo, a predominância de participantes homens e do Sudeste. Interessantemente, das quatro mesas redondas, três tinham coordenadores mulheres (MR02, MR03 e MR04). Em uma mesa redonda havia apenas participantes homens, a MR01, as demais estavam mais equilibradas em termos de gênero.

Analisando as perspectivas e categorias conceituais utilizadas em trabalhos apresentados por mulheres, o Pós-colonialismo passa de seis trabalhos em 2017, para

quatro, em 2019, considerando que em 2015, houve apenas um (1). Trabalhos que usaram Marxismo, em 2017, foram três, em 2019, seis, considerando que em 2015, apenas um (1). Teoria da Dependência não foi utilizada em nenhum trabalho, em 2019, considerando que, em 2015, foi usada em um (1), e em 2017, também.

Em 2019, quatro trabalhos utilizaram a Teoria Crítica, em 2015, foram dois, e, em 2017, 11. O número de trabalhos que usaram as categorias gênero e raça aumentou, lembrando que, em 2015, nenhum trabalho as utilizou, apesar de alguns trabalhos abordarem temas relacionados a essas categorias. A categoria gênero, em 2017, aparece em 22 trabalhos, e, em 2019, 29. A categoria raça, por sua vez, teve aumento de sete, em 2017, para 12 em 2019. Interessantemente, houve três trabalhos, em 2019, que utilizam as duas categorias juntas: gênero e raça. Em 2017, foram sete trabalhos e em 2015, nenhum. Os trabalhos que abordam a Interseccionalidade, que, em 2015, não houve, em 2017, foram quatro, este número se manteve em 2019 (Gráfico 9).

Gráfico 9- Perspectivas teóricas e categorias conceituais usadas em trabalhos no 7º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

A Tabela 18 apresenta um resumo do 7º Encontro Nacional da ABRI:

Tabela 18 – Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 7º Encontro Nacional da ABRI

Aspecto	Conclusão
Número total de participantes	Total em queda, maioria de mulheres
Autoria de trabalhos	Maioria de mulheres
Idiomas dos trabalhos	Predomínio do português. Inglês cresce continuamente e torna-se expressivo; espanhol

	aparece pouco e oscila. A maioria dos trabalhos em línguas estrangeiras é feita por brasileiros do Sudeste, principalmente homens.
Região com mais autores	Sudeste
Livros lançados	Maioria de autoria masculina, do Sudeste.
Mesas redondas	Maioria de homens do Sudeste na posição de coordenadores. Aumento do número de mulheres coordenadoras.
Teorias não tradicionais	Cresce o uso. Utilização do Pós-colonialismo/Decolonialismo, Teorias Feministas, Teoria Crítica e Marxismo. Desaparece a Teoria da Dependência.
Categorias de análise gênero e raça	Crescimento do uso de gênero e raça, inclusive as duas categorias juntas.
Uso de interseccionalidade	Estável o uso em quatro trabalhos.

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

#### **6.1.4 8º Encontro Nacional da ABRI, online, 26 a 30 de julho de 2021**

Em função da pandemia de COVID-19, o 8º Encontro da ABRI, em 2021, foi realizado virtualmente e organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É o primeiro Encontro Nacional da ABRI analisado neste trabalho que não foi organizado e sediado pela PUC Minas, em Belo Horizonte.

As recomendações sanitárias para se evitar a contaminação por um vírus que, naquele momento, apresentava sintomas graves e que poderiam levar à morte, com dificuldade de tratamento e sem vacina, eram de isolamento social e *lockdown*<sup>71</sup> (OMS, 2024).

De partida, poder-se-ia imaginar que, por acontecer virtualmente, o encontro teria mais participantes, uma vez que isso poderia significar menos custos e maior facilidade logística. De maneira interessante, não foi o que aconteceu. Nesse sentido, há indícios de que existam mais motivos que fazem com que as outras regiões do país tenham menos participantes nos encontros da ABRI por teleconferência, do que a distância e os custos de uma viagem para participar presencialmente do evento. Pode-se apontar, como mencionado, o fato de que o Sudeste concentra a maioria dos cursos de Relações

---

<sup>71</sup> As recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca da pandemia de COVID-19 e sua emergência sanitária foram sendo divulgadas e alteradas, pouco a pouco, a partir das pesquisas científicas e da situação de contaminação do público global, desde 2020.

Internacionais do país (Brasil, 2024). Nesse caso específico de emergência sanitária, a queda na participação e na inscrição de trabalhos no evento, pode ser explicada, também, pela situação econômica grave, pela preocupação da maioria das pessoas em manter a si mesmo e a seus familiares saudáveis e seguros diante de uma doença altamente contagiosa e grave.

Observa-se, de imediato, a queda no número de participantes credenciados. O número caiu de 657, em 2019, para 220, em 2021. A Tabela 19 apresenta os dados:

Tabela 19 - Participantes credenciados no 8º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de participantes credenciados	220
Homens credenciados	103
Mulheres credenciadas	117

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024.

Acerca dos trabalhos apresentados, houve um crescimento progressivo, desde 2015: de 304, para 576, em 2017, passando por 597, em 2019, e caindo para 169, em 2021. O número de autoras manteve-se em maioria em relação ao dos autores (Tabela 20).

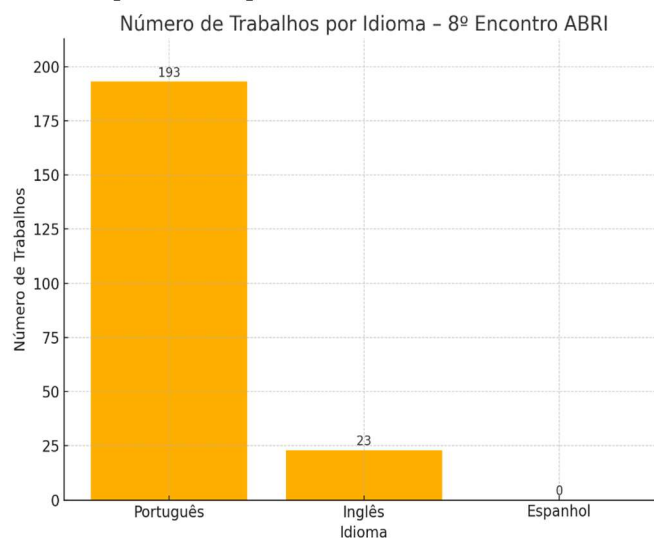
Tabela 20 - Trabalhos apresentados no 8º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero

Total de trabalhos apresentados	169
Autores	88
Autoras	116

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024.

Em termos de idiomas, em 2021, a maioria dos trabalhos continuou sendo em português. Foram 23 em inglês e nenhum em espanhol, pela primeira vez (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Trabalhos apresentados por idioma no 8º Encontro Nacional da ABRI



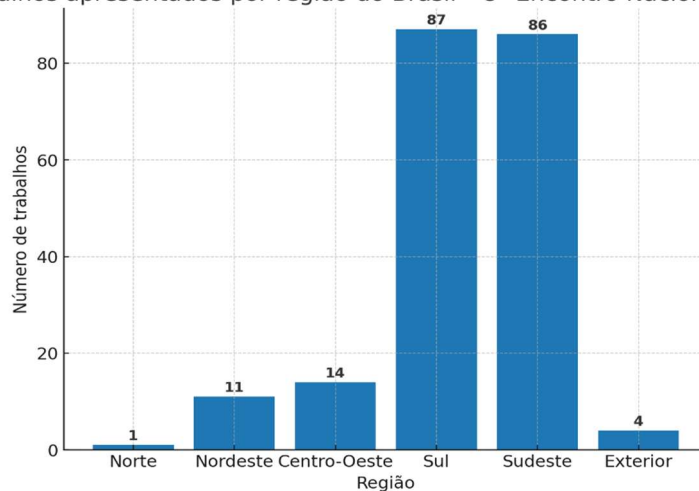
Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

Nesse cenário atípico da pandemia, todas as regiões apresentaram quedas expressivas de participação em apresentação de trabalhos. A região Norte continuou com o menor número de autores de trabalhos e, de modo interessante, a região Sul ultrapassou, por pouco, a região Sudeste. Provavelmente, isso pode ser explicado pelo fato de que a instituição organizadora ser da região Sul (Gráfico 11).

Diferentemente das outras edições, dessa vez, houve um pesquisador autointitulado independente, ou seja, não vinculado a nenhuma instituição. Destaca-se, que mesmo com a facilidade logística do encontro acontecer online, são apenas quatro autores estrangeiros nessa edição.

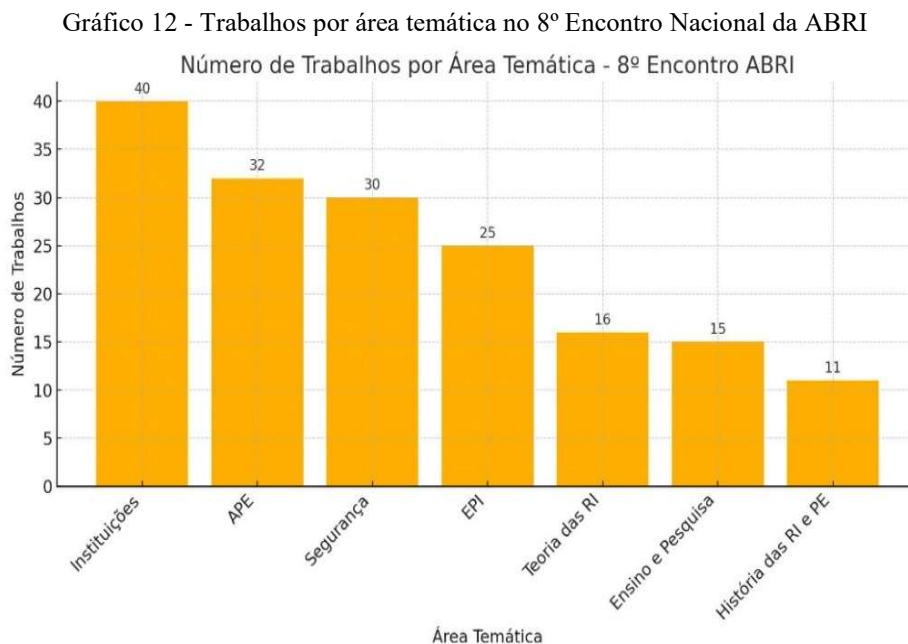
Gráfico 11– Trabalhos apresentados por região do Brasil no 8º Encontro Nacional da ABRI

Trabalhos apresentados por região do Brasil - 8º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024

Nesse contexto difícil e atípico, a área com maior número de trabalhos, voltou a ser a de Instituições e Regimes Internacionais, com 40, em 2021. Em 2019, havia sido a área de Segurança Internacional. A área com menor número, foi a de História da Política Externa Brasileira, com apenas 11. Em 2019, foi a de Ensino e Pesquisa, com 54.



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

No 8º Encontro Nacional da ABRI, as mesas redondas aconteceram *online*, via *Youtube*. Foram quatro mesas redondas, duas em português e duas em espanhol; 15 participantes, oito mulheres e sete homens, um equilíbrio entre os gêneros, com pequena maioria feminina, algo novo no evento. Outra novidade foi que a maioria dos participantes era de estrangeiros, 11. Todos os participantes brasileiros eram da região Sudeste (ABRI, 2021).

Em 2021, pelo menos de acordo com o site e com os Anais do evento, não houve lançamento de livros (ABRI, 2021). Nessa edição, não foi possível ter acesso ao Relatório Final realizado pela Associação.

Considerando a análise de perspectivas teóricas não tradicionais e categorias conceituais gênero, raça e ambas, utilizadas nos trabalhos apresentados, no 9º Encontro Nacional da ABRI, em 2021, houve uma queda, bem como vinculações diferentes, que podem ser conferidas na Tabela 20. Foram apresentadas, dentro de perspectivas Feministas Pós-coloniais (2) e Feministas Decoloniais (1). Identificou-se, também, um

(1) trabalho na perspectiva Decolonial, e dois que utilizaram a perspectiva Feminista. Não houve trabalhos que utilizaram Marxismo, Teoria da Dependência ou Teoria Crítica.

Sobre a categoria gênero, ocorreu uma queda mais brusca: em 2019, foram 29 trabalhos que a utilizaram e, em 2021, 17. Acerca da categoria raça, em 2019, foram 12 que a utilizaram e, em 2021, 7. Finalmente, quanto ao uso da Interseccionalidade, a queda foi de quatro em 2019, para dois, em 2021.

Dos trabalhos que podem ser identificados, como dentro da perspectiva Feminista Pós-colonial, um (1) estava na área temática de Análise de Política Externa (autora estrangeira) e o outro em Teoria das RI (autora do Sul do Brasil). O trabalho que estava vinculado ao Feminismo Decolonial estava também na área temática de Teoria das RI (autora do Sudeste). Os trabalhos dentro da linha de Feminismo, em geral, estavam também em Análise de Política Externa (uma (1) autora do Sul, e outros dois autores, uma mulher do Centro-Oeste e um homem do Sul).

Tabela 21 – Trabalhos que usaram teorias não tradicionais e categorias raça, gênero e interseccionalidade no 8º Encontro Nacional da ABRI

<b>Trabalhos que usam:</b>	<b>Quantidade</b>
Feminismo Pós-colonial	2
Feminismo Decolonial	1
A perspectiva Decolonial	1
Feminismo	2
Marxismo, Teoria da Dependência ou Teoria Crítica	0
A categoria gênero	17
A categoria raça	7
tratam da Interseccionalidade	2

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024.

Sumarizando o que foi encontrado por meio da análise confira a Tabela 22:

Tabela 22 – Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 8º Encontro Nacional da ABRI

<b>Aspecto</b>	<b>Conclusões</b>
Características particulares	Realizado online, durante a Pandemia do COVID 19, fora do Sudeste.
Número de participantes credenciados	Menor que a edição anterior
Número de trabalhos inscritos	Menor que a edição anterior

Autoria dos trabalhos	Maioria de mulheres
Mesas redondas	Online, menor número que a edição anterior.
Lançamento de livros	Não aconteceu
Idioma dos artigos	Maioria em português. Nenhum em espanhol. Trabalhos em inglês de maioria de autoras mulheres do Sudeste.
Região com maioria de participantes	Sul. Pela primeira vez, outra região que não o Sudeste.
Áreas temáticas	Maioria dos trabalhos em Instituições e Regimes Internacionais
Uso de Teorias não tradicionais	Uso relevante de Teorias Feministas, inclusive, Feminismo pós-colonial e decolonial. Perspectivas pós-coloniais/decoloniais. Desaparecimento das demais.
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Queda, mas continua relevante.
Uso de interseccionalidade	Queda, mas é relevante.

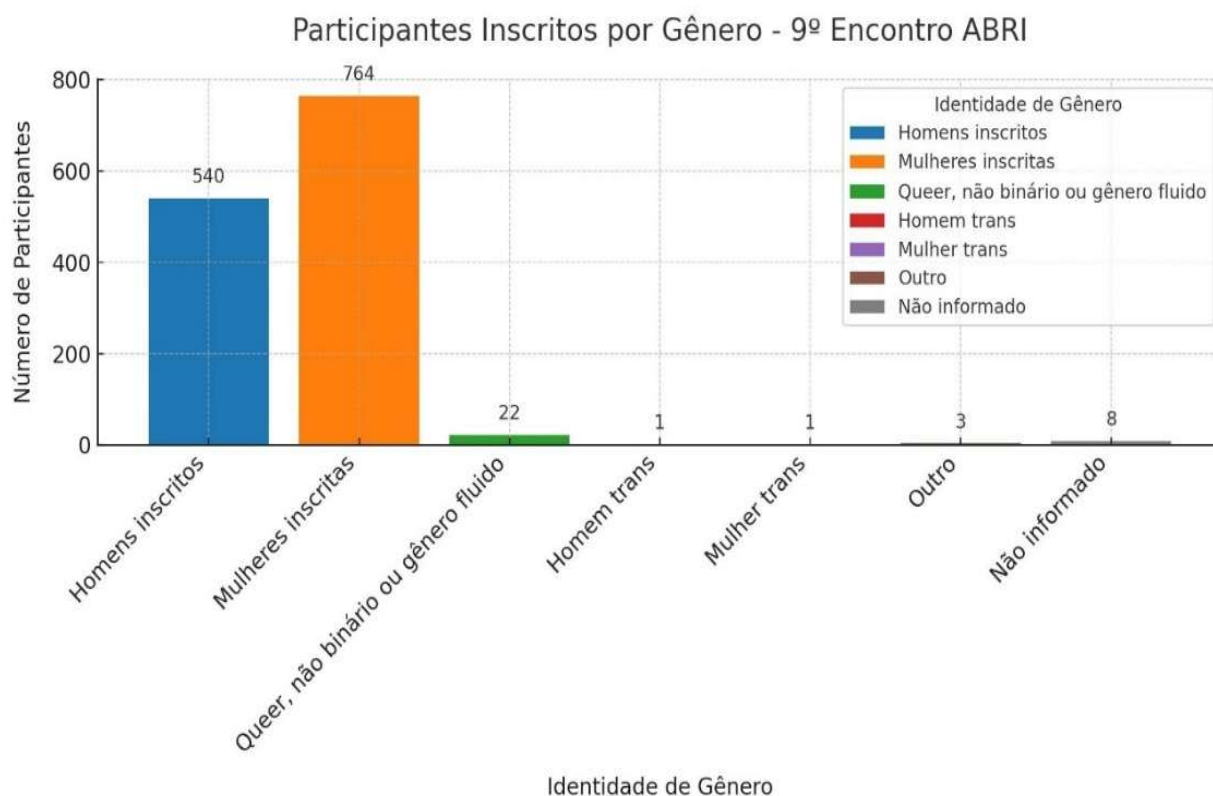
Fonte: elaborado pela autora, 2025

### ***6.1.5 9º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 25 a 27 de julho de 2023***

No 9º Encontro Nacional da ABRI, realizado em 2023, aconteceu uma grande novidade em termos de inscrição dos participantes. Pela primeira vez neste evento, os participantes puderam autodeclarar seu gênero. O total de participantes inscritos foi de 1.339.

Diante do fato de que não se têm dados do gênero dos autores apontados artigo por artigo e por respeito à autodeclaração de cada autor, não se fará, na análise desta edição do evento, a separação entre homens e mulheres a partir do nome do autor. De todo modo, pode-se observar que foram mais mulheres inscritas do que homens nesta edição, baseado na autodeclaração. Além disso, de maneira geral, foram 1.336 inscritos e 502 trabalhos apresentados. O Relatório Final (2023) não apresentou o número de credenciados.

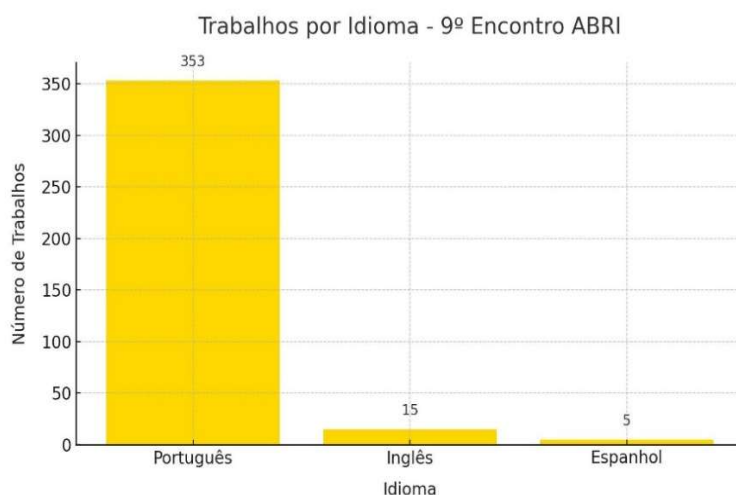
Gráfico 13 – Identidade de gênero dos participantes inscritos no 9º Encontro Nacional da ABRI total e por gênero



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento, 2024.

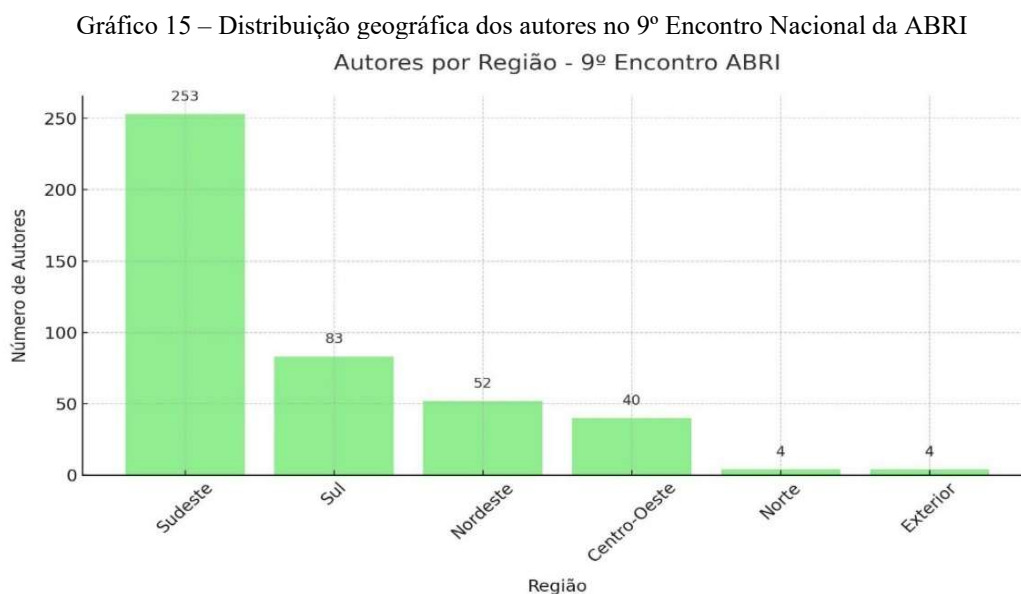
Mais uma vez, a maioria dos trabalhos apresentados foi em português, além de 15 em inglês e 5 em espanhol (Gráfico 14)

Gráfico 14 – Idioma dos trabalhos no 9º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

No 9º Encontro Nacional da ABRI, a maioria, por larga margem, dos autores de artigos foram do Sudeste. Essa edição volta a ser realizada em Belo Horizonte, na PUC Minas e esse, provavelmente, é um fator que colabora para essa maioria. As outras regiões são a Sul, com 83 autores de trabalho, depois a Nordeste, com 52, a Centro-Oeste, com 40, a Norte, novamente, a com menos autores, com apenas quatro, e o exterior, também com quatro autores de trabalho (Gráfico 15).



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

Outra novidade foi em relação às áreas temáticas que, neste encontro, passaram a ser: Teoria das Relações Internacionais, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa, Instituições e Regimes Internacionais, História das Relações Internacionais e da Política Externa, Ensino, Pesquisa e Extensão, Análise de Política Externa, Economia Política Internacional e o destaque para Feminismo, Gênero e Sexualidades.

É possível perceber a área temática de Segurança Internacional, mais uma vez, como a que apresentou mais trabalhos inscritos, com 129. A área de História das RI e da PE, a com menos inscritos, com 29 trabalhos. A área nova, de Feminismo, Gênero e Sexualidades, apresenta mais trabalhos inscritos do que outras áreas temáticas já tradicionais do evento, como Ensino, Pesquisa e Extensão e a própria área de História (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Trabalhos por área temática no 9º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Anais do evento, 2025.

Em 2023, foram lançados 21 livros no Encontro Nacional da ABRI, um recorde entre todos os eventos aqui analisados. Esse fato é significativo, porque no evento anterior, em 2021, não houve lançamento de livros. Foram também 21 autores, todos do Brasil. A maioria do Sudeste, 14. Do Nordeste, foram três. Do Centro-Oeste e do Sul, um (1) de cada. Dois dos livros lançados eram em inglês e os demais, em português. Pode-se observar que as áreas temáticas tradicionais como Análise de Política Externa, Segurança Internacional, História das RI e da PE e Teoria das RI estão presentes entre os temas dos livros. Aparecem também temáticas novas como Cultura e Feminismo. Em função do respeito a autodeclaração de gênero dos participantes inscritos no evento, aqui também não serão analisados os gêneros dos participantes por nome feminino ou masculino (ABRI, 2023).

Em 2023, foram 13 mesas redondas, sendo que uma delas aconteceu *online*. Uma delas foi realizada em inglês e a outra em espanhol, as demais foram em português. Ao todo, foram 55<sup>72</sup> participantes das mesas redondas, 30 do Sudeste, 11 do exterior, sete do Nordeste, seis do Sul, quatro do Centro-Oeste e nenhum participante do Norte do país. A

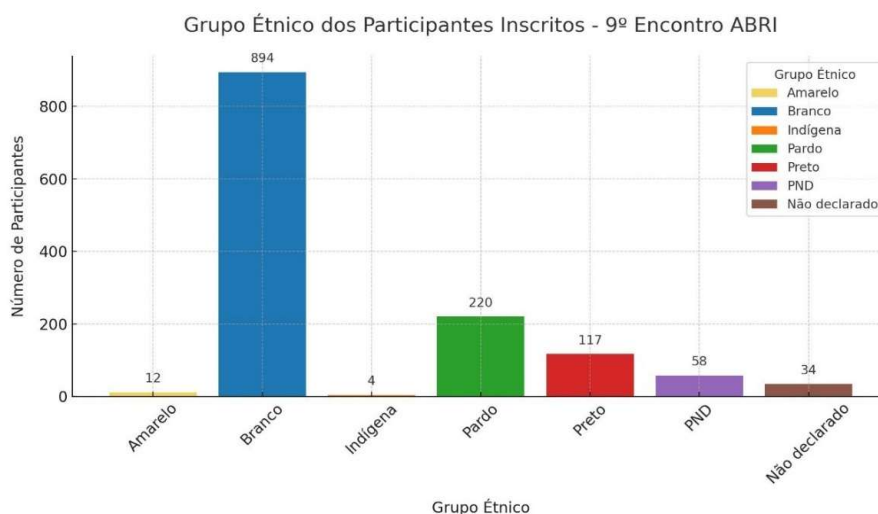
<sup>72</sup> Na mesa redonda sobre as Revistas científicas do campo das Relações Internacionais, seus representantes não foram explicitamente mencionados, portanto, não foram contabilizados para evitar que o mesmo participante pudesse, eventualmente, ser contado duas vezes, caso já tivesse contabilizado como participante em outra mesa redonda.

maioria das mesas redondas pode ser considerada dentro da área temática de Teoria das RI, debatendo a crise da ordem internacional. Áreas temáticas tradicionais como Instituições e Regimes, Segurança Internacional, Economia Política Internacional, Análise de Política Externa, História das RI e da PE também aparecem. Destaque para a mesa redonda sobre Gênero e Raça na Política Internacional (ABRI, 2023).

Outra novidade que o Relatório Final (2023) do evento apresentou foi, também, a autodeclaração racial dos participantes inscritos. Essa novidade é importante para a análise do perfil dos participantes desses encontros.

Observa-se, pela primeira vez, o perfil étnico-racial dos participantes inscritos no Encontro Nacional da ABRI. Percebe-se que a maioria, por larga margem, é de participantes autodeclarados brancos, 894. Depois, participantes autodeclarados pardos, 220, e 117 autodeclarados negros. Observam-se apenas 12 participantes autodeclarados amarelos e quatro indígenas. Entre participantes que não declararam sua raça, foram 92, número relevante (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Grupo étnico dos participantes inscritos no 9º Encontro Nacional da ABRI



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir do Relatório final do evento, 2024.

Acerca das teorias não tradicionais, é possível analisar que teorias como Teoria da Dependência e Teoria Crítica desapareceram. A perspectiva pós-colonial também não foi usada. O Marxismo apareceu com utilização em dois artigos (um (1), em Ensino, Pesquisa e Extensão e outro em Economia Política Internacional). A perspectiva decolonial é usada também em três (todos em Feminismo, Gênero e Sexualidades). É interessante notar que a categoria gênero foi usada em cinco trabalhos da área de

Feminismo, Gênero e Sexualidades. Nessa área temática, 49 artigos usaram gênero, e nela, também, todas as vezes que se utiliza raça, ela foi usada juntamente a gênero, 11 vezes. Outras 13 vezes, o feminismo foi utilizado como perspectiva teórica, uma vez na área de Análise de Política Externa e todas as outras na área de Feminismo, Gênero e Sexualidades. A categoria raça é usada 24 vezes. Trabalhos que usam a noção de interseccionalidade são 11, todos na área de Feminismo, Gênero e Sexualidades (Tabela 23).

Tabela 23 – Trabalhos que utilizaram teorias não tradicionais e categorias gênero, raça e interseccionalidade

<b>Trabalhos que usam:</b>	<b>Quantitativo</b>
Perspectivas pós-coloniais	0
Perspectivas Decoloniais	3
Marxismo	2
Teoria da Dependência, Teoria Crítica	0
Categoria gênero, fora da área de Feminismo, Gênero e Sexualidades	5
Categoria gênero na área de Feminismo, Gênero e Sexualidades	49
Categoria gênero e raça na área de Feminismo, Gênero e Sexualidades	11
Feminismo	13
Categoria Raça	24
Interseccionalidade <sup>73</sup>	11

Fonte: elaboração da autora (2025) a partir do Relatório final do evento e Anais, 2024.

A partir da análise feita até aqui neste item, apresentam-se, na Tabela 24, as conclusões decorrentes dos dados do 9º Encontro Nacional da ABRI:

Tabela 24 – Resumo das conclusões acerca da análise de dados do 9º Encontro Nacional da ABRI  
(Continua)

<b>Aspecto</b>	<b>Conclusões</b>
Características particulares	Pela primeira vez, foi solicitada aos participantes a autodeclaração racial e de gênero.
Número de inscritos	Predominância de mulheres
Trabalhos inscritos	Aumentou em relação ao ano anterior, mas ainda menor que 2015 e 2019. Como não há a declaração

<sup>73</sup> Todos os trabalhos que usaram Interseccionalidade estavam dentro da área temática Feminismo, Gênero e Sexualidades.

	de gênero correlacionada a cada artigo, não será presumido o gênero dos autores a partir do nome.
Autodeclaração de raça	Maioria de brancos, seguido por pardos. Número considerável preferiu não declarar.
Lançamento de livros	Número recorde. Maioria de autores do Sudeste.
Idioma dos artigos	Maioria em português. Em idioma estrangeiro, a maioria é em inglês de maioria de autores do Sudeste.
Região com maioria de participantes	Volta a ser o Sudeste.
Áreas temáticas	Estreia da área Feminismo, Gênero e Sexualidades, com mais trabalhos inscritos que outras tradicionais. Segurança Internacional com mais trabalhos.
Uso de Teorias não tradicionais	Destaque para Marxismo, Decolonialismo e Feminismo. Desaparecimento da Teoria Crítica, Teoria da Dependência, Perspectivas pós-coloniais.
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Uso recorde das categorias. Gênero usado mesmo fora da área temática de Feminismo, Gênero e Sexualidades. Uso menor, mas continua relevante.
Uso de interseccionalidade	Uso recorde.

Fonte: elaborado pela autora, 2025

### ***6.1.6 Considerações Gerais sobre a análise dos Encontros Nacionais da ABRI entre 2014 e 2024.***

Esta seção pretende resumir, de maneira transversal, os achados a partir da análise dos dados dos encontros nacionais da ABRI entre 2014 e 2024.

Inicialmente, verifica-se que, até 2019, o último encontro antes da pandemia, os eventos da ABRI apresentavam o aumento progressivo do número dos participantes. Após a pandemia, o número de participantes credenciados volta a crescer, retomando essa tendência (Tab. 25).

Tabela 25 – Número de Credenciados nos Encontros Nacionais da ABRI (2015–2023)

Encontro da ABRI	Ano	Local	Número de credenciados
5º	2015	Belo Horizonte	818
6º	2017	Belo Horizonte	913
7º	2019	Belo Horizonte	1.054
8º	2021	<i>Online</i>	859

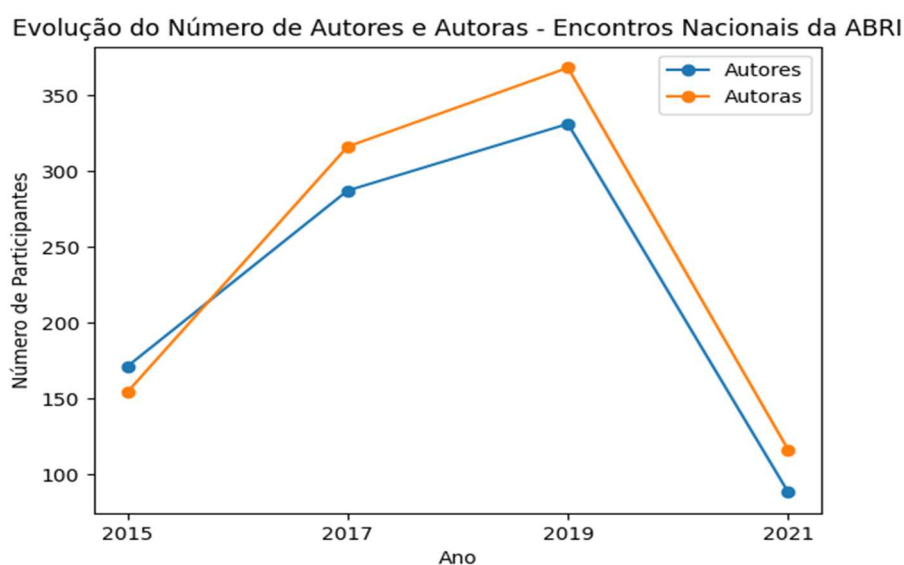
9º	2023	Belo Horizonte	1.100
----	------	----------------	-------

Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Relatórios Finais dos Eventos, 2025.

Outro aspecto relevante é a inversão em relação ao gênero que acontece durante o período analisado. Em 2015, a maioria, tanto de participantes credenciados, quanto em termos de autoria de trabalhos foi de homens. A partir de 2017, as mulheres passaram a ser a maioria em ambos. Em 2019, a margem de diferença em relação a maioria feminina foi ainda mais ampla. Em 2023, quando foi adotada a autodeclaração de gênero, a maioria feminina continuou. Portanto, um primeiro destaque desta análise é a feminilização da participação e da autoria de trabalhos nos encontros nacionais da ABRI (Gráfico 18)

Esse achado reflete dados já conhecidos de que as mulheres são maioria em ingresso e conclusão nas universidades brasileiras, principalmente, em cursos da área de Humanidades (MEC, 2023). Entretanto, destaca-se o fato de que, apesar de serem maioria nas universidades, poucas mulheres ocupam lugares de chefia (Moschkovich e Almeida, 2015).

Gráfico 18 – Autoria de trabalhos por gênero nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023



Fonte: elaborado pela autora (2025) a partir dos Relatórios Finais dos Eventos, 2025.

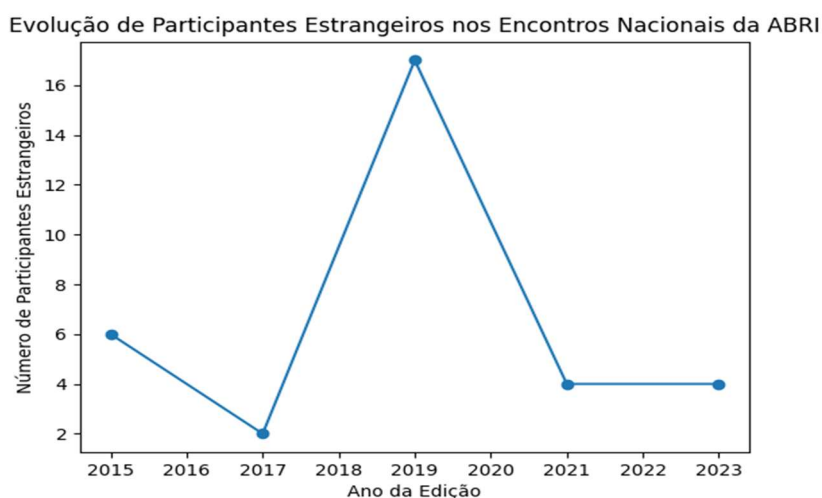
Em termos de distribuição regional, em 2015, observava-se que, com a exceção do Sudeste, todas as regiões tinham mais homens como autores de trabalhos no encontro nacional da ABRI. Em 2017, mais áreas temáticas passaram a ter maioria de mulheres autoras. Em 2019, com exceção do Norte e Nordeste, todas as regiões tiveram mais mulheres autoras. Em 2021, a maioria das áreas temáticas manteve este perfil. Esses

dados evidenciam o aumento da participação feminina no evento e na pesquisa em todas as áreas temáticas do evento.

Destaca-se também o impacto da pandemia de COVID-19 na produção e na vida acadêmica da comunidade brasileira de Relações Internacionais. Poder-se-ia imaginar que um evento *online* facilitaria e impulsionaria a participação, porém os dados demonstram o contrário. Em 2021, durante a pandemia, o evento registrou menos participantes e menos trabalhos inscritos. A tendência de aumento só foi retomada pós-pandemia, em 2023.

Nessa edição de 2021, única não realizada na PUC Minas, em Belo Horizonte, dentre os eventos aqui analisados, a organização foi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e registrou a região Sul com maior número de autores de trabalhos. Até então, nos outros eventos, o Sudeste não apenas tinha mais participantes, mas também mais autorias de trabalhos. Já a participação de autores com vinculação a universidades estrangeiras oscilou ao longo das edições do evento analisadas (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Participação de autores vinculados a universidades estrangeiras nos encontros nacionais da ABRI (2015-2023)

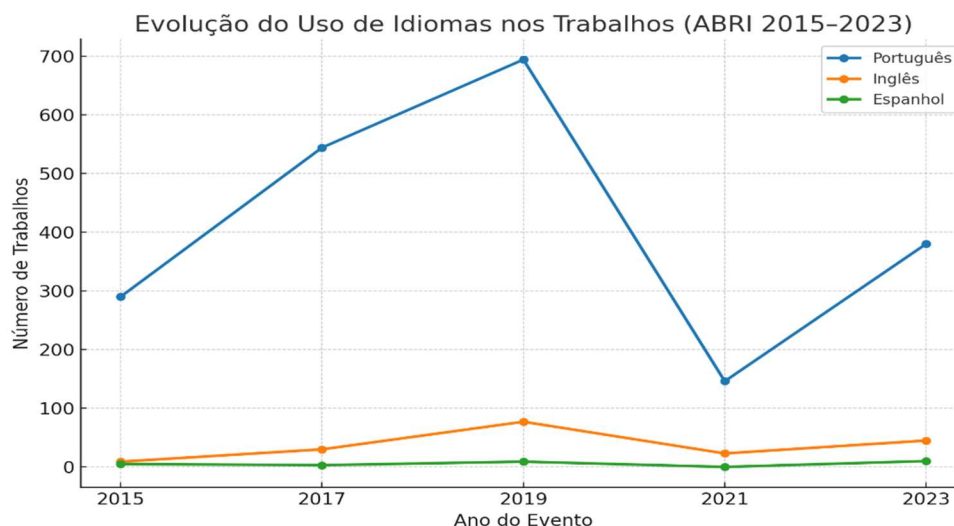


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Com relação ao idioma dos trabalhos, a predominância é do português, justificadamente, por ser um encontro nacional da comunidade de Relações Internacionais do Brasil. Apesar disso, trabalhos em outros idiomas são aceitos. Percebe-se que houve aumento expressivo do número de trabalhos em inglês até 2019 e queda em 2021 (que, inclusive, não registrou nenhum trabalho em espanhol). Em 2023, houve uma modesta recuperação do número de trabalhos em inglês e o espanhol voltou a aparecer (Gráfico 20).

De modo interessante, os autores que escrevem em idiomas estrangeiros são brasileiros do Sudeste. Ou seja, essa produção acadêmica “internacionalizada” é de pesquisadores nacionais e não de eventuais estrangeiros que poderiam estar participando do evento brasileiro. Esse dado faz sentido, uma vez que é a região mais rica do país, com as principais e mais tradicionais universidades, em que, provavelmente, o corpo docente e discente têm mais recursos e oportunidade de estudar idiomas estrangeiros.

Gráfico 20 - Uso dos idiomas nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023

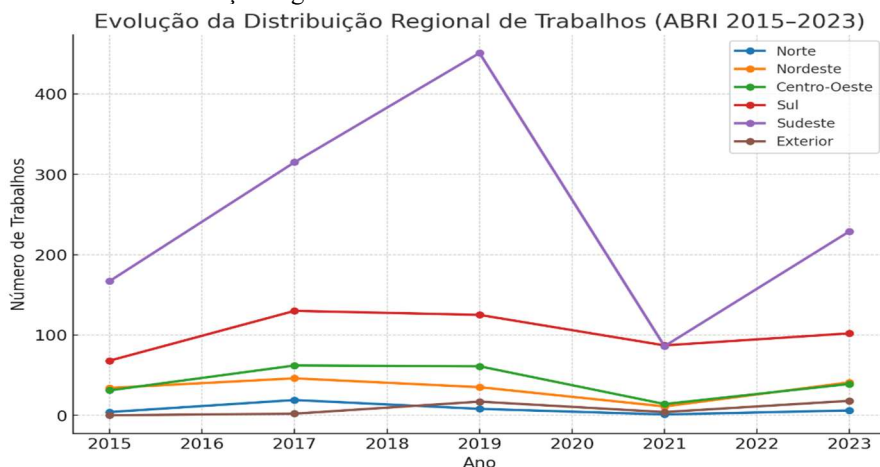


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Em termos de participação regional, é evidente a predominância de participantes vinculados à região Sudeste do Brasil. A hegemonia também acontece em autoria de trabalhos, participação de mesas redondas e lançamento de livros. Muitas vezes, a participação sudestina supera a soma das demais regiões. Esse é um reflexo da predominância do Sudeste também no aspecto econômico do país, além da concentração das universidades mais tradicionais e dos programas de RI mais antigos e consolidados.

Além disso, observou-se, na análise dos eventos, que a região Sul do Brasil está na segunda posição em número de trabalhos apresentados de maneira consistente. A participação das demais regiões do Brasil e de participantes do exterior, ao longo dos eventos analisados, foi flutuante (Gráfico 21).

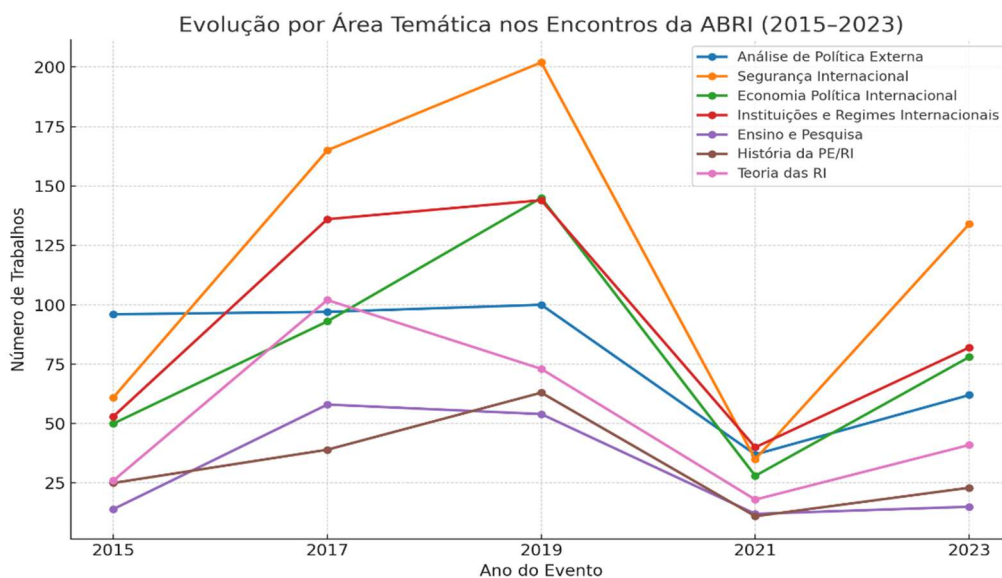
Gráfico 21 – Distribuição regional nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023



Fonte: elaborado pela autora, 2025

Acerca das áreas temáticas, o que se encontrou foram as áreas de Análise de Política Externa e Segurança Internacional, muitas vezes, revezando-se na liderança em números de trabalhos. Nesse sentido, Instituições e Regimes Internacionais também se destacaram. A área de Ensino, Pesquisa e Extensão registrou, consistentemente, menor número de trabalhos inscritos. Outro destaque é o surgimento da área de Feminismo, Gênero e Sexualidades, em 2023, com número relevante de trabalhos inscritos, superando áreas temáticas mais tradicionais do evento (Gráfico 25).

Gráfico 22 – Distribuição por área temática nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023



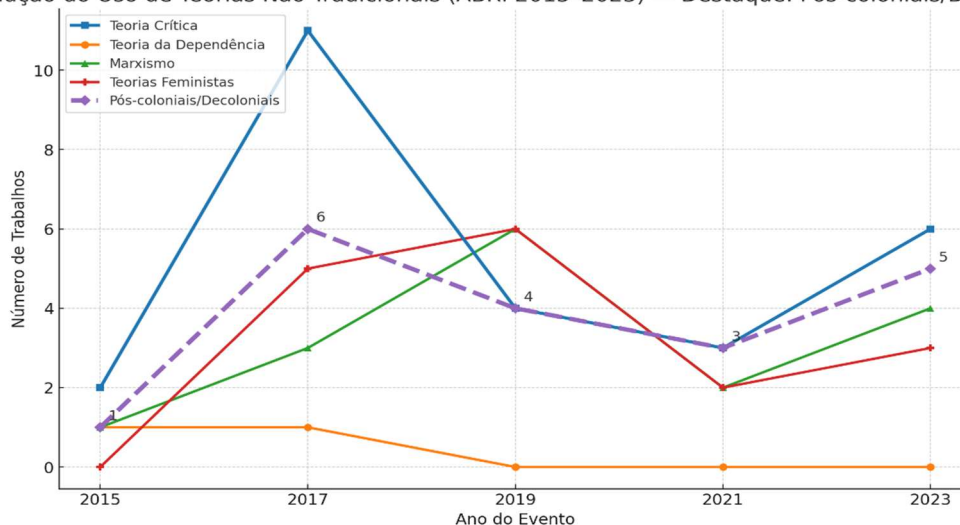
Fonte: elaborado pela autora, 2025

Acerca das teorias que aqui são chamadas de “não tradicionais”, observou-se que, nas primeiras edições do evento, o uso de Teoria Crítica e Teoria da Dependência era

mais consistente. Posteriormente, este uso diminuiu, chegando à raridade. O Marxismo apareceu como uma teoria em uso no campo das Relações Internacionais, mas também de maneira pontual. O que se verificou foi a consolidação da perspectiva Pós-colonial/Decolonial, assim como das perspectivas Feministas no campo das Relações Internacionais. Nesse sentido, a institucionalização de uma área de Feminismo, Gênero e Sexualidades é a demonstração concreta dessa tendência. Ainda assim, as teorias *mainstream* continuam dominando o campo (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Uso de teorias não tradicionais nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023

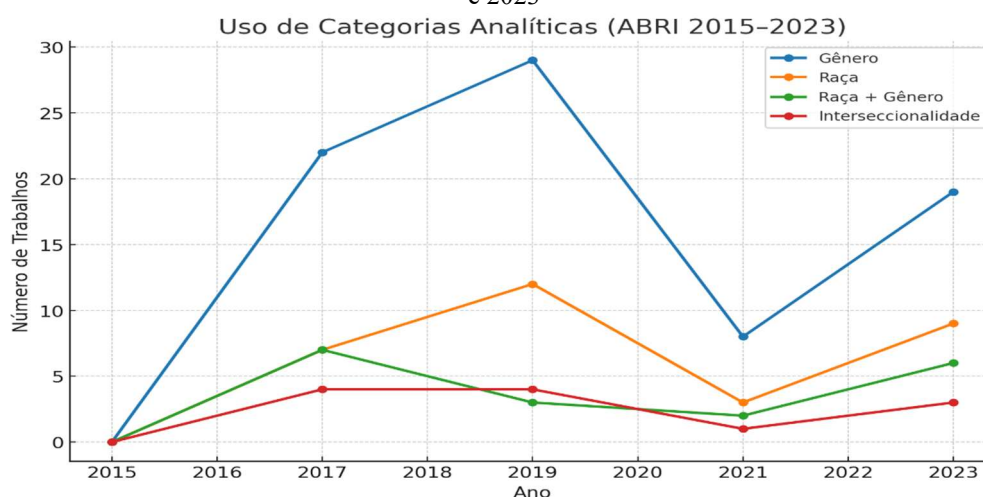
Evolução do Uso de Teorias Não Tradicionais (ABRI 2015–2023) — Destaque: Pós-coloniais/Decoloniais



Fonte: elaborado pela autora, 2025

Paralelamente, o avanço do uso das categorias de gênero e raça é notável. Em 2025, essas categorias sequer apareciam com uso analítico nos trabalhos. Em 2017, houve o aumento do uso, que se intensificou em 2019. Em 2023, aconteceu o recorde do uso dessas categorias, motivado, também, pela nova área temática de Feminismo, Gênero e Sexualidades. A noção de interseccionalidade também fez esse movimento de intensificação do seu uso ao longo do período analisado. A articulação de gênero e raça passou a ser reiterada (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Uso de raça, gênero, raça e gênero e interseccionalidade nos encontros da ABRI entre 2015 e 2023



Fonte: elaboração da autora, 2025

Sobre lançamentos de livros, verificou-se, em 2023, o recorde do número de livros lançados. O perfil dos autores é de homens da região Sudeste. Acerca das mesas redondas, observou-se ampla variação do número delas ao longo das edições dos encontros nacionais da ABRI (Tab. 26). Em termos de participação, o perfil também é de homens do Sudeste, em maioria. Destaque para a mesa “Gênero e Raça na Política Internacional”, ocorrida em 2017, apontando para o interesse crescente no tema.

Com a inovação de se solicitar a autodeclaração de raça dos participantes do encontro, foi possível uma análise desse dado, que até então não estava disponível. Constatou-se a ampla maioria de participantes que se autodeclararam brancos. Fato interessante foi que um número relevante de participantes optou por não declarar sua raça. Pardos e negros têm uma participação relevante, mas muito inferior, considerando a predominância branca.

Verificam-se, portanto, padrões de hierarquização do acesso a esse tipo de evento da comunidade acadêmica de Relações Internacionais no Brasil. Existe claramente uma concentração regional da região Sudeste, a predominância do português, com autores do Sudeste, eventualmente, escrevendo em outro idioma, principalmente, inglês. Tem-se também o engajamento crescente com teorias não tradicionais e com categorias de gênero e raça e a predominância branca na comunidade acadêmica de RI, dentro de um país de maioria populacional não-branca.

Tabela 26 – Destaques da análise dos participantes dos Encontros da ABRI (2015-2023)

<b>Destaques da análise</b>	<b>Descrição</b>
Feminilização visível	Crescente participação e autoria feminina, majoritária a partir de 2017, indicando mudança demográfica positiva.
Concentração regional	Produção e participação concentradas na região Sudeste, seguida pela Sul; acesso regionalmente desigual.
Idiomas	Predomínio do português, aumento de trabalhos em inglês (autores do Sudeste), produção em espanhol e de autores estrangeiros é menor.
Engajamento crescente com teorias e categorias críticas	Aumento no uso de Teorias Pós-coloniais, decoloniais, feministas, categorias de gênero, raça e interseccionalidade; área temática "Feminismo, Gênero e Sexualidades" em 2023.
Sub-representação racial	Maioria de participantes brancos em 2023, sub-representação de grupos raciais minoritários, composição reflete hierarquia racial da sociedade brasileira.

Fonte: elaborada pela autora, 2025.

Esses achados corroboram o argumento de Fernanda Beigel (2016) de que circuitos regionais e locais são construídos na periferia da circulação do conhecimento. Dentro do próprio circuito local, o ranqueamento de origem institucional e linguística aparecem, refletindo o tripé hierarquizante do circuito *mainstream* da disseminação da produção científica e acadêmica. Nesse sentido, o Sudeste brasileiro concentra, de maneira desproporcional, o acesso a esse espaço de circulação da produção científica e de construção do prestígio acadêmico que são os Encontros Nacionais da ABRI. Essas conclusões reforçam os argumentos apresentados nesta tese.

O surgimento de uma área temática como a de Feminismo, Gênero e Sexualidades, além do crescimento do uso de perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais representa um esforço da ABRI e da comunidade de Relações Internacionais do Brasil de ampliar a inclusão e descolonizar o campo. Entretanto, os dados, que evidenciam a concentração regional e a predominância branca, mostram que há um longo caminho a ser percorrido no sentido de reduzir desigualdades e diversificar a participação de maneira que reflita a sociedade brasileira.

Na próxima seção, para efeito comparativo, será feita a análise de perfil dos membros da *International Studies Association*.

## 6.2 Análise dos dados da ISA

A *International Studies Association (ISA)* é uma associação interdisciplinar sobre o estudo de temáticas internacionais que reúne, desde 1959, pesquisadores, especialistas e estudantes sobre assuntos internacionais, globais e transnacionais. Seu objetivo é servir de espaço para troca de ideias e contatos entre aqueles que estudam o internacional. Suas conferências internacionais e regionais também têm servido como espaço de representatividade para minorias e de oportunidade para profissionais em busca de crescimento na carreira, de acordo com o ponto de vista da própria organização (ISA, 2024).

Como propósitos, a *ISA* destaca o contato entre os profissionais da área oriundos de todo o mundo, a promoção de canais de comunicação entre pesquisadores e formuladores e tomadores de decisão política, a melhoria do ensino no campo dos estudos internacionais, a publicação de trabalhos da área e a manutenção de uma página *online* (ISA, 2024).

Disponíveis em seu *site*, a *ISA* apresenta alguns dados consolidados acerca do crescimento do número de membros ao longo das décadas, sobre o país de origem de seus membros, sobre gênero e raça destes e sobre a identidade intelectual em termos de disciplina específica que estudam (não em termos de perspectiva teórica que enquadra o seu trabalho)<sup>74</sup>.

Essas informações são relevantes e permitem a realização de análises e a formulação de determinadas conclusões. No entanto, seu escopo difere daquele que poderia ser alcançado a partir de uma análise dos perfis dos participantes das conferências anuais da *ISA*, uma vez que o perfil da membresia da associação pode não coincidir com o perfil dos participantes desses eventos.

Ainda assim, considera-se válida a análise dos dados disponibilizados pela associação. Registra-se, portanto, que a presente análise incide sobre os dados referentes à membresia da *ISA*, e não sobre os participantes de suas conferências anuais. Sobre este último aspecto, a própria *ISA* não possui dados consolidados ou documentos sistematizados. Adicionalmente, a associação não disponibiliza anais dos congressos com os trabalhos apresentados pelos participantes.

---

<sup>74</sup> Essas informações são disponíveis no site da organização, a partir do momento que o usuário efetua *login*.

No site dos eventos passados, são encontrados, em geral, dois documentos: o programa completo da conferência e a lista de eventos. Esses documentos demonstram o tamanho das conferências da *ISA*, em termos de número de painéis, *workshops*, mesas redondas e número de participantes. Cada documento “Full Program” tem pelo menos 200 páginas com todos os eventos da conferência: título das mesas/painéis/workshops, os coordenadores e participantes.

A coleta de dados nos programas das conferências, como foi realizada no caso dos encontros nacionais da ABRI, seria uma tarefa hercúlea e manual, uma vez que pelo tamanho dos arquivos e quantidade de informações, dificilmente as inteligências artificiais<sup>75</sup> disponíveis conseguiriam lidar adequadamente, sem erros crassos.

Diante dessa dificuldade, a decisão metodológica tomada foi trabalhar com os dados consolidados pela *ISA* em seu site, acerca do perfil dos membros da organização. Os dados disponíveis possibilitam organizar a análise de maneira semelhante com os dados coletados nos encontros nacionais da ABRI. Nesse enquadramento, foi analisado:

- Número de membros da *ISA* ao longo do tempo;
- Número de membros da *ISA* ao redor do mundo;
- Gênero dos membros da *ISA*;
- Raça/etnia dos membros da *ISA*;
- Área de maior graduação dos membros da *ISA*;
- Área temática de atuação/identidade intelectual dos membros da *ISA*.

Tem-se, portanto, uma dinâmica diferente em termos de dados coletados e disponibilizados, ainda assim, eles foram organizados de tal forma que a análise e comparação com os encontros da ABRI foi possível, guardados os devidos cuidados e critérios específicos, de acordo com as características de cada associação.

Os gráficos, mapas e dados apresentados e discutidos a seguir foram produzidos pela *ISA* e estão disponibilizados em seu site.

---

<sup>75</sup> O *ChatGPT*, mesmo em sua versão paga, demonstrou-se incapaz de lidar com a quantidade de dados contidos nos arquivos fornecidos nos programas completos dos encontros anuais da *ISA*. A aplicação do mesmo procedimento adotado para o caso da ABRI revelou-se inviável, uma vez que a ferramenta não conseguiu executar de forma consistente tarefas básicas de organização e contagem dos dados, possivelmente em função do volume de dados e da extensão dos arquivos. Por esses motivos, foi necessário buscar uma maneira alternativa e válida de organizar os dados, de modo a viabilizar a comparação com a ABRI.

### 6.2.1 Análise dos dados sobre o perfil dos membros da ISA

Sobre o número de membros da *ISA*, de acordo com os dados disponibilizados pela organização em seu site, é possível verificar o crescimento consistente desse número ao longo do tempo.

Nos anos 1960, a associação foi criada, com cerca de 200 membros, em 2020, passou por uma queda significativa, provavelmente, em função do cenário de pandemia do COVID-19, mas, até neste ano, 2025, está com 6.646 membros ativos (*ISA*, 2025). (Gráfico 25):

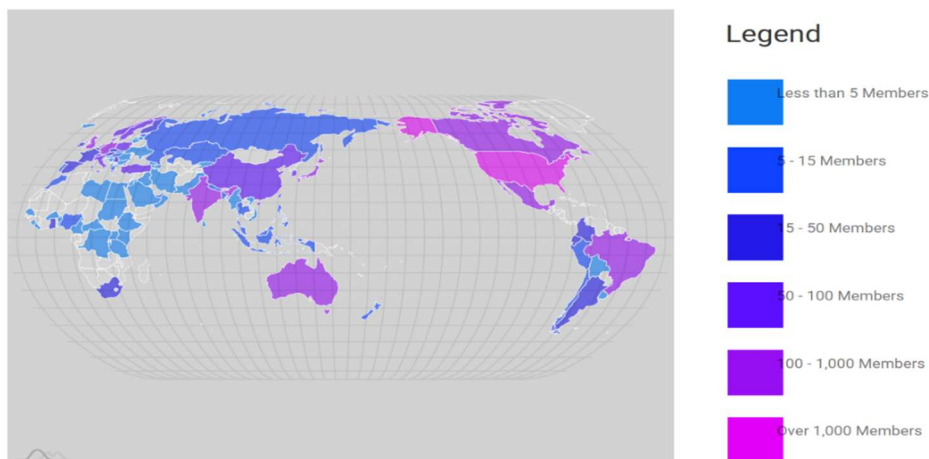
Gráfico 25– Crescimento do número de membros da ISA ao longo do tempo<sup>76</sup>



Fonte: *International Studies Association*, 2025.

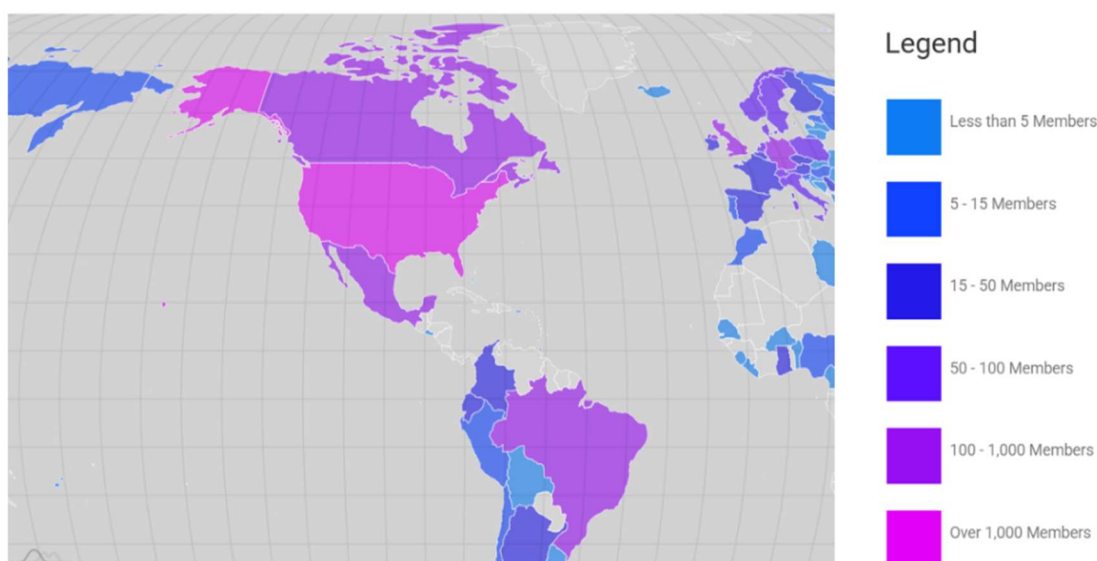
Outra ferramenta para consulta, disponibilizada no site da associação, permite visualizar mapas do mundo com a distribuição geográfica do número de membros: a ferramenta destaca a concentração de membros em determinadas regiões do mundo e a escassez em outras (Fig. 12). É interessante fazer uma comparação com a identidade intelectual dos membros da *ISA* que foi demarcada em termos de estudos regionais. Isto é, comparar o número de membros da *ISA* em cada região com os membros que são estudiosos/especialistas nas regiões.

<sup>76</sup> Lê-se na imagem em inglês: o título é “Aumento da membresia ao longo do tempo”, no eixo y, “contagem de membros”, e no eixo x, “ano”. Tradução nossa.

Figura 12– Visão geral da distribuição de membros da ISA no mundo<sup>77</sup>

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

É possível verificar a concentração de membros da ISA na América do Norte, por exemplo. Observa-se que os EUA têm mais de mil membros e o Canadá e o México têm entre 100 e mil membros (Fig. 13). Apenas 0,06% dos membros declarou sua identidade intelectual como especializada na América do Norte (ISA, 2025).

Figura 13 – Distribuição de membros da ISA na América do Norte<sup>78</sup>

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

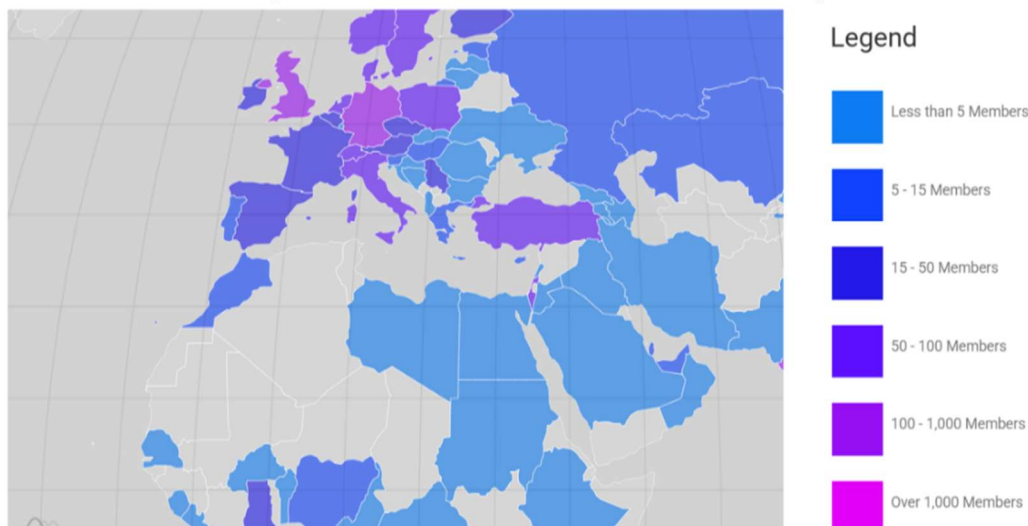
Com relação à Europa, verifica-se uma concentração na parte ocidental dessa região. Reino Unido e Alemanha, por exemplo, têm entre 100 e mil membros. Polônia,

<sup>77</sup> Lê-se na imagem em inglês: “Legenda”, “Menos de cinco membros”, “5-15 membros”, “15-50 membros”, “50-100 membros”, “100-1.000 membros”, “Mais de 1.000 membros”. Tradução nossa.

<sup>78</sup> Idem.

Turquia e Itália têm entre 50 e 100 membros. Espanha, França e Áustria, por sua vez, apresentam entre 15 e 50 membros. Foi 0,18% dos membros da ISA que declarou sua identidade intelectual como especializada na Europa oriental, 0,06%, na Europa ocidental (Fig. 14) (ISA, 2025).

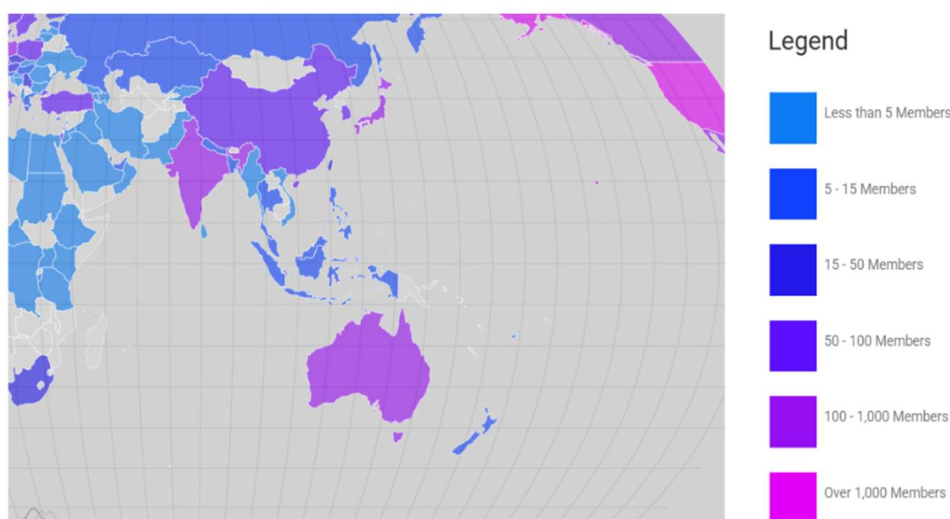
Figura 14 – Distribuição de membros da ISA na Europa<sup>79</sup>



Fonte: *International Studies Association*, 2025.

Na Oceania, a Austrália tem entre 100 e mil membros, enquanto a Nova Zelândia tem 5 e 15 membros apenas. 0,03% dos membros da ISA eram estudiosos da Oceania (Fig. 15) (ISA, 2025).

Figura 15– Distribuição de membros da ISA na Oceania

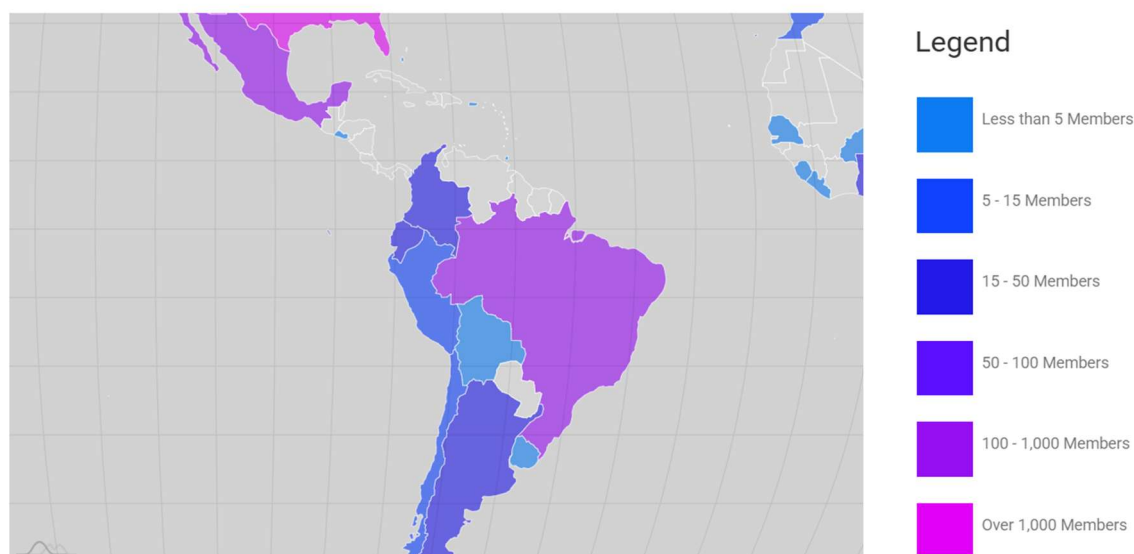


Fonte: *International Studies Association*, 2025.

<sup>79</sup> Idem.

Ao focar a América do Sul, destaca-se o fato de que a América Central e Caribe têm participação praticamente insignificante na associação. El Salvador tem menos de cinco membros, assim como Porto Rico. Outros países da região, aparentemente, não têm nenhum membro. Acerca da América do Sul, propriamente, o Brasil se destaca tendo entre 100 e mil membros. Países como Argentina e Colômbia têm entre 15 e 50 membros. Enquanto outros, como Bolívia e Uruguai, têm menos de cinco membros. O Paraguai não tem nenhum membro (Fig. 16). Em termos de identidade intelectual, 0,43% dos membros da ISA é especialista em América Latina (ISA, 2025).

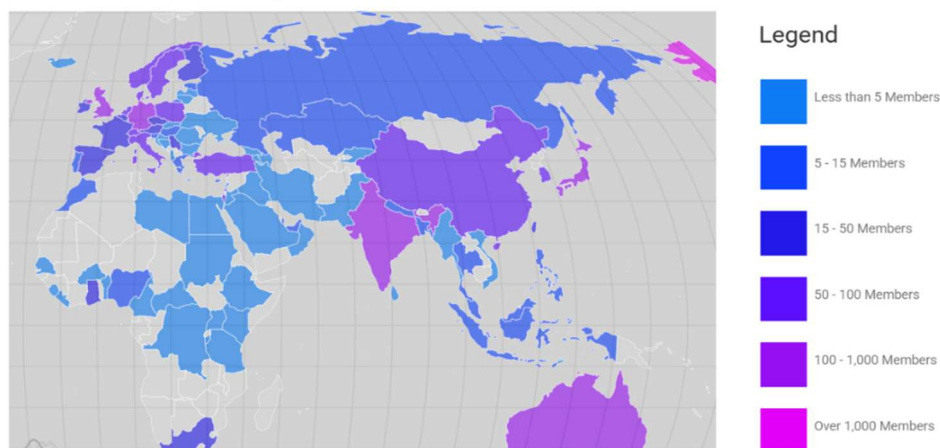
Figura 16 - Distribuição de membros da ISA na América do Sul<sup>80</sup>



Fonte: *International Studies Association*, 2025.

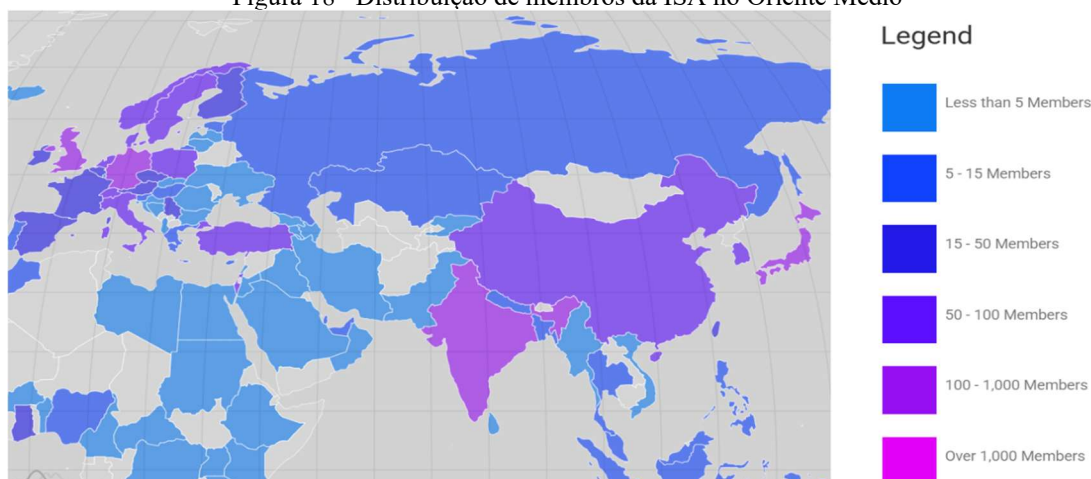
A Ásia, a Índia e o Japão aparecem em posição destacada entre 100 e mil membros. A China está em um patamar inferior, tendo entre 50 e 100 membros. A Rússia aparece tendo entre 5 e 15 membros, assim como a Tailândia e a Indonésia. Países como Paquistão e Mianmar têm menos de cinco membros (Fig. 17). Os membros da ISA especializados em Ásia se dividiam em 0,03% com foco na Ásia Central, 0,75% no Leste da Ásia, 0,3 no Sul da Ásia, 0,26% no Sudeste asiático e 0,34% em Rússia/Eurásia (ISA, 2025).

<sup>80</sup> Idem.

Figura 17 – Distribuição de membros da ISA na Ásia<sup>81</sup>

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

Observa-se que Oriente Médio têm poucos países e membros. Irã e Iraque têm menos de cinco. Assim como Arábia Saudita e Egito. Israel têm entre 50 e 100 membros, é o país da região que se destaca. Emirados Árabes Unidos e o Catar têm entre 5 e 15 membros (Fig. 18). 0,55% dos membros da *ISA* declararam especialista em Oriente Médio (*ISA*, 2025).

Figura 18– Distribuição de membros da ISA no Oriente Médio<sup>82</sup>

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

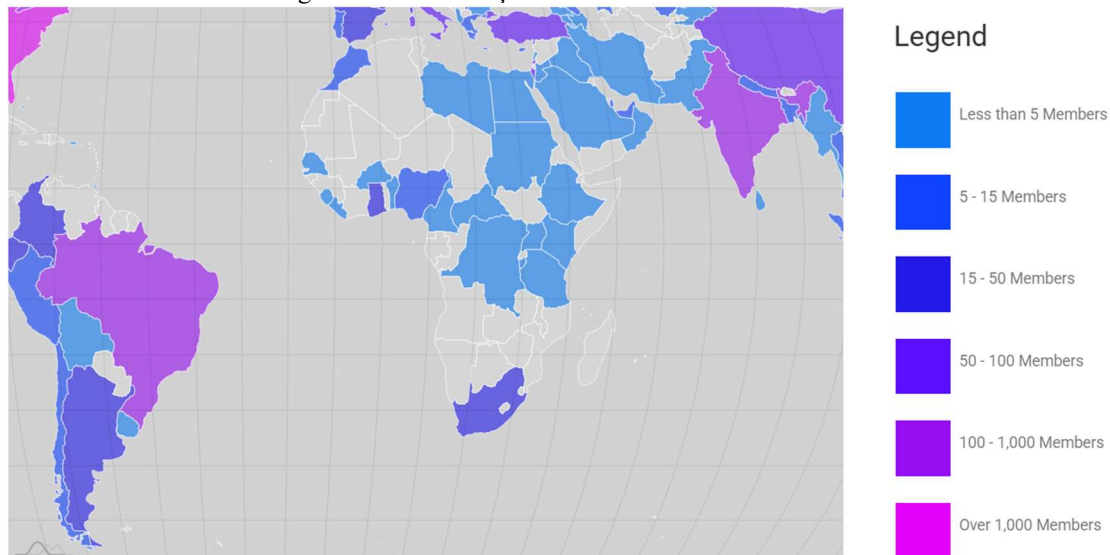
Destaca-se que, na África, há muitos países que não têm membros. África do Sul e Gana têm entre 15 e 50 membros. A Nigéria tem entre 5 e 15 membros. Outros países

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Idem.

como Etiópia, Sudão e Senegal têm menos de cinco membros. Em termos de identidade intelectual, 0,26% dos membros da *ISA* se declararam especialista em África Subsaariana (*ISA*, 2025) (Fig. 19).

Figura 19 - Distribuição de membros da ISA na África<sup>83</sup>

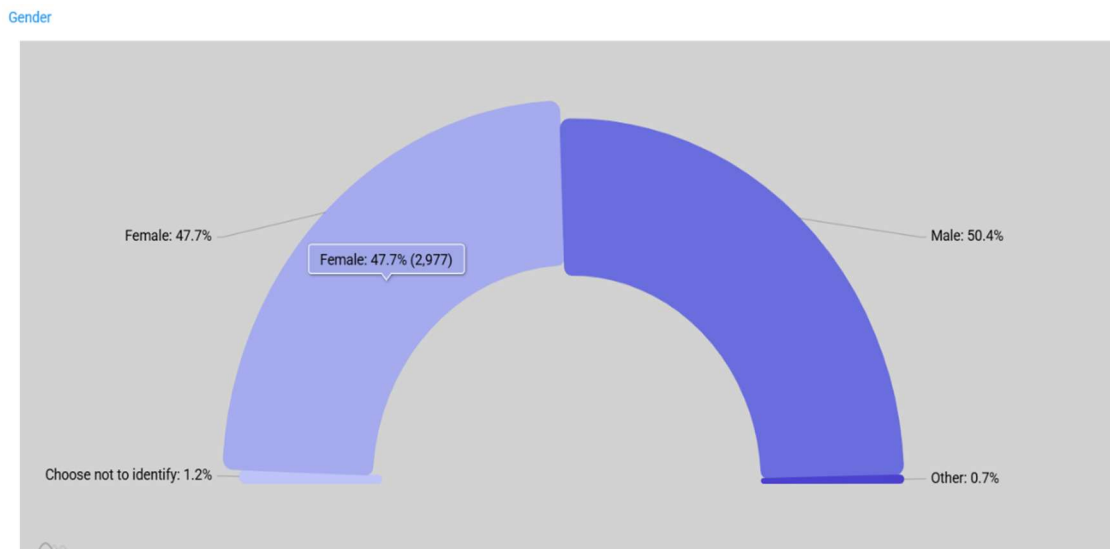


Fonte: *International Studies Association*, 2025.

Sobre regiões do mundo, é válido acrescentar que 0,13% dos membros da *ISA* se declararam intelectualmente como especialista em Sul Global (*ISA*, 2025).

Acerca do gênero dos membros da *ISA*, verifica-se que há uma restrição de identidades. Os homens são maioria: 50,4% e as mulheres são 47,7%. Outras identidades de gênero não especificadas são 0,7% e 1,2% e preferiram não se identificar (Gráfico 26).

<sup>83</sup> Idem.

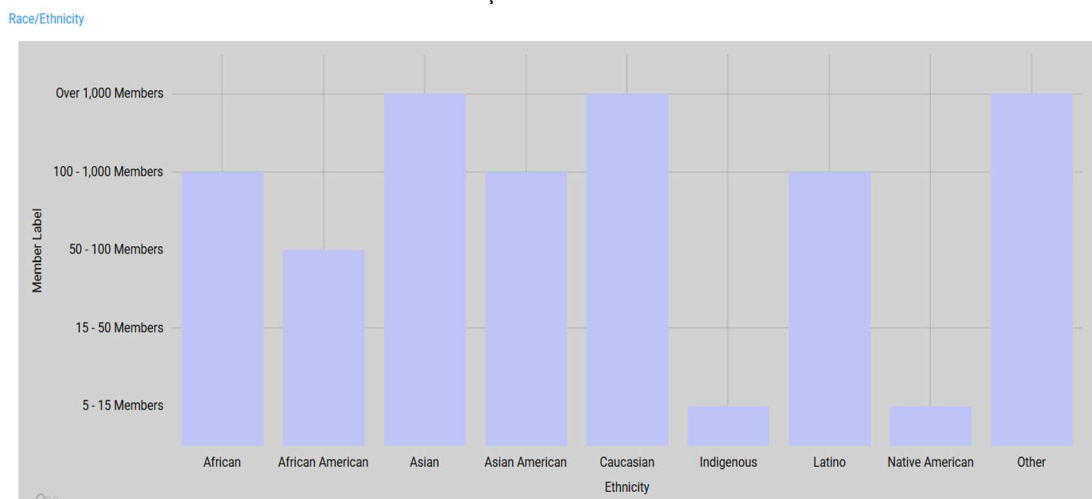
Gráfico 26– Gênero dos membros da ISA<sup>84</sup>

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

De acordo com os dados disponibilizados no site da *ISA*, mais de mil membros se identificaram como caucasianos, asiáticos e outros (não especificado). Depois, tem-se que entre 100 e mil membros se declararam africanos, asiático-americano e latinos. Entre 50 e 100 membros se declararam afro-americanos. Entre 5 e 15 membros se declararam indígena e nativos estadunidense. É relevante observar que algumas das identificações de raça/etnia são específicas para cidadãos dos EUA.

---

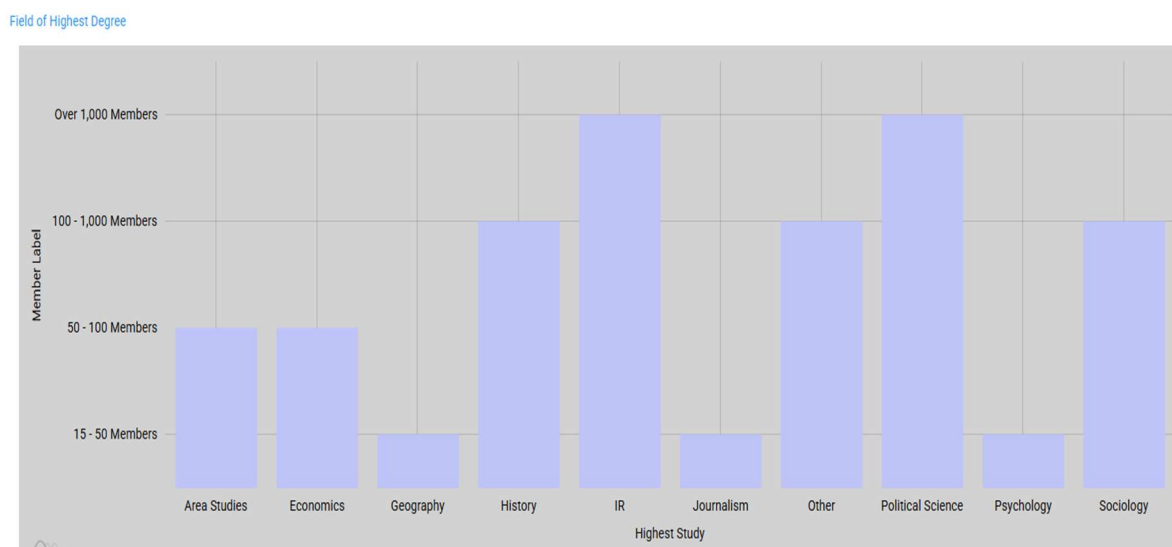
<sup>84</sup> Lê-se na imagem em inglês: no título da imagem “Gênero”, embaixo, à esquerda “Escolheram não se identificar: 1,2%”, em cima, à esquerda: “Feminino: 47,7% (2.977)”, a seguir, “Masculino: 50,4%” e embaixo, à direita: “Outros: 0,7%”. Tradução nossa.

Gráfico 27 – Raça/etnia dos membros da ISA<sup>85</sup>

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

A ISA é uma associação multidisciplinar que agrega profissionais de diferentes campos de estudo que têm como objeto o internacional. É interessante notar que Relações Internacionais e Ciência Política têm mais de mil membros como suas titulações mais altas. Seguidas de História, Sociologia e outros que têm entre 100 e mil membros com titulações mais alta. Estudos de área e Economia são as titulações mais altas de 50 a 100 membros. Geografia, Jornalismo e Psicologia são as titulações mais altas de 15 a 50 membros.

<sup>85</sup> Lê-sena imagem em inglês: no título, “Raça/Etnia”, no eixo y, “Identificação do membro”, de baixo para cima: “5-15 membros”, “15-50 membros”, “50-100 membros”, “100-1.000 membros”, “Mais de 1.000 membros”. No eixo x: “Etnia”, da esquerda para direita “Africano”, “Afro-americano”, “Asiático”, “Asiático-americano”, “Caucasiano”, “Indígena”, “Latino”, “Americano nativo” e “Outros”. Tradução nossa.

Gráfico 28 – Campo do conhecimento de título mais alto dos membros da ISA<sup>86</sup>

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

Não há uma definição oficial de áreas temáticas ou de estudo na *ISA*. Há a declaração do que é chamado de identidade intelectual. Para que seja possível analisar, de alguma forma, a relevância de áreas temáticas, fez-se aqui uma adaptação para permitir a comparação. Foram consideradas, como parâmetro, as áreas temáticas definidas pela ABRI e agrupadas as identidades intelectuais possíveis dentro delas como mostra a Tabela 27:

Tabela 27 – Áreas temáticas e subáreas temáticas dos membros da *ISA* (Continua)

Área temática	Subárea temática mencionada no site da <i>ISA</i>	Percentual
Análise de Política Externa	<i>Foreign Policy</i>	2,98%
Instituições e Regimes Internacionais	<i>Diplomacy</i>	1,19%
Instituições e Regimes Internacionais	<i>Human Rights</i>	1,22%
Instituições e Regimes Internacionais	<i>Justice</i>	0,16%

<sup>86</sup> Lê-se na imagem em inglês: no título, “Campo de maior titulação”, no eixo y, de baixo para cima: “15-50 membros”, “50-100 membros”, “100-1.000 membros”, “Mais de 1.000 membros”. No eixo x: “Mais estudos”, da esquerda para direita: “Estudos de área”, “Economia”, “Geografia”, “História”, “RI”, “Jornalismo”, “Ciência Política”, “Psicologia” e “Sociologia”. Tradução nossa.

(Conclusão)		
Área temática	Subárea temática mencionada no site da ISA	Percentual
História das RI/PE	<i>History</i>	
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Conflict</i>	3,99%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Critical Security</i>	1,85%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Critical Terrorism</i>	0,3%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Defense</i>	1,73%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Global Nuclear Order</i>	0,18%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Intelligence</i>	1,25%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Peace</i>	2,94%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	<i>Security</i>	3,35%
Economia Política Internacional		5,62%
Economia Política Internacional	<i>Economics</i>	0,42%
Ensino e Pesquisa	<i>Education</i>	0,3%
Ensino e Pesquisa	<i>Methods</i>	0,08%
Teoria das RI		3,45%
Feminismo, Gênero e Sexualidades	<i>Women/Gender studies</i>	1,67%

Fonte: *International Studies Association*, 2025.

Como a ISA é uma associação extremamente interdisciplinar e diversa, há variadas identidades intelectuais que não podem ser agregadas dentro dessas áreas temáticas, porque fazem parte de outros campos do conhecimento, por exemplo: Biologia, Medicina, Antropologia, Ciências Naturais, entre outras. Por esse motivo, elas foram

descartadas, e foram agregadas apenas aquelas que podem ser contidas dentro das áreas temáticas tradicionais do campo das Relações Internacionais definidas pela ABRI. Os membros também demarcaram quais eram suas identidades intelectuais secundárias e terciárias, mas aqui será analisada apenas a primária. A Tabela 28 apresenta a porcentagem dessas identidades.

Tabela 28 – Áreas temáticas agregadas dos membros da ISA

Área temática	Identidade intelectual total
Análise de Política Externa	2,98%
Instituições e Regimes Internacionais	3,87%
História das RI/PE	1,7%
Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa	15,59%
Economia Política Internacional	6,04%
Ensino e Pesquisa	0,38%
Teoria das RI	3,45%
Feminismo, Gênero e Sexualidades	1,67%

Fonte: elaborada pela autora (2025) com base em *International Studies Association*, 2025.

Há 67 identidades intelectuais possíveis no site da ABRI, o que revela a pulverização das especialidades e dos estudos de seus membros. De toda forma, verifica-se a concentração de membros dentro da área temática de Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa, por boa margem. A área de Economia Política Internacional vem em seguida; Instituições e Regimes Internacionais aparecem em terceiro, em quarto, a Teoria das RI, em quinto lugar desponta Análise de Política Externa. História das RI/PE ficou em sexto lugar e, em sétimo, Feminismo, Gênero e Sexualidades. Ensino e Pesquisa ficaram na última posição.

Quase nenhuma identidade intelectual, que pode ser agregada como teoria não tradicional, foi mencionada. 0,53% dos membros se declararam como pós-colonial e 0,03% como “nonwestern”, o que deve ter relação com essa perspectiva. Teoria Crítica, Teoria da Dependência e Marxismo não aparecem nessa lista. Assim como não há nenhuma menção direta à interseccionalidade. 0,39% dos membros da ISA declararam sua identidade intelectual como “etnia/raça”.

Alguns fatores significativos para a discussão, ainda que aqui não estejam sendo analisados nas conferências das *ISA*, propriamente ditas, devem ser apontados: em primeiro lugar, o inglês é o idioma de todos os eventos; em segundo lugar, se forem tomadas as conferências das *ISA*, desde 2014, para manter dentro de uma janela temporal semelhante à da análise da ABRI e as demais aqui realizadas, tem-se que foram todas realizadas na América do Norte, em países de língua inglesa, precisamente EUA e Canadá (ISA, 2025).

Em 2014, a conferência foi realizada em Toronto; em 2015, em Nova Orleans; em 2016, em Atlanta; em 2017, Baltimore; em 2018, São Francisco; em 2019, Toronto, novamente, em 2020, seria realizada em Honolulu, mas foi cancelada em função da pandemia de COVID-19; em 2021, aconteceu virtualmente, também por causa da pandemia; em 2022, Nashville; em 2023, Montreal e, em 2024, São Francisco. Vale ressaltar, inclusive, que, de acordo com os registros do *site* da ISA, que apresentam registros das conferências desde de 1997, nenhuma delas, fora dois eventos conjuntos realizados em 2013, na Europa, aconteceram fora da América do Norte e de países que falam inglês (2025).

### ***6.2.2 Considerações gerais sobre a análise dos dados sobre o perfil dos membros da ISA***

A *International Studies Association* apresentou crescimento consistente desde sua criação nos anos 1960, saindo de cerca de 200 membros para mais de 6 mil em 2025, mesmo com eventuais quedas em seus números, em geral, logo recuperadas.

A concentração geográfica dos membros da ISA destaca-se e é relevante para reflexão acerca do estado do campo das Relações Internacionais, sobre reconhecimento acadêmico e difusão do conhecimento. A Europa ocidental, principalmente, Reino Unido e Alemanha, é outro polo geográfico.

Na Oceania, especificamente, a Austrália se destaca com número de membros associados. Ressalta-se o baixíssimo número de membros da *ISA* na América Latina e Caribe. Na América do Sul, o destaque é o Brasil, por larga margem. A Ásia, Índia e o Japão têm número de membros significativo. No Oriente Médio, Israel predomina com número de membros mais alto do que de países maiores da região. A África se destaca pela escassez de membros. África do Sul e Gana apresentam alguma relevância.

Em termos de perfil sociodemográfico, a maioria dos membros é masculina por pequena margem, evidenciando quase que um equilíbrio entre os gêneros. Outras identidades de gênero não chegam a 2%. Seria interessante saber se houve uma autodeclaração de gênero livre para os membros ou se as opções foram apresentadas.

Considerando a raça/etnia dos membros da *ISA*, a maioria se declara caucasiana. Além disso, chama a atenção o fato de que muitas das raças/etnias mencionadas dizem respeito à população estadunidense, especificamente. Algumas denominações, inclusive, confundem-se com a origem geográfica dos membros. Novamente, seria importante saber se os membros são livres para declarar sua raça em seus próprios termos ou se lhes foram apresentadas as categorias.

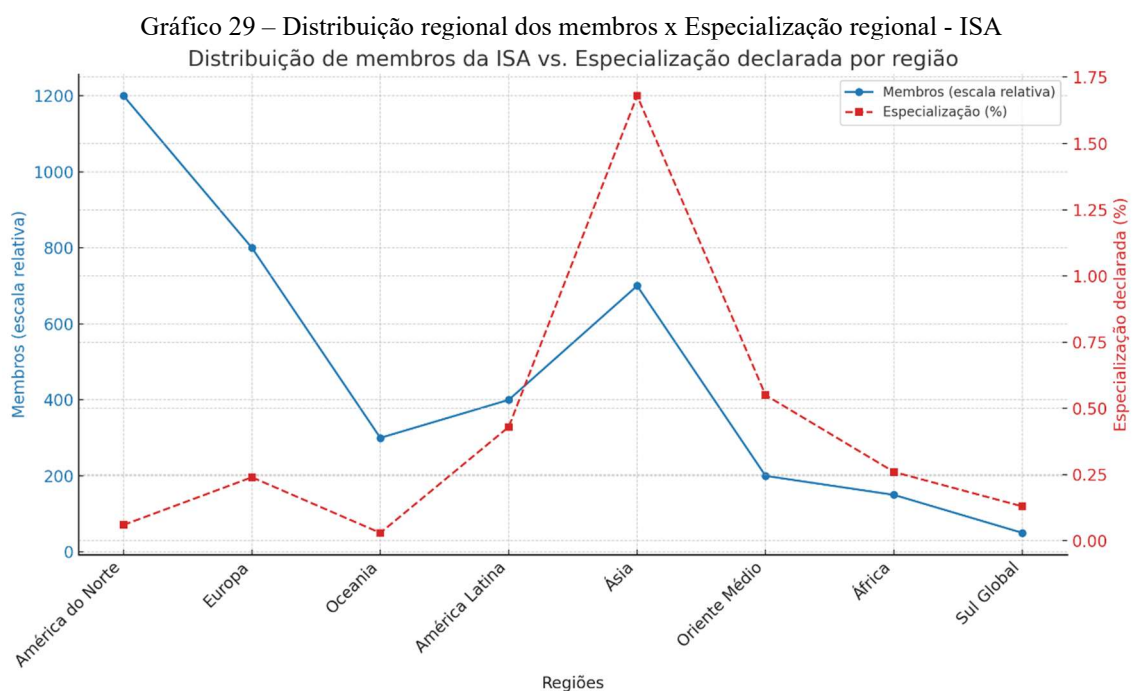
Apesar da pluralidade de disciplinas e da diversidade de campos do conhecimento abarcadas pela *ISA*, a maioria de seus membros tem atuação/especialização nos campos de Relações Internacionais e Ciência Política.

A *ISA* não define, *a priori*, as áreas temáticas de atuação de seus membros, provavelmente, em função da diversidade. Nesse sentido, para possibilitar comparação e análise, foram tomadas as áreas temáticas definidas pelos encontros nacionais da ABRI. A partir da agregação de “identidades intelectuais” dentro dessas áreas temáticas, verificou-se que, na *ISA*, estudos que podem ser considerados dentro de Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa predominam, com boa margem. Economia Política Internacional aparece em segundo. Feminismo, Gênero e Sexualidades teria menos de 2% de membros. Apesar disso, a área com menos membros é Ensino e Pesquisa.

Sobressai o fato de que pouquíssimas “identidades intelectuais” abarcam teorias não tradicionais das Relações Internacionais. Ainda assim, mais de 0,5% declarou-se como “pós-coloniais”. Nesse sentido, outro destaque é o fato de 0,39% dos membros demarcou sua identidade intelectual relacionada a estudos de raça/etnia.

Vale salientar que, apesar de a concentração de membros estar nas regiões da América do Norte e na Europa, poucos são os especialistas em estudos dessas regiões. Observa-se, por exemplo, que o Oriente Médio tem poucos membros, mas apresenta um número considerável de especialistas (0,55%). Regiões periféricas como a América Latina, África ou Sul Global têm, proporcionalmente, poucos membros, mas aparecem como áreas de especialização.

Isso evidencia que essas regiões são objeto de estudo de membros que residem em outras partes do mundo, mas não são agentes das pesquisas (Gráfico 29). Esse dado corrobora o argumento de Boaventura de Sousa Santos (2009) de que existe uma divisão internacional do trabalho científico e da produção do conhecimento, no qual “o Norte fornece teorias e o Sul, experiências”. Ou seja, esta parte do mundo, o Sul Global, oferece material para análise e estudo, mas não pesquisadores capazes de fazê-lo. Esse achado demonstra, ainda, quem são os sujeitos que recebem legitimidade e credibilidade para produzir conhecimento e de onde eles se originam.



Fonte: elaborado pela autora, 2025

Vale ressaltar, ainda, que os países em que as conferências da *ISA* foram realizadas, no escopo temporal de 2014 até 2024, ou ainda em um corte temporal mais amplo, desde 1997, data limite dos registros do site dessa associação, que todos foram realizados na América do Norte, especificamente, nos EUA e no Canadá, países de língua inglesa. Registra-se, ademais, que o inglês é a língua franca das conferências e dos eventos dessa organização.

Todos os achados, aqui mencionados, estão resumidos na Tabela 29:

Tabela 29 – Principais conclusões sobre o perfil dos membros da *ISA*

<b>Dimensão</b>	<b>Principais conclusões</b>
Distribuição geográfica	Concentração na América do Norte e Europa Ocidental. As outras regiões estão muito abaixo. Alguns países se destacam em algumas regiões como Austrália, na Oceania, Índia e Japão, na Ásia, ou o Brasil na América do Sul.
Gênero	Maioria masculina.
Raça/etnia	Predominância de caucasianos. Classificações vinculadas à população dos EUA.
Campo do conhecimento	Predomínio de Relações Internacionais e Ciência Política.
Áreas temáticas (adaptadas à ABRI)	Maior peso em Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Defesa (15,59%).
Teorias não tradicionais	Presença marginal e quase insignificante. Há declaração de vinculação ao Pós-colonialismo, estudos de gênero e raça. Não há registros de Teoria Crítica, Teoria da Dependência, Marxismo ou Interseccionalidade.
Idioma	Inglês
Local dos eventos	América do Norte: EUA e Canadá

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

### **6.3 Comparação entre as conclusões sobre os perfis dos participantes dos Encontros Nacionais da ABRI e sobre os membros da *ISA***

Depois de analisados os dados recolhidos acerca dos participantes dos encontros nacionais da ABRI e dos membros da *ISA* e da apresentação daquilo que se pode concluir deles, é necessário apresentar diretamente uma comparação entre os achados, ressalvados alguns limites apontados ao longo das explicações.

Nesse prisma, ressalta-se que, de um lado, foram acessados os registros dos sites da ABRI, os anais dos encontros bianuais e Relatórios Finais fornecidos pela diretoria. De outro, por parte da *ISA*, os dados disponíveis são sobre o perfil de seus membros em gráficos interativos em seu *site*, porém sem anais ou registros mais detalhados da participação em painéis, *workshops* ou mesas redondas, sem contar os extensos “Full Programs”, com mais de duzentas páginas, cada um. Ainda assim, com alguns cuidados

metodológicos relatados, podem-se organizar tais dados e estabelecer uma comparação do perfil dos participantes/membros.

Em primeiro lugar, é interessante notar a feminilização dos encontros nacionais da ABRI a partir de 2017, momento em que as mulheres passam a ser maioria, inclusive, com a margem aumentando em relação aos homens. Enquanto isso, a *ISA* continua com maioria dos membros masculina, ainda que por pequena margem, sugerindo a tendência de um equilíbrio entre os gêneros. A *ISA* apresenta dados sobre como a declaração de gênero de seus membros, ainda que com limitadas opções. A ABRI passou a recolher essa informação a partir do encontro de 2023, com variadas possibilidades de autodeclaração para o participante. Essas tendências de coleta de dados enriquecem a possibilidade de análises futuras sobre o perfil de quem atua nessas associações.

Outra evidência importante é a concentração geográfica, tanto dos participantes dos encontros da ABRI, quanto dos membros da *ISA*. Enquanto nos encontros nacionais da ABRI, a maioria dos participantes é do Sudeste do Brasil, região mais abastada e que concentra as principais e mais tradicionais universidades do país. Nas conferências da *ISA*, a predominância é de membros oriundos da América do Norte e da Europa Ocidental, exatamente as regiões mais ricas do mundo, sede das principais e mais renomadas universidades.

Interessantemente, em algumas regiões do mundo, enquanto há poucos ou pouquíssimos membros na *ISA*, essas mesmas regiões aparecem como tema de numerosos especialistas dessa associação. É o caso, do Oriente Médio, por exemplo. Isto é, certas regiões do mundo, principalmente, no Sul Global, ainda que tenham poucos pesquisadores vinculados à principal associação de especialistas em assuntos internacionais do mundo, são objeto de estudo de muitos deles, que são oriundos, predominantemente, do Norte Global. Essa evidência corrobora o argumento de que a circulação da produção científica e o reconhecimento acadêmico reproduzem hierarquias coloniais que restringem os papéis de produtores do conhecimento a determinados indivíduos/regiões e de objeto de estudo a outros. Nesse sentido, a colonialidade do saber é exposta: certos indivíduos que têm determinada origem, vinculação institucional, escrevem em determinado idioma, em determinada área temática e perspectiva teórica frequentam os principais e mais prestigiados espaços do saber, enquanto outros não.

Sobre os idiomas utilizados nesses eventos, tem-se que, na ABRI, uma associação brasileira que realiza encontros nacionais, o português é predominante. Ainda assim, houve um aumento do uso de idiomas estrangeiros, principalmente, o inglês, até 2019,

produzidos por autores nacionais oriundos do Sudeste do Brasil. Esse fato indica que a produção “internacionalizada” é concentrada regionalmente. Nas conferências da *ISA*, o inglês é a língua predominante, o que é reforçado pelos locais de realização dos eventos e pela origem da maioria de seus membros. Esses fatores também atuam para reforçar a ideia de “tripé hierarquizante” do SAM.

Outro critério de análise foram as principais áreas temáticas estudadas tanto pelos participantes dos encontros nacionais da ABRI, quanto pelas conferências da *ISA*. Como a ABRI define, tradicionalmente, áreas temáticas específicas para inscrição dos trabalhos dos participantes, enquanto a *ISA* não o faz, essas áreas temáticas tradicionais da ABRI foram utilizadas como parâmetro para organizar aquilo que a *ISA* chama de “identidades intelectuais”.

É importante ressaltar que a *ISA* é uma associação plural e interdisciplinar que não exclui campos do conhecimento, contanto que trabalhem com o internacional. Nesse sentido, abrange profissionais de variadas especialidades. Em seu site, a *ISA* apresenta 67 “identidades intelectuais” às quais seus membros se declararam pertencentes. Elas foram analisadas e agregadas dentro das áreas temáticas tradicionais da ABRI, típicas do campo das Relações Internacionais. Algumas delas foram descartadas por estarem claramente fora desse escopo.

Tendo essas ressalvas em mente, observou-se que, nos encontros nacionais da ABRI, há o destaque para Análise de Política Externa, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa e Instituições e Regimes Internacionais. Por seu turno, a área de Ensino, Pesquisa em RI, frequentemente registrou menos trabalhos. A consolidação da área temática de Feminismo, Gênero e Sexualidades, em 2023, é importante para demonstrar a ascensão do interesse pelos estudos desse assunto no campo das Relações Internacionais no Brasil.

A partir da agregação das “identidades intelectuais” dos membros da *ISA*, a área temática de Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa predominou com larga margem (15,59%), seguida por Economia Política Internacional. De maneira interessante, a área de Ensino e Pesquisa também fica na última colocação nessa associação.

Acerca do que, nesta tese, são chamadas de “teorias não tradicionais”, foi possível observar um engajamento crescente dos participantes dos encontros nacionais da ABRI em temáticas relacionadas a perspectivas Pós-coloniais/Decoloniais, assim como em estudos que abordam gênero, raça e interseccionalidade. Exemplo disso foi, justamente,

a criação da área temática de "Feminismo, Gênero e Sexualidades", aqui mencionada. Além disso, teorias como Marxismo<sup>87</sup> e Teoria Crítica, ainda que pontualmente, continuam aparecendo em determinados trabalhos inscritos nos encontros.

Enquanto isso, nas conferências da *ISA*, o uso de “teorias não tradicionais” é marginal, como a declaração de “identidade intelectual” dos seus membros evidencia. Embora existam menções específicas de vinculação intelectual ao Pós-colonialismo, estudos de gênero e Feminismo, etnia/raça e outras que se enquadram dentro de perspectivas não tradicionais do campo das Relações Internacionais, a porcentagem agregada é baixa em comparação com as *mainstream*. Não há registros explícitos Teoria Crítica, Teoria da Dependência, Marxismo ou Interseccionalidade.

Até 2023, a ABRI não apresentava dados acerca do perfil étnico-racial dos participantes de seus encontros nacionais. A partir dessa edição, o Relatório Final do evento apresentou a autodeclaração dos participantes, o que evidenciou a maioria de participantes brancos, por larga margem, embora o Brasil seja um país em que a maioria da população se declara racialmente não-branca (IBGE, 2023). Além disso, evidenciou também a sub-representação de negros e pardos nos eventos.

Acerca da membresia da *ISA*, por sua vez, os dados disponíveis demonstram a predominância caucasiana, além de categorias étnico-raciais muito vinculadas ao contexto da população estadunidense. Isso chama atenção porque essa é uma associação internacional, que deveria estar voltada para um enfoque global. Esses fatos indicam a desigualdade de participação de outras etnias e raças nos espaços de circulação da produção científica e de reconhecimento acadêmico, no campo de Relações Internacionais, no Brasil e no exterior.

Os dados coletados e a análise feita indicam que a ABRI apresenta iniciativas de inclusão e diversidade ao instituir não apenas a autodeclaração racial, mas também a autodeclaração de gênero dos participantes em seus encontros. Adicionalmente, a instituição de uma área temática específica para debater gênero, feminismo e sexualidade também indica a intenção de ampliar as perspectivas dos debates. A presença constante

---

<sup>87</sup> O Marxismo é uma teoria tradicional nas Ciências Humanas, entretanto, no campo das Relações Internacionais, normalmente, tem influência e uso marginal, no *mainstream*. Pode-se identificar que, desde o chamado “Debate Inter paradigmático” ou “Debate Triangular”, nos anos 1960 e 1970, que opôs Liberais/Pluralistas, Marxistas e Realistas, o Marxismo perdeu espaço acadêmico no campo, enquanto os outros dois, tornaram-se hegemônicos. O Marxismo continuou influenciando as teorias e autores de Relações Internacionais a partir das Teorias Críticas, da Economia Política Internacional ou das análises Neomarxistas.

da categoria raça em trabalhos inscritos nos encontros nacionais também corrobora essas evidências. Apesar disso, os achados delineiam um cenário de concentração regional e racial dos participantes dos encontros nacionais da ABRI, ainda que, desde 2017 as mulheres sejam maioria.

A análise da membresia da *ISA* indica que a concentração não é apenas geográfica no Norte Global, mas também é de gênero, de idioma, de raça e de perspectivas teóricas e temáticas mais tradicionais. Enquanto na ABRI, pode-se dizer que existem indícios de tentativas de “descolonizar” as Relações Internacionais, na *ISA*, existem menos evidências de diversidade de membros ou de pluralidade temática e teórica. De todo modo, ambas as análises apontam para a prevalência de espaços hierarquizados em termos gênero (a ABRI, menos), de raça, origem, idioma e temática/perspectiva teórica (Tabela 30).

Tabela 30 – Comparação entre conclusões sobre a análise de dados ABRI e ISA

<b>Tópico</b>	<b>ABRI</b>	<b>ISA</b>	<b>Conclusão</b>
Circuitos de circulação local/regional x circuito de circulação global	Sudeste concentra recursos, circulação e visibilidade	Norte Global concentra membresia e poder organizacional	Corrobora hierarquias espaciais do SAM e colonialidade do saber
Hegemonia temática	Segurança Internacional	Segurança Internacional	Reforça <i>mainstream</i> como eixo de prestígio
Crítica/transformação	Ampliação de perspectivas críticas (feminismos, decolonial)	Baixa adesão a temáticas e teorias não tradicionais	Abertura e mudança institucional no Brasil
Gênero	Maioria feminina desde 2017; viés masculino/Sudeste em coordenação de mesas e lançamento de livros	Maioria masculina tênue	ABRI oferece janela de inclusão; viés persiste em coordenação de mesas redondas e autoria de livros
Hierarquia racial	2023: maioria branca; ausência dados anteriores	Categorias raciais centradas no contexto estadunidense	Métricas/classificações como evidências da colonialidade do poder, do ser e do saber
Língua/capital linguístico	Trabalhos em inglês crescem e se concentram no Sudeste	Hegemonia do inglês é pressuposto do campo	Hierarquia linguística como mecanismo de filtragem e prestígio

Fonte: elaborado pela autora, 2025

Essa análise comparativa entre os perfis dos participantes dos encontros nacionais da ABRI e dos membros da *ISA* dão indícios que ajudam a entender a diferença de

reconhecimento acadêmico e de circulação da obra de Lélia Gonzalez, em relação à Kimberlé Creenshaw, mesmo que seus trabalhos utilizassem lógica e temas semelhantes.

Lélia era mulher negra, da América do Sul, vinculada a instituições dessa região, que escrevia em português, mesmo que seus trabalhos fossem traduzidos para outros idiomas e abordava temas relacionados a gênero, raça, classe e usava perspectivas pós-coloniais/decoloniais. Mesmo que, recentemente, haja uma guinada feminina em termos de maioria das mulheres na academia, o mesmo não pode ser dito acerca da desigualdade racial. Adicionalmente, ainda que haja uma tendência brasileira, no século XXI, no campo das Relações Internacionais, de abertura para teorias e temas “descolonizantes”, eles ainda são relativamente pouco usados. Comparando com o cenário internacional, em que a concentração regional, idiomática, racial, de gênero de temas e de teorias, é possível compreender como o acesso à circulação ampla do trabalho de Lélia Gonzalez era improvável e difícil. Guardando a ressalva temporal, provavelmente, nos anos 1970 e 1980, o acesso provavelmente era ainda pior.

Dessa forma, corroborando a explicação de Fernanda Beigel (2016), faz sentido que a circulação do trabalho de Lélia tenha acontecido de maneira mais receptiva nos círculos regionais/locais, além de determinados nichos que tinham interesse compartilhado por suas temáticas e perspectivas.

#### **6.4 Análise dos periódicos nacionais e estrangeiros (2017-2020)**

Após a apresentação dos dados e a análise acerca dos participantes dos encontros Nacionais da ABRI e sobre os membros da *ISA*, como antecipado, as próximas seções irão apresentar os periódicos nacionais e os estrangeiros, os critérios a partir dos quais eles foram escolhidos, os dados coletados e a análise deles; para finalizar, com as conclusões a respeito deles.

##### **6.4.1 Periódicos nacionais (2017-2020)**

O critério para definição de quais periódicos nacionais seriam analisados nesta pesquisa foi, primeiramente, a classificação Qualis/CAPES<sup>88</sup> A1, ou seja, o nível mais alto disponível nacionalmente.

---

<sup>88</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mudou a maneira de avaliar a classificação da produção intelectual, abandonando em março de 2025 o critério Qualis CAPES. A ideia

Qualis são procedimentos utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) para avaliar a qualidade da produção científica e dos programas de pós-graduação no Brasil. Esse sistema de avaliação estratifica a qualidade da produção de forma indireta, a partir de um sistema que utiliza informações fornecidas por um aplicativo de coleta de dados. Os artigos e outros tipos de produção intelectual e acadêmica são avaliados indiretamente, a partir dos periódicos científicos que publicam esses trabalhos. O estrato A1 é aquele que tem fator de impacto<sup>89</sup> mais alto da classificação (CAPES, 2023).

Dessa forma, foram selecionados os periódicos brasileiros classificados como Qualis A1, no período entre 2017 e 2020, o mais recente disponível. Delimitou-se ainda, a área de avaliação em Ciência Política e Relações Internacionais e a área mãe em Ciência Política e Relações Internacionais. Seguindo esses critérios, os periódicos selecionados foram: Contexto Internacional (ISSN 0102-8529), Opinião Pública (ISSN 1807-0191), Revista Brasileira de Ciência Política (ISSN 2178-4884) e Revista Brasileira de Política Internacional (ISSN 1983-3121) (CAPES, 2024).

O intuito, portanto, utilizando esses critérios, é analisar aqueles periódicos de maior importância e de maior reconhecimento na comunidade científica brasileira no campo de Relações Internacionais, que, conseqüentemente, segundo a lógica da própria avaliação do CAPES, deve apresentar as melhores produções científicas. A partir desse corpus, serão coletados os seguintes dados<sup>90</sup>:

- Número total de artigos publicados por ano;
- Número de artigos publicados por gênero<sup>91</sup> por ano;

---

é avaliar os artigos por meio dos indexadores bibliométricos e não o periódico em que se publica (CAPES, 2023).

<sup>89</sup> O Fator de Impacto do Periódico, ou JIF (sigla em inglês), denota a média de citações de um trabalho de um determinado periódico dentro de um período.

<sup>90</sup> Infelizmente, não é possível analisar a variável raça no que se refere aos autores que publicam nos principais periódicos da área de Relações Internacionais no Brasil. Os periódicos não disponibilizam informações de autodeclaração racial, tampouco realizam qualquer atribuição dessa categoria artigo por artigo. Dessa forma, torna-se inviável a análise sistemática de dados sobre a raça dos autores publicados no campo. Ainda assim, com base nos dados coletados sobre as associações científicas da área, é possível construir hipóteses interpretativas e inferências acerca dos padrões raciais que podem estar associados à produção acadêmica em Relações Internacionais no Brasil.

<sup>91</sup> Como não há autodeclaração de gênero dos autores publicada nos periódicos acadêmicos, tampouco esse tipo de informação é atribuído artigo por artigo, a identificação do gênero continuou sendo realizada por meio da inferência a partir dos nomes dos autores, classificados como masculinos ou femininos.

- Número de artigos publicados por região do país<sup>92</sup> (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste) por ano;
- Número de trabalhos que usam a categoria gênero;
- Número de trabalhos que usam a categoria raça;
- Número de trabalhos que usam ambas;
- Número de trabalhos que tratam da Interseccionalidade;

Ressalta-se que os dados foram coletados e organizados em tabelas, seguindo os critérios supra definidos. Como na seção de análise dos dados dos encontros da ABRI, essa coleta foi realizada com auxílio de inteligência artificial, o *ChatGPT*<sup>93</sup>, com cuidado especial e conferência humana parcimoniosa. Mais uma vez, após a coleta e organização dos dados em tabelas, passou-se à análise e produção de gráficos para verificação de tendências. Igualmente, a inteligência artificial foi a ferramenta utilizada para a produção dos gráficos.

#### **6.4.2 Revista Contexto Internacional**

A Revista Contexto Internacional é publicada desde 1985 pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC Rio. Todas as submissões são em inglês. A revista tem um viés interdisciplinar, no escopo das Relações Internacionais, Ciências Políticas e áreas afins. Esse periódico, atualmente, está voltado para pesquisas que aprofundam questões relacionadas ao Sul Global. As contribuições são avaliadas por revisão cega de pares. Pesquisadores, estudiosos e estudantes doutorandos de todo o mundo são convidados a contribuir com seus trabalhos. O periódico é de acesso aberto, sem custos para os autores ou leitores (CONTEXTO INTERNACIONAL, 20205).

O Gráfico 30, apresenta o número de artigos publicados por ano, no período analisado. O periódico funciona em fluxo contínuo, com três edições por ano. Observa-

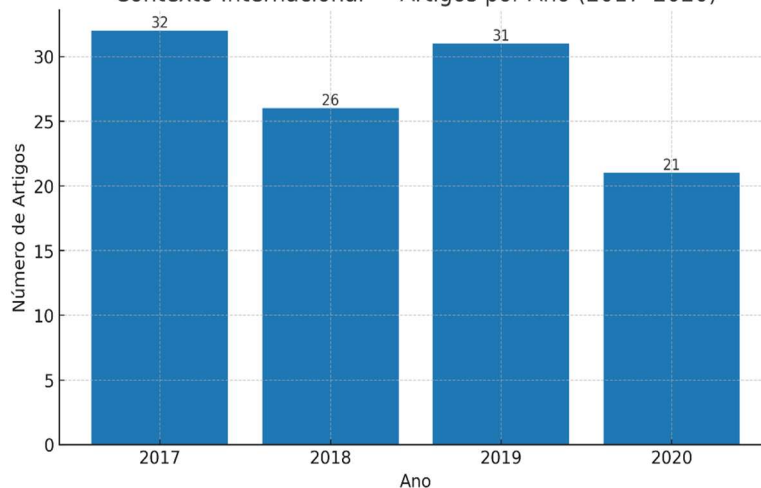
---

<sup>92</sup> A análise é da região do país na qual está a instituição a qual o autor é vinculado. Se a instituição for estrangeira, isso também será contabilizado.

<sup>93</sup> O procedimento adotado para a análise dos periódicos, nacionais e internacionais, seguiu, em linhas gerais, o mesmo aplicado ao material da ABRI, distinguindo-se, contudo, pela forma de disponibilização das fontes. Muitas vezes, os artigos dos periódicos não são encontrados em um único volume ou arquivo e estavam dispersos em documentos individuais. Essa característica implicou a necessidade de operacionalizar o tratamento dos dados de maneira fragmentada, por meio da coleta, leitura e extração de informações em cada um separadamente.

se que o ano de 2020 desvia-se brevemente à média de artigos publicados por ano, comparativamente, a 2017, 2018, 2019.

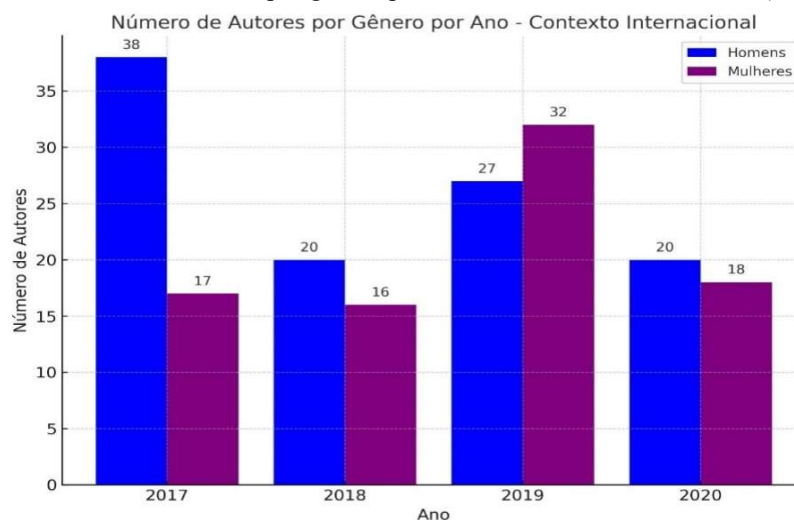
Gráfico 30 – Número de artigos publicados por ano na Contexto Internacional (2017-2020)  
Contexto Internacional – Artigos por Ano (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Muitos trabalhos têm múltiplos autores, por isso o número de autores publicados é bem maior do que o número de trabalhos. Observa-se que em 2017, 2018 e 2020 a maioria das publicações são de autores homens. Em 2017, o número de homens ultrapassa o das mulheres em larga margem. Em 2018 e 2020, a relação entre gênero dos autores é mais equilibrada. Em 2019, o número de autoras mulheres ultrapassa um pouco mais que o de autores homens (Gráfico 31).

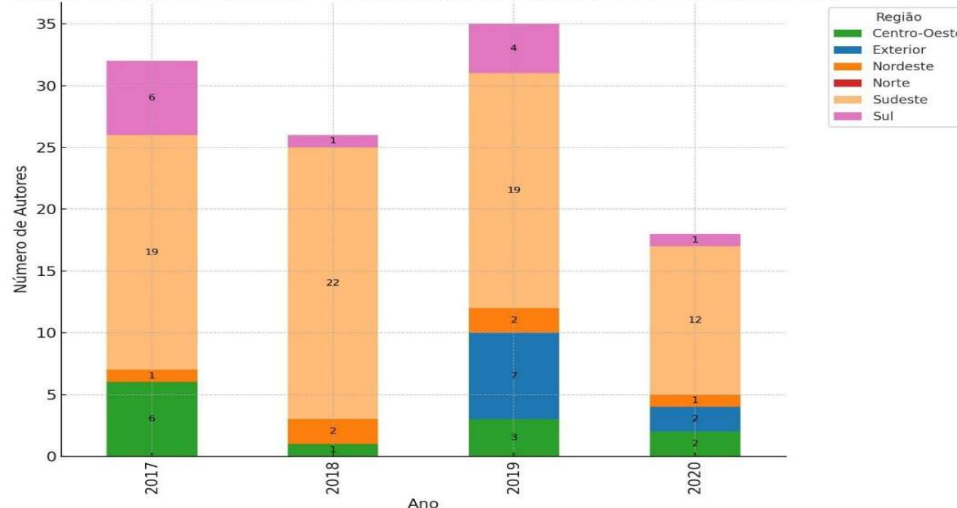
Gráfico 31– Número de autores por gênero por ano no Contexto Internacional (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Com relação à distribuição regional dos autores publicados na Revista Contexto Internacional, verifica-se a predominância do Sudeste em todas as edições analisadas. Em seguida, tem-se o Sul e o Centro-Oeste alternando-se na segunda posição ou empatando. Nas edições de 2017 e 2018, não há autores vinculados a instituições do exterior, mesmo que a publicação trabalhe exclusivamente com artigos em inglês. Em 2019, o número de autores provenientes do exterior é sete, e, em 2020, dois. A presença de autores do Nordeste é pequena, mas existe em todos os anos analisados. Constata-se que não há publicação de autores do Norte em nenhuma das edições do período analisado (Gf. Gráfico 32):

Gráfico 32 – Distribuição regional dos autores por ano na Contexto Internacional (2017-2020)  
Região dos Autores por Ano - Contexto Internacional (Cores Personalizadas)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

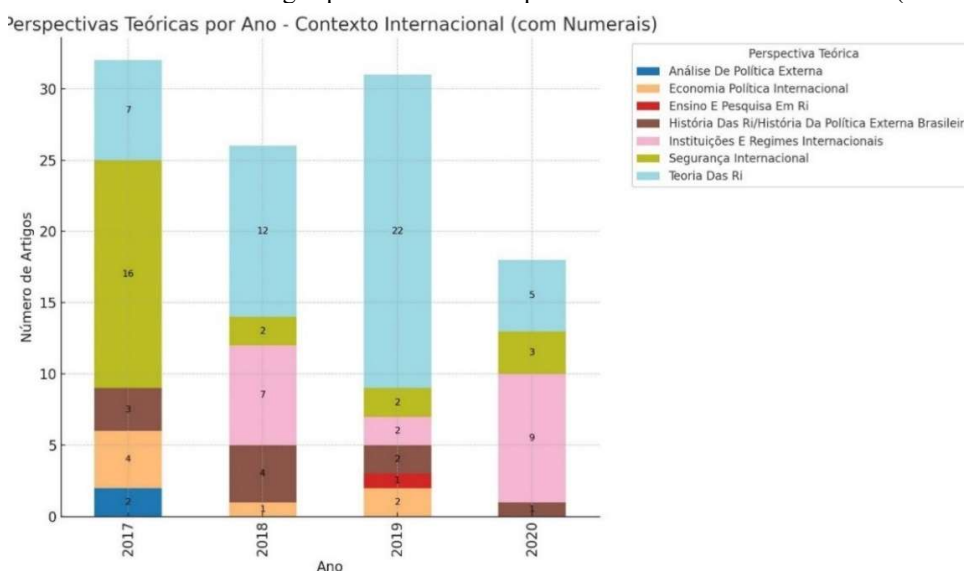
A respeito das áreas temáticas, manteve-se a divisão e a nomenclatura utilizada pela ABRI em seus encontros e publicações para permitir a comparação. A definição da área temática dos artigos é feita a partir dos títulos e de seus resumos.

Nesse sentido, verifica-se, em 2017, o predomínio, por larga margem, dos artigos de Segurança Internacional, com 16 trabalhos. Em seguida, a Teoria das RI, com sete e depois, Economia Política Internacional, com quatro. Por fim, História das RI e da Política Externa têm três e Análise de Política Externa, em último, tem dois. Em 2018, Teoria das RI supera Segurança Internacional e passa à liderança, com 12 trabalhos. Seguida das Instituições e Regimes, que, no ano anterior, esteve ausente, com sete. História das RI e da PE, aparece com quatro, Segurança Internacional com dois e, desta vez, a última área temática é Economia Política Internacional com um (1) trabalho. Em 2019, Teoria das RI continua na liderança, com 22 trabalhos. Seguida por Segurança

Internacional, Instituições e Regimes, História das RI e da PE e Economia Política Internacional, todas com dois trabalhos. Na última posição, tem-se Ensino e Pesquisa nas RI, com um (1) trabalho, que esteve ausente nos anos anteriores. Em 2020, a área temática com mais trabalhos é Instituições e Regimes Internacionais, com nove. Em seguida, tem-se Teoria das RI, com cinco. Depois, aparece Segurança Internacional com três e, por fim, História das RI e da PE com um.

Esta análise ajuda a verificar que, considerando a divisão de áreas temáticas, utilizadas pela ABRI, nem todas elas estão sempre presentes em todas as edições do periódico. Entretanto, Teoria das RI, Segurança Internacional e História das RI sempre aparecem com, pelo menos, uma (1) publicação (Gráfico 33).

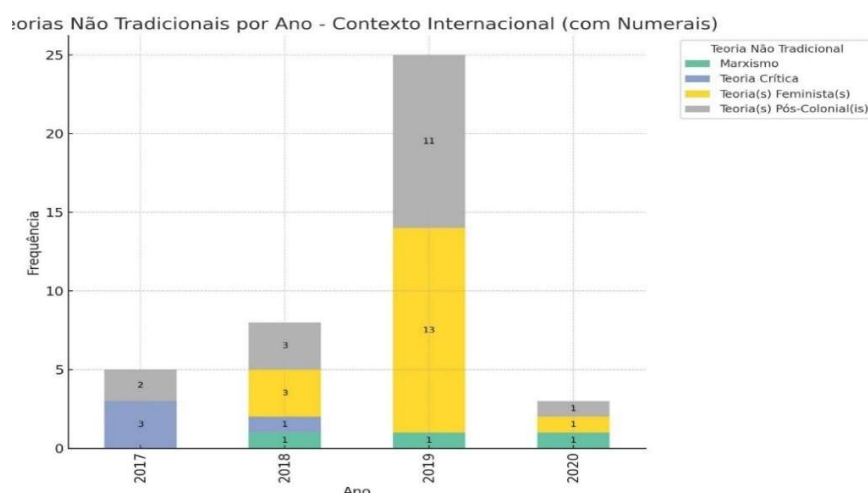
Gráfico 33 – Número de artigos por Área temática por ano na Contexto Internacional (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Sobre as teorias não tradicionais, usando a mesma terminologia para se analisar a produção dos trabalhos no contexto dos encontros da ABRI, verifica-se seu reduzido uso. Em 2017, são três trabalhos usando Teoria Crítica e dois com Teoria Pós-colonial, considerando as três edições publicadas. Em 2018, há mais diversidade: são três artigos com a Teoria Pós-Colonial, três, Teorias Feministas, um (1), Marxismo e um (1) a Teoria Crítica. Em 2019, as duas primeiras edições são temáticas, enfocam a temática de gênero e feminista, o que faz com que, no ano, muitos trabalhos utilizem essas perspectivas alternativas. São 11 trabalhos com a Teoria Pós-colonial e 13 com as Teorias Feministas e um (1) com o Marxismo. Em 2020, apenas um (1) trabalho utiliza Teoria Pós-Colonial, um (1), a Teoria Feminista e um (1) o Marxismo (Gráfico 34).

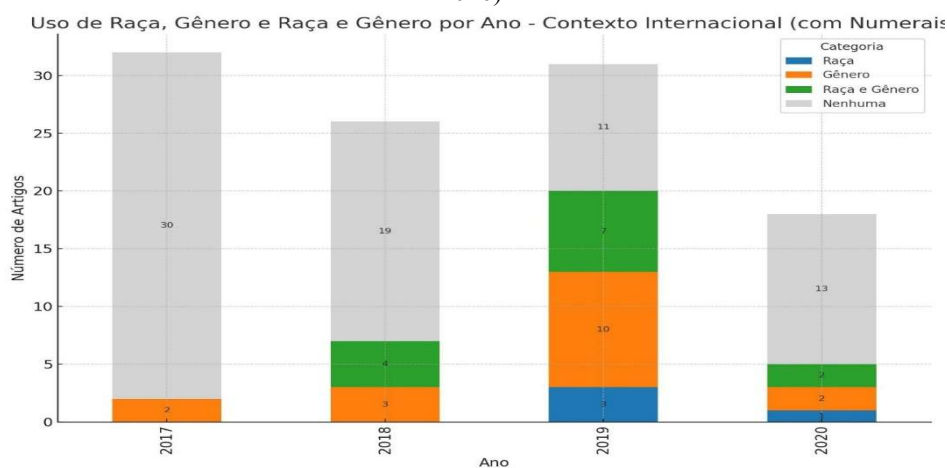
Gráfico 34 – Uso de Teorias não tradicionais por ano na Contexto Internacional (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Considerando as categorias gênero, raça e raça e gênero ao mesmo tempo, assim como foi feita nos trabalhos publicados nos anais dos encontros da ABRI, observa-se que na Revista Contexto Internacional, em 2017, a maioria dos trabalhos não utilizava essas categorias. Apenas dois utilizaram gênero. Em 2018, aconteceu o mesmo fato, porém quatro trabalhos utilizaram raça e gênero e três, apenas gênero. Em 2019, ano em que as duas primeiras edições foram temáticas, enfocando gênero e Teorias Feministas, 10 trabalhos utilizaram gênero, sete, raça e gênero e três, raça. Em 2020, volta-se ao fato de que a maioria dos trabalhos não usava nenhuma das categorias, mas dois usaram raça e gênero, dois, gênero e um (1), raça (Gráfico 35).

Gráfico 35 – Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na Contexto Internacional (2017-2020)

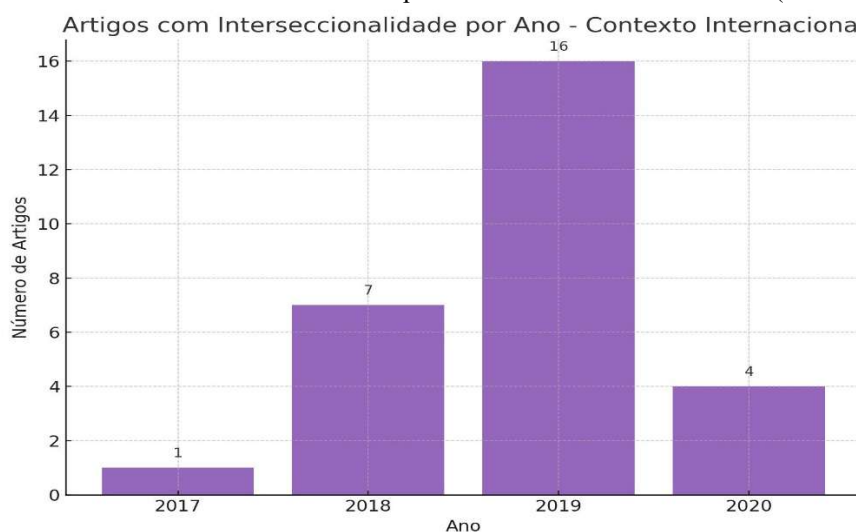


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Sobre o uso da Interseccionalidade, em 2017, em todas as três edições, apenas um (1) trabalho utilizou. Em 2018, foram sete trabalhos; em 2019, ano em que houve edições

temáticas de gênero e Teorias Feministas, 16 trabalhos utilizaram a noção de Interseccionalidade. Em 2020, quatro (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Uso de Interseccionalidade por ano na Contexto Internacional (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A Tabela 31 traz um resumo dessas conclusões:

Tabela 31 – Resumo das conclusões acerca da análise da Contexto Internacional

Aspecto	Conclusões
Autoria dos artigos	Maioria masculina, exceto em 2019, em uma edição temática sobre gênero e feminismo.
Idioma dos artigos	Todos em inglês
Região com maioria de autores	Sudeste. Nenhuma autoria do Norte. Poucos estrangeiros.
Áreas temáticas	Destaque para Teoria das RI, Segurança Internacional, História das RI/PE.
Uso de Teorias não tradicionais	Baixo
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixo. Gênero presente todos os anos.
Uso de interseccionalidade	Pelo menos um por ano.

Fonte: elaborado pela autora, 2025

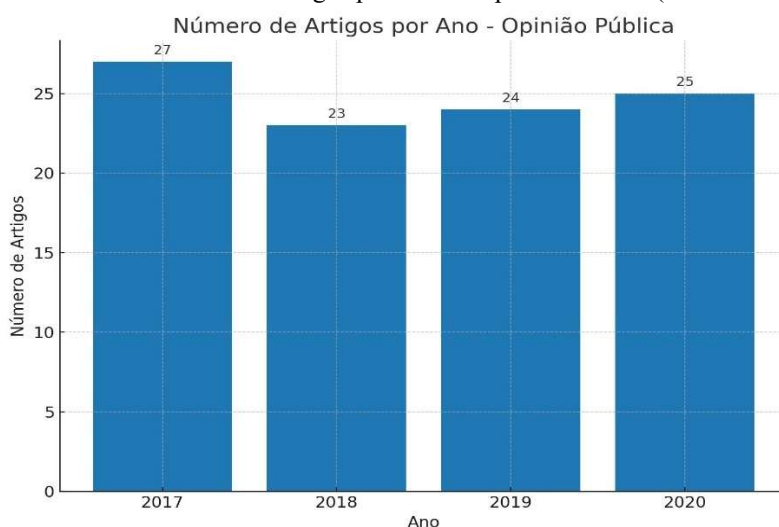
#### 6.4.3 Revista *Opinião Pública*

O periódico *Opinião Pública* enfoca a área de comportamento social e político, cultura política e democracia, eleições, representação política, estudos de mídia e a própria opinião pública, como diz o nome, dentro de um viés teórico e metodológico. Ele existe desde 1993, de iniciativa do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp. É um periódico de acesso aberto para leitores e autores. As submissões são

primeiramente avaliadas por um Comitê Editorial e depois passam por uma revisão de pareceristas. São recebidos trabalhos em português, inglês ou espanhol (CESOP, 2025). Ainda que sua temática não seja exatamente o campo de Relações Internacionais ou Ciência Política, a CAPES, em sua classificação, categorizava-se desse modo. Nesse sentido, poucos trabalhos abordam temas das Relações Internacionais, mas eles existem. Por considerar que os artigos do campo de RI, nesse periódico, são relevantes, ele fez parte da análise. Todos os artigos, da área de RI ou não, foram analisados.

A média de artigos publicados, por ano, pela revista acadêmica Opinião Pública, é de 25, em três edições por ano (Gráfico 37).

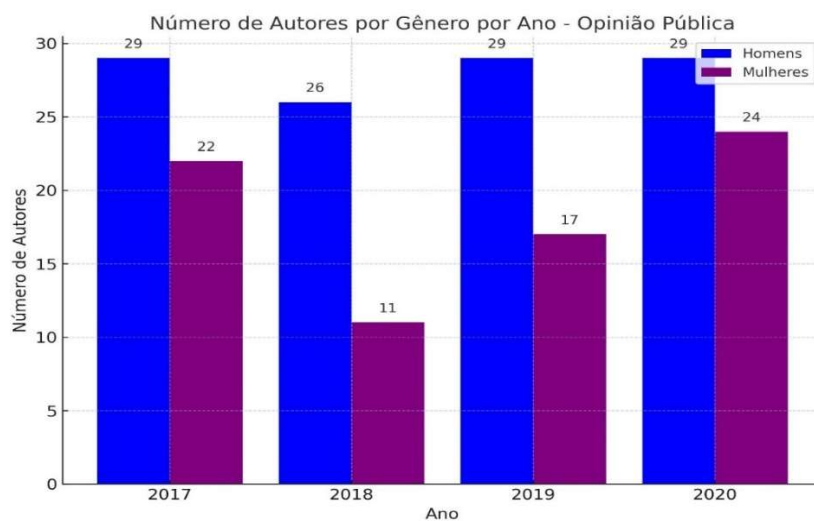
Gráfico 37 – Número de artigos por ano na Opinião Pública (2017-2020)



Fonte: elaboração própria, 2025.

Com relação ao gênero dos autores que publicam nesse periódico, em todos os anos, a maioria foi de homens. Assim como na Revista Contexto Internacional, muitos artigos são de múltipla autoria, o que faz com que o número de autores seja bem maior que o de artigos (Gráfico 38).

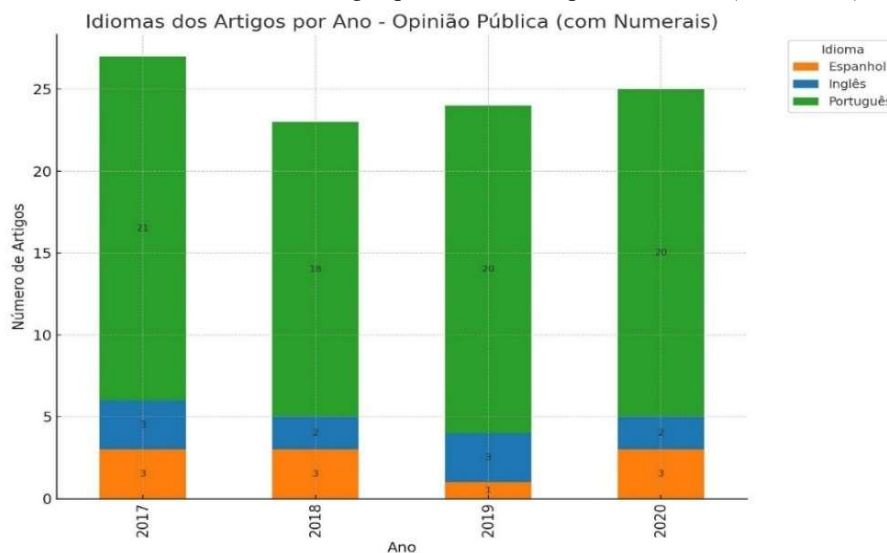
Gráfico 38 – Número de autores por gênero por ano na Opinião Pública (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A predominância é de artigos em língua portuguesa, em todos os anos analisados. Em 2017, aparecem três artigos em inglês e três em espanhol. Em 2018, são três em espanhol e dois em inglês. Em 2019, são três em inglês e um (1) em espanhol. Em 2020, são três em espanhol e dois em inglês. Percebe-se, portanto, que são poucos os artigos publicados em idioma estrangeiro, em cada ano (Gráfico 39).

Gráfico 39 – Número de artigos por idioma na Opinião Pública (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Em resumo, tem-se:

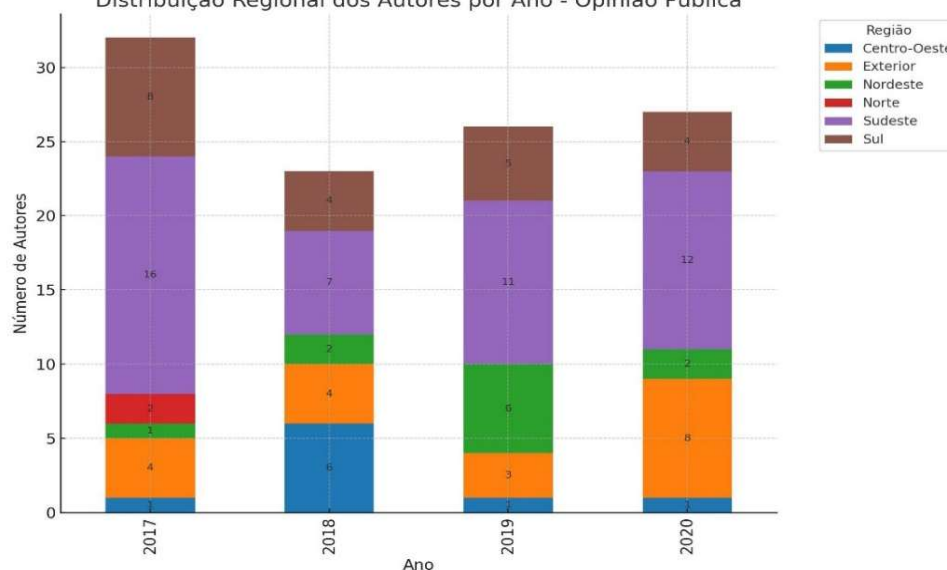
Tabela 32 – Resumo das conclusões acerca da análise da Contexto Internacional

<b>Aspecto</b>	<b>Conclusões</b>
Autoria dos artigos	Maioria masculina, exceto em 2019, em uma edição temática sobre gênero e feminismo.
Idioma dos artigos	Todos em inglês
Região com maioria de autores	Sudeste. Nenhuma autoria do Norte. Poucos estrangeiros.
Áreas temáticas	Destaque para Teoria das RI, Segurança Internacional, História das RI/PE.
Uso de Teorias não tradicionais	Baixo
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixo. Gênero presente todos os anos.
Uso de interseccionalidade	Pelo menos um por ano.

Fonte: autoria própria, 2025

Na Revista Opinião Pública, assim como na Revista Contexto Internacional, a maioria dos autores é da região Sudeste do Brasil. Em 2017, a região Sul aparece em segundo lugar, com oito, em termos de autorias. Em terceiro, os autores provenientes de instituições do exterior, com quatro. A região Norte vem com dois autores (única vez em que apareceram autores do Norte no período analisado) e por fim, a região Nordeste com um (1). Em 2018, primeiro o Sudeste, seguido do Centro-Oeste, com seis autores. A região Sul e o exterior aparecem igualmente com quatro autores. Em último, com dois autores, o Nordeste. Nesse ano, não apareceram autores do Norte. Em 2019, o segundo lugar é do Nordeste, com seis autores; a região Sul em terceiro com cinco, seguida dos autores do exterior, com três. Por último, o Centro-Oeste com um (1) autor. Em 2020, a segunda posição é do exterior, oito autores, seguido do Sul com quatro, o Nordeste com dois e, por último, o Centro-Oeste com um (1) autor (Gráfico 40).

Gráfico 40 – Distribuição regional dos autores por ano na Opinião Pública (2017-2020)  
Distribuição Regional dos Autores por Ano - Opinião Pública



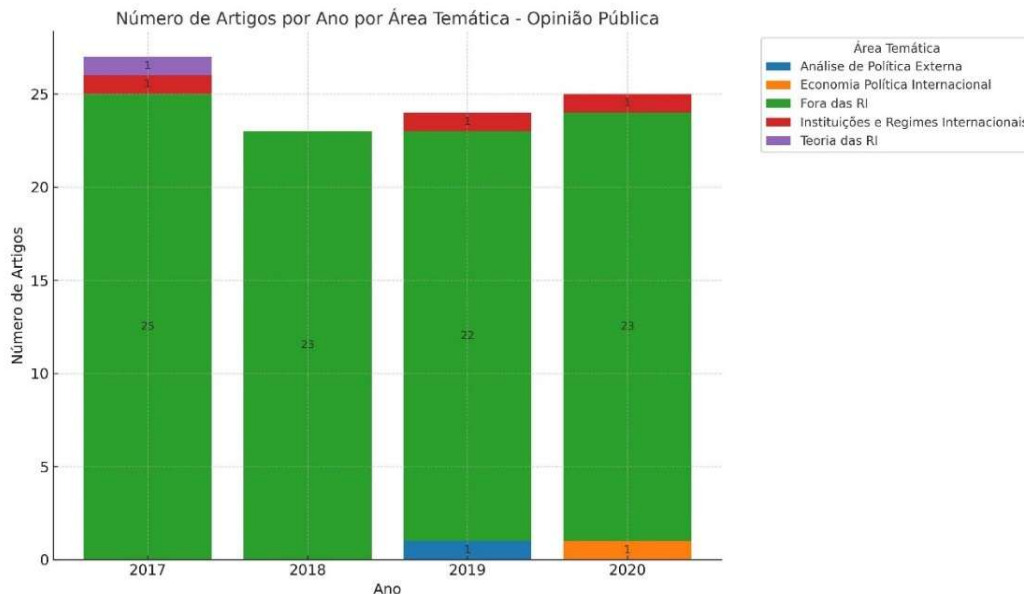
Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Por se tratar de um periódico acadêmico mais voltado para assuntos da política interna, a maior parte dos trabalhos é relacionada a temas teóricos e metodológicos da Ciência Política. Apesar disso, eventualmente, alguns trabalhos, no escopo das Relações Internacionais e da Política Internacional, são aceitos e publicados. Um bom exemplo disso, é o artigo “Is International Relations still an American social science discipline in Latin America?<sup>94</sup>”, dos pesquisadores Rafael Villa e Marília Pimenta, da Universidade de São Paulo, publicado volume 23, número 1, de 2017.

Em 2017, tem-se um trabalho da área de Instituições e Regimes Internacionais e um (1) de Teoria das RI. Em 2018, nenhum dos trabalhos publicados pode ser enquadrado em áreas temáticas do campo das Relações Internacionais. Em 2019, apareceu um (1) trabalho da área de Análise de Política Externa e um (1) de Instituições e Regimes Internacionais. Em 2020, foi um (1) de Instituições e Regimes Internacionais e um (1) de Economia Política Internacional. A área de Instituições e Regimes Internacionais é a que mais teve trabalhos publicados. Em termos de teorias tradicionais, nenhum deles, enquadrados no campo das Relações Internacionais, utilizou qualquer uma delas ( Gráfico 41).

<sup>94</sup> “As Relações Internacionais ainda são uma disciplina da ciência social americana na América Latina?”, em tradução livre.

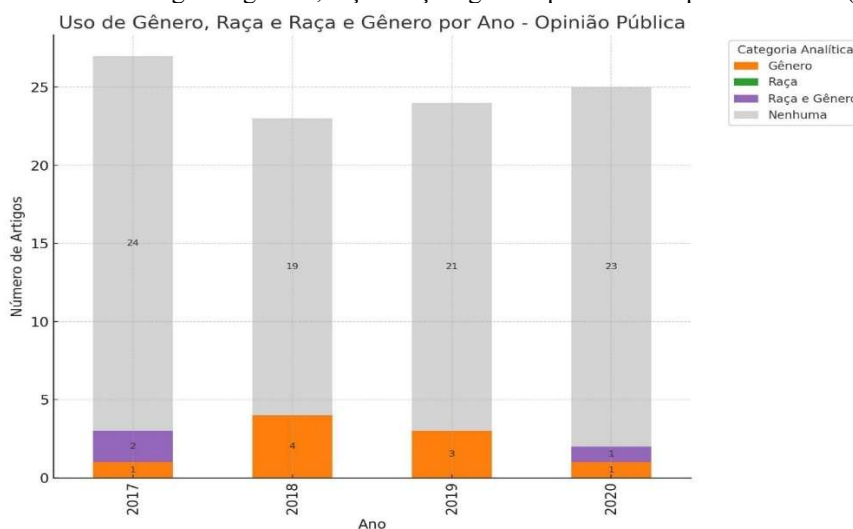
Gráfico 41 – Número de artigos por Área Temática por ano na Opinião Pública (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Observa-se também o baixo uso das categorias gênero, raça e gênero e raça. Em 2017, dois trabalhos usaram gênero e raça e um (1) usou gênero. Em 2018, quatro trabalhos usaram gênero. Em 2019, foram três. Em 2020, um (1) trabalho usou raça e gênero e um (1) o gênero. Nenhum dos artigos publicados no período estudado usou a categoria raça, exclusivamente, ou de interseccionalidade ( Gráfico 42).

Gráfico 42 – Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na Opinião Pública (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Sumariamente, a Tabela 33 mostra:

Tabela 33 – Resumo das conclusões acerca da análise da Opinião Pública

Aspecto	Conclusões
Temática	Ciência Política, principalmente comportamento social e político e opinião pública.
Autoria dos artigos	Majoria masculina.
Idioma dos artigos	Majoria em português, mas aceita inglês e espanhol.
Região com maioria de autores	Sudeste. Sul e exterior disputam segunda posição.
Áreas temáticas	Majoria dos artigos não é do campo de RI, quando são, aparecem Instituições e Regimes Internacionais, Análise de Política Externa.
Uso de Teorias não tradicionais	Ausente.
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixo. Gênero presente todos os anos. Raça nunca sozinha.
Uso de interseccionalidade	Ausente.

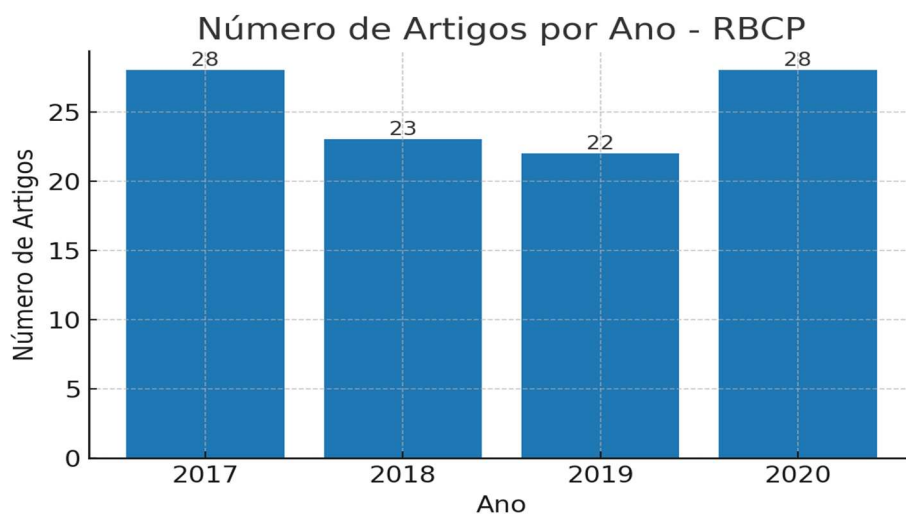
Fonte: elaborada pela autora, 2025

#### 6.4.4 *Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP)*

A Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP) é uma publicação do Instituto de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi fundada em 2009 e tem acesso aberto. Seu objetivo é promover o debate acadêmico, a pesquisa e dar espaço para diferentes pontos de vista teóricos e metodológicos dentro da Ciência Política. Ela faz parte da plataforma *Scielo*. As submissões, primeiramente, são avaliadas por um Comitê Editorial e depois, analisados por, pelo menos, dois avaliadores. A publicação aceita trabalhos em português, inglês e espanhol (Revista Brasileira de Ciência Política, 2025).

A média de artigos publicados por ano pela RBPC é de, aproximadamente, 25. São publicadas três edições por ano em chamada de fluxo contínuo (Gráfico 43).

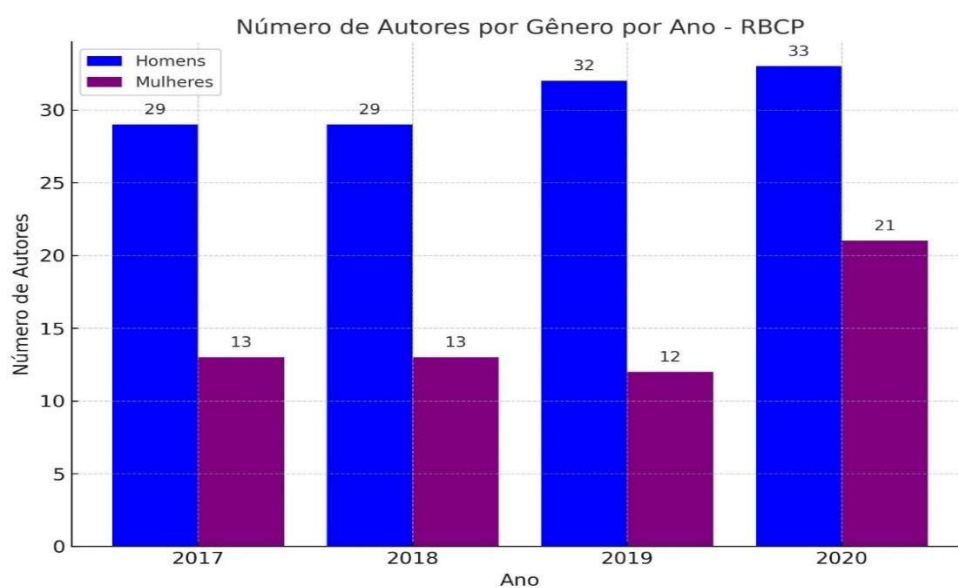
Gráfico 43 – número de artigos por ano na RBCP (2017-2020)



Fonte: elaborada pela autora, 2025.

Como muitos artigos possuem vários autores, o número de autores é maior que o número de artigos. Em todos os anos analisados, a autoria masculina foi maior que a autoria feminina por larga margem.

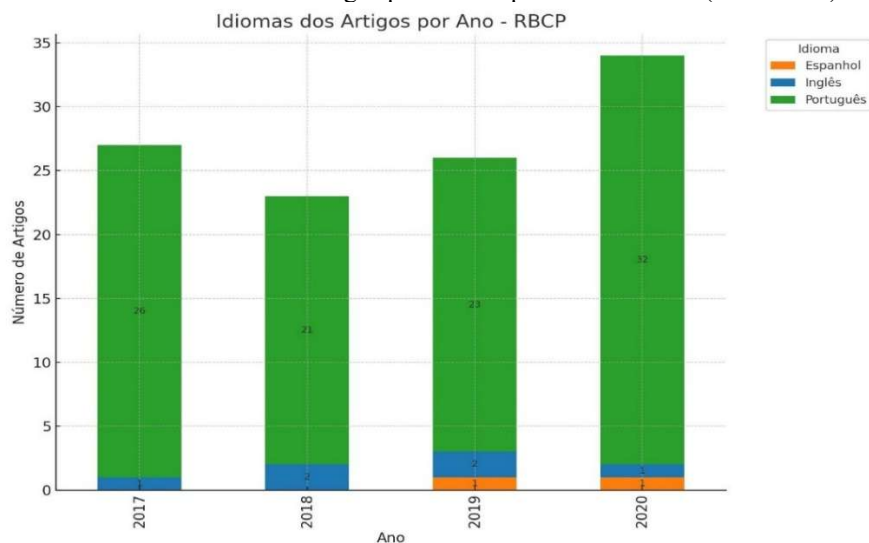
Gráfico 44– Número de autores por gênero por ano na RBCP (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A maioria dos artigos publicados é em português. Poucos são os artigos em idioma estrangeiro, mas eles existem. Em 2017, um (1) artigo foi publicado em inglês. Em 2018, dois em inglês. Em 2019, dois em inglês e um (1) em espanhol. Em 2020, um (1) artigo foi publicado em inglês e um (1) em espanhol.

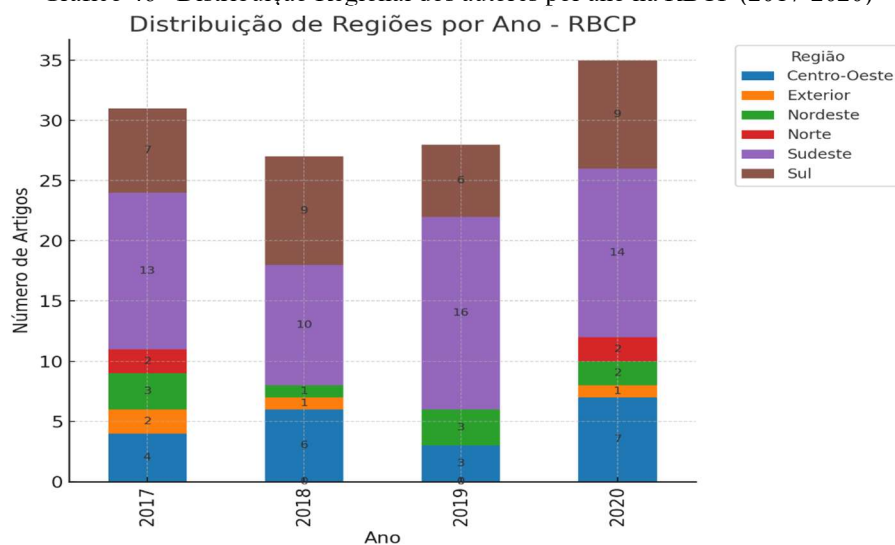
Gráfico 45 – número de artigos por idioma por ano na RBCP (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

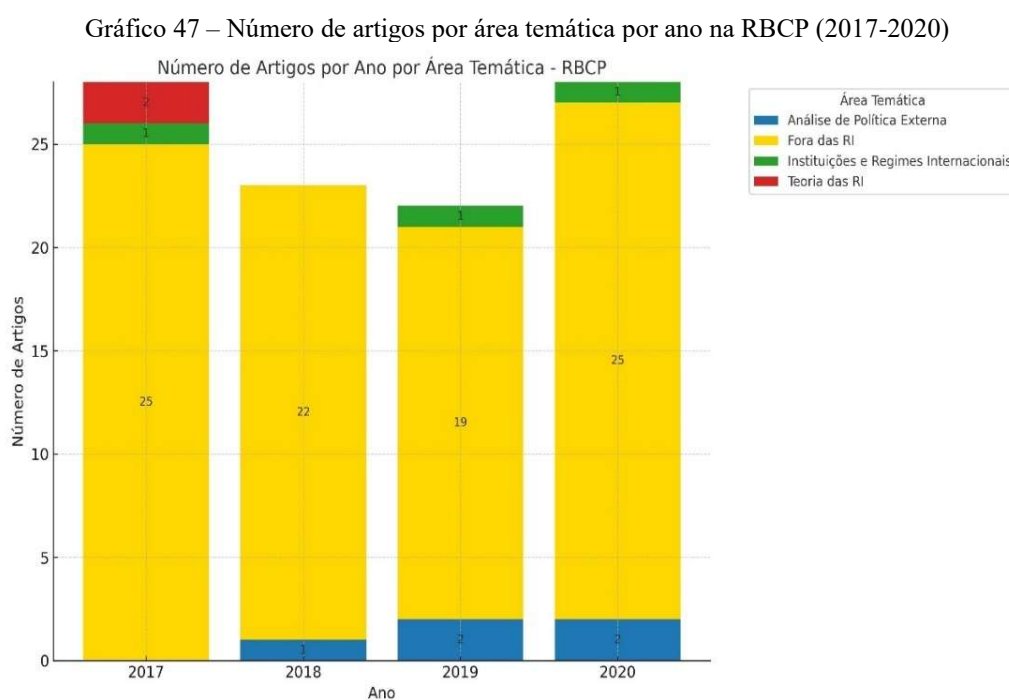
Em termos de distribuição regional, mais uma vez, a maioria dos autores publicados é do Sudeste. Em segundo lugar, aparece a região Sul. As demais posições apresentam oscilação. Em 2017, Centro-Oeste aparece na terceira posição e a região Nordeste na quarta. Norte e exterior ficaram em quinto lugar com dois autores. Em 2018, a terceira posição ficou com o Centro-Oeste, isolado, com seis autores. Nordeste e exterior empataram na quinta posição com um (1) autor e o Norte não teve representantes. Em 2019, o Nordeste ficou na terceira posição com três autores. Da Região Norte do Brasil e o exterior não houve representantes. Em 2020, o Centro-Oeste apareceu em terceiro lugar novamente com sete autores. Em seguida, empataram Norte e Nordeste, com dois autores. O exterior, um (1) autor.

Gráfico 46– Distribuição Regional dos autores por ano na RBCP (2017-2020)



Fonte: elaborada pela autora, 2025.

A RBCP também é uma revista acadêmica mais voltada para a área de Ciência Política, que aceita submissões dentro de um escopo interdisciplinar que abarca temáticas do campo de Relações Internacionais e Política Internacional. Como mostra o Gráfico 47, a maioria dos artigos publicados não está dentro do campo das Relações Internacionais, sendo voltada para temas da Ciência Política propriamente dita. Ainda assim, alguns artigos de temáticas mais tradicionais das Relações Internacionais e mais afins com a Ciência Política são publicados. Observa-se que em 2017, dois artigos da área de Teoria das RI e um (1) artigo de Instituições e Regimes Internacionais foram publicados. Em 2018, apenas um (1) artigo de Análise de Política Externa foi publicado dentro das temáticas do campo das Relações Internacionais. Em 2019, um (1) artigo de Instituições e Regimes Internacionais e dois artigos de Análise de Política Externa. Em 2020, um (1) artigo da área de Instituições e Regimes Internacionais e dois de Análise de Política Externa. Nesse sentido, observa-se que, das áreas temáticas das Relações Internacionais, a que mais teve artigos publicados foi Análise de Política Externa.



Fonte: elaborada pela autora, 2025.

O uso de teorias não tradicionais nos artigos publicados pela RBCP é bem baixo. Em 2017, um (1) artigo publicado usou Teorias Feministas. Em 2018, um (1) usou Marxismo. Em 2019, um (1) artigo usou a Teoria Pós-colonial. O que se repetiu em 2020.

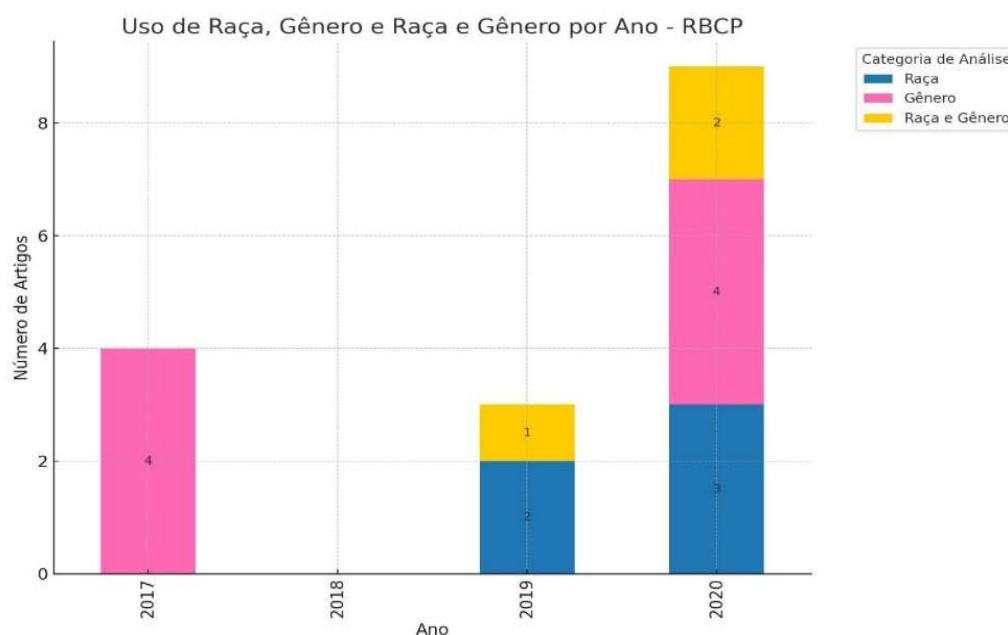
Tabela 34 – Uso de teorias não tradicionais por ano na RBCP (2017-2020)

Ano	Marxismo	Teoria Feminista	Teoria Pós-Colonial
2017	0	1	0
2018	1	0	0
2019	0	0	1
2020	0	0	1

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Sobre o uso das categorias gênero, raça e raça e gênero, em 2017, quatro artigos usaram a categoria gênero. Em 2018, nenhum artigo usou essas categorias. Em 2019, dois artigos usaram a categoria raça e um (1) raça e gênero juntos. Em 2020, quatro artigos usaram gênero, três, raça e dois, raça e gênero juntas. O que pode indicar um aumento do interesse pelo estudo envolvendo essas categorias.

Gráfico 48 – Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na RBCP (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

O uso do conceito de interseccionalidade nos artigos publicados na RBCP também é baixo (Tab. 34). Em 2017, apenas um (1) artigo fez uso. Em 2018, nenhum. Em 2019, a interseccionalidade volta a aparecer em um (1) artigo apenas. Em 2020, ano que também aparecem mais trabalhos usando gênero, raça e ambas conjuntamente, são publicados dois artigos usando interseccionalidade.

Tabela 35 – Uso de Interseccionalidade por ano na RBCP (2017-2020)

Ano	Uso de Interseccionalidade
2017	1
2018	0
2019	1
2020	2

Fonte: elaborada pela autora, 2025.

A partir da análise acima, a Tabela 36 resume o que foi encontrado:

Tabela 36 – Resumo das conclusões acerca da análise da RBCP

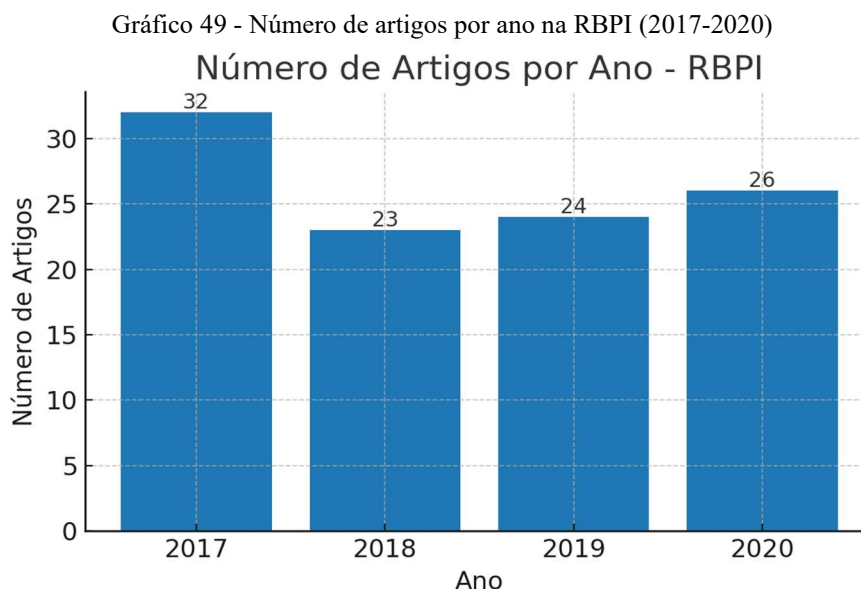
Aspecto	Conclusões
Temática	Ciência Política, poucos em RI e Política Internacional.
Autoria dos artigos	Maioria masculina.
Idioma dos artigos	Maioria em português, mas aceita inglês e espanhol.
Região com maioria de autores	Sudeste.
Áreas temáticas	Maioria dos artigos não é do campo de RI, quando são, aparecem Instituições e Regimes Internacionais, Análise de Política Externa.
Uso de Teorias não tradicionais	Baixo, destaque para perspectiva Pós-colonial.
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixo, aumento em 2020.
Uso de interseccionalidade	Baixo, aumento em 2020.

Fonte: elaborada pela autora, 2025

#### 6.4.5 Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)

A Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) foi criada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Desde 2020, é publicada pelo Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília. É uma revista interdisciplinar que recebe trabalhos relacionados a economia, sociologia, segurança, meio ambiente, entre outros assuntos relacionados. Ela aceita submissões de variadas perspectivas teóricas e metodológicas. É uma revista de acesso aberto e faz parte da plataforma *Scielo*. As submissões são avaliadas inicialmente por um Comitê Editorial e depois por dois pareceristas em um processo anônimo (Revista Brasileira de Política Internacional, 2025).

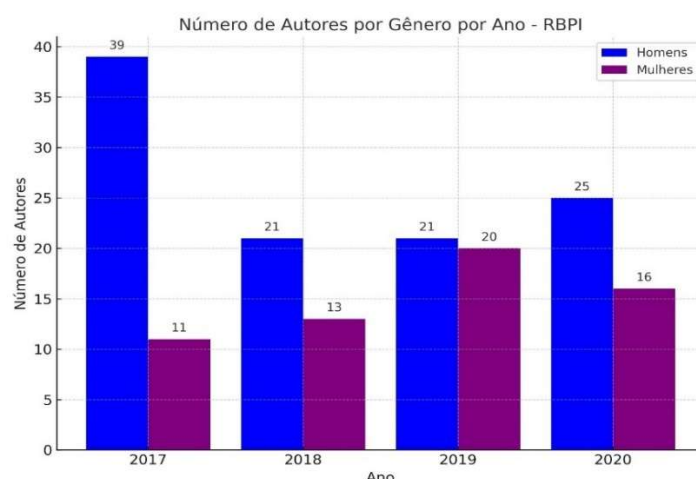
A média anual de artigos publicados pela RBPI é de, aproximadamente, 26 artigos. Essa revista publica duas edições por ano. É um periódico de fluxo contínuo e aceita submissões apenas em inglês. O ano de 2017 teve recorde de artigos publicados no período analisado, e 2018, com o menor número de artigos (Gráfico 49).



Fonte: elaborado pela autora, 2025

O número de autores, novamente, foi bem maior que o número de artigos publicados em cada ano, em função da autoria múltipla dos trabalhos (Gráfico 50). Mais uma vez, observa-se a maioria masculina dos autores publicados nos anos do período aqui analisado. Interessantemente, o ano de 2017 apresenta uma larga margem de superioridade (39 X 11), enquanto em 2019, há quase um equilíbrio entre homens e mulheres (21 X 20).

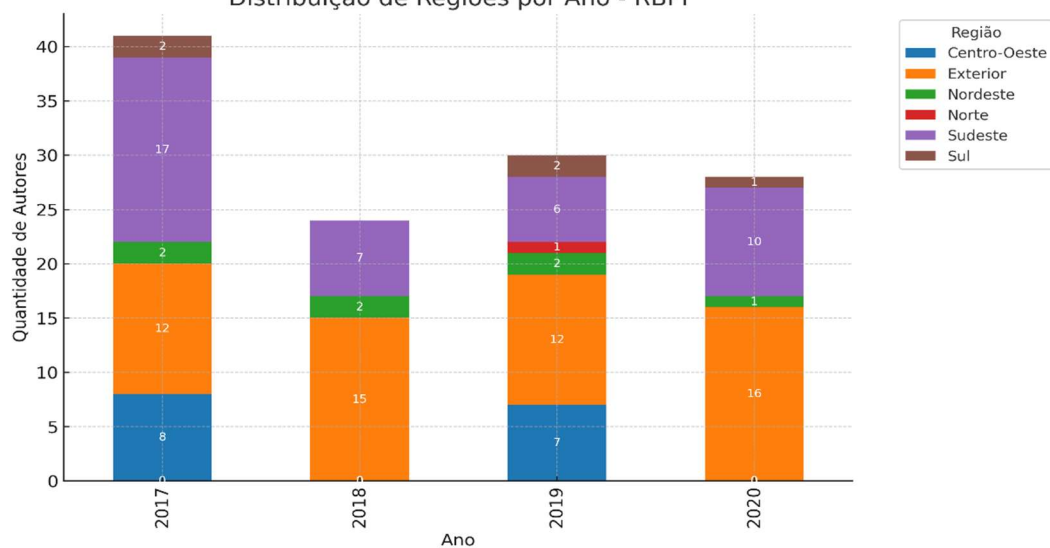
Gráfico 50 – Número de autores por gênero por ano na RBPI (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Pela primeira vez, entre os periódicos aqui analisados, é observado um (1) periódico nacional em que, em alguns anos, a maioria dos trabalhos publicados é de autores vinculados a instituições do exterior. Em 2017, mantém-se a tendência de a maioria dos autores ser do Sudeste, 17. Em segundo lugar, o exterior, com 12. Seguido do Centro-Oeste, com oito. Por fim, Sul e Nordeste empatam com dois. Não há publicação de autores do Norte do país. Em 2018, a liderança é tomada pelos autores do exterior, com 15 trabalhos. Em segundo lugar, está o Sudeste com sete e, na última posição, o Centro-Oeste, com dois. Norte e Nordeste não tiveram representantes nesse ano. Em 2019, o exterior continua na liderança com 12 autores. O segundo lugar passa a ser do Centro-Oeste com sete. O Sudeste fica na terceira posição com seis. O Nordeste e o Sul aparecem com dois autores e o Norte, finalmente, tem um (1) representante. Em 2020, mais uma vez, o posto de líder, com a maioria dos autores publicados, é do exterior. O Sudeste volta à segunda colocação com dez. Em terceiro lugar, tem-se o empate entre Sul e Centro-Oeste com um (1) autor cada região. Norte e Nordeste, mais uma vez, não têm representantes (Gráfico 51).

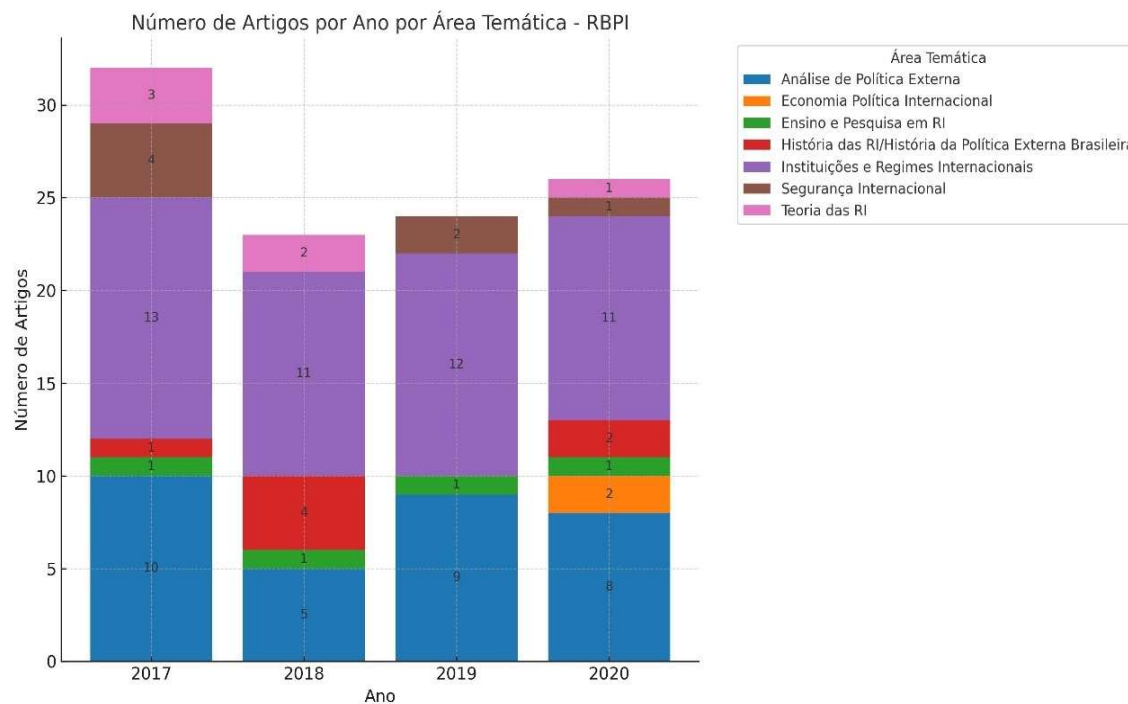
Gráfico 51 – Distribuição regional dos autores por ano na RBPI (2017-2020)  
Distribuição de Regiões por Ano - RBPI



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Com relação às áreas temáticas dos artigos publicados no periódico, por se enquadrarem propriamente no campo de Relações Internacionais e Política Internacional, observa-se que todos os trabalhos publicados ao longo dos anos analisados estão situados dentro das áreas definidas pela ABRI e que aqui são usadas como critério. A área temática campeã de publicações, em todos os anos do período analisado, é a de Instituições e Regimes Internacionais. Em segundo lugar, bem consolidado em todos os anos, ficou a área de Análise de Política Externa. Em 2017, o terceiro lugar apareceu Segurança Internacional com quatro trabalhos, seguida por Teoria das RI, com três e, por fim, História das RI e da PE e Ensino e Pesquisa em RI com um (1) trabalho. Em 2018, o terceiro lugar ficou com História das RI e da PE com quatro trabalhos, depois Teoria das RI com dois e em último lugar, Ensino e Pesquisa com um (1) trabalho. Em 2019, Segurança Internacional ficou em terceiro lugar com dois trabalhos, seguida por Ensino e Pesquisa com um (1). Em 2020, houve um empate no terceiro lugar entre Economia Política Internacional e História das RI e da PE, com dois trabalhos. Em quarto e último lugar, outro empate, entre Teoria das RI e Ensino e Pesquisa, com um (1) artigo apenas. Observa-se que, em alguns anos, os artigos estiveram mais localizados em determinadas áreas temáticas, enquanto outras estiveram ausentes das edições do periódico (Gráfico 52).

Gráfico 52 – Número de artigos por Área temática por ano na RBPI (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

No que se refere ao uso das teorias não tradicionais, verifica-se pouco uso. Em 2017, dois artigos usaram Teoria Pós-colonial. Em 2018, um (1) usou a Teoria da Dependência. Em 2019, nenhuma das teorias, aqui chamadas de não tradicionais, foram usadas. Em 2020, um (1) artigo utilizou Teoria Pós-colonial. Vale notar o uso da Teoria da Dependência que nos outros periódicos acadêmicos, analisados até agora, estava desaparecida (Tab. 37).

Tabela 37 – Uso de Teorias não tradicionais por ano na RBPI (2017-2020)

Ano	Teoria da Dependência	Teoria Pós-Colonial
2017	0	2
2018	1	0
2020	0	1

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Quanto ao uso das categorias raça, gênero e raça e gênero, o uso nos trabalhos publicados no periódico também é baixo. Em 2017, um (1) artigo usou raça e gênero conjuntamente, e um (1) usou gênero. Em 2018, nenhum artigo usou essas categorias. Em 2019, um (1) usou a categoria raça. Em 2020, dois artigos trabalharam com a categoria

gênero (Tab. 38). Não houve o uso de interseccionalidade em nenhum artigo nos anos analisados.

Tabela 38 – Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na RBPI (2017-2020)

Ano	Raça e Gênero	Gênero	Raça
2017	1	1	0
2019	0	0	1
2020	0	2	0

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Desse modo, pode-se resumir os achados na Tabela 39:

Tabela 39 – Resumo das conclusões acerca da análise da RBPI

Aspecto	Conclusões
Autoria dos artigos	Maioria masculina.
Idioma dos artigos	Exclusivamente em inglês.
Região com maioria de autores	Exterior e Sudeste.
Áreas temáticas	Instituições e Regimes Internacionais e Análise de Política Externa se destacam.
Uso de Teorias não tradicionais	Baixo, destaque para perspectiva Pós-colonial.
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixo, mais uso de gênero.
Uso de interseccionalidade	Ausente

Fonte: elaborado pela autora, 2025

#### ***6.4.6 Considerações gerais sobre as tendências de publicação nos principais periódicos brasileiros do campo das Relações Internacionais***

Como referido na seção de explicação dos critérios de seleção dos periódicos analisados, a pesquisa escolheu aquelas revistas acadêmicas brasileiras classificados como Qualis/CAPES A1, o nível mais alto de qualidade com o maior fator de impacto, dentro da área de Ciência Política e Relações Internacionais. Dentro desses requisitos, os periódicos analisados nesta tese foram: Contexto Internacional, Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP) e Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), entre 2017 e 2020, janela temporal mais recente de avaliação da Qualis/CAPES quando se iniciou esta pesquisa. Dessa maneira, o objetivo era definir e analisar a

produção científica dos periódicos brasileiros da área de Relações Internacionais de maior importância e reconhecimento na comunidade científica nacional.

Acerca das conclusões encontradas a partir da análise dos dados, verificou-se que há predominância de autores do gênero masculino na maioria dos periódicos e dos anos analisados no período aqui definido. A exceção encontrada foi a edição temática sobre gênero e Feminismo da Revista Contexto Internacional em 2019. Eventualmente, um ano ou outro dos periódicos analisados apresentou maior equilíbrio entre os gêneros, porém a maioria sempre se caracterizou pelos autores homens.

Sobre a distribuição regional dos autores publicados nos principais periódicos brasileiros do campo das Ciência Política e Relações Internacionais, observou-se a predominância do Sudeste. Sul e Centro-Oeste, por vezes, disputam a segunda posição entre as regiões brasileiras que mais têm autores publicados. Por outro lado, a região Norte, frequentemente, tem pouquíssimos autores ou nenhum. Nesse sentido, a concentração geográfica da produção acadêmica no Sudeste, região mais rica, mais populosa, com as maiores e mais tradicionais universidades brasileiras, reproduz a lógica da hierarquização do conhecimento do SAM, porém dentro do circuito local brasileiro de produção e circulação do conhecimento.

Outro destaque interessante é que a Revista Brasileira de Política Internacional teve a maioria dos autores vinculados a instituições do exterior em 2018, 2019 e 2020, mesmo sendo uma revista acadêmica brasileira, porém aceita submissões apenas em inglês.

Esse é um fator que vai ao encontro da discussão feita nesta tese acerca dos critérios hierarquizantes das bases de dados que estabelecem superioridade acadêmica a partir da língua, entre outros fatores. Nesse sentido, não é por acaso que, dos quatro periódicos brasileiros analisados, todos eles foram avaliados no mais alto grau pelo sistema Qualis/CAPES e com maior fator de impacto, todos aceitam submissões em inglês e dois deles aceitam submissões apenas em inglês. É a reprodução dos critérios de ranqueamento colonizado e colonizados da qualidade da produção científica do SAM no circuito da disseminação da produção científica no contexto brasileiro e latino-americano.

Pode-se dizer que esse processo é uma tentativa da produção científica brasileira da área de Ciência Política e Relações Internacionais, ao se submeter ao padrão de hierarquização de idiomas das principais bases de dados do mundo, de participar do circuito global de circulação do conhecimento e da ciência.

Outra questão importante para se ressaltar é que Contexto Internacional e Revista Brasileira de Política Internacional estão enquadradas diretamente no campo das Relações Internacionais e da Política Internacional e se observa a publicação de artigos plenamente vinculada às áreas temáticas tradicionais do campo, principalmente, Teoria das RI, Segurança Internacional e História das RI que sempre aparecem. Na RBPI, Instituições e Regimes Internacionais e Análise de Política Externa são as áreas que se destacam em termos de número de artigos publicados. Paralelamente, os periódicos Opinião Pública e Revista Brasileira de Ciência Política trabalham com temáticas e debates, teóricos e metodológicos, das Ciências Políticas, recebendo e publicando artigos sobre Relações Internacionais e Ciência Política apenas ocasionalmente. As áreas temáticas contempladas, geralmente, são aquelas que têm mais interseções diretas com as Ciências Políticas, como Instituições e Regimes Internacionais ou Análise de Política Externa.

Em todos os periódicos aqui analisados observou-se o baixo uso de teorias não tradicionais. Em 2019, a Revista Contexto Internacional teve um aumento significativo do uso de Teorias Feministas impulsionado por edições temáticas acerca de discussões sobre gênero naquele ano. Foi identificado, em determinados anos, que nenhum artigo publicado utilizou esse tipo de teoria não tradicional.

Sobre as categorias raça, gênero e raça e gênero, o uso é consistentemente baixo. Novamente, percebe-se o impulsionamento do uso por eventuais edições temáticas. O mesmo fato ocorre com o uso da noção de interseccionalidade, que talvez tenha ainda menos no *corpus* analisado. Em 2020, houve um aumento do uso das categorias por parte da RBCP, o que pode indicar um despertar para essas temáticas. Paralelamente, destaca-se que a RBPI não apresentou nenhum artigo que empregou a noção de interseccionalidade durante o período analisado.

Pode-se concluir, portanto, a partir da análise dessa amostragem, que o uso das aqui chamadas teorias não tradicionais é baixo nos principais periódicos brasileiros do campo das Relações Internacionais. Comparativamente aos artigos apresentados nos encontros nacionais da ABRI, o uso é consideravelmente menor. O mesmo fenômeno é observado em relação às categorias raça, gênero, raça e gênero e a noção de interseccionalidade, uma vez que, nos encontros nacionais da ABRI, a incidência é maior e consistente no período aqui analisado. Inclusive, como aqui apresentado, a ABRI institucionalizou a área temática de Feminismo, Gênero e Sexualidades que, em sua estreia, apresentou significativo número de trabalhos inscritos.

## 6.5 Análise dos periódicos estrangeiros (2017-2020)

Os periódicos estrangeiros, por seu turno, foram selecionados utilizando como referência um *ranking* de periódicos na área de Relações Internacionais ordenados pelo fator de impacto disponibilizado pelo *Observatory of International Research* (OOIR). Esse site, desde 2018, disponibiliza informações baseadas em métricas alternativas (*altmetrics*) e dados abertos e reproduzíveis sobre tendências em pesquisa e estratificação de periódicos, inicialmente, do campo de Relações Internacionais, posteriormente, expandindo o foco para outras Ciências Sociais, como Sociologia, Direito, História, Geografia, entre outras (OOIR, 2024).

De acordo com o ordenamento de periódicos da área de Relações Internacionais, por fator de impacto, em maio de 2024, as principais publicações da área foram respectivamente: *International Organization* (ca. 7.8), *Foreing Affairs* (ca. 7.5), *Contemporary Security Policy* (ca. 5.9) e empatados, *World Politics* e *International Security* (ca. 5).

Apesar de seu ranqueamento elevado entre os principais periódicos de Relações Internacionais do mundo, a revista *Foreing Affairs* foi removida da análise. Essa decisão é justificada em função de suas características próprias. Essa revista, criada em 1922, tem o intuito de discutir, majoritariamente, a Política Externa dos EUA e assuntos da política internacional de interesse e de acordo com a perspectiva estadunidense. Além disso, ela também objetivava alcançar não apenas os especialistas, mas divulgar as discussões internacionais para o público estadunidense em geral (Foreing Affairs, 2024).

Essa revista é publicada pelo *Council on Foreign Relations*<sup>95</sup> (CFR), um *think tank* estadunidense que tem os mesmos objetivos que a revista. Como a própria descrição da revista informa, a ideia é que “artigos técnicos serão deixados para revistas mais especiais” e que apesar de aberta para autores estrangeiros, “o interesse e benefício deve ser para o leitor estadunidense, em primeiro lugar” (Foreign Affairs, 2024).

Considerando que o objetivo desta tese é selecionar publicações estrangeiras especializadas na área de Relações Internacionais para analisar o perfil de seus autores e a disseminação do conhecimento produzido em suas pesquisas, concluiu-se que, em função do escopo da revista *Foreing Affairs*, ela não se enquadra nos critérios definidos, e, portanto, mesmo com alto fator de impacto, ela foi excluída.

---

<sup>95</sup> Conselho de Relações Exteriores, tradução livre.

O período de análise das edições dos periódicos estrangeiros acompanha aquele dos periódicos brasileiros, isto é, entre 2017 e 2020. A partir disso, procedeu-se com a coleta de dados, procurando as seguintes informações:

- Número total de artigos publicados por ano;
- Número de artigos publicados por gênero<sup>96</sup> por ano;
- Número de artigos publicados por pesquisadores de cada região do mundo<sup>97</sup> (América Central e Caribe, América do Sul, América do Norte, Ásia, Oriente Médio, África, Europa, Oceania) por ano;
- Número de trabalhos que usa a categoria gênero;
- Número de trabalhos que usam a categoria raça;
- Número de trabalhos que usam ambas conjuntamente;
- Número de trabalhos que tratam da Interseccionalidade.

Reitera-se, para fins metodológicos, que os dados foram coletados e organizados em tabelas, de acordo com os critérios apresentados, com auxílio da inteligência artificial *ChatGPT* e conferência humana minuciosa. Posteriormente, essa ferramenta foi utilizada para a produção dos Gráficos 53 a 56.

### **6.5.1 *International Organization***

O periódico acadêmico *International Organization* é publicado pela Fundação *International Organization* e procura submissões de cunho teórico, empírico e que promovam o conhecimento científico sobre as relações internacionais<sup>98</sup> e a política global. Suas áreas de interesse para publicação abarcam política externa, relações internacionais, política econômica internacional e comparada, políticas de segurança, disputas ambientais, integração europeia, padrões de alianças, guerra, barganha e resolução de conflitos, desenvolvimento econômico e movimento de capitais internacionais. *International Organization* é um periódico “híbrido”, isto é, os autores podem publicar seus trabalhos em acesso aberto ou não. Acesso aberto significa que a publicação é disponibilizada imediatamente e sem custos para os leitores. Se o autor opta

---

<sup>96</sup> Para a definição de gênero dos autores dos artigos, utilizaram-se os mesmos critérios apresentados nas seções anteriores.

<sup>97</sup> Analisa-se a região do mundo da instituição a qual o autor é vinculado e não sua origem natal.

<sup>98</sup> Interessantemente, no site do periódico, “international relations” é escrito sempre com letra minúscula, mesmo quando a referência é feita ao campo de estudos.

por publicar em acesso aberto, ele deve pagar taxas por isso<sup>99</sup>. Esse periódico publica duas edições por ano (Cambridge University Press, 2025).

Inicialmente, observa-se que o número de artigos publicados em 2017, 44, é consideravelmente maior que nos outros anos analisados, dentro, pois de uma média de aproximadamente 27 artigos (Gráfico 53).

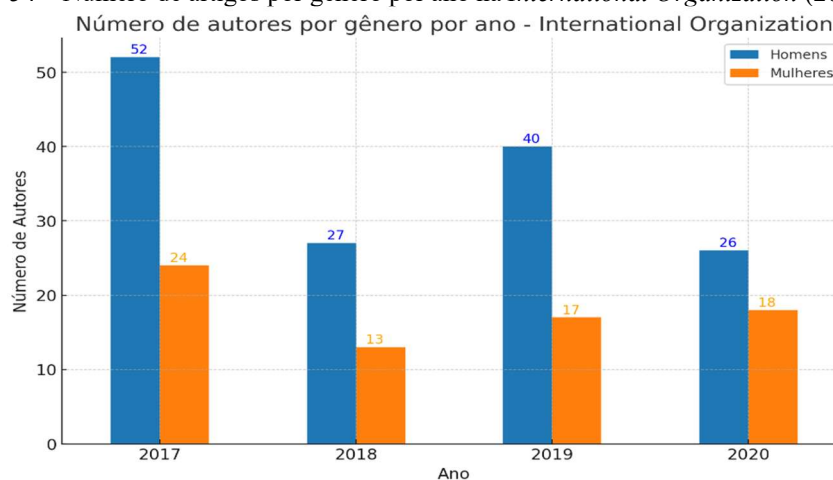
Gráfico 53 – Número de artigos por ano na *International Organization* (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Com relação ao gênero dos autores, em todos os anos analisados, a maioria das autorias são de homens, por uma larga margem. Em 2017, 2018 e 2019, o número é mais que o dobro das autoras mulheres (Gráfico 54).

Gráfico 54 – Número de artigos por gênero por ano na *International Organization* (2017-2020)

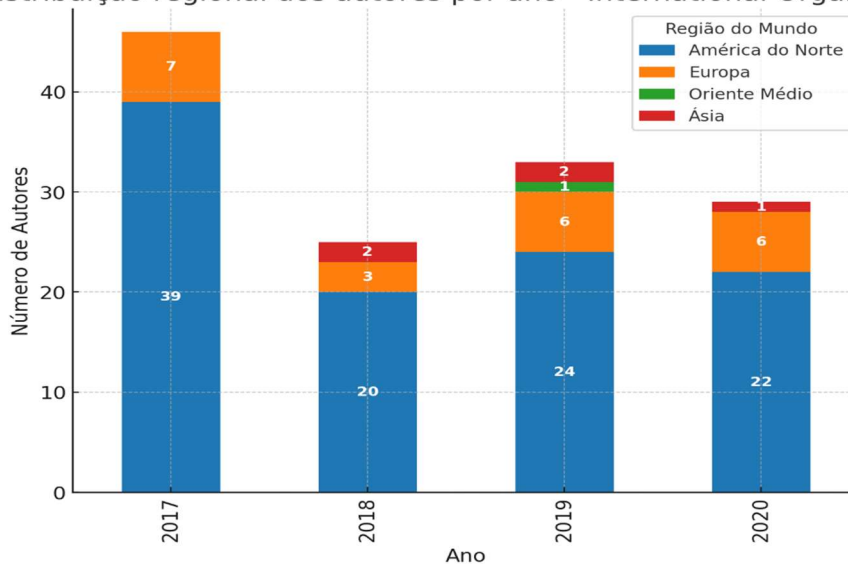


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

<sup>99</sup> É interessante notar que essas publicações “híbridas” necessariamente cobram do autor ou do leitor pelo acesso ao trabalho. Se o acesso é aberto aos leitores, o custo é repassado ao autor do artigo.

Quanto à origem das instituições às quais os autores e autoras publicados nas edições da revista acadêmica *International Organization* no período analisado, observa-se clara predominância da América do Norte, particularmente, de instituições dos Estados Unidos. Em segundo lugar, mas com bem menos autores em comparação com o líder, aparece a Europa, em todos os anos analisados. Em 2017 e 2020, os autores eram exclusivamente dessas duas regiões do mundo. Em 2018, houve dois autores asiáticos, e, em 2019, além de dois autores asiáticos, também foi contabilizado um (1) autor do Oriente Médio (Gráfico 55). Registra-se que várias regiões do mundo não têm autores representantes nessa publicação. Todos os artigos publicados por esse periódico são em inglês.

Gráfico 55 – Distribuição regional dos autores por ano na *International Organization* (2017-2020)  
Distribuição regional dos autores por ano - *International Organization*

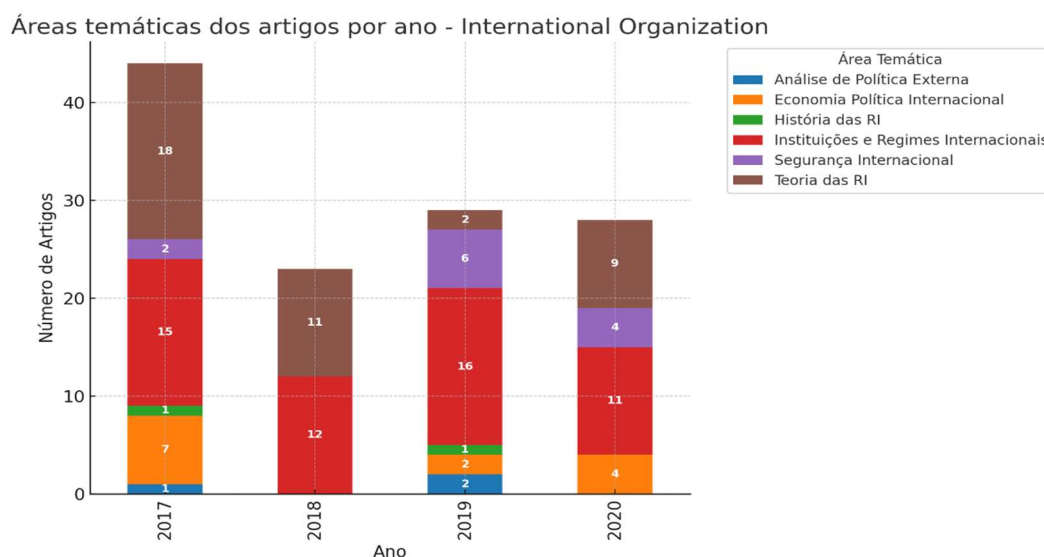


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Seguindo, mais uma vez, a divisão de áreas temáticas definidas pela ABRI, por motivos de uniformização e organização da análise, é possível observar que Teoria das RI e Instituições e Regimes internacionais aparecem, consistentemente, como as áreas temáticas com mais artigos publicados no período analisado no periódico *International Organization*. A definição da área temática é feita a partir do título e da leitura dos resumos artigos. Em 2017, Teoria das RI ultrapassa Instituições e Regimes Internacionais, ficando na liderança. Em terceiro lugar, Economia Política Internacional aparece com sete artigos. Em quarto lugar, Segurança Internacional ficou com dois. Empatados em último, com um (1) artigo, ficaram Análise de Política Externa e História das RI.

Em 2018, os artigos publicados foram exclusivamente das áreas temáticas líderes: Instituições e Regimes internacionais, com 12, e Teoria das RI, com 11 artigos. Em 2019, mais variedades de áreas temáticas voltam a aparecer no periódico. A liderança continua com Instituições e Regimes Internacionais, com 16 artigos. Em segundo, fica Segurança Internacional com seis artigos, como novidade. Em terceiro, a Teoria das RI, Economia Política Internacional e Análise de Política Externa, empatados com dois artigos. Em último lugar, com um (1) artigo, ficou a área de História das RI. Em 2020, novamente, a liderança é da área de Instituições e Regimes Internacionais com 11 artigos. Em segundo, com nove artigos, ficou Teoria das RI. Em terceiro, empatados, a Segurança Internacional e Economia Política Internacional, com quatro artigos (Gráfico 56).

Gráfico 56 – Áreas temáticas dos artigos por ano na *International Organization* (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Com relação ao uso das “teorias não tradicionais”, como são aqui chamadas, observa-se pouco uso. Foram verificadas apenas Teorias Feministas e Pós-colonialismo, ainda assim, com baixa frequência. Em 2017, um artigo usou a perspectiva pós-colonial. Em 2018, não houve uso de nenhum tipo de teoria não tradicional. Em 2019, houve a utilização de Teoria Feminista em dois artigos. Em 2020, observou-se o uso de Teorias Feministas em dois artigos e pós-colonialismo em um (1) (Tab. 40).

Tabela 40 – Uso de teorias não tradicionais na *International Organization* (2017-2020)

Ano	Feminismo	Pós-colonialismo
2017	0	1
2018	0	0
2019	2	0
2020	2	1

Fonte: elaboração própria, 2025.

Também foi identificado o pouco uso das categorias raça e gênero e nenhuma vez as duas foram usadas juntas nas análises feitas pelos artigos publicados pelo periódico *International Organization* no período em tela. Também não houve uso da noção de interseccionalidade. Em 2017, um (1) artigo usou gênero e dois usaram raça. Em 2018, um (1) artigo único usou raça. Em 2019, dois artigos usaram gênero e um (1) usou raça. Em 2020, dois artigos usaram gênero e dois, raça (Tab. 41).

Tabela 41 – Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na *International Organization* (2017-2020)

Ano	Gênero	Raça
2017	1	2
2018	0	1
2019	2	1
2020	2	2

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A Tabela 42 apresenta um resumo das conclusões da análise *International Organization* (2017-2020):

Tabela 42 – Resumo das conclusões acerca da análise da *International Organization* (2017-2020)

Aspecto	Conclusões
Autoria dos artigos	Maioria masculina.
Idioma dos artigos	Inglês
Região com maioria de autores	América do Norte, seguida pela Europa.
Áreas temáticas	Instituições e Regimes Internacionais e Teoria das RI se destacam.
Uso de Teorias não tradicionais	Baixo, destaque para perspectiva Pós-colonial e Teorias Feministas.
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixo, mais uso de gênero que de raça, nunca usadas conjuntamente.
Uso de interseccionalidade	Ausente

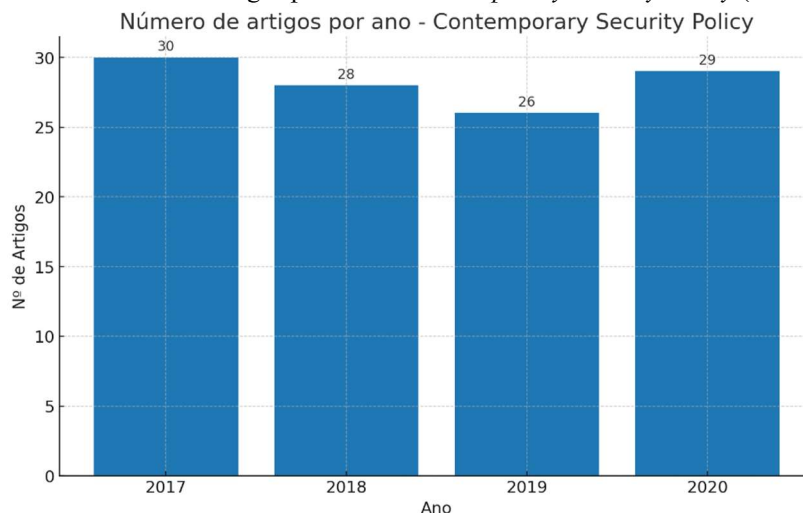
Fonte: elaborado pela autora, 2025.

### 6.5.2 Contemporary Security Policy

O periódico *Contemporary Security Policy*<sup>100</sup>, como o próprio nome diz, tem como temática principal a área da segurança internacional, abarcando estudos teóricos acerca de conflitos armados, problemas de política, intervenção e resolução. É uma publicação das mais antigas dessa área, tendo surgido em 1980. Especificamente, os principais temas abordados são: guerra e conflitos armados, *peacekeeping*, resolução de conflitos, desarmamento e controle de armas, política de defesa, cultura estratégica, instituições internacionais. Inicialmente, as submissões são analisadas pelo editor chefe e, se consideradas adequadas, são revisadas por dois ou mais pareceristas anônimos. *Contemporary Security Policy* também é uma publicação “híbrida”, o que significa que o autor do trabalho opta por publicar em acesso aberto. Nesse sentido, ele deve pagar uma taxa. Quando o autor não publica em acesso aberto, não é necessário pagar. São quatro edições por ano (Taylor; Francis, 2025).

Verificou-se, no período analisado, que a revista acadêmica *Contemporary Security Policy*, tem a média de 28 artigos publicados por ano (Gráfico 57).

Gráfico 57 –Número de artigos por ano na *Contemporary Security Policy* (2017-2020)

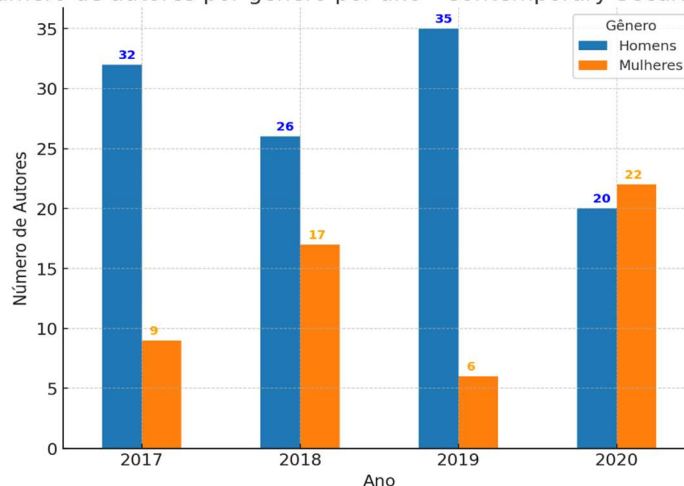


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Observou-se a predominância dos autores homens, por larga margem, em 2017, 2018 e 2019. Interessantemente, em 2020, essa tendência se inverteu, com a maioria de autoras mulheres nesse ano, com 22, contra 20 homens (Gráfico 58).

<sup>100</sup> Essa revista acadêmica, entre 1980 e 1993, era chamada de *Arms Control*.

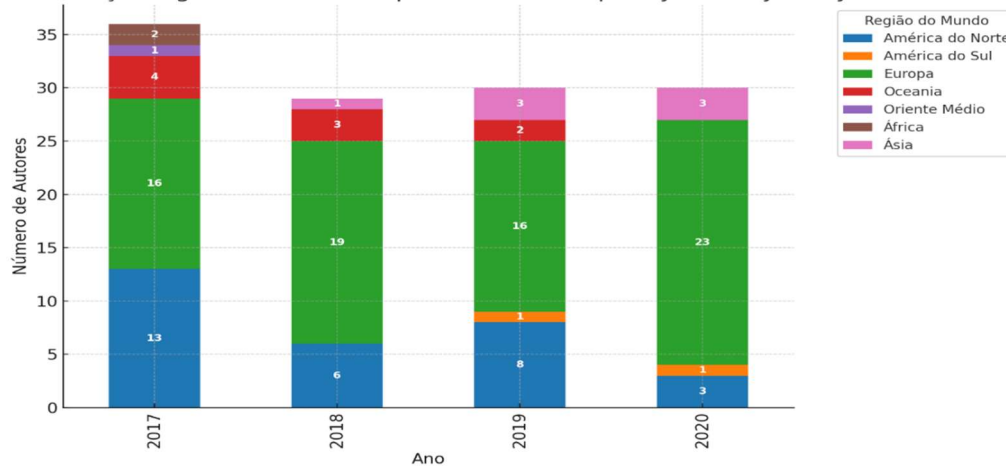
Gráfico 58 – Número de autores por gênero por ano na *Contemporary Security Policy* (2017-2020)  
Número de autores por gênero por ano - Contemporary Security Policy



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

No que se refere à origem institucional dos autores publicados no periódico, a Europa esteve, regularmente, em primeiro lugar. A América do Norte também apareceu em segundo lugar, de forma contínua, no período analisado. Em 2017, a Oceania apareceu em terceiro lugar, com quatro artigos. Em quarto lugar, figurou a África, com dois artigos. E, em último lugar, apareceu o Oriente Médio, com um (1). Em 2018, o terceiro lugar foi da Oceania mais uma vez, com três artigos, e a Ásia apareceu em quarto, com um (1) artigo. Em 2019, o terceiro lugar foi da Ásia, dessa vez, com dois artigos. Em quarto, apareceu a Oceania com dois e, por último, a América do Sul, com um (1) artigo. Em 2020, Ásia e América do Norte empataram na segunda posição com três artigos. E a América do Sul ficou na última posição com um (1) (Gráfico 59). Registra-se que todos os artigos publicados nesse periódico são em inglês.

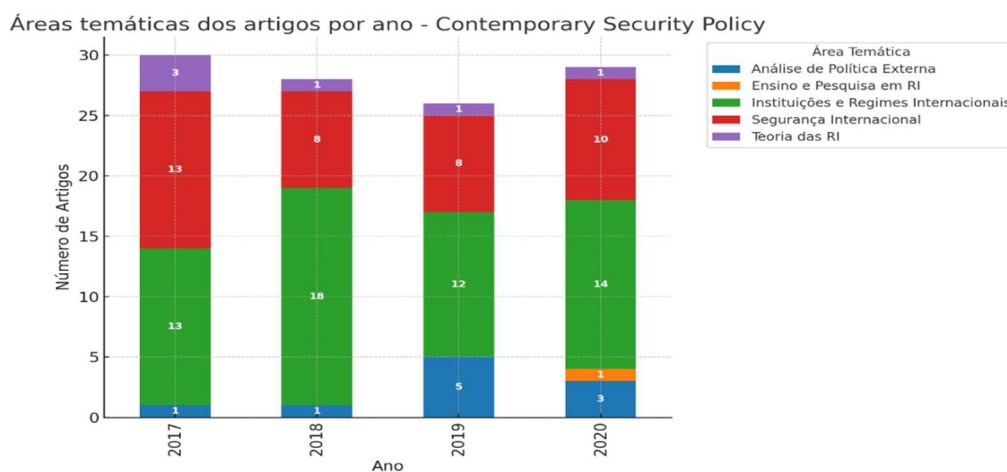
Gráfico 59 – Distribuição regional dos autores por ano na *Contemporary Security Policy* (2017-2020)  
Distribuição regional dos autores por ano - Contemporary Security Policy



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Com relação às áreas temáticas, as com mais publicações, no período analisado, na revista acadêmica *Contemporary Security Policy*, foram as áreas de Instituições e Regimes Internacionais, em primeiro lugar, e Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa, em segundo lugar. Em 2017, a terceira posição ficou com Teoria das RI, com três artigos e em quarto, figurou a área de Análise de Política Externa, com um (1). Em 2018, em terceiro lugar apareceu Teoria das RI e Análise de Política Externa, empatadas com um (1) artigo. Em 2019, Análise de Política Externa figurou na terceira colocação com cinco. Em último lugar, Teoria das RI, com um (1). Em 2020, Análise de Política Externa apareceu em terceiro lugar, novamente, com três. Em último, Teoria das RI e Ensino e Pesquisa em RI, ficaram empatadas com um (1) (Gráfico 60).

Gráfico 60 – Áreas temáticas dos artigos por ano na *Contemporary Security Policy* (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Tem-se, novamente, a baixa incidência do uso de teorias não tradicionais. Apenas dois artigos, publicados em 2018, utilizaram perspectiva pós-colonial, nesse periódico estrangeiro. Nenhum artigo apresentou o uso das categorias gênero, raça, ambas conjuntamente ou ainda o uso da noção de interseccionalidade.

A Tabela 43 resume o que foi observado na análise:

Tabela 43 – Resumo das conclusões acerca da análise da *Contemporary Security Policy* (2017-2020)

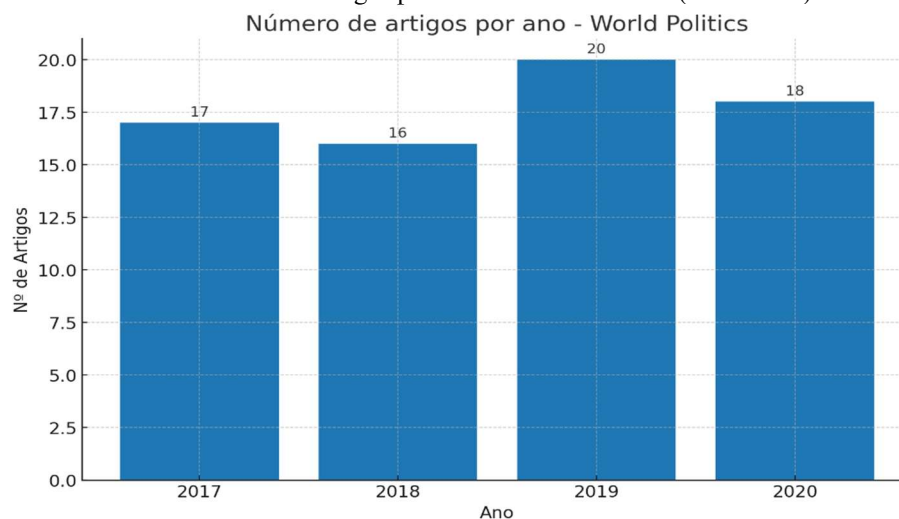
<b>Aspecto</b>	<b>Conclusões</b>
Autoria dos artigos	Maioria masculina, exceção do ano de 2020.
Idioma dos artigos	Inglês
Região com maioria de autores	Europa, seguida pela América do Norte.
Áreas temáticas	Instituições e Regimes Internacionais e Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa.
Uso de Teorias não tradicionais	Baixo. Dois artigos usaram Teoria Pós-colonial em 2018.
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Ausente
Uso de interseccionalidade	Ausente

Fonte: elaborado pela autora, 2025

### 6.5.3 *World Politics*

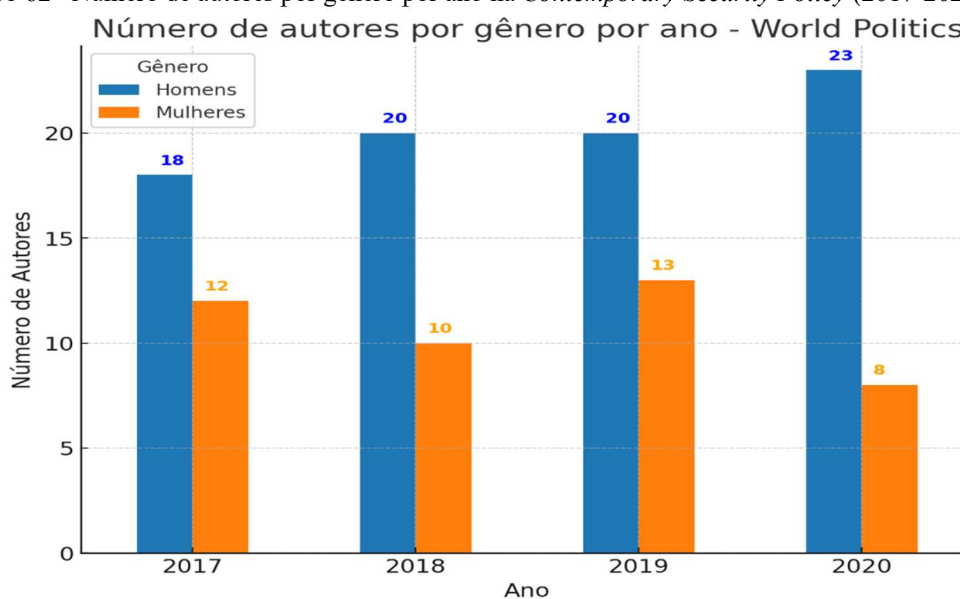
O periódico *World Politics* atua na área da ciência política, publicando trabalhos analíticos e teóricos dentro do escopo das relações internacionais, política comparada, teoria política, política externa e modernização. O periódico tem muita tradição, por ter sido fundado em 1948 dentro do Instituto de Estudos Internacionais e Regionais da Universidade de Princeton. Atualmente, ele é publicado quatro vezes por ano pela John Hopkins. *World Politics* não cobra nenhuma taxa pela publicação dos trabalhos e seu processo editorial funciona com base no anonimato de autores e pareceristas (John Hopkins University Press, 2025).

No periódico *World Politics*, verificou-se a média anual de 18 artigos publicados por ano (Gráfico 61).

Gráfico 61 – Número de artigos por ano na *World Politics* (2017-2020)

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

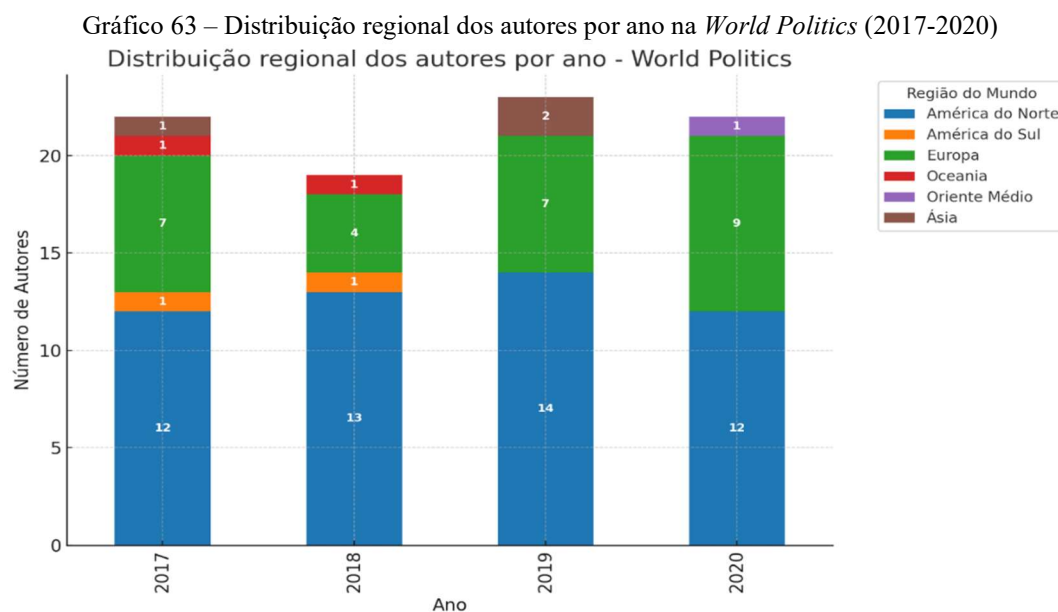
Em termos do gênero dos autores, publicados pelo periódico, no período analisado, foi possível constatar a predominância masculina consistente e por larga margem (Gráfico 62).

Gráfico 62 – Número de autores por gênero por ano na *Contemporary Security Policy* (2017-2020)

Fonte: elaborado pela autora, 2025

Considerando a distribuição regional da origem institucional dos autores, constatou-se a liderança da América do Norte, seguida pela Europa, em todos os anos analisados. Em 2017, três regiões empataram no terceiro lugar, com um artigo: América do Sul, Oceania e Ásia. Em 2018, América do Sul e Oceania empataram novamente na terceira posição com um (1) artigo. Em 2019, o terceiro lugar foi da Ásia, com dois

artigos. Em 2020, o terceiro lugar foi do Oriente Médio, com um (1) artigo (Gráfico 63). Novamente, nem todas as regiões do mundo têm autores representantes publicados nesse periódico. Também nesse periódico, todos os artigos publicados eram em inglês.



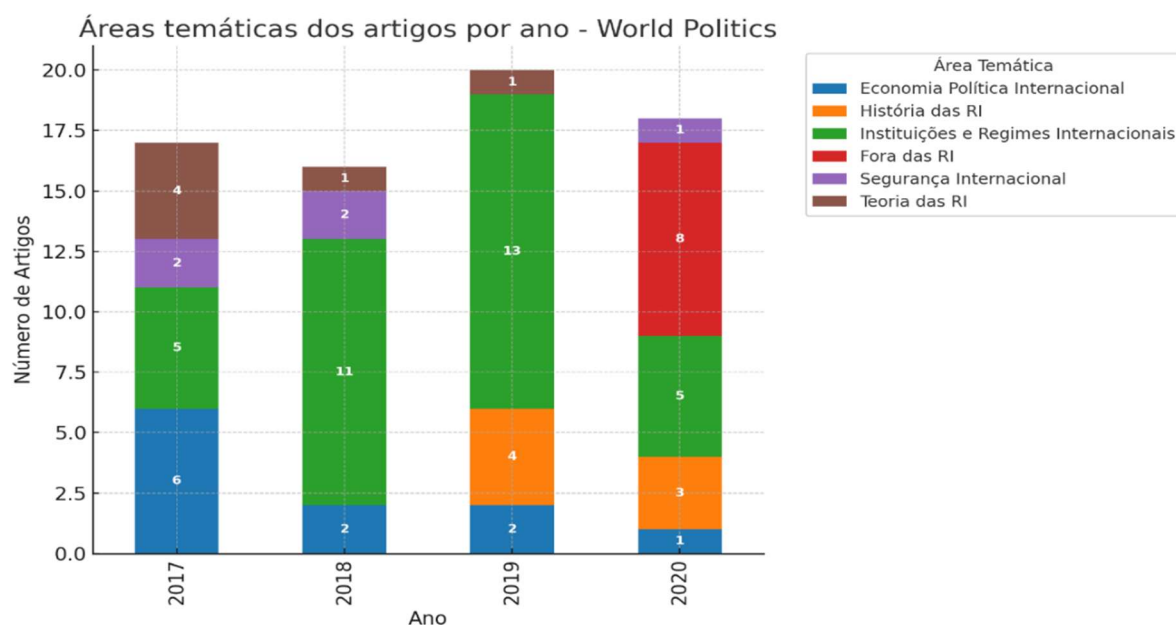
Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Acerca das áreas temáticas mais publicadas no período analisado, teve-se que: em 2017, a primeira posição foi da área de Economia Política Internacional, com seis artigos. Em segundo lugar, com cinco, ficou Instituições e Regimes Internacionais, seguido por Teoria das RI, com quatro. Em último, figurou Segurança Internacional, com dois artigos. Em 2018, Instituições e Regimes Internacionais tomou a liderança com 11 artigos. Em segundo lugar, empataram Segurança Internacional e Economia Política Internacional com dois artigos e em último, ficou Teoria das RI, com apenas um (1). Em 2019, Instituições e Regimes Internacionais estava na liderança de novo, com 13 artigos. Em segundo lugar, apareceu História das RI/PE, com quatro artigos. Em terceiro lugar, ficou Economia Política Internacional, com dois e, em último, com apenas um (1), Teoria das RI. Em 2020, artigos de temáticas fora do escopo das Relações Internacionais<sup>101</sup> foram maioria, com oito. Em segundo, apareceu Instituições e Regimes Internacionais, com cinco artigos. Em terceiro, figurou História das RI/PE, com três, e, em último, empatadas, ficou Segurança Internacionais e Economia Política Internacional, apenas um (1) artigo (Gráfico 64).

<sup>101</sup> Esses artigos faziam discussões específicas sobre o funcionamento da democracia, governança e regimes políticos, por exemplo.

Nenhum artigo dessa publicação, no período aqui analisado, fez uso de teorias não tradicionais.

Gráfico 64– Áreas temáticas dos artigos por ano na *World Politics* (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Identificou-se ainda, neste periódico, o baixo uso das categorias raça e gênero. Em 2017, usou-se gênero em um (1) artigo e raça em três. Em 2018, usou-se gênero em um (1) e raça em outro. Em 2019, aconteceu o mesmo fato que no ano anterior. Em 2020, usou-se raça em um (1) único artigo (Tab. 44). Nenhuma vez, nesse período analisado, usaram-se as duas categorias conjuntamente e não se encontrou o uso de artigos com a noção de interseccionalidade.

Tabela 44 – Uso das categorias gênero, raça e raça e gênero por ano na *World Politics* (2017-2020)

Ano	Gênero	Raça
2017	1	3
2018	1	1
2019	1	1
2020	0	1

Fonte: elaborado pela autora, 2025

A partir da análise dos dados, pode-se concluir o que se segue na Tabela 45:

Tabela 45 – Resumo das conclusões acerca da análise da *World Politics (2017-2020)*

<b>Aspecto</b>	<b>Conclusões</b>
Autoria dos artigos	Maioria masculina
Idioma dos artigos	Inglês
Região com maioria de autores	América do Norte
Áreas temáticas	Instituições e Regimes Internacionais
Uso de Teorias não tradicionais	Ausente
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixo e pontual. Não houve uso das duas juntas.
Uso de interseccionalidade	Ausente

Fonte: elaborado pela autora, 2025

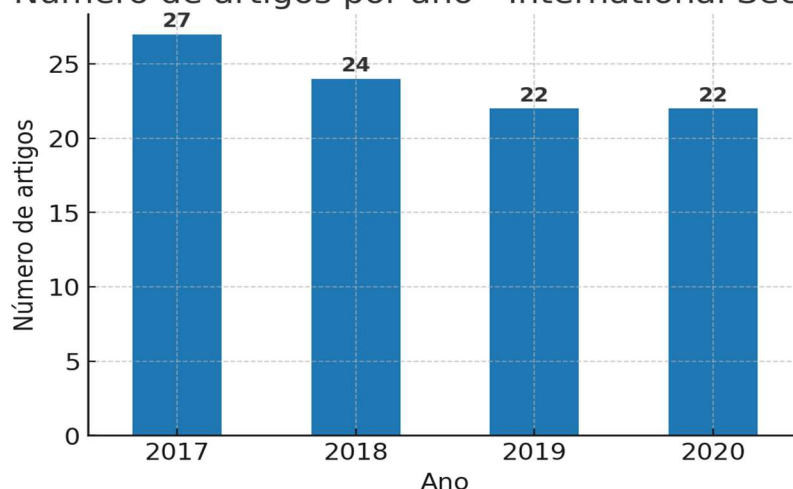
#### **6.5.4 *International Security***

*International Security* é um periódico que também traz, em seu próprio nome, sua área de atuação temática. Dentro do escopo dos assuntos da segurança internacional, a publicação destaca a guerra e a paz, questões mais recentes relacionadas à segurança, como meio ambiente, demografia, questões humanitárias, redes transnacionais e tecnologias emergentes. É publicado pela *MIT Press* e editado pelo Centro para Ciência e Assuntos Internacionais Belfer da Universidade de Harvard. *International Security* participa de um projeto piloto de “taxonomia de revisão de pares<sup>102</sup>”, que tem o objetivo de garantir mais transparência ao processo. Esse também é um periódico “híbrido”, que cobra uma taxa de publicação do autor que opta pelo acesso aberto de seu trabalho. São publicadas quatro edições por ano (Mit Press, 2025).

Inicialmente, verifica-se que a média de artigos publicados, por ano, pela revista acadêmica *International Security* é de 24 artigos por ano (Gráfico 65).

<sup>102</sup> Esse processo de revisão chamado “taxonomia de revisão de pares” não é explicado em mais detalhes pelo periódico em seu site.

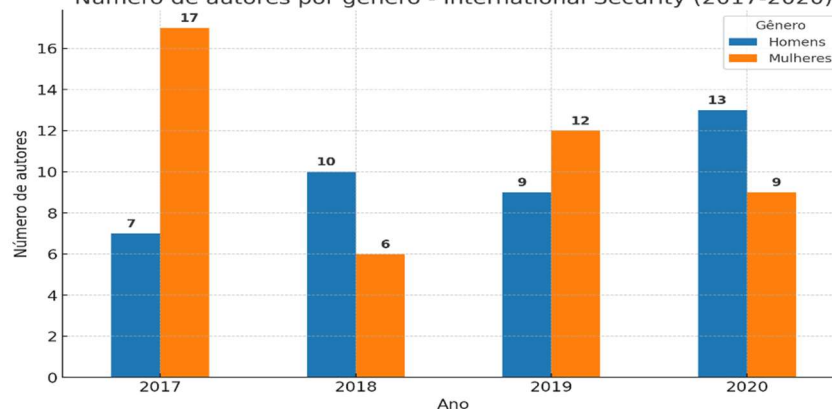
Gráfico 65 – Número de artigos por ano na *International Security* (2017-2020)  
Número de artigos por ano - *International Security*



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Há oscilação em relação à quantidade de homens e mulheres que mais publicam no periódico. Em 2017, as autoras mulheres foram mais que o dobro dos homens. Em 2018, a maioria foi de homens. Em 2019, as mulheres autoras retomaram a liderança. E, em 2020, os homens foram a maioria mais uma vez (Gráfico 66).

Gráfico 66 – Número de autores por gênero por ano na *International Security* (2017-2020)  
Número de autores por gênero - *International Security* (2017-2020)

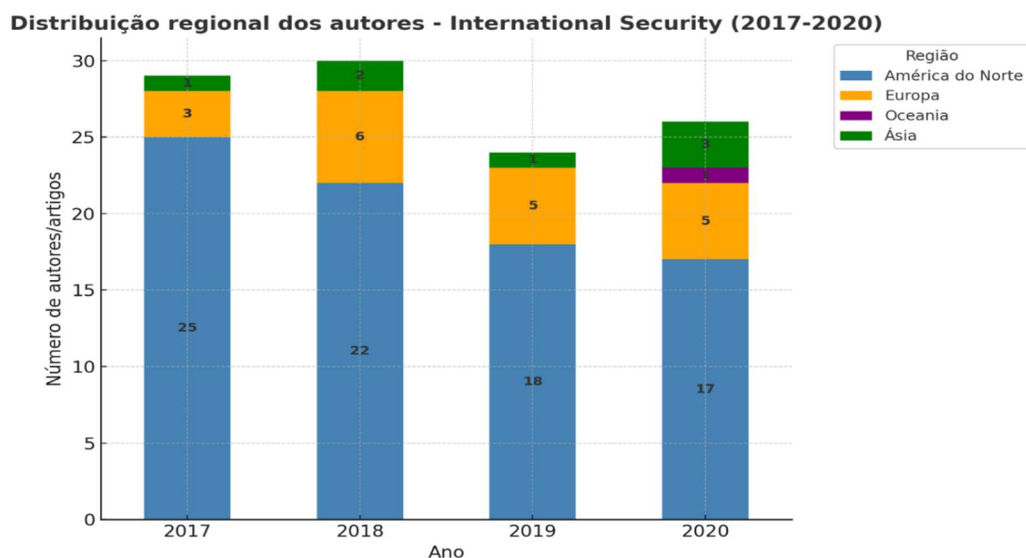


Fonte: elaboração própria, 2025.

Com relação à origem institucional dos autores publicados pelo periódico, há evidente predominância da América do Norte, em todos os anos analisados. A América do Norte fica muito à frente do segundo lugar, a Europa, em todos os anos. A Ásia aparece, consistentemente, na terceira posição como origem institucional dos autores publicados. A Oceania, aparece como novidade, em quarto lugar, com uma (1)

publicação, em 2020 (Gráfico 67). Mais uma vez, observa-se a concentração das autorias em certas regiões do mundo e a ausência completa de outras.

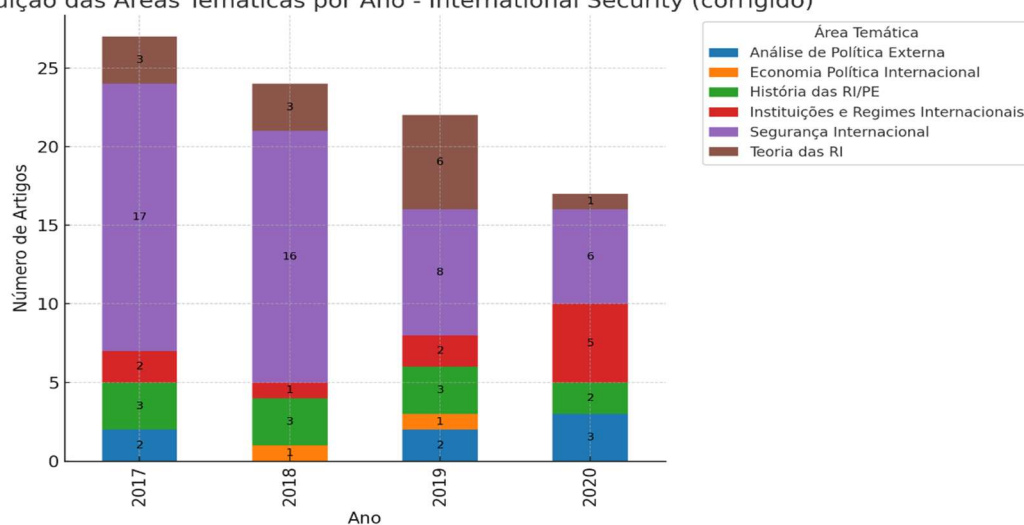
Gráfico 67 –Distribuição regional dos autores por ano na *International Security* (2017-2020)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Existe a notória predominância da área temática de Segurança Internacional, em todos os anos analisados, no periódico *International Security*. Em 2017, Teoria das RI e História das RI/PE ficaram empatados em segundo lugar, com três artigos. Em terceiro lugar, também houve empate, entre Instituições e Regimes Internacionais e Análise de Política Externa, com dois. Em 2018, novamente, Teoria das RI e História das RI/PE empataram em segundo lugar, com três artigos. Outro empate no terceiro lugar aconteceu entre Instituições e Regimes Internacionais e Economia Política Internacional, com um (1) artigo. Em 2019, o segundo lugar isolado foi de Teoria das RI, com seis artigos. O terceiro lugar ficou com História das RI/PE, com três. Em quarto lugar, empatados, com dois, ficaram Instituições e Regimes Internacionais e Análise de Política Externa. Em último, figurou Economia Política Internacional, com um (1). Em 2020, o segundo lugar foi de Instituições e Regimes Internacionais, com cinco artigos. Em terceiro, Análise de Política Externa, com três. Em quarto, figurou com dois artigos, História das RI/PE e, em último, Teoria das RI, com um (1) (Gráfico 68). Não houve utilização de teorias não tradicionais em nenhum dos artigos publicados por esse periódico nos anos analisados. Também não houve o uso de interseccionalidade.

Gráfico 68 – Áreas temáticas dos artigos por ano na *International Security* (2017-2020)  
Distribuição das Áreas Temáticas por Ano - *International Security* (corrigido)



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Acerca das categorias raça e gênero, em 2017, um (1) artigo usou gênero e um (1), raça. Em 2019, um (1) artigo usou gênero. Nos outros anos, não houve incidência dessas categorias. Elas também não foram usadas conjuntamente em nenhum artigo dessa revista acadêmica no período analisado.

A Tabela 46 resume os dados desta análise:

Tabela 46 – Resumo das conclusões acerca da análise da *International Politics* (2017-2020)

Aspecto	Conclusões
Autoria dos artigos	Alternância entre homens e mulheres como maioria dos autores no período analisado. Pouca diferença entre os gêneros.
Idioma dos artigos	Inglês
Região com maioria de autores	América do Norte
Áreas temáticas	Segurança Internacional
Uso de Teorias não tradicionais	Ausente
Uso das categorias raça, gênero e ambas	Baixíssimo
Uso de interseccionalidade	Ausente

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

### ***6.5.5 Considerações gerais sobre as tendências de publicação nos principais periódicos estrangeiros do campo das Relações Internacionais***

A partir da análise das edições dos periódicos estrangeiros *International Organization*, *Contemporary Security Policy*, *World Politics* e *International Security* lançadas entre 2017 e 2020 foi possível identificar determinadas tendências em relação ao perfil dos autores publicados por eles e seus trabalhos.

Destaca-se o fato de que os autores são predominantemente os homens e com concentração geográfica na América do Norte e Europa. Há exceções pontuais, como as edições de 2020 da *Contemporary Security Policy* e a alternância mais equilibradas entre os gêneros da *International Security*.

A liderança da América do Norte é bem-marcada e por larga margem nas revistas *International Organization*, *World Politics* e *International Security*. A Europa tem um segundo lugar consistente e assume a liderança na *Contemporary Security Policy*. Todas essas revistas são publicadas exclusivamente em língua inglesa. Esse fator, provavelmente, contribui para maior facilidade de acesso dos autores estadunidenses.

Fora do eixo norte-atlântico, a Ásia se destaca, bem abaixo, mas com presença contínua de autores representantes nas publicações. A Oceania também chega a ter mais autores representantes nessas publicações, ainda que poucos.

A presença de trabalhos de autores das demais regiões do mundo é pontual e mínima nesses periódicos. África, Oriente Média e América do Sul têm participação marginal. Pode-se dizer que essa evidência reforça o chamado tripé hierarquizante do SAM, baseado na língua inglesa, na vinculação a instituições tradicionais de determinadas regiões do mundo e a determinadas disciplinas (Beigel, 2016). Além disso, no que diz respeito à América do Sul, particularmente, esses achados também corroboram a afirmação de que essa produção científica circula de maneira mais ampla e livre no circuito local e regional (Beigel, 2016).

Outra tendência acentuada é o enfoque temático nas áreas clássicas das Relações Internacionais de Instituições e Regimes Internacionais e Segurança Internacionais, Estudos Estratégicos e Política de Defesa. A incidência de discussões que envolvam teorias não tradicionais, como perspectivas Pós-coloniais e Teorias Feministas é baixa. Há utilização esparsa dessas teorias nas publicações dos periódicos, assim como das categorias gênero, raça e da noção de interseccionalidade. Presume-se, a partir desses achados, que essas questões teóricas e temáticas não fazem parte das preocupações do

*mainstream* das Relações Internacionais. A utilização da noção de interseccionalidade como ferramenta teórica e analítica é inexistente dentro do *corpus* analisado, da mesma forma que estão ausentes análises que agregam raça e gênero.

Uma característica relevante e diametralmente diferente dos periódicos brasileiros analisados é a questão dos custos de publicação ou acesso aos trabalhos. Três das quatro revistas acadêmicas internacionais aqui analisadas são “híbridas”, isto é, podem ser publicadas em acesso livre aos leitores, porém, para tanto, os autores arcam com os custos de publicação. Apenas a *World Politics* não cobra nenhuma taxa de publicação, em nenhuma forma.

## **6.6 Comparação entre as conclusões sobre o perfil dos autores que publicam nos principais periódicos nacionais e estrangeiros do campo das Relações Internacionais**

Depois de apresentadas as análises dos dados acerca do perfil dos autores dos artigos publicados nos principais periódicos brasileiros e estrangeiros do campo das Relações Internacionais e das conclusões acerca deles, é importante uma comparação.

Tanto nos periódicos brasileiros, Contexto Internacional, Opinião Pública, RBCP e RBPI, quanto nos periódicos estrangeiros, *International Organization*, *Contemporary Security Policy*, *World Politics* e *International Security*, a predominância é de autores homens. Pontualmente, a edição temática acerca de gênero e feminismo da revista Contexto Internacional, de 2019, teve maioria de autoria feminina. Isso significa que a diversidade autoral e temática acontece de maneira planejada e pontual, não de maneira natural. Pelo contrário, a desigualdade de gênero é estrutural. Também de maneira localizada, *Contemporary Security Policy*, em 2020, e *International Security*, em 2017 e 2019, também tiveram maioria de autoras mulheres. Essa evidência empírica demonstra a colonialidade do poder que opera por meio do patriarcado e da hierarquização do gênero, conforme aponta María Lugones (2021), atribuindo ao sujeito masculino a legitimidade excludente para a produção do conhecimento.

É possível também identificar concentração geográfica dos autores, tanto nos periódicos brasileiros quanto nos internacionais. Nos nacionais, a dominância da autoria é do Sudeste, e, de maneira interessante, a RBPI, que é um periódico brasileiro, apresentou maioria de autores do exterior. A região Norte do país, por exemplo, é quase ausente.

Nos periódicos internacionais, por seu turno, a predominância regional é dos autores da América do Norte e da Europa. Regiões do mundo como América do Sul e África quase não têm representatividade autoral nessas publicações. Dessa forma, assim como na análise comparativa feita sobre a participação nos encontros da ABRI e da membresia da *ISA*, existe uma hierarquização das origens regionais, seja nacional ou internacional.

No que se refere ao idioma dos trabalhos publicados, todas as revistas nacionais recebem submissões e publicam em idiomas estrangeiros, principalmente, inglês e espanhol. Nas revistas acadêmicas nacionais *Opinião Pública* RBCP, o português é predominante. Interessantemente, nos periódicos brasileiros *Contexto Internacional* e *RBPI*, o idioma exclusivo é o inglês, o que favorece o aumento da presença de autores estrangeiros nessas publicações. Esse fato indica o alinhamento com os critérios do SAM e do seu tripé hierarquizante. Não surpreendentemente, o idioma exclusivo das revistas acadêmicas internacionais é o inglês, considerado a língua franca subentendida do campo das Relações Internacionais.

Nesse sentido, o que se tem é o alinhamento de periódicos brasileiros aos critérios hierarquizantes internacionais, que acabam fortalecendo as desigualdades de acesso aos espaços mais prestigiosos da circulação da produção científica e do reconhecimento acadêmico, mesmo no circuito regional e local. Ou seja, o efeito é a ampliação do espaço e prestígio estrangeiro, mesmo no circuito nacional de circulação da produção acadêmica, quando periódicos brasileiros procuram se internacionalizar.

Acerca desses achados, é observada a operação conjunta da colonialidade do ser, evidenciada na sub-representação e exclusão de sujeitos oriundos de regiões periféricas como o Norte do Brasil ou o Sul Global e da colonialidade do saber, que manifesta na imposição do idioma inglês e na premissa de que o conhecimento produzido no eixo Norte-Atlântico (ou no Sudeste brasileiro) detém, por padrão, maior legitimidade e credibilidade do que aquele de outras origens.

Sobre as áreas temáticas dos trabalhos publicados tanto nos periódicos nacionais quanto estrangeiros, ressalta-se, mais uma vez, que eles não fazem uma definição a priori destas. No sentido de possibilitar a categorização e comparação analítica, a partir dos títulos e dos resumos, os artigos publicados foram organizados de acordo com as áreas temáticas tradicionais definidas nos encontros nacionais da ABRI. Tanto nos periódicos nacionais quanto estrangeiros do campo das Relações Internacionais foi

observada a predominância das áreas de Instituições e Regimes Internacionais, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa e Teoria das RI.

Os periódicos nacionais *Opinião Pública* e *RBCP* são da área da Ciência Política e a maioria das suas publicações tratam dos seus temas clássicos. Ainda assim, prezam pela interdisciplinariedade e publicam trabalhos que têm interseção com outros campos do conhecimento. No entrecorte da Ciência Política com as Relações Internacionais, as áreas temáticas de Instituições e Regimes Internacionais e Análise de Política Externa se destacam.

É possível dizer, portanto, que Instituições e Regimes Internacionais, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa e Teoria das RI guardam maior prestígio entre as publicações do campo, tanto no circuito local e regional, quanto no circuito global da produção científica.

Quanto ao uso daquilo que é chamado nesta tese de “teorias não tradicionais”, tanto nas revistas acadêmicas brasileiras e estrangeiras, o uso nos trabalhos publicados é baixo. Edições temáticas como a de 2019 da *Contexto Internacional*, acerca de gênero e feminismo contrariam essa tendência. Raras são as aparições nos periódicos estrangeiros de artigos que utilizam perspectivas pós-coloniais ou feministas, ou ainda da categoria raça. A conclusão é que prevalecem as temáticas, as teorias e categorias analíticas do *mainstream* nas revistas acadêmicas nacionais e estrangeiras do campo das Relações Internacionais, são elas que dispõem de espaço privilegiado nas principais publicações. Isso reforça desproporcionalmente a atribuição de mérito e qualidade às temáticas, teorias e categorias analíticas tradicionais que já dispõem desse *status*.

Menção deve ser feita ao fato de que todos os periódicos nacionais são de acesso aberto: não cobram para publicar nem para ler suas edições. No caso das revistas estrangeiras, três delas têm publicação híbrida: *International Organization*, *Contemporary Security Politics*, *International security*, o que significa que cobram taxas pela publicação quando o autor opta pelo acesso aberto para os leitores. Apenas *World Politics* tem acesso aberto. Essa característica da eventual cobrança de taxas pela publicação em acesso aberto representa mais uma barreira aos autores oriundos de regiões do mundo ou de instituições com menos recursos. Ressalte-se que a cobrança é feita em euros e dólares, o que dificulta ainda mais a situação de autores de instituições que não são originárias de países com moedas tão valorizadas. É mais uma forma de hierarquizar a circulação da produção da ciência e do reconhecimento acadêmico.

Dessa forma, pode-se concluir que há indícios de que os critérios de publicação, tanto dos principais periódicos brasileiros quanto estrangeiros do campo das Relações Internacionais reproduzem critérios hierarquizantes do SAM baseados em ranqueamento de idioma, origem institucional e áreas temáticas/teorias/categoria analítica. As abordagens críticas são marginalizadas e pontualmente aceitas. Chamam atenção as barreiras de gênero e econômicas, que colaboram para estreitar o funil do acesso aos espaços principais de circulação da produção científica e do reconhecimento acadêmico. Nesse sentido, o SAM se apresenta como verdadeira ferramenta da colonialidade.

Esses achados corroboram o fato de que o perfil de uma autora como Lélia Gonzalez, mesmo com o caráter original de sua obra, por ser brasileira, vinculada a instituição nacional, que produzia em português, apesar da tradução de seus trabalhos para outros idiomas e que abordavam temas pós-decoloniais, além de usar as categorias de gênero, raça e classe, dificilmente, conseguiria vencer o estreito acesso aos círculos globais de circulação da produção científica e reconhecimento acadêmico.

Mesmo no circuito regional e local, de acordo com a análise feita, dentro do período escolhido e no campo das Relações Internacionais, os indícios encontrados reforçam a ideia de que características como os assuntos abordados, assim como as categorias analíticas e teóricas de seu trabalho estão ranqueadas em um patamar inferior dentro dos critérios hierarquizantes do SAM, reforçando a desigualdade de circulação e prestígio.

Acerca dos achados sobre a análise dos dados dos periódicos, nacionais e estrangeiros, é importante salientar que eles são, fundamentalmente, um espaço de visibilidade das desigualdades. Os periódicos, mais do que uma expressão em si mesmos do problema, refletem os padrões da estrutura de funcionamento do SAM, sua colonialidade e seus critérios hierárquicos. Ainda que, na maioria deles, o padrão editorial envolva a avaliação duplo-cego, em que parecerista e autor não sabem a identidade um do outro, a colonialidade do saber está tão profundamente entranhada nos padrões editoriais dos periódicos, que, mesmo sob o manto da neutralidade do anonimato, o resultado das publicações reproduz um modelo de hierarquização e desigualdade que privilegia homens, do Sudeste/Norte Global, filiados às principais e mais prestigiosas instituições, que produzem em inglês e trabalham com os temas *mainstream* do campo das Relações Internacionais.

A comparação entre as conclusões resume-se na Tabela 47:

Tabela 47 – Comparação entre conclusões sobre periódicos nacionais e estrangeiros

<b>Tópico</b>	<b>Periódicos Nacionais</b>	<b>Periódicos Estrangeiros</b>	<b>Conclusão</b>
Gênero	Predomínio de autores homens; exceção pontual: <i>Contexto Internacional</i> (edição temática de 2019 sobre gênero/feminismo)	Predomínio de autores homens; exceções: <i>Contemporary Security Policy</i> (2020) e <i>International Security</i> (2017, 2019)	Diversidade de gênero aparece apenas de forma pontual e planejada; desigualdade de gênero é estrutural
Região de origem	Domínio do Sudeste; RBPI com maioria de autores estrangeiros; quase ausência do Norte do Brasil	Predomínio da América do Norte e Europa	Reforça hierarquia espacial e concentração de prestígio
Idioma	Opinião Pública e RBCP: português predominante; Contexto Internacional e RBPI: apenas em inglês	Exclusivamente em inglês	Hegemonia do inglês como língua franca do campo; alinha periódicos brasileiros aos critérios hierarquizantes do SAM
Áreas temáticas	Destaque para Instituições e Regimes Internacionais, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa e Teoria das RI; Opinião Pública e RBCP priorizam temas clássicos da Ciência Política, mas dialogam com RI	Mesmas áreas dominantes: Instituições e Regimes Internacionais, Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa e Teoria das RI	Reforça a hegemonia temática <i>mainstream</i> como eixo de prestígio
Teorias não tradicionais	Baixo uso; exceção: edição de 2019 de Contexto Internacional (gênero e feminismo)	Raríssimos usos de Perspectivas Feministas, Pós-coloniais ou da categoria raça	Corroborar marginalização de abordagens críticas e fortalecimento do <i>mainstream</i> ; hierarquiza temas, teorias e categorias analíticas
Acesso e custos	Todos de acesso aberto	Três híbridos. Apenas <i>World Politics</i> é totalmente aberto; cobrança em euros/dólares	Reforça barreira econômica e desigualdade estrutural: autores do Sul Global têm mais dificuldade de acessar canais de prestígio.
Conclusão geral	Estruturalmente alinhados ao circuito internacional, reforçam a desigualdade de circulação da produção científica e reconhecimento acadêmico.	Centralizam o prestígio, reforçando idioma, região e hegemonia temática como critérios hierarquizantes.	Ambos os grupos reproduzem os critérios hierarquizantes do SAM.

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese partiu de uma reflexão e inquietação pessoal que foi consubstanciada na pergunta problema: “Por que determinados autores e teorias ganham reconhecimento acadêmico/científico e difusão ampla de seus trabalhos, em detrimento de outros?”. Diante deste ponto de partida, essa investigação demonstrou que, ao contrário do que seria intuitivamente imaginado, a resposta não tem diretamente a ver com qualidade, originalidade ou inovação dos trabalhos. A desigualdade entre o prestígio acadêmico e o reconhecimento de autores e obras é estruturado por um sistema baseado em critérios hierarquizados em uma lógica colonial que demarca algumas origens, idiomas, temáticas e, até mesmo o gênero e raça, como superiores.

Estruturalmente, esta tese foi organizada em duas partes. A primeira apresenta o arcabouço teórico e uma análise comparativa no nível micro, que serve de ilustração e referenda a hipótese. Isso é desenvolvido nos capítulos de 1 a 5, mais especificamente, o capítulo 2 abre a chave de leitura teórico-epistemológica do pós-colonialismo, estabelecendo seu lugar dentro da perspectiva Decolonial. Nos capítulos 3 e 4, apresentou-se o paradoxo que instigou a pergunta problema da tese: os trabalhos das pesquisadoras Kimberlé Creenshaw e a interseccionalidade, por um lado, e Lélia Gonzalez e outras perspectivas da lógica interseccional por outro. No capítulo 5, que encerra a primeira parte, demonstrou-se a evidência empírica da desigualdade de reconhecimento acadêmico e de citações entre as autoras e suas obras a partir da instrumentalização da análise bibliométrica dentro alguns dos principais bancos de dados acadêmicos existentes, o *Web of Science*.

Por fim, no capítulo 6, a segunda parte da tese, expande a análise da desigualdade do reconhecimento acadêmico e da disseminação da produção científica para o campo das Relações Internacionais, ou seja, no nível macro e sistêmico. Nesse capítulo, foi produzido um perfil dos pesquisadores do campo, que participam de associações e encontros, nacionais e internacionais, e que publicam nos principais periódicos brasileiros e estrangeiros da área. O resultado desse perfil evidenciou que os achados da comparação entre Creenshaw e Gonzalez não era mero acaso ou anomalia, mas algo estrutural.

A hipótese defendida por este trabalho foi a de que, como resultado do Sistema Acadêmico Mundial ser estruturado em critérios coloniais que hierarquizam idiomas, instituições, disciplinas, além de gênero e raça, os pesquisadores do Sul Global têm menos acesso aos circuitos *mainstream* de circulação da produção científica e aos espaços que

proporcionam mais prestígio e reconhecimento acadêmico. Nesse sentido, ele não premia originalidade, inovação, qualidade teórica ou metodológica, mas é baseado em critérios entranhados pela colonialidade do ser, do poder e do saber, que garantem a hegemonia da produção do conhecimento mais disseminada e prestigiada a determinados indivíduos, caracterizados por gênero, raça, origem, idioma e disciplina considerados superiores dentro desse viés.

As evidências que comprovaram a hipótese foram coletadas em diferentes níveis, nas duas partes desta tese. O ganho analítico, trazido pelo capítulo 6, a segunda parte da tese, foi comprovar a hipótese no nível macro e estrutural, isto é, a desigualdade de acesso à disseminação mais ampla da produção de conhecimento e de prestígio acadêmico causada por critérios coloniais hierarquizantes do SAM. O circuito nacional de disseminação da produção acadêmica em Relações Internacionais e de atribuição de prestígio demonstra a força dessa estrutura colonial hierarquizante e excludente ao reproduzir a lógica da circulação global que premia, desproporcionalmente, homens, do Sudeste que trabalham com temáticas que envolvem a Segurança Internacional. É possível fazer essa afirmação porque são eles a maioria dos autores publicados pelos principais periódicos da área no Brasil. A predominância feminina entre os participantes dos encontros da ABRI não representa uma divergência do argumento, mas está em consonância com as evidências de que, apesar de serem maioria no ambiente universitário, as mulheres permanecem sub-representadas em cargos de chefia e posições de destaque. Isso corrobora os achados de que, apesar de serem maioria entre os participantes do evento, continuam como minoria na coordenação de mesas redondas e na autoria de livros na ABRI. Destaca-se o fato de que periódicos brasileiros, ao buscarem a internacionalização, reproduzem os critérios hierárquicos coloniais do SAM e publicam integralmente em inglês. A consequência disso é o aprofundamento das barreiras aos pesquisadores nacionais e a utilização desse espaço privilegiado por autores estrangeiros, mesmo em publicações brasileiras.

Internacionalmente, a concentração regional, não surpreendentemente, fica na América do Norte e na Europa, tanto em termos de membros da *ISA*, quanto em termos de autores de trabalhos publicados nos principais periódicos estrangeiros do campo das Relações Internacionais. A temática da Segurança Internacional também se mostrou predominante. Chamou atenção a pouca abertura para teorias, conceitos e temas alternativos e não tradicionais, o que, no cenário brasileiro, já se tem maior receptividade. Em adição a isso, existe a barreira financeira nos periódicos estrangeiros que cobram em

moedas valorizadas (euros ou dólares) pela publicação em acesso aberto aos leitores. Para a maioria dos pesquisadores do Sul Global, essa taxa representa mais um entrave ao acesso ao circuito global da produção científica, que garante maior disseminação e prestígio acadêmico, acentuando a desigualdade em relação aos pesquisadores do Norte e a injustiça cognitiva global estruturada pelos critérios de funcionamento do SAM.

Em outra escala, na primeira parte da tese, essas evidências espelham os achados da análise bibliométrica feita na *Web of Science*, acerca de Kimberlé Creenshaw e Lélia Gonzalez, que evidenciaram a desigualdade entre o número de citações e referência das duas autoras, apesar da semelhança do raciocínio envolvido em seus trabalhos. Gonzalez era diretamente impactada, desfavoravelmente, pelo tripé hierarquizante que estrutura o SAM.

Esse caso ilustra bem o argumento de Fernanda Beigel (2016) de que os circuitos de circulação da produção acadêmica são segmentados. Produções do Norte Global, em inglês, de instituições renomadas dessa parte do mundo, circulam de modo global, enquanto as produções do Sul, em português e de instituições dessa outra parte do mundo, vão circular apenas regional e localmente. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que é a segmentação dos circuitos da produção acadêmica que impedem um reconhecimento ou prestígio maior para determinados autores e trabalhos. Não é uma questão de qualidade, mas da maneira colonial como o Sistema Acadêmico Mundial funciona e foi organizado.

Lélia Gonzalez, uma mulher negra brasileira, de instituições brasileiras, que escrevia em português (apesar de ter muitos trabalhos traduzidos para outros idiomas), com foco em questões de raça e gênero no Sul Global, cumpria todos os critérios para ser marginalizada pelo sistema marcado pela colonialidade, que hierarquiza essas características em um patamar inferior.

Tratar da questão da raça para traçar um perfil dos pesquisadores que participam dos congressos e que publicam nos principais periódicos do campo de Relações Internacionais não foi tarefa fácil. Os dados étnico-raciais não são completos, nem mesmo por parte das associações do campo das Relações Internacionais, que parecem ter se atentado para a questão de gênero e raça de seus membros recentemente. No Brasil, particularmente, a ABRI passou a colher esse tipo de informação dos participantes de seus encontros em 2023, por exemplo.

Os periódicos, por seu turno, não coletam dados sobre a raça dos autores que publicam. Ainda assim, com os dados disponíveis do encontro da ABRI de 2023 e dos membros da *ISA*, ficou evidente a predominância branca. Dessa maneira, pode-se prever

que a maioria dos autores de artigos publicados nas principais revistas acadêmicas do Brasil e do mundo, no campo de Relações Internacionais, é, provavelmente, branca. Esse resultado demonstra a força dessa estrutura moldada pela colonialidade, uma vez que, mesmo com padrão editorial duplo-cego, que tem o intuito de guardar a imparcialidade das publicações, ainda assim, ele se impõe.

Os indícios encontrados apontam para o fato de que a raça também faz parte dessa hierarquia colonial que molda a geopolítica do saber no campo das Relações Internacionais e afunila o acesso aos espaços de prestígio acadêmico e disseminação da produção científica.

Dentro desse raciocínio, pode-se afirmar que o sistema hierárquico colonial que mantém o espaço da circulação da produção científica e da atribuição de prestígio acadêmico não é apenas um tripé, mas um esquema mais complexo que, além da origem, do idioma, da disciplina/temas trabalhados, também envolve gênero e raça. Esse sistema complexo que hierarquiza as características raciais e de gênero envolve justamente a colonialidade do ser, do saber e do poder. Ele serve, não apenas como uma maneira de ranquear seres humanos, idiomas, origens geográficas, saberes e teorias, mas também é uma forma de controle, exercido, principalmente, na forma do gênero e da sexualidade. Não por acaso, verificou-se a partir da análise dos dados coletados, nesta pesquisa, que os principais espaços de publicação da área de Relações Internacionais, no Brasil e internacionalmente, são ocupados por homens e que a maioria dos participantes dos eventos das associações da área, são brancos. Nesse sentido, fica evidente como a colonialidade e suas características estabelecem quem pode produzir conhecimento e legitima quais conhecimentos são válidos.

As contribuições atingidas pela tese são de diferentes tipos: destaca-se o uso da análise bibliométrica e da metodologia quantitativa como ferramenta crítica, dentro da perspectiva Decolonial. Dessa forma, instrumentos metodológicos tradicionalmente vinculados a pesquisas que utilizam teorias positivistas e que são vistos como neutros e objetivos foram vinculados a uma abordagem crítica e descolonizadora desnaturalizando hierarquias acadêmicas. A bibliometria é uma técnica metodológica baseada em ferramentas matemáticas e estatísticas e, por isso, tradicionalmente, considerada objetiva. Essa investigação demonstrou como os critérios nos quais os bancos de dados acadêmicos são construídos têm um claro viés.

Nesta tese, a análise bibliométrica foi usada com o intuito de demonstrar a desigualdade e desmistificar os padrões que caracterizam autores e trabalhos como

superiores e melhores, em detrimento de outros, nos moldes de uma práxis crítica, como propõem Collins e Bilge (2021). Pode-se dizer que se trata, propriamente, de uma descolonização metodológica.

A “quantificação” da desigualdade entre Kimberlé Creenshaw e Lélia Gonzalez e depois, dentro do universo acadêmico do campo das Relações Internacionais, permitiu a demonstração empírica de como os critérios que indexam os autores e seus trabalhos, de acordo com padrões internacionais aceitos pelos principais bancos de dados acadêmicos do mundo são enviesados em favor de determinados autores e obras que preenchem as características consideradas superiores.

Aplicando a lógica interseccional à Lélia Gonzalez e sua obra, foi possível destacar as múltiplas camadas de opressão (mulher negra, brasileira, classe baixa, militante política, atuando nas Ciências Sociais, na periferia acadêmica) que recaiam sobre ela. Adicionou-se a isso, as categorias de exclusão derivadas do funcionamento do SAM, evidenciada pela desigualdade bibliométrica encontrada. Fica a evidência da injustiça cognitiva global, a qual faz referência Boaventura de Souza Santos (2009).

Além disso, foi produzido um perfil do pesquisador do campo de Relações Internacionais, no Brasil e no exterior, que participa de encontros e associações e que publica nos principais periódicos da área, o que é algo inédito. Ainda que com alguma limitação dos dados disponíveis, esse esforço aqui produzido pode servir de incentivo para iniciativas que contribuam para a diversidade e pluralidades nesses espaços.

A abertura das associações de pesquisadores para identificar as características de seus membros e participantes de seus eventos é um indicativo de que estão ficando mais atentas à necessidade de pluralidade e diversidade. Principalmente no contexto brasileiro em que as evidências mostram maior participação feminina e abertura para pesquisas que discutam gênero e raça. Entretanto, ainda assim, na dimensão editorial, a rigidez do perfil de quem publica é mais acentuada, tanto internacionalmente, quanto no Brasil. Nesse sentido, a mudança no sistema Qualis/CAPES, que passa a focar na classificação dos artigos e não nos periódicos pode contribuir, justamente porque seu intuito é avaliar melhor o conteúdo e a repercussão dos artigos em si (CAPES, 2023).

Adicionalmente, essa reflexão, discussão e pesquisa contribui com a crítica decolonial no Brasil, principalmente, dentro das hierarquias da geopolítica do conhecimento e da colonialidade do saber. O tripé hierárquico que se baseia em idioma, afiliação institucional e disciplina/área temática e que rege a organização dos principais bancos de dados acadêmicos existentes e do próprio SAM consiste em um verdadeiro

mecanismo operacional da colonialidade do saber. A partir dessa exposição, fica desconstruída a suposta neutralidade e objetividade científica que deveria guiar esse sistema. Seus critérios fundadores beneficiam desproporcionalmente o conhecimento, as instituições e os pesquisadores do Norte Global pela sua origem, mais uma evidência do etnocentrismo epistêmico.

Esta tese abre espaço para repensar como a comunidade científica do campo das Relações Internacionais, dentro da academia, na editoria dos periódicos e associações do campo contribuem para a reprodução de padrões hierarquizantes da disseminação e da distribuição do prestígio acadêmico, internacionalmente, mas principalmente, no Brasil.

Produzir ciência e conhecimento com função social e que tenha ligação com as necessidades e problemas nacionais é obrigação da academia do Sul Global, principalmente, em um país em que esse espaço é restrito. Descolonizar a academia e a produção científica deve fazer parte da agenda de um campo como as Relações Internacionais, dominado por teorias, autores e temáticas vinculadas a interesses que, muitas vezes, não são aqueles que deveriam estar entre as prioridades de um país como o Brasil. Nesse raciocínio, a geopolítica do conhecimento atua para expor as hierarquias que sustentam a divisão internacional do trabalho científico e acadêmico, na qual o Norte produz teorias e conhecimento de validade universal, enquanto o Sul, oferece casos empíricos para aplicação das teorias e conhecimento de interesse localizado.

Descobrir como desnaturalizar determinados dogmas da área das Relações Internacionais e da academia como um todo, no sentido de encontrar caminhos para utilizar as ferramentas e teorias tradicionais de forma a melhor atender às perspectivas, demandas e interesses do Brasil, da América Latina e do Sul Global, fortalece uma posição emancipatória e mais igualitária da produção científica. Dessa maneira, esta tese engrossa as fileiras que pretendem demonstrar a necessidade de pluralizar o espaço acadêmico não apenas em termos de métodos, teorias e categorias analíticas, mas também com a diversidade de sujeitos que podem pesquisar e produzir conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen; TURNER, Bryan S. **The Penguin dictionary of sociology**. 5th ed. London: Penguin Books, 2006.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- AKONTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).
- ALPERÍN, J. P.; FISCHMANN, G. Latin American journals at the crossroads: open access and bibliometric visibility. **Information Development**, v. 31, n. 3, p. 210-222, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **A Instituição**. Disponível em: [https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=741](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=741). Acesso em: 13 set. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Eventos Anteriores**. Disponível em: [https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145). Acesso em: 13 set. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório Final**. 5º Encontro Nacional da ABRI. Belo Horizonte: Airá Eventos Técnico-Científicos, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório Final**. 6º Encontro da ABRI. Belo Horizonte: Airá Eventos Técnico-Científicos, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório Final**. 7º Encontro da ABRI. Belo Horizonte: Airá Eventos Técnico-Científicos, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, agost. de 2013, p. 89-117.
- BALLESTRIN, Luciana. **Teoria Política da Descolonização**: uma perspectiva latino-americana. IX Encontro da ABCP, Área Temática: Teoria Política. Brasília, 2014.
- BARROS, José D'Assunção. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230093, 2018
- BEIGEL, Fernanda. Circuitos acadêmicos e consagração na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-17, 2016.

BEIGEL, Fernanda. El nuevo carácter de la dependencia intelectual. *Cuestiones de Sociología*, n. 14, e004. **En Memoria Académica**, 2016. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.7340/pr.7340](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7340/pr.7340)

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BILGE, Sirma. COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. E-book.

BILGE, Sirma. COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality**. Polity Press, 2016.

BIRGE, S. Intersectionality as Critical Inquiry: Implications for Praxis and Research. **Critical Sociology**, v. 44, n. 6, p. 857–875, 2018.

BLANEY, David L.; INAYATULLAH, Naeem. **International Relations and the problem of difference**. London and New York: Routledge, 2004.

BRASIL. **CAPES anuncia nova classificação de artigos para avaliação quadrienal**. Brasília, DF: CAPES, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 30 junho 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Maioria é feminina em ingresso e conclusão nas universidades**. *Portal MEC*, 2023. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21140-maioria-e-feminina-em-ingresso-e-conclusao-nas-universidades>. Acesso em: 14 jul 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro e-MEC**. Brasília, DF: MEC, [20--]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>. Acesso em: 14 out. 2024.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. World history and the development of non-Western International Relations Theory. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (Orgs.). **Non-western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. London and New York: Routledge, 2010.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **International Organization**: About this journal. 2024. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/information/about-this-journal>. Acesso em: 22 agosto. 2025.

CAPES. **Documento técnico do Qualis Periódicos**. Brasília, janeiro 2023.

CAPES. **Plataforma Sucupira**. Consultas. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 13 maio 2023.

CARNEIRO, Sueli. “Sobrevivente, testemunha e porta-voz”. *CULT*, São Paulo, n. 223, p. 12-20, maio 2017. (Entrevista concedida à Bianca Santana)

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon. Prologo. **Giro** decolonial, teoria critica y pensamiento heterarquico. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más Allá del capitalismo global**. Bogota: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporaneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2022.

CESOP. **Sobre Opinião Pública**. 2024. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao\\_publica/apresentacao](https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/apresentacao). Acesso em: 1 ago. 2025.

COBO, Manolo J. *et al.* An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field: A practical application to the fuzzy sets theory field. **Journal of Informetrics**, v. 5, n. 1, p. 146-166, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

CONTEXTO INTERNACIONAL. **Revista de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2025. Disponível em: <<https://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=79>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Painel 1 – **Cruzamento: raça e gênero**, [S.l.: s.n.], p. 7-16, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. “**Beyond racism and misogyny: black feminism and 2 live crew**”. In: MEYERS, Diana Tietjens (org.). **Feminist social thought: a reader**. New York and London: Routledge, 1997.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antiracism doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, article 8, issue 1, volume 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro dos especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, California, vol. 43, n. 1241, 1991.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. **África do Sul: UNFPA Brasil**, 2001. Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_durban.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Graal, 2005.
- DUARTE, Constância Lima. **Feminismo**: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-47.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000b. p. 24-32.
- ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.
- ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.
- ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 7., 2019, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 2019.
- ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2021, Online. **Anais eletrônicos...** [S.l.]: ABRI, 2021. Disponível em: < <https://www.encontro2021.abri.org.br/> >. Acesso em: [04 out 2024].
- ESPÍNDOLA, I. B. Hidropolítica e Governança Hídrica Transfronteiriça: **uma análise do papel do Comitê Intergovernamental Coordenador dos países da Bacia do Prata (ICC)**. 2021. 326 fls. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo, SP, 2021.
- ELSEVIER. **Índice h**. 2024. Disponível em: <https://www.foar.unesp.br/#!/biblioteca/apoio-ao-pesquisador/indicadores-cientificos/indice-h/>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008
- FAUSTINO, Deivison M., **Revisitando a recepção de Frantz Fanon**: o ativismo negro brasileiro e os diálogos transnacionais em torno da negritude. Lua Nova, São Paulo, 2020.
- FOREIGN AFFAIRS. **About Foreign Affairs**. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/about-foreign-affairs>. Acesso em: 12 set. 2024.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, participation. Berlin: **Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung**, 1998. (WZB Discussion Paper, n. FS I 98-108).

GOOGLE TRENDS. **Intersectionality**. De 1º de janeiro de 2004 ao presente. Mundo, 2025. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&q=Intersectionality&hl=pt>. Acesso em: 25 de junho 2025.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. LIMA, Márcia; RIOS, Flavia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Temas e problemas da população negra no Brasil – IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 1980

GUEDES, Vânia LS; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria**: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 6, 2005.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; PILAR, Olivía. A potencialidade do conceito de interseccionalidade. In: MESQUITA, Carolina; ESTEVES, Juliana; LIPOVETSKY, Nathália (orgs.). **Feminismo & Dívida**. Nápoli: La Città del Sole, vol. 1, ed. 1, p. 53-70, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006

IBGE. **Distribuição da população por cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, [2023?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>. Acesso em: 2 set. 2025.

INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. **About ISA**. Disponível em: <https://www.isanet.org/ISA/About-ISA>. Acesso em: 17 set. 2024.

INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. **About ISA**: Disponível em: <https://www.isanet.org/ISA/About-ISA/Data>. Acesso em: 17 set. 2024.

INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. **About ISA**: Purpose. Disponível em: <https://www.isanet.org/ISA/About-ISA/Purpose>. Acesso em: 17 set. 2024.

INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. **Archive**. Disponível em: <https://www.isanet.org/Conferences/Archive>. Acesso em: 17 set. 2024.

INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. **Diversity in ISA Membership**. Disponível em: <https://www.isanet.org/ISA/About-ISA/Data#membership-diversity>. Acesso em: 1 set. 2025.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY PRESS. **World Politics**: About This Journal. 2025. Disponível em: <https://www.press.jhu.edu/journals/world-politics>. Acesso em: 21 agosto. 2025.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010

KRISHNA, Sankaran. **Globalization & Postcolonialismo**: Hegemony and Resistance in the Twenty-first century. USA: Rowman & Littlefield Publishers, INC, 2009.

KRISHNA, Sankaran. The importance of being ironic: a postcolonial view on Critical International Relations. (Review Essay). **Alternatives**: Global, Local, Political, Vol. 18, No. 3 p. 385-417, summer, 1993.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020.

LACLAU, Ernesto. **New reflections on the revolution of our time**. Londres: Verso, 1990.

LIMA, Keren Fonseca de. **Interseccionalidade e Consubstancialidade**: descolonizando as perspectivas. 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 2020.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: Perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 53-83.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogota: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporaneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. A virada pós-colonial: experiências, traumas e sensibilidades transfronteiriças. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 123, dez. 2020, p. 77-96.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, Walter D. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, nº 39, 2008.

MIT PRESS. **International Security**: Journal Information. 2025. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec>. Acesso em: 21 agosto. 2025.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015.

NOGUEIRA, João P. **Prefácio**. In: TOLEDO, Aureo (Org.). In: **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 7-16.

NUNES, João Arriscado. O Resgate da Epistemologia. In: MENEZES, Maria Paula; SANTOS, de Souza Boaventura (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Lisboa: Almedida, 2009, p. 215-242.

ONU MULHERES. **Conferências globais sobre a mulher**. [S. l.], 2023. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/#:~:text=1975%20%E2%80%93%20Ano%20Internacional%20da%20Mulher,e%20o%20seu%20avan%C3%A7o%20social>. Acesso em: 4 out. 2023.

OOIR. **Journal Ranking**: Social Sciences - International Relations. Disponível em: <https://oair.org/journals.php?field=social+sciences&category=International+Relations&date=2024-05&metric=jif>. Acesso em: maio 2024.

OOIR. **About OOIR**. Disponível em: <https://oair.org/about.php>. Acesso em: 13 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Doenças**: novo coronavírus (COVID-19) - orientações para o público. Genebra: OMS, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 24 out. 2024.

PERSAUD, Randolph; SAJED, Alina. **Introduction**: race, gender, culture in International Relations. In: PERSAUD, Randolph; SAJED, Alina (Orgs.). **Race, gender and culture in International Relations**: postcolonial perspectives. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2018. p. [xx-xx].

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez 2008.

PUAR, Jasbir. **“Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”**: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2013.

QUALIS. **Webqualis**. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis>. Acesso em: 12 set. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, nº 29, 1992, p. 11-20.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez. Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2020.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. **About the Journal**. [S. l.], [2024?]. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/rbcpol/about/#about>. Acesso em: 1 ago. 2025.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. **About the Journal**. [S. l.], [2024?]. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/rbpi/about/#about>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ROCHA, A. C. da; GOMES, C. M.; KNEIPP, J. M.; CAMARGO, C. R.. Gestão de Projetos e Sustentabilidade: Um Estudo Bibliométrico da Produção Científica na Base Web of Science. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 4, n. 3, p. 73-97, 2013.

RODRIGUES, Cristiano. **A atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, p. 1-12, 2013.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, n. 135, 1999. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, setembro, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais para uma ecologia de saberes. In: MENEZES, Maria Paula; SANTOS, de Souza Boaventura (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Lisboa: Almedida, 2009, p. 23-72.

SALEM, Sara. Intersectionality and its discontents: Intersectionality as a traveling theory. **European Journal of Women' Studies**, 2016.

SCIELO. **Sobre o SciELO: Programa SciELO, Modelo SciELO de Publicação e Rede SciELO**. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/programa-scielo-modelo-scielo-de-publicacao-e-rede-scielo/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** In: LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (orgs.). **A pós-colonialidade: uma antologia crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2021. p. 295-337.

SUDENE. **Boletim Temático – Econômico**. ODNE. Produto Interno Bruto Regional (2005-2015), 2015.

TAYLOR & FRANCIS. **Contemporary Security Policy: Aims and scope**. 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/journals/fcsp20/about-this-journal>. Acesso em: 21 agosto. 2025.

TOLEDO, Aureo (Org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021. In: NOGUEIRA, João P. Prefácio.

VESSURI, H.; GUÉDON, J. C.; CETTO, A. Open Access in Latin America: Trends and Policies. **UNESCO Science Report: Towards 2030**, p. 672-697, 2015.

ZUPIC, Ivan; ČATER, Tomaž. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.